

FUNDAÇÃO CECIERJ
PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL

HISTÓRIA

MARIA MANUELA QUINTÁNS ALVARENGA
ALESSANDRA CARVALHO
MÔNICA LIMA E SOUZA
EDSON GUIMARÃES DE AZEREDO

6ª EDIÇÃO
REVISADA E AMPLIADA

MÓDULO 1
2015



SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Gustavo Tutuca

Fundação Cecierj

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-Presidente de Educação Superior a Distância

Masako Oya Masuda

Vice-Presidente Científica

Mônica Damouche

Pré-Vestibular Social

Rua da Ajuda 5 - 15º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20040-000

Site: www.pvs.cederj.edu.br

Diretora

Celina M.S. Costa

Coordenadores de História

Alessandra Carvalho

Edson Guimarães de Azeredo

Maria Manuela Quintáns Alvarenga

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Maria Manuela Quintáns Alvarenga

Alessandra Carvalho

Mônica Lima e Souza

Edson Guimarães de Azeredo

Revisão de Conteúdo

Maria Manuela Quintáns Alvarenga

Alessandra Carvalho

Edson Guimarães de Azeredo

Capa, Projeto Gráfico, Manipulação de Imagens e Editoração Eletrônica

Filipe Dutra de Brito

Cristina Portella

Deborah Curci

Mário Lima

Foto de Capa

Fonte: <http://www.freeimages.com/browse.phtml?f=download&id=646118>

Uploaded by: zeafonso

Copyright © 2014, Fundação Cecierj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

A473p

Alvarenga, Maria Manuela Quintáns.

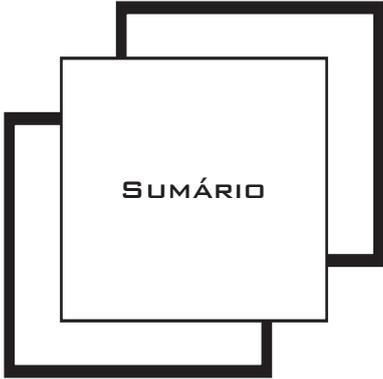
Pré-vestibular social: história. v. 1 / Maria Manuela Quintáns Alvarenga, Alessandra Carvalho, Mônica Lima e Souza, Edson Guimarães de Azeredo. — 6. ed. rev. e ampl. — Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2014.

124 p. ; 21 x 28 cm.

ISBN: 978-85-7648-983-2

1. História. 2. Europa Ocidental. 3. Sociedades indígena 4. Sociedades asiáticas. 5. Sociedades africanas. 6. 4. Expansão marítima europeia. 5. Conquista da América. 6. Colonização portuguesa. 7. Imperialismo. I. Carvalho, Alessandra. II. Souza, Mônica Lima e. III. Título.

CDD 900



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO 1 Como se escreve a História	7
CAPÍTULO 2 Sociedades indígenas americanas, africanas e asiáticas entre os séculos XIV e XV	11
CAPÍTULO 3 As transformações da Europa ocidental entre os séculos XIV e XVI	23
CAPÍTULO 4 A expansão marítima europeia e as novas relações com africanos e asiáticos (séculos XV-XVI)	37
CAPÍTULO 5 A colonização das Américas nos séculos XVI a XVIII	47
CAPÍTULO 6 A colonização portuguesa na América nos séculos XVI a XVIII	59
CAPÍTULO 7 As transformações na Europa nos séculos XVIII e XIX: o surgimento do mundo contemporâneo	71
CAPÍTULO 8 Lutas operárias, capitalismo e imperialismo nos séculos XIX e XX	85
CAPÍTULO 9 Contestação à dominação europeia na América nos séculos XVIII e XIX: os processos de independência	97
CAPÍTULO 10 Brasil e Américas independentes: século XIX	107



APRESENTAÇÃO

Caro Aluno,

Este conjunto de apostilas foi elaborado de acordo com as necessidades e a lógica do projeto do Pré-Vestibular Social. Os conteúdos aqui apresentados foram desenvolvidos para embasar as aulas semanais presenciais que ocorrem nos polos. O material impresso por si só não causará o efeito desejado, portanto é imprescindível que você compareça regularmente às aulas e sessões de orientação acadêmica para obter o melhor resultado possível. Procure, também, a ajuda do atendimento 0800 colocado à sua disposição. A leitura antecipada dos capítulos permitirá que você participe mais ativamente das aulas expondo suas dúvidas o que aumentará as chances de entendimento dos conteúdos. Lembre-se que o aprendizado só acontece como via de mão dupla.

Aproveite este material da maneira adequada e terá mais chances de alcançar seus objetivos.

Bons estudos!

Equipe de Direção do PVS

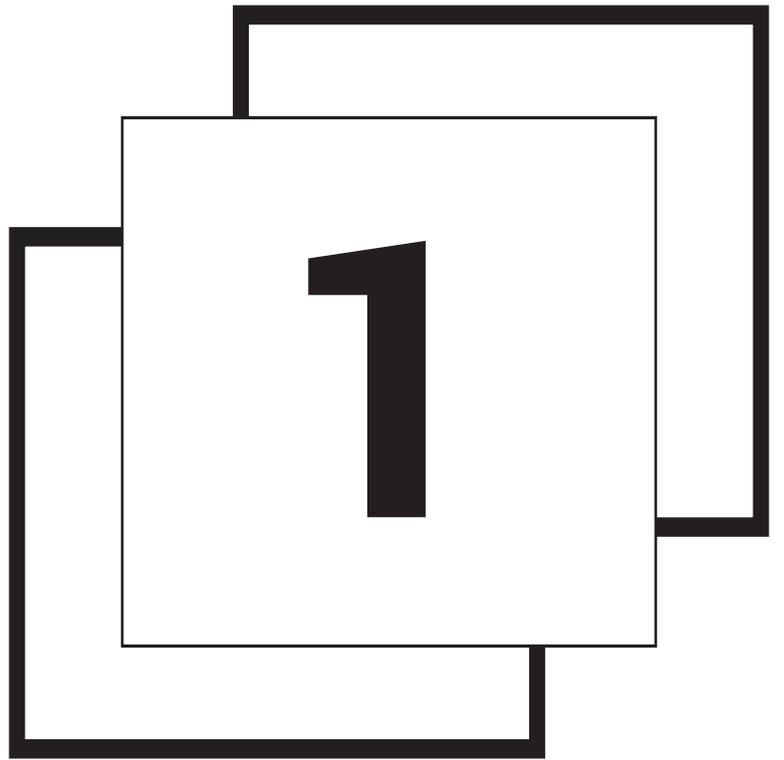
[...] o pensamento parece uma coisa à toa,
mas como é que a gente voa quando começa a pensar [...]

Escolhemos começar nosso contato com esse conhecido verso da música popular brasileira, por acreditarmos que o melhor que podemos oferecer a você é o estímulo à reflexão sobre a História da nossa sociedade, do mundo em que vivemos e do qual somos parte integrante como agentes históricos. Que essa reflexão seja o ponto de partida para que você possa voar cada vez mais e mais alto.

Vamos agora apresentar para você o material didático que preparamos. Este é o 1º volume dos dois que compõem o material de História.

É importante esclarecer que nessas aulas, bem como naquelas que compõem o outro módulo, procuramos fazer uma síntese dos conteúdos selecionados, uma vez que não poderíamos ter a pretensão de abranger toda a História da humanidade em tão poucas páginas...

Optamos por incluir, ainda que também de forma resumida, as histórias indígena, africana e asiática, em razão de sua reconhecida importância na compreensão da História da sociedade brasileira.



COMO SE ESCREVE A HISTÓRIA

HISTÓRIA :: PARA QUÊ? POR QUÊ?

Você é capaz de pensar, falar e escrever sobre uma porção de coisas que aprendeu pela vida afora. Nem tudo o que você sabe foi aprendido na escola. A cada dia, na escola ou fora dela, você vai adquirindo novos conhecimentos e seu mundo vai se tornando cada vez maior. A história de cada um de nós vai se construindo a partir da nossa vida em casa, na rua, na escola, no trabalho. E assim, a História é, dia após dia, construída por todos nós.

A História é também um importante instrumento para a construção de nossas próprias identidades — a individual (somos indivíduos únicos, com nossa própria história pessoal e familiar) e as coletivas (somos parte de um grupo, de uma sociedade, de uma nação). Além disso, ao estudar e analisar as experiências do passado, a História nos ajuda a entender com mais profundidade o mundo que está à nossa volta e pensar em maneiras de agir nele de maneira consciente.

AS FONTES HISTÓRICAS E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Para construir o conhecimento histórico, como o que você encontra, por exemplo, nesse material, os pesquisadores se valem das chamadas fontes históricas ou documentos históricos. E, quando falamos de fontes ou documentos históricos, estamos falando de muitas coisas diferentes, como você pode ver a seguir:

- documentos escritos, como certidões, cartas, contratos, jornais, revistas, livros, ou seja, textos escritos em diferentes materiais (papel, pedra, argila etc.);
- documentos visuais, como desenhos, esculturas, pinturas, fotografias, que são outra forma de registro feita pelo homem;
- documentos orais, como o relato de experiências vividas registradas na memória dos que as viveram. Nas sociedades sem escrita, essa história é recriada através de relatos orais, onde os mais velhos transmitem as tradições e os costumes de seus antepassados aos mais jovens. Esses relatos são fontes fundamentais para o estudo dessas sociedades, como também para o estudo das sociedades em geral;
- documentos sonoros, como músicas e ritmos, discos e discursos também são fontes de estudo das sociedades;
- documentos materiais como roupas, utensílios domésticos, ferramentas, móveis, objetos e construções constituem a chamada cultura material e podem fornecer valiosas informações sobre a vida das sociedades em determinada época.

Mas, esses documentos históricos não falam por si mesmos e não constituem, em si, o que chamamos de História. Os historiadores, quando pesquisam determinado assunto, buscam dar um significado às fontes. O trabalho do historiador começa sempre com uma pergunta: um “por que”, um “como”. A partir deste questionamento, ele seleciona os documentos históricos que possam responder às perguntas formuladas, analisando-os e interpretando-os cuidadosamente. É após todo esse trabalho que se constrói o conhecimento histórico. Sem esquecer que, em suas pesquisas, o historiador recorre também a outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Geografia, a Economia, a Psicologia e a Arqueologia.

Temos ainda um último aspecto na construção do conhecimento histórico: a influência do próprio indivíduo e do tempo. O historiador é também um indivíduo

com sua história, seus valores e crenças e, desta forma, suas conclusões sobre fatos e processos históricos refletem sua interpretação e seu entendimento sobre a realidade. Por isso, a História é também fruto da mentalidade e dos pontos de vista dos historiadores, que se relacionam com a época em que eles vivem. Em outras palavras, o trabalho dos historiadores deve ser considerado no contexto dos valores e ideias em que foi desenvolvido.

Com isso, estamos dizendo que através dos tempos escreveu-se a História que se estava em condições objetivas de escrever, de acordo com as ideias e valores mais importantes de cada tempo. Assim sendo, é possível compreender que as visões de História variam no tempo e no espaço: são dinâmicas, como as sociedades. Por isso, diz-se que em História não existem “verdades absolutas”. Tratando-se de interpretações, é possível, utilizando-se os mesmos documentos, chegar a conclusões diferentes sobre determinado fato histórico.

AS FERRAMENTAS BÁSICAS DA HISTÓRIA

• Tempo

Os homens parecem mais com o seu tempo que com os seus pais

(Provérbio árabe)

Todos nós sabemos que a maneira como as pessoas pensam, agem e se relacionam tem a ver com o tempo em que elas vivem. Muitas vezes percebemos isso ao confrontarmos nossas ideias com as de pessoas mais velhas ou mais novas que nós. Isso quer dizer que, com o passar do tempo, as pessoas mudam seu modo de pensar, de agir, de se relacionar umas com as outras.

Cada acontecimento ou conjunto de acontecimentos traz consequências para a maneira de ser das pessoas e da sociedade. Em outras palavras: o contexto de um determinado tempo influencia a visão de mundo e o comportamento de um indivíduo ou de um grupo.

Por isso, para entendermos a atitude de alguma pessoa ou de um conjunto de pessoas precisamos saber, entre outras coisas, em que período da História elas viveram. Ou seja: precisamos conhecer o seu contexto histórico. Assim, uma pergunta torna-se essencial no estudo da História: quando isso aconteceu?

E em seguida: como viviam as pessoas nesse momento? Ao responder a essas perguntas em relação a diferentes épocas, poderemos perceber as mudanças no modo de vida dos grupos humanos. Uma sociedade, assim como uma pessoa, não é estática, imutável. Ao contrário, ela se transforma com o passar do tempo.

Muitas vezes, as mudanças ocorrem vagarosamente. Em outros momentos, parece que se aceleram, ficam mais rápidas e, então, ocorrem mudanças bruscas. São as rupturas, ocasiões em que as transformações são tantas que criam um novo tipo de sociedade, um outro tipo de vida. As rupturas em geral são resultado da soma de mudanças lentas e rápidas que, articuladas, criam o novo.

Não é difícil entender o que acontece com as sociedades humanas se pensarmos nas nossas vidas. Certamente todos nós tivemos momentos de ruptura em nossa história. E, da mesma forma, tivemos continuidades — características nossas que permanecem ao longo do tempo. E, em meio a rupturas e continuidades, segue a nossa história — e a História da humanidade.

• Espaço

As diferenças entre as pessoas e as sociedades não se explicam somente pelo tempo em que vivem ou viveram. Além de saber o seu contexto histórico, outro fator fundamental é conhecer seu contexto espacial. Ou seja: além de saber a época, é importante saber o lugar onde determinado grupo ou indivíduo vive ou viveu.

Vamos pensar em um exemplo. Uma pessoa que nasceu e cresceu na área rural no Brasil e uma pessoa que nasceu e cresceu numa cidade grande no litoral, ainda que vivam numa mesma época, estão em contextos espaciais muito diferentes. Esse contexto, portanto, influencia seu modo de ser e agir. Da mesma maneira, podemos pensar as sociedades humanas — o lugar em que elas vivem tem importância para suas características.

Isso não quer dizer que o lugar determine o modo de ser de uma sociedade. As pessoas recebem influências externas, e elas próprias mudam com o passar do tempo, provocando transformações no mesmo espaço em que vivem. O espaço muda e as pessoas mudam com ele.

Muitas vezes, estar em algum lugar, num determinado espaço, significa estar em um tempo diferente daquele de outras pessoas em outro lugar. Como se explica isso? Vamos pensar.

Uma vida mais agitada, mais acelerada, mais cheia de acontecimentos, parece passar mais rápido, não é verdade? Quando temos o dia lotado de afazeres, o tempo parece passar mais rápido, não é assim?

A mesma coisa ocorre com as sociedades humanas. Em lugares onde há menor diversidade de atividades acontecendo, o tempo parece passar mais devagar, as mudanças parecem ser mais lentas e as permanências mais resistentes. Há pessoas que vivem numa mesma época, mas por viverem em lugares diferentes, parecem viver em tempos diferentes.

Em outras palavras: o espaço se relaciona com o tempo. E vice-versa. Portanto, as perguntas sobre o quando e sobre o onde caminham juntas, seja para entendermos uma pessoa ou uma sociedade.

• Os diferentes níveis da vida social

Sabemos que a História se interessa por todas as atividades humanas, estudando o homem e sua vida em sociedade nas diferentes épocas e lugares. A vida do homem em sociedade está ligada a fatores econômicos, políticos, sociais e culturais.

Os fatores econômicos referem-se às atividades humanas de produção, comércio e consumo. Para sobreviver, em qualquer local e época, os homens precisam de alimentos, abrigo, vestuário, ferramentas e utensílios. Em qualquer sociedade, pelo menos uma parte da população fica responsável pela produção desses bens. A troca de bens entre os homens chama-se comércio e a realização de atividades comerciais implica o consumo de bens por parte dos membros das sociedades.

Os fatores políticos referem-se às diferentes formas de governo e à maneira como funcionam. Ao longo da História tem havido diferentes formas de governar. A origem do poder pode ser encontrada na autoridade, na riqueza ou na força. Em algumas sociedades, o governo está centralizado em uma única pessoa, com poderes absolutos; em outros casos, o governo é compartilhado por algumas pessoas que constituem apenas uma minoria na sociedade; e, em outros, a população tem uma participação maior nas decisões, geralmente através de seus representantes eleitos.

Os fatores sociais e culturais são representados pelo conjunto de manifestações do homem que, vivendo em grupo, trabalhando, lutando, resolvendo problemas,

cria, em cada sociedade, maneiras de pensar, de sentir e de agir. Assim, a religião, os costumes, as artes, a ciência, as leis, as práticas esportivas, entre outras, são manifestações socioculturais importantes das sociedades.

É importante que você entenda que os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais encontram-se interligados e interferem uns nos outros. Assim, o governo de um país toma decisões sobre a economia; e o artista, por exemplo, expressa problemas políticos em sua arte. É fundamental que você perceba as relações existentes entre os diferentes fatores encontrados em cada uma delas.

• Conceitos: fato histórico, conjuntura e estrutura

No trabalho de investigação histórica, bem como na construção desse conhecimento, existem alguns conceitos especialmente importantes, como o de fato histórico, de conjuntura e de estrutura.

A primeira observação que precisamos fazer é que esses três conceitos referem-se a tempos e durações históricas diferentes.

Vamos tentar entender melhor... Para isso, vamos tomar como exemplo a proclamação da República no Brasil.

O fato histórico é um acontecimento singular, único, que não se repete de forma idêntica. A proclamação da República é um fato histórico que ocorreu em determinada data e local (tempo e espaço) e teve uma duração limitada no tempo.

A conjuntura é o conjunto de condições relacionadas e articuladas entre si que caracterizam o cenário onde ocorrem os fatos. Voltando ao nosso exemplo: para que ocorresse a proclamação da República (fato), foram necessárias uma série de condições de natureza política, social, econômica e cultural (conjuntura). As conjunturas têm uma duração mais ampla do que os fatos e, por isso, se modificam de forma mais lenta. Numa mesma conjuntura, ocorrem fatos variados e diferentes, mas que se relacionam entre si.

E a estrutura? Podemos dizer que ela é o conjunto das partes que compõem uma determinada sociedade: a economia, a política, as relações sociais, os valores, as ideias e as crenças. Esta, em termos de duração, é a maior. As estruturas modificam-se com muita lentidão. Considerando nosso exemplo, podemos dizer que a conjuntura favorável ao fato encontrava-se inserida numa base maior, as estruturas de um Brasil Império centralizado, de base agrária, escravista, onde as elites rurais controlavam a política e a economia. Mesmo depois do fato ocorrido e com a mudança de conjunturas, as estruturas permanecem.

As grandes mudanças estruturais são fruto de processos longos e, portanto, levam muito tempo para ocorrer.

COMO USAR ESTE MATERIAL? COMO ESTUDAR HISTÓRIA?

Você pode exercitar a História que aprende, procurando refletir sobre o que lê, analisar de forma crítica o que lê e o que ouve.

Aqui vão algumas sugestões do que deve ser feito com este material:

1. Leia cada texto uma vez para tomar contato com o assunto.
2. Releia o texto com atenção e sublinhe, faça anotações e resumos do que achou importante, do que não entendeu e das ideias principais.

3. Leia com atenção as caixas de texto contendo as sínteses e recapitule o que já sabe e o que precisa ser lido.

4. Não deixe de fazer os exercícios e de responder às perguntas que são feitas ao longo dos textos. Elas ajudam você a raciocinar sobre o que está estudando.

5. No caso de dúvidas, procure esclarecê-las nas aulas, consultando o seu tutor. Não acumule dúvidas! Procure se livrar delas logo! Você também pode (e deve) utilizar o telefone 0800 282 0636 onde há tutores à sua disposição.

6. Dentro das possibilidades de cada um, é possível complementar o estudo da História acompanhando o noticiário (no jornal, na TV e no rádio). Também sugerimos a leitura de bons livros (literatura nacionais ou estrangeiros). Documentários e filmes nacionais de caráter histórico também são uma boa escolha!

Vão aqui outras dicas bem econômicas:

1. Procure relacionar tudo aquilo que ouça ou veja sobre a realidade brasileira e internacional com o que está aprendendo ou aprendeu.

2. Discuta e converse sobre História — com os colegas, com a família, com os amigos (“a História é viva, a História é vida e está na vida”).

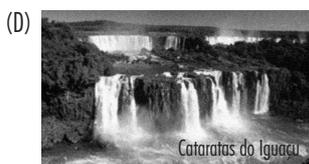
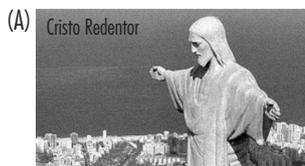
Finalmente, desejamos a você sucesso no estudo que se inicia e aguardamos suas críticas e sugestões para que possamos aperfeiçoar sempre o material que, não se esqueça, é produzido para você!

EXERCÍCIOS

1) (Enem/2007) Não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção intangível da herança cultural dos povos dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial.

Internet: <www.unesco.org.br>

Qual das figuras abaixo retrata patrimônio imaterial da cultura de um povo?



2) (Enem 2012) Portadora de memória, a paisagem ajuda a construir os sentimentos de pertencimento; ela cria uma atmosfera que convém aos momentos fortes da vida, às festas, às comemorações.

CLAVAL, P. Terra dos homens: a geografia. São Paulo: Contexto, 2010 (adaptado).

No texto, é apresentada uma forma de integração da paisagem geográfica com a vida social. Nesse sentido, a paisagem, além de existir como forma concreta, apresenta uma dimensão

- (A) política de apropriação efetiva do espaço.
- (B) econômica de uso de recursos do espaço.
- (C) privada de limitação sobre a utilização do espaço.
- (D) natural de composição por elementos físicos do espaço.
- (E) simbólica de relação subjetiva do indivíduo com o espaço.

3) (Enem 2012) O que o projeto governamental tem em vista é poupar à Nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio. Grande parte das obras de arte até mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico, de que a coletividade brasileira era depositária, têm desaparecido ou se arruinado irremediavelmente. As obras de arte típicas e as relíquias da história de cada país não constituem o seu patrimônio privado, e sim um patrimônio comum de todos os povos.

ANDRADE, R. M. F. Defesa do patrimônio artístico e histórico. O Jornal, 30 out. 1936. In: ALVES FILHO, I. Brasil, 500 anos em documentos. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. (Adaptado)

A criação no Brasil do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, foi orientada por ideias como as descritas no texto, que visavam

- (A) submeter a memória e o patrimônio nacional ao controle dos órgãos públicos, de acordo com a tendência autoritária do Estado Novo.
- (B) transferir para a iniciativa privada a responsabilidade de preservação do patrimônio nacional, por meio de leis de incentivo fiscal.
- (C) definir os fatos e personagens históricos a serem cultuados pela sociedade brasileira, de acordo com o interesse público.
- (D) resguardar da destruição as obras representativas da cultura nacional, por meio de políticas públicas preservacionistas.
- (E) determinar as responsabilidades pela destruição do patrimônio nacional, de acordo com a legislação brasileira.

4) (Enem 2013) No dia 1º de julho de 2012, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a primeira do mundo a receber o título da Unesco de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural. A candidatura, apresentada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foi aprovada durante a 36ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial. O presidente do Iphan explicou que “a paisagem carioca é a imagem mais explícita do que podemos chamar de civilização brasileira, com sua originalidade, desafios, contradições e possibilidades”. A partir de agora, os locais da cidade valorizados com o título da Unesco serão alvo de ações integradas visando a preservação da sua paisagem cultural.

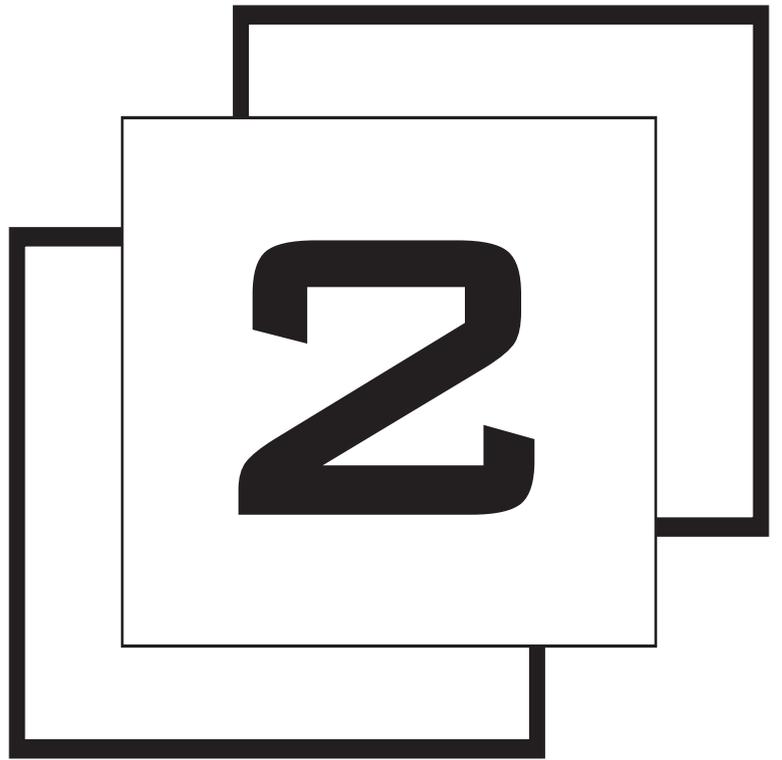
Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 7 mar. 2013 (adaptado).

O reconhecimento da paisagem em questão como patrimônio mundial deriva da

- (A) presença do corpo artístico local.
- (B) imagem internacional da metrópole.
- (C) herança de prédios da ex-capital do país.
- (D) diversidade de culturas presente na cidade.
- (E) relação sociedade-natureza de caráter singular.

GABARITO

- 1) C 2) E 3) D 4) E



**SOCIEDADES INDÍGENAS AMERICANAS,
AFRICANAS E ASIÁTICAS ENTRE OS
SÉCULOS XIV E XV**

INTRODUÇÃO

Mundo, mundo, vasto mundo é um verso de Carlos Drummond de Andrade em um de seus belos poemas. Ele pode nos fazer pensar na imensidão deste planeta, nos seus muitos grupos humanos, nas muitas paisagens e histórias.

A história que estudamos, na maioria das vezes, se concentra no continente europeu e não contempla algumas regiões do nosso vasto mundo. A África, a Ásia e o continente do qual fazemos parte — a América — vêm ocupando um lugar pequeno nos nossos estudos de História até hoje.

Os estudos que iniciamos agora vão justamente dar destaque a sociedades que viveram em áreas do mundo, em geral pouco conhecidas e que foram fundamentais para nossa História — e este “nossa” compreende não apenas a humanidade da qual fazemos parte, mas o Brasil em especial.

O período que vamos abordar são os séculos XIV e XV, uma fase de muitas mudanças na história da humanidade. As relações entre grupos humanos que pouco se conheciam tornaram-se mais próximas, ocorreram novas e intensas migrações e um longo processo de influências recíprocas se iniciou.

Alguém pode estar pensando: mas o que isso tem a ver com as nossas questões de hoje? O que será que a história da China ou da Índia tem a ver com a história do Brasil? Ou, lembrando de um conteúdo de História estudado no ensino fundamental: o que havia nas chamadas “Índias” de tão precioso que levava navegantes e comerciantes da Europa a arriscarem-se em viagens longas e perigosas naquela época? Ou mesmo: por que era tão importante para que esses europeus se conectassem com o Oriente?

Quanto à história indígena do Brasil é difícil imaginar alguém que não veja a sua conexão conosco. Mas como teria sido a relação dos habitantes do nosso território com os seus vizinhos — os moradores de territórios que hoje fazem parte de outros países da América — antes da chegada dos europeus? Se o Brasil com as fronteiras atuais não existia, não era toda a América do Sul, toda a América, um grande território indígena?

Já vimos no capítulo 1 que a História se constrói com base em perguntas, em questionamentos. Portanto, esse é o nosso caminho. Esperamos que ao final do capítulo possamos responder a essas e a outras questões. E também para dar chance a que novas perguntas surjam.

POVOS INDÍGENAS DA AMÉRICA

A América antes da conquista europeia (que se deu a partir de fins do século XV) era um grande território indígena. Isto é, povos nativos habitavam de norte a sul o continente, com suas florestas, planícies e montanhas. O Brasil era parte disso tudo. Mas nem o Brasil como país existia, nem a América tinha este nome nem era dividida em norte, centro e sul, como é hoje.

Havia uma enorme diversidade no modo de vida e na cultura dos povos indígenas da América. Havia aqueles que viviam da pesca, da caça e da coleta de frutos silvestres, tirando diretamente da natureza sua subsistência; havia os que conheciam uma agricultura simples, e se serviam dela como complemento alimentar; e havia ainda aqueles com agricultura desenvolvida, que produziam até mesmo além de suas necessidades e faziam comércio com a produção excedente.

Do norte ao sul da América as sociedades indígenas viviam períodos de conflitos e de paz, de prosperidade e de penúria. Desde os apaches, sioux e comanches da América do Norte aos caríbas das ilhas da América Central, chegando aos patagões no extremo sul da América, grupos indígenas lutavam e se aliavam a povos vizinhos. **Assim, as guerras eram parte integrante da vida das sociedades nativas, estabelecendo ao longo do tempo uma dinâmica de aliança e inimizade com povos próximas que também servia para reafirmar as tradições das comunidades.** As suas religiões eram extremamente ligadas aos fenômenos naturais e aos espíritos dos antepassados.

A diversidade não se encontrava apenas na produção da sobrevivência. Havia grupos nômades, que iam de lugar em lugar, buscando fontes de alimentos e clima favoráveis; havia os seminômades, que, periodicamente, mudavam seu local de moradia, dentro de uma determinada área; e havia ainda os sedentários, que vivam em local fixo — e, entre estes, alguns construíram cidades, grandes templos, pirâmides, observatórios astronômicos, e muitas obras grandiosas.

Nos séculos XIV e XV na América, entre esses últimos grupos citados, destacavam-se os astecas e os maias, cujo território ficava no que é hoje o México, e os incas, na América do Sul, — na região andina (Peru, Equador, Chile). No caso dos maias, que habitavam o sul do México, suas fronteiras iam até a Guatemala atual. Veja em um mapa geográfico onde ficam esses países atualmente (Peru, Equador e Chile para os incas; México e Guatemala para os maias).

Os maias constituíam uma sociedade desde aproximadamente o século IV, com cidades-Estado construídas em torno de templos. Desenvolveram a astronomia e a matemática, entre outros saberes, e deixaram muitos textos escritos. Na sua longa história, enfrentaram conflitos internos e externos, o que finalmente os levou a uma grave crise entre os séculos XIII e XV, desestruturando a sociedade. No entanto, os maias não se extinguíram: sua língua e seus costumes permaneceram, mesmo frente à conquista e à colonização, e até hoje resistem.

Já os astecas, que habitavam o centro do México nesse mesmo período, viviam uma fase de expansão sobre outros grupos indígenas. A grande extensão do Império obrigou-os a criar formas de participação política dos chefes dos grupos dominados, além disso, passaram a ter um numeroso exército e um grande número de funcionários. O poderio do Império asteca se refletia nas cerimônias religiosas e políticas, realizadas nos templos e pirâmides grandiosos da sua capital, Tenochtitlán, atual Cidade do México. A cidade foi construída sobre um sistema de lagos e canais, que faziam dela uma obra admirável de arquitetura urbana.

Nessa mesma época, a cobrança de tributos e a retirada da autonomia das comunidades devido ao crescimento e à centralização do Império asteca causavam grandes descontentamentos. Os funcionários do Império encontravam cada vez mais resistência para receber os impostos cobrados das aldeias e de grupos que eram súditos do grande “tlatoani” (título dado ao imperador) asteca.

Na América do Sul, os incas vinham se afirmando militarmente sobre grupos vizinhos desde princípios do século XIV. No século XIII haviam conquistado a cidade de Cuzco, nos Andes, então controlada por três grupos que se haviam unido e falavam um mesmo idioma: o quíchua. Os incas lutaram contra esses grupos até conseguirem se impor, o que finalmente ocorreu no século XIV. Na vitória final, eram comandados pelo “sinchi” (chefe) Inka Roka, cujo nome passou a designar este grupo vitorioso e

conquistador. Os vencedores então adotaram a língua local, o quíchua, que até hoje é falada por povos da região dos Andes.

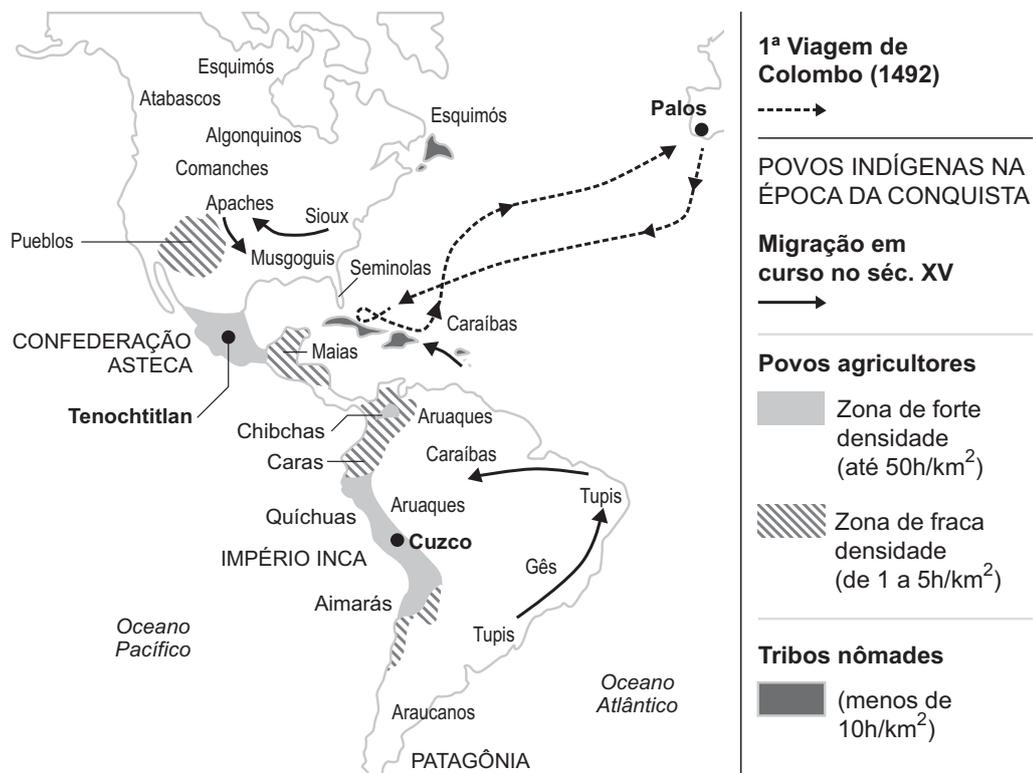
Quando os europeus chegaram às Américas, os incas estavam em plena expansão. Estavam constituindo seu Império, tendo por base um sistema de aldeias comunitárias que produziam e pagavam impostos coletivamente. Essas aldeias eram os "ayllus" e seu chefe, o "kuraka" — responsável pelo recolhimento de impostos e redistribuição interna da riqueza produzida na aldeia. Esses chefes foram ganhando poder e muitas vezes exploravam os camponeses dos "ayllus".

Um breve intervalo, para uma pergunta: esses nomes diferentes (sinchi,

ayllu, kuraka) são para serem memorizados? Para que saber sobre eles? Ora, são títulos, tão importantes para a história das sociedades indígenas da América como o de "faraó" para o Egito Antigo ou o de "césar" para Roma, ou mesmo de "rei" para as monarquias europeias... É claro que não precisamos decorar esses nomes estranhos... mas é sempre bom saber! Assim estamos conhecendo os povos vizinhos do Brasil e aprendendo sobre eles.

É claro que o Brasil e seus povos indígenas faziam parte das Américas. Mas como se trata de uma história ainda mais próxima a nós, um espaço especial foi a eles reservado no nosso estudo. A história dos diversos grupos indígenas no Brasil faz parte da história do povo brasileiro — nunca é demais lembrá-la.

Povos indígenas da América



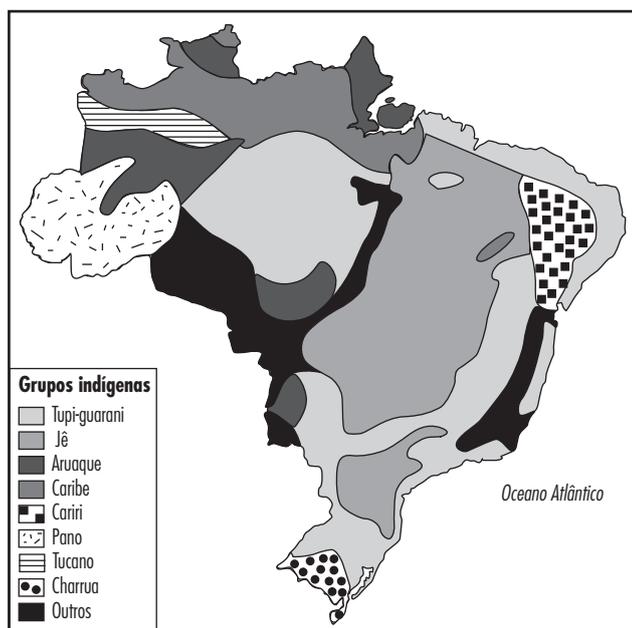
Fonte: PEREGALLI, Enrique. *A América que os europeus encontraram*. São Paulo: Atual, 1986, p. 5. (adaptado)

:: Síntese ::

Entre as características da vida dos povos indígenas da América nesse período, encontramos :

- **diversidade** entre as formas de produção da sobrevivência, cultura e costumes;
- **presença da guerra** e de **alianças políticas** entre povos;
- existência de **sociedades com organização social complexa**, com tecnologias, produção cultural e artística sofisticadas para os padrões de outras sociedades na mesma época (inclusive europeias);
- **declínio do poder** dos maias e **expansão** dos astecas e incas;
- **A resistência** de grupos nativos face ao domínio de grandes impérios e de grupos militarmente mais fortes.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL



Fonte: AGUILAR, Maria Lidia. *Trabalhando com mapas de História do Brasil*. São Paulo: Ática

Comparativo entre estimativas da população indígena moderna e da existente no Século XVI e no ano 2000

Grupos indígenas selecionados e localização	Estimativas da população indígena	
	População indígena moderna	Século XVI
Acre (Rio Purús) Não menos de 16 grupos	3.000-5.000	30.000
Amazonas (Rio Branco) 9 grupos	11.000-16.000	33.000
Tocantins 19 grupos	5.000-5.600	101.000
Nordeste - litoral 7 grupos	1.000	208.000
Nordeste - interior Não menos de 13 grupos	—	85.000
Maranhão 14 grupos	2.000-6.000	109.000
Bahia 8 grupos	—	149.000
Minas Gerais 11 grupos	0-200	91.000
Espírito Santo (Ilhéus) 9 grupos	—	160.000
Rio de Janeiro 7 grupos	—	97.000
São Paulo 8 grupos	—	146.000
Paraná e Santa Catarina 9 grupos	3.200-4.200	152.000
Rio Grande do Sul 5 grupos	—	95.000
Mato Grosso do Sul 7 grupos	6.200-8.200	118.000
Mato Grosso Central Não menos de 13 grupos	1.900-2.900	71.000
Outros	...	786.000
Total	...	2.431.000

No Brasil, quando ainda o Brasil não existia...

Este mapa pode não ser exato, mas traz uma ideia aproximada dos diferentes grupos indígenas que habitavam o que veio mais tarde a ser o território brasileiro, em torno dos séculos XIV-XV.

Vamos observá-lo atentamente e tirar as primeiras conclusões sobre o assunto.

A primeira poderia ser a quantidade de grupos indígenas diferentes, ou seja, a diversidade de povos existentes. Os povos nomeados no mapa poderiam, cada um ou alguns deles, dividir-se em outros subgrupos, falar uma língua diferente, ter religiões diferentes, produzir sua sobrevivência de um modo próprio e distinto uns dos outros.

Devemos destacar que as fronteiras dos territórios que habitavam não se restringiam ao que temos hoje como limites do território brasileiro. Sua área de ocupação e de trânsito era muito mais ampla. E certamente, dentro do que é o território nacional, muito maior do que é reconhecido hoje como área indígena.

No que era o território brasileiro no período, muitos grupos indígenas viviam em constante movimento, seja em processos de busca por melhores fontes de alimento, ou melhores terras, ou na disputa por rotas de contato com outros grupos e no acesso a produtos cobiçados.

Havia disputas, guerras e alianças entre muitos povos. Nesse aspecto, a história dos índios do Brasil não se diferencia da história de outras sociedades. A guerra era parte de sua vida, mas a política de boa vizinhança também. Nas guerras faziam prisioneiros, capturavam mulheres e conquistavam territórios. Com as alianças, garantiam apoio nas suas disputas, ampliavam sua área de influência e tornavam possíveis as trocas comerciais e o aprendizado com outros grupos.

Quase todos os grupos acreditavam que espíritos e seres divinos influenciavam em cada acontecimento do seu cotidiano. Se por acaso chovia, se fazia sol, se uma estrela parecia ter mudado de lugar no céu, se encontravam uma boa caça para se alimentar ou se a pesca não era boa — tudo poderia ser explicado por suas crenças religiosas. Acreditavam que também era possível mudar o rumo dos acontecimentos se conseguissem aprender a se comunicar e a agradar os seres desse mundo espiritual.

Cada uma das regiões do que era o Brasil indígena tinha suas características próprias, ambientais e sociais. Os recursos naturais poderiam, segundo a região, favorecer mais a atividade agrícola ou menos, assim como a pesca, a caça e a coleta de frutos silvestres ou mesmo o artesanato.

Os habitantes do Brasil dos séculos XIV e XV conheciam em grande parte a agricultura, ainda que a maioria a praticasse de forma muito simples. Dominavam recursos naturais para construir suas casas (exemplo: paredes de barro, telhados de palha), para fabricar seus instrumentos de trabalho, de lazer e meios de locomoção (canoas, jangadas).

Havia uma produção artesanal que variava de grupo para grupo, de acordo com os recursos disponíveis e os conhecimentos técnicos. Objetos de cerâmica, de palha de folha de palmeira ou de casca de frutos serviam para o uso cotidiano e muitas vezes recebiam pinturas e adornos, transformando-se em arte.

Mas não era o meio ambiente que definia os padrões de vida. Havia muitos outros fatores. Um deles era a relação que mantinham com outros grupos indígenas. Vamos a um exemplo.

“O intercâmbio cultural entre povos andinos e amazônicos vinha de milênios de convivência. Habitando áreas geográficas muito próximas, compartilhavam costumes, línguas, canções, histórias e sabedorias. A floresta tropical comportava um número expressivo de habitantes e a dinâmica social dos grupos lá estabelecidos era bem mais complexa do que se pensava. O Império Inca, por sua vez, precisou ter uma postura flexível e diplomática para tentar conquistar os povos indígenas que viviam na Amazônia ocidental.

Extensas e antigas redes de comércio de longa distância ligavam os Andes e Amazônia, permitindo um fluxo constante de produtos procedentes das duas áreas. Enquanto penas, algodão, tecidos e plantas subiram a cordilheira, metais (machados de cobre) e tecidos de lã desciam para a floresta.” (Cristiana Bertazoni. A cordilheira e a floresta. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 8, nº 91, abril 2013, p. 24.)

Assim, a expansão dos incas atingiu diretamente a vida desses povos indígenas da Amazônia. Alguns grupos migraram para fugir do domínio dos incas e outros passaram a estabelecer contatos para a realização de trocas e alianças políticas e comerciais. Ou seja: nesse contexto, houve mudanças na história dessas sociedades indígenas da Amazônia.

Pensando sobre os povos indígenas da América

Após tudo o que discutimos sobre os sociedades nativas americanas nos séculos XIV e XV, gostaríamos agora de colocar algumas questões para sua reflexão, baseadas nas ideias do professor Jurandir Bessa Freire, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A primeira delas é: será que, usando o termo “índio”, conseguimos transmitir a enorme diversidade que caracteriza os povos que habitavam nosso continente antes da chegada dos europeus, com suas formas particulares de viver, produzir, acreditar, se comunicar? Certamente que não. Um estudo sobre as línguas faladas na Amazônia no século XVI identificou mais de 700 línguas diferentes!

Ainda hoje, no Brasil, há mais de 200 etnias indígenas, falando 188 línguas, com artes, religiões e conhecimentos específicos. Como resumir, então, toda essa história em uma palavra e uma imagem: o “índio”, geralmente associado a uma pessoa nua ou usando tanga, no meio da floresta, de arco e flecha?

Ao mesmo tempo, é muito comum que as culturas indígenas sejam vistas como atrasadas. Mas, se você reler com atenção as informações contidas nesse capítulo, a que conclusões chegará? Como considerar atrasados povos que desenvolveram um profundo conhecimento sobre a natureza — solos, plantas, animais, colheitas, astronomia — que lhes permitiu garantir sua sobrevivência material e estabelecer intercâmbios econômicos?

Com certeza, o caminho trilhado pelos sábios nativos era diferente do que chamamos hoje de científico, mas, nem por isso, menos capaz de produzir conhecimentos importantes. Quantas vezes conhecimentos tradicionais, transmitidos por pessoas mais velhas, nos ajudam em nossa vida cotidiana? Serão os “cientistas” os únicos a possuir o conhecimento verdadeiro do mundo?

Nesse processo histórico de organizar-se, garantir sua sobrevivência, dominar a natureza, relacionar-se com sociedades vizinhas, os povos indígenas transformaram-se continuamente. Às vezes, migraram para outras regiões; em outros momentos, alteraram suas formas de produção

econômica, suas línguas e crenças em contato com outros povos, americanos ou não. Assim como ocorreu com europeus, africanos, asiáticos ao longo dos séculos. As sociedades nativas não estavam paradas no tempo, congeladas!

Muito pelo contrário, modificaram-se continuamente e estabeleceram novas formas de vida. Conhecer essas mudanças é extremamente importante para entendermos melhor a história da formação da sociedade brasileira, profundamente marcada pela presença das culturas nativas. E para desenvolver uma relação de maior respeito com as etnias indígenas que são parte de nós.

:: Síntese ::

Os grupos indígenas do Brasil, nos séculos XIV e XV apresentavam características importantes, entre as quais podemos destacar:

- diversidade — cultural, linguística, tecnológica — ou seja, havia diferentes grupos, com hábitos e costumes diferentes, falando diversos idiomas e com formas de desenvolvimento distintas;
- presença da guerra como meio de incorporar territórios e pessoas ao universo do grupo;
- mobilidade espacial, pois mudavam de área de moradia e/ou de produção de alimentos de tempos em tempos;
- prática de diferentes atividades econômicas, como a caça, a pesca e a coleta de frutos, juntamente com a agricultura e o artesanato, e as trocas comerciais em alguns casos;
- estreita relação do mundo material com o espiritual, levando a uma importância da religiosidade no dia a dia das pessoas.

OS POVOS DA ÁSIA ORIENTAL (CHINA, ÍNDIA E JAPÃO)

As notícias sobre as terras a leste da Europa percorriam cidades e castelos do continente desde muitos séculos. Durante a chamada Idade Média europeia (séculos V ao XV), estiveram por lá viajantes célebres e quase lendários, como Marco Polo. Esses viajantes trouxeram informações sobre riquezas e reinos poderosos nas terras então distantes do Oriente, de onde vinham produtos muito desejados, especialmente pelos ricos comerciantes e pela nobreza europeia.

Dessas viagens, percorridas por terra, em milhares de quilômetros, atravessando desertos, montanhas e campos que pareciam intermináveis, não só chegavam notícias, mas também novidades em produtos, tecnologias e conhecimentos. Assim, da China vieram o papel e a tinta, a pólvora, a bússola, a seda e a porcelana — produtos de luxo na época. Da Índia foram trazidos os números que utilizamos no cotidiano, muito mais práticos para os cálculos que os algarismos romanos. De lá também saíram as especiarias — temperos e perfumes que causaram tantas disputas e que deram importante estímulo para a expansão marítima europeia.

Além dos produtos e tecnologias, outros conhecimentos como a medicina chinesa, utilizando a acupuntura, a filosofia e os conhecimentos científicos dos indianos cruzavam montanhas, desertos e vales até a Europa, nas caravanas do comércio de longa distância. Grande parte desse comércio era feita por mercadores de origem árabe, muitos deles muçulmanos.

Mas não só o comércio levou produtos do Oriente para a Europa. As guerras e a expansão de alguns povos também levaram. Foi o caso da expansão mongol, com os exércitos de Genghis Khan, no século XIII, que criou a base para o grande Império Mongol. Foram os exércitos mongóis que levaram para a Europa as armas de fogo e a pólvora.

A China

Na China, o século XIV foi marcado pela ascensão de um governo centralizado na Dinastia Ming, que derrotou o imperador mongol. De origem camponesa, o primeiro soberano Ming era um militar. O início do governo da dinastia foi dedicado à defesa (término da construção da Grande Muralha com seus 5.000km) e à retomada de territórios chineses no norte do país.

Esses governantes implementaram, também, uma política de expansão comercial, estabelecendo trocas comerciais com distintas regiões asiáticas. No mesmo período, grandes expedições marítimas, com até mais de cinquenta barcos cada uma, espalharam o nome do imperador chinês na África oriental, a Arábia, a Índia, o Ceilão (atual Sri-Lanka), o Sudeste asiático e o Vietnã. O reconhecimento de sua supremacia possibilitou o estabelecimento de relações tributárias com outras sociedades asiáticas de quem cobravam tributos. Essas ações da Dinastia Ming trouxeram prosperidade à China e atraíram comerciantes e navegantes de outras partes do mundo, em especial os europeus.

Os governantes chineses desse período realizaram uma política de recuperação da agricultura (irrigação, drenagem, reflorestamento e introdução de novos cultivos). A China era um país essencialmente agrícola e a prosperidade da sua área rural garantia o fornecimento de produtos para o comércio e a alimentação de sua gente. O trabalho dos camponeses e dos artesãos era a base da produção de riqueza na China nessa época. Mercadorias como as finíssimas sedas e a porcelana saíam dessas mãos.

O Japão

O Japão vivia sob forte influência cultural e mesmo política da China. Entre os séculos XIII e XVI ocorreram várias guerras internas. Os “shoguns” — chefes da guerra e senhores da terra — e os “samurais” — os guerreiros — faziam parte de uma estrutura de poder que se impunha sobre os camponeses e disputava o domínio sobre territórios. Não havia um rei que dominasse tudo e todas, pois o poder era descentralizado. A aristocracia japonesa era poderosa e reinava sobre as suas parcelas de domínio, sem permitir um poder externo superior.

Os produtos do Japão em grande parte estavam associados às atividades econômicas chinesas. Os japoneses desenvolveram a delicada pintura sobre seda, tornando esse produto ainda mais especial e cobiçado. Além de atividades artesanais, nesse período praticavam a pirataria, principalmente sobre embarcações chinesas. Os japoneses, vivendo num conjunto de ilhas

(num arquipélago, portanto), desenvolveram uma forte atividade naval.

Os europeus chegaram às costas japonesas no século XVI, mas, desde antes, comerciantes japoneses negociavam com mercadores das rotas de longa distância, que cruzavam toda a Ásia, vindos desde o Mar Mediterrâneo.

A Índia

A Índia no século XV estava dividida em sultanatos, ou seja, territórios independentes cujos governantes cheios de poder eram chamados sultões. Diferentes religiões conviviam na Índia. As mais expressivas eram o islamismo, o hinduísmo e o budismo. Na época havia tolerância entre as diferentes religiões.

Na região sul da Índia, nessa mesma época, surgiram muitas cidades de arquitetura luxuosa, como a cidade de Vijayanagar, capital dessa parte do país, com diversos templos e palácios. Hoje, as ruínas dessa cidade-templo ocupam mais de 25km quadrados. Nas cidades reuniam-se as cortes, formadas por muitos estudiosos, filósofos, historiadores ligados aos grandes sacerdotes e sultões. Um verdadeiro grupo de intelectuais e escritores, que deixaram registradas suas ideias e obras em vasta literatura.

Uma das atividades que sustentava toda essa riqueza era a coleta, e a produção e o comércio de gêneros alimentícios (temperos e outros produtos). Pimentas picantes, ervas de cheiro para tempero, corantes alimentícios — que além de dar sabor, serviam como estimulantes e remédios naturais — eram produtos de muito valor. Pensemos: era um tempo sem geladeira, o sal era um produto difícil de se conseguir — como então conservar e dar sabor aos alimentos?

Especialmente no caso da Europa, onde o clima não favorecia o cultivo desses temperos, sua presença na mesa e no preparo de chás e infusões medicinais era muito importante. O sabor e as propriedades das chamadas especiarias tornavam-nas muito valorizadas. A Índia ficava longe da Europa, era um longo caminho por terra, nas rotas das caravanas, o que encarecia os produtos. Os comerciantes de longa distância, muitos deles muçulmanos, de acordo com a instabilidade da região (guerras, conflitos) podiam encontrar dificuldades no caminho, o que encarecia ainda mais as cobiçadas especiarias.

Em 1498, o navegador português Vasco da Gama chegou à cidade de Calicute, no litoral ocidental da Índia. Logo os portugueses travaram alianças com o soberano local para obter especiarias e levá-las à Europa pela via marítima, contornando a África. Depois de três meses de negociação com o “samorim”, soberano de Calicute, e muitos presentes ofertados, os portugueses conseguiram ser aceitos como parceiros no rico comércio até então controlado por comerciantes árabes estabelecidos na Índia. Os comerciantes da expedição de Vasco da Gama, ao retornarem depois de sua bem-sucedida viagem à Índia, venderam as especiarias que lá compraram com lucros de até 6.000%!

Foi o início de uma longa presença portuguesa nessa área, sempre ligada ao comércio de especiarias. Outros tratados comerciais foram feitos entre portugueses e soberanos indianos das cidades costeiras de Diu, Damão, Goa e Cochim, entre outras.

Na verdade, a Índia não era produtora de todas as especiarias, mas centralizava boa parte do comércio desses produtos na região, incluindo os que vinham das ilhas do sul da Ásia. Os comerciantes indianos tinham contatos para trazer importantes produtos como a canela do Ceilão e a noz-moscada das ilhas da Indonésia. No entanto, havia uma especiaria cobiçada

que era de origem indiana: a pimenta-do-reino, que assim ficou conhecida no Brasil por ser vendida pelos portugueses.

Então, vamos tentar responder à pergunta que fizemos na Introdução deste capítulo. Voltemos a ela: o que havia nas chamadas Índias de tão precioso que levava navegantes e comerciantes da Europa a arriscarem-se em viagens longas e perigosas naquela época? Acreditamos que você, após a leitura deste capítulo, já possa elaborar sua resposta.

:: Síntese ::

As sociedades da China, a Índia e o Japão tinham como características nesse período a:

- presença de religiões desde há muito enraizadas nas culturas locais como o hinduísmo e o budismo, convivendo com a religião muçulmana;
- existência de diferentes sistemas políticos, centralizados em monarquias ou marcados pela convivência entre poderes locais;
- produção de variadas mercadorias, de corantes e temperos a tecidos de luxo e joias, e a articulação entre as diferentes regiões através de rotas comerciais. Havia, também, conexões comerciais entre estas e outras áreas da Ásia e da África oriental, pelas vias do comércio marítimo, e da Europa mediterrânea, pelo comércio caravaneyiro;
- importância do comércio de longa distância para a riqueza de soberanos locais e comerciantes.

UM IMPÉRIO SE FORMA NO ORIENTE PRÓXIMO :: OS OTOMANOS

Observe o mapa do Império turco-otomano e localize as cidades de Ankara, Constantinopla, Bursa. Durante o século XIII, vários pequenos Estados de maioria turca disputavam o domínio político dessa região. Esses Estados se afirmaram pela atividade guerreira e pela fé muçulmana, declarando-se sempre guerreiros da fé — soldados do Islã no mundo.

A Turquia era e ainda é uma região muito importante na geopolítica da Europa e da Ásia. É o limite entre os dois continentes, o país que divide e que une, pelas rotas terrestres, Ocidente e Oriente. Vale a pena olhar um mapa e localizar a Turquia nele. E mais: Há alguns anos a Turquia vem pleiteando a adesão plena à União Europeia, da qual é membro associado, mas encontra resistência dentro do Parlamento europeu em razão de sua política interna e do temor de que seu ingresso seja uma “porta aberta aos imigrantes de origem árabe”, o que conflita com a rejeição de setores das sociedades europeias ao aumento da presença islâmica.

Lá no século XIV, um desses Estados alcançou a supremacia sobre os outros e deu início a um forte processo expansionista. Seu governante, chamado Osman (Uthman, em árabe), deu nome ao reino que se formou a partir dessa expansão militar: reino otomano. Os otomanos conquistaram terras e cidades, a leste e a oeste, e fizeram alianças. Sua fama de valentes soldados fazia com que os reis de países vizinhos contratassem seus guerreiros para garantir ou tomar o poder. E assim, o apoio mútuo era estabelecido.

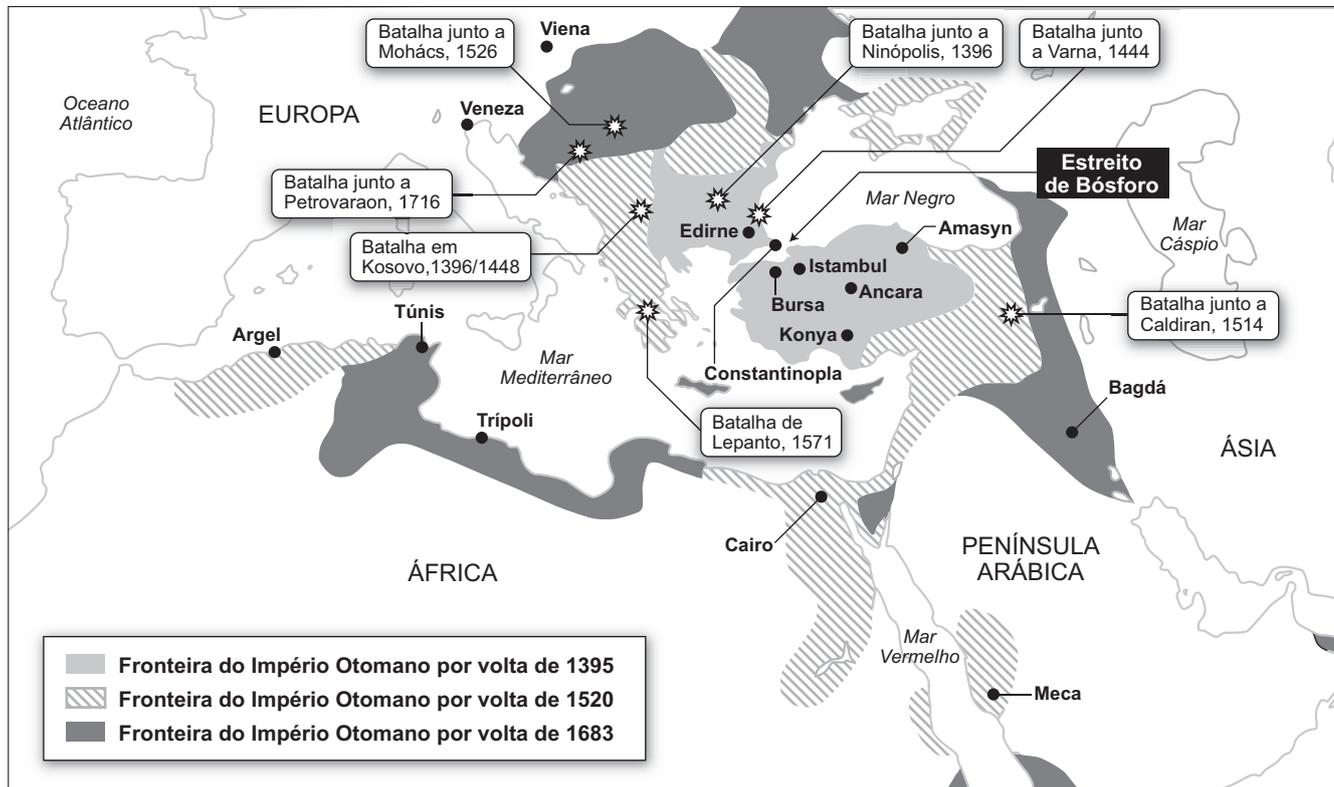
A nobreza otomana (sultões) desenvolvia não só a guerra, mas as artes e a ciência, formando e contratando arquitetos e mestres de obras renomados para suas cidades, bem como geógrafos, técnicos em estudos náuticos e cartógrafos para orientar na atividade marítima e de conquista terrestre.

Em 1453, os otomanos tomaram a importante cidade de Constantinopla, capital do Império Bizantino, a cidade mais importante da Europa oriental mediterrânea e um símbolo do limite entre a cristandade e o mundo muçulmano. A partir daí, invadiram e conquistaram também a Sérvia (na região dos Balcãs) e a Grécia. Assim, todas as vias de contato terrestre da Europa com o Oriente estavam em mãos islâmicas — isto é, muçulmanas. A secular rivalidade entre grupos das duas grandes religiões monoteístas mais uma vez crescia frente ao que os europeus viam como uma ameaça ao cristianismo e ao modo de vida europeu.

Vamos pensar no mundo de hoje. Será que essas questões estão tão distantes de nós? Se pesquisarmos nas manchetes internacionais dos jornais de hoje, que notícias podemos encontrar que se relacionem ou que lembrem os conflitos e temores do século XV entre a Europa e a Ásia Ocidental?

Confira no mapa as fases da expansão turco-otomana.

Império turco-otomano

**:: Síntese ::**

Estas são algumas das características da expansão otomana (e, portanto, da formação do Império Otomano):

- presença da religião muçulmana como fator de união entre povos turcos antes dispersos e nômades;
- desenvolvimento de uma produção artística e cultural nas cidades conquistadas, com florescimento da ciência e das técnicas;
- expansão para o oeste ganhou territórios do Império Bizantino e diversas áreas da Europa mediterrânea e Balcãs;
- a tomada de Constantinopla (1453) provocou reações na Europa cristã;
- o comércio com o Oriente passou a ser controlado em boa parte pelos otomanos, que não impediram sua continuidade, mas criaram barreiras e impostos, levando mercadores e soberanos europeus a buscarem novas rotas para chegar às desejadas especiarias.

POVOS DA ÁFRICA



A África está em nós.

Em nós, brasileiros, pelas origens de uma parte considerável de nossos antepassados. E mesmo que não sejam nossos antepassados biológicos, os africanos são culturalmente parte inseparável da História de todos nós, brasileiros. Além disso, a África é o lugar onde a humanidade teve sua origem.

Assim como no continente americano, na África havia, entre os séculos XIV e XV, populações muito diversas na sua organização social, política e econômica. Havia alguns poucos grupos humanos vivendo apenas da caça, da pesca e da coleta de frutos silvestres. Havia grupos de pastores nômades, que subiam e desciam ao longo do leito de rios, e que tinham uma agricultura simples. Outros grupos também praticavam uma agricultura simples para sobrevivência, mas eram sedentários. Também havia povos que realizavam uma agricultura geradora de excedente, o que criava condições para o comércio. E havia ainda aqueles que, além da agricultura e do comércio, praticavam a mineração e extraíam ouro das ricas minas da África.

Entre esses últimos, havia sociedades africanas com antiga e importante atividade comercial com a Europa, com o mundo árabe, com a Índia e com a China. As caravanas de comércio percorriam longas distâncias, levando mercadorias africanas (ouro, marfim, sal do deserto, pimentas, peles de animais) e trazendo produtos de diversas partes do mundo para serem vendidos na África, principalmente

para os nobres locais. Era o chamado comércio de longa distância.

Houve sociedades africanas que enriqueceram com esse tipo de comércio. Algumas delas criaram reinos que se tornaram verdadeiros impérios — grandes e poderosos. Um deles foi o reino do Mali, na África ocidental. O reino do Mali surgiu por volta do século XIII, numa região no alto do rio Níger, na fronteira entre a Guiné e o atual Mali, sob o comando do povo “malinquê” — conhecido também como povo mandinga. Eram famosos porque, além de valentes guerreiros, conheciam as artes mágicas da feitiçaria. Mas os soberanos do reino do Mali não se diziam feiticeiros, e eram muçulmanos. E, como bons muçulmanos que queriam ser, tinham que viajar pelo menos uma vez na vida até a cidade sagrada de sua fé: Meca, na Península Arábica (veja no mapa).

Um desses reis, Kankan Mussa, fez uma peregrinação a Meca que impressionou a todos pelo luxo de sua comitiva. Levava muito ouro e uma Corte de pessoas ricamente vestidas, além de escravos. Toda essa riqueza atraiu para o reino do Mali muitos comerciantes, além de artistas e estudiosos do mundo árabe. Geógrafos, escritores, estudiosos da religião muçulmana foram conhecer e ganhar a vida em Tombuctu, uma das mais importantes cidades daquele reino e um dos grandes centros de produção de conhecimento daquele tempo. Em Tombuctu havia várias escolas corânicas (escolas religiosas da religião muçulmana, o Islamismo) e centros de estudos religiosos. Os livros eram uma

das mercadorias mais valorizadas no local.

Toda essa riqueza se sustentava nos tributos pagos pelas aldeias submetidas ao reino, na exploração das minas de ouro e no comércio de longa distância. Mas o reino do Mali acabou se desagregando no século XV, justamente por não conseguir manter o controle sobre suas fronteiras. Atingido pelas consequências da presença portuguesa a oeste e da pressão de um novo reino africano que se fortalecia a leste, Mali perdeu sua força.

O novo reino que se formava acabou conquistando boa parte do antigo Mali. Era o reino de Songhai, que também cresceu e formou um império, ainda maior que o reino do Mali. Seus governantes eram do povo “soninké”. O território de Songhai era dividido em vice-reinados e províncias, e tinha um exército profissional para garantir sua estabilidade e dar segurança ao comércio. Os soberanos desse reino, entre muitas outras iniciativas, investiram em melhorias na agricultura, trazendo técnicos judeus conhecedores do assunto, e unificaram pesos e medidas dentro das fronteiras do reino.

Enquanto isso acontecia na África Ocidental (onde ficavam Mali e Songhai), no sul da África Oriental, às margens do Oceano Índico, crescia e tomava força um outro reino igualmente rico e poderoso. Tratava-se do reino de Muene Mutapa, que existia desde séculos anteriores, mas alcançou especial esplendor no século XV. O povo “shona”, que fundou esse reino, ergueu na época impressionantes construções de pedra que existem até hoje na atual Zimbábue. A riqueza do reino vinha do comércio de objetos de ferro, fabricados a partir de matérias-primas de suas minas e de uma técnica sofisticada de metalurgia. Esse reino comerciava pelo porto de Sofala (em Moçambique atual) os seus produtos e os escravos que capturava nas guerras que promovia. A Índia era um de seus principais compradores.

Vejamos então: reinos ricos e poderosos na África, em permanente contato com o Oriente e a Europa. Muito diferente da ideia que se tem da história dos povos desse continente, não é verdade? Vamos pensar nessas diferenças e tentar entendê-las.

Esse era o mundo africano nos séculos XIV e XV, tão diverso, tão atraente para os olhos cheios de interesse dos europeus, em especial os portugueses — tão próximos da África pela geografia e pela história de seu país. Ouro da África, riquezas, terras sem fim. Não sem razão os portugueses iniciaram a expansão marítima pelo norte da África. No ano de 1415, tomaram a cidade de Ceuta, antigo porto norte-africano. Dali começaram a contornar o litoral africano em direção ao Oceano Atlântico, deram nomes aos acidentes geográficos que percebiam, marcando caminhos.

Aos poucos, conseguiram chegar até alguns pontos do litoral africano, fazer alianças com os povos do lugar e começar a comerciar com eles por esta via — o Oceano Atlântico. Cada vez as expedições iam mais longe... Chegaram ao Golfo da Guiné, onde vieram a fundar o forte de São Jorge da Mina, e também à desembocadura do rio Zaire, que os levou ao poderoso reino do Kongo, no interior. Esse reino, que tinha o tamanho de um quarto do território francês de hoje, era governado pelo manikongo (título de seus reis), e o povo “bakongo” era a sua base. Esses reis ampliaram no século XV as fronteiras de seu reino através de guerras e alianças matrimoniais — casavam-se com as filhas de chefes de povos vizinhos e recebiam o domínio de novas áreas.

A riqueza do reino do Congo era obtida de diferentes formas. Primeiramente,

através do trabalho agrícola, o qual, apesar da terra pouco fértil, era muito desenvolvido em termos de tecnologias para aproveitamento do solo. Outra forma de riqueza era o comércio de ferro e de sal. Comerciava-se também objetos de cobre, joias, objetos de marfim — antes mesmo da chegada dos portugueses em 1483. Quando estes chegaram, o comércio se intensificou e passou a ter como mercadoria algo muito precioso para os portugueses na época: os escravos.

Finalmente, em 1488, os navegantes portugueses deram a volta ao sul do continente e chegaram ao Oceano Índico. Estava descoberto o caminho marítimo para as Índias, como ficou registrado. Mas, além da Índia e suas riquezas, essas navegações colocaram os portugueses em contato com sociedades do litoral da África Oriental e com todo o ativo comércio dessa região. Imaginem quantas possibilidades eles viram!

Novas rotas se criaram, novos caminhos... Esses caminhos acabaram por conectar a África ao Brasil — e foi o começo de uma nova fase da nossa História.

:: Síntese ::

Algumas das características que podemos assinalar sobre os povos africanos entre os séculos XIV e XV são:

- diversidade de povos, idiomas, culturas, religiões;
- a produção da sobrevivência e das riquezas era realizada de diferentes formas, entre os diferentes grupos e nas diferentes regiões;
- havia ativo e permanente contato comercial dentro do continente (sobretudo nas rotas de caravanas pelo deserto do Saara) e para fora do continente, com o mundo árabe-muçulmano, com a Europa e com o Oriente.

Aqui terminamos este capítulo. Faça uma revisão do que estudou, procure anotar as principais ideias e informações. E, como exercício, responda às perguntas formuladas ao longo do texto. Para aprender ainda mais, elabore e responda perguntas com base nos quadros de síntese. Isso pode ser feito em dupla, em grupo ou individualmente.

E atenção: o próximo capítulo tem estreita relação com o que acabamos de ver. Perceber essas ligações é fundamental no seu estudo. Retorne ao texto do capítulo sempre que tiver dúvidas.

Vamos lá?

EXERCÍCIOS

1) (Enem/2009) *Os Yanomami constituem uma sociedade indígena do norte da Amazônia e formam um amplo conjunto linguístico e cultural. Para os Yanomami, uruhi, a “terrafloresta”, não é um mero cenário inerte, objeto de exploração econômica, e sim uma entidade viva, animada por uma dinâmica de trocas entre os diversos seres que a povoam. A floresta possui um sopro vital, wixia, que é*

muito longo. Se não a desmatarmos, ela não morrerá. Ela não se decompõe, isto é, não se desfaz. É graças ao seu sopro úmido que as plantas crescem. A floresta não está morta pois, se fosse assim, as florestas não teriam folhas. Tampouco se veria água. Segundo os Yanomami, se os brancos os fizerem desaparecer para desmatá-la e morar no seu lugar, ficarão pobres e acabarão tendo fome e sede.

ALBERT, B. Yanomami, o espírito da floresta. *Almanaque Brasil Socioambiental*. São Paulo: ISA, 2007 (adaptado).

De acordo com o texto, os Yanomami acreditam que:

- (A) a floresta não possui organismos decompositores.
- (B) o potencial econômico da floresta deve ser explorado.
- (C) o homem branco convive harmonicamente com uríhi.
- (D) as folhas e a água são menos importantes para a floresta que seu sopro vital.
- (E) Wixia é a capacidade que tem a floresta de se sustentar por meio de processos vitais.

2) (Enem/2009) *O índio do Xingu, que ainda acredita em Tupã, assiste pela televisão a uma partida de futebol que acontece em Barcelona ou a um show dos Rolling Stones na praia de Copacabana. Não obstante, não há que se iludir: o índio não vive na mesma realidade em que um morador do Harlem ou de Hong Kong, uma vez que são distintas as relações dessas diferentes pessoas com a realidade do mundo moderno; isso porque o homem é um ser cultural, que se apoia nos valores da sua comunidade, que, de fato, são os seus.*

GULLAR, F. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19 out. 2009. (adaptado)

Ao comparar essas diferentes sociedades em seu contexto histórico, verifica-se que:

- (A) pessoas de diferentes lugares, por fazerem uso de tecnologias de vanguarda, desfrutaram da mesma realidade cultural.
- (B) o índio assiste ao futebol e ao show, mas não é capaz de entendê-los, porque não pertencem à sua cultura.
- (C) pessoas com culturas, valores e relações diversas têm, hoje em dia, acesso às mesmas informações.
- (D) os moradores do Harlem e de Hong Kong, devido à riqueza de sua História, têm uma visão mais aprimorada da realidade.
- (E) a crença em Tupã revela um povo atrasado, enquanto os moradores do Harlem e de Hong Kong, mais ricos, vivem de acordo com o presente.

3) (Enem/2010) O Império Inca, que corresponde principalmente aos territórios da Bolívia e do Peru, chegou a englobar enorme contingente populacional. Cuzco, a cidade sagrada, era o centro administrativo, com uma sociedade fortemente estratificada e composta por imperadores, nobres, sacerdotes, funcionários do governo, artesãos, camponeses, escravos e soldados. A religião contava com vários deuses, e a base da economia era a agricultura, principalmente o cultivo da batata e do milho. A principal característica da sociedade inca era a:

- (A) ditadura teocrática, que igualava a todos.
- (B) existência da igualdade social e da coletivização da terra.
- (C) estrutura social desigual compensada pela coletivização de todos os bens.
- (D) existência de mobilidade social, o que levou à composição da elite pelo mérito.

(E) impossibilidade de se mudar de extrato social e a existência de uma aristocracia hereditária.

4) (Enem/2010) *Os vestígios dos povos tupi-guarani encontram-se desde as Missões e o rio da Prata, ao sul, até o Nordeste, com algumas ocorrências ainda mal conhecidas no sul da Amazônia. A leste, ocupavam toda a faixa litorânea, desde o Rio Grande do Sul até o Maranhão. A oeste, aparecem (no rio da Prata) no Paraguai e nas terras baixas da Bolívia. Evitam as terras inundáveis do Pantanal e marcam sua presença discretamente nos cerrados do Brasil central. De fato, ocuparam, de preferência, as regiões de floresta tropical e subtropical.*

PROUS, A. *O Brasil antes dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Os povos indígenas citados possuíam tradições culturais específicas que os distinguiam de outras sociedades indígenas e dos colonizadores europeus. Entre as tradições tupi-guarani, destacava-se:

- (A) a organização em aldeias politicamente independentes, dirigidas por um chefe, eleito pelos indivíduos mais velhos da tribo.
- (B) a ritualização da guerra entre as tribos e o caráter semisedentário de sua organização social.
- (C) a conquista de terras mediante operações militares, o que permitiu seu domínio sobre vasto território.
- (D) o caráter pastoril de sua economia, que prescindia da agricultura para investir na criação de animais.
- (E) o desprezo pelos rituais antropofágicos praticados em outras sociedades indígenas.

5) (UFSCar/2004) Observe as imagens, que pertencem ao manuscrito de um cronista inca, "Guaman Poma de Ayala" (1526–1614).

Leia as afirmações seguintes, a respeito dos incas.

- I. Praticavam a agricultura da batata.
- II. Utilizavam arado de tração animal.
- III. Homens e mulheres trabalhavam nas atividades agrícolas.
- IV. Tinham calendário agrícola, respeitando épocas de plantar e colher.
- V. Tinham uma escrita própria, desenvolvida desde o século XIV.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, IV e V, apenas.
- (D) I, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

6) (PVS–Cederj/2007) O continente americano, quando da chegada de Colombo em 1492, possuía uma população hoje estimada entre 80 e 100 milhões de habitantes. Sobre essa população, são corretas as alternativas abaixo, COM EXCEÇÃO DE:

- (A) a grande diversidade linguística e cultural encontrada entre as sociedades nativas;
- (B) a concentração da maioria da população em uma pequena percentagem da superfície do continente;

(C) a pluralidade de formas de organização político-sociais encontradas entre as sociedades;

(D) a variedade de formas de organização da economia existentes;

(E) o baixo desenvolvimento cultural desses povos em relação aos conquistadores europeus.



7) (PVS—Cederj/2007) *El-Rei Dom João II, querendo descobrir as Índias Orientais, mandou diversos navios pela costa da África a reconhecerem esta navegação; os quais, havendo já achado as Ilhas de Cabo Verde e a Ilha de São Tomé, correndo a costa, viram o rio Zaire [...] e tiveram ali boa prática com aquelas gentes e as souberam corteses e amoráveis. Depois expediu para o mesmo efeito outros navios a buscarem este comércio de Congo; os quais, vendo livre o trato e o proveito e a gente amigável, deixaram lá alguns Portugueses para aprenderem a língua e negociarem com elas, entre os quais ficou também Padre de Missa [...]* (Relação do Reino do Congo e das Serras circunvizinhas, de Fillippo Pigafetta e Duarte Lopez, 1591)

Em 1493, os portugueses chegaram à foz do rio Zaire, entrando em contato com o poderoso reino do Congo. Tratava-se de um reino forte e estruturado, dividido em várias províncias incluindo diferentes povos. Leia as seguintes afirmativas sobre o reino do Congo e em seguida marque a alternativa correta.

I — O reino do Congo se localizava na região conhecida hoje como África centro-ocidental, incluindo uma área ao norte de Angola e um parte dos países que se chamam Congo atualmente.

II — O território do reino do Congo foi ampliado no século XV por meio de alianças matrimoniais e guerras de conquista.

III — A expansão muçulmana alcançou o Congo no século XV e este se tornou o primeiro reino africano islamizado ao sul do Equador.

IV — No reino do Congo se comerciava objetos de cobre e marfim antes da chegada dos portugueses.

Assinale:

(A) Se as afirmativas I, II e III estão corretas.

(B) Se as afirmativas II, III e IV estão corretas.

(C) Se as afirmativas I, II e IV estão corretas.

(D) Se as afirmativas I, III e IV estão corretas.

(E) Se todas as afirmativas estão corretas.

8) (UFMG/2007) No final do século XV e início do XVI, quando os europeus conquistaram o continente americano, este era habitado por inúmeros grupos étnicos, com diferentes formas de organização econômica e político-social. Considerando-se o Império Inca, é INCORRETO afirmar que:

(A) a agricultura, base da sua economia, era praticada nas montanhas andinas, por meio de um sofisticado sistema de produção, que incluía a irrigação e a adubação.

(B) o Estado era centralizado, com o poder político concentrado nas mãos do Inca, o imperador, e sua sociedade era rigidamente hierarquizada.

(C) seu domínio se estendia ao longo da Cordilheira dos Andes, ocupando parte dos atuais territórios da Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile e noroeste da Argentina.

(D) um deus criador e protetor da vida e da natureza era cultuado segundo uma doutrina monoteísta e, para ele, foram construídos diversos templos.

9) (Enem 2013) A África também já serviu como ponto de partida para comédias bem vulgares, mas de muito sucesso, como *Um príncipe em Nova York* e *Ace Venture: um maluco na África*; em ambas, a África parece um lugar cheio de tribos doidas e rituais de desenho animado. A animação *Rei Leão*, da Disney, o mais bem-sucedido filme americano ambientado na África, não chegava a contra o elenco de seres humanos.

LEIBOWITZ, E. Filmes de Hollywood sobre África ficam no clichê. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 17 abr. 2010.

A produção cinematográfica referida no texto contribui para a construção de uma memória sobre a África e seus habitantes.ssa memória enfatiza e negligencia, respetivamente, os seguintes aspectos do continente africano:

(A) A história e a natureza.

(B) O exotismo e as culturas.

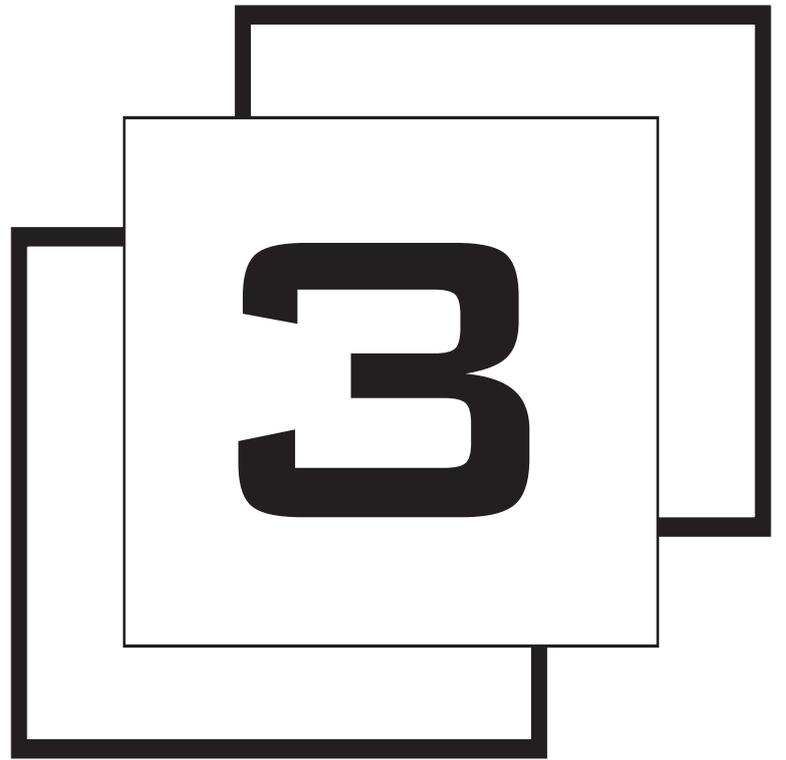
(C) A sociedade e a economia.

(D) O comércio e o ambiente.

(E) A diversidade e a política.

GABARITO

1) E 2) C 3) E 4) B 5) B 6) E 7) C 8) D 9) B



**AS TRANSFORMAÇÕES DA EUROPA
OCIDENTAL ENTRE OS SÉCULOS XIV E XVI**

INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, vimos como viviam e se organizavam povos que habitavam diferentes continentes entre os séculos XIV e XVI. Da diversidade de culturas encontrada entre as sociedades nativas do continente que veio a ser conhecido como América até os grandes impérios do Oriente, com seus lucrativos circuitos comerciais e tradições milenares, o “vasto mundo” do poeta se aproximou um pouco mais de nós. É muito importante que você tenha em mente essa aproximação, porque a história que enfocamos neste módulo tem como uma de suas principais características a intensificação das relações culturais, políticas, sociais e econômicas entre as sociedades dos vários continentes. Relações que fizeram do “mundo, vasto mundo” um lugar mais conhecido e integrado.

Não é à toa que alguns autores chegam a afirmar que a globalização, fenômeno sobre o qual tanto ouvimos falar nos nossos dias, teve início no século XV, quando os contatos e as trocas entre os continentes se fortaleceram. Nesse processo, os europeus desempenharam um papel preponderante e é para eles que nos voltamos agora. Nosso objeto de estudo, neste capítulo, é a sociedade europeia ocidental entre os séculos XIV e XVI.

Estudar a história da Europa nesse período é tratar de uma série de processos que produziram importantes transformações. Entre elas, podemos citar o desenvolvimento da atividade comercial e da burguesia, a centralização política que propiciou o surgimento das monarquias da Época Moderna, o movimento renascentista e as reformas religiosas.

Finalmente, podemos registrar o surgimento da sociedade do Antigo Regime, que substituiu a organização feudal medieval, reunindo aspectos tradicionais e modernos. Foram os homens e as mulheres dessa sociedade que estiveram à frente das caravelas que aportaram na América, África e Ásia e dos primeiros núcleos de povoamento estabelecidos fora da Europa. Quem eram essas pessoas? Em que tipo de sociedade viviam e quais eram seus valores? O que os levou a querer ocupar e dominar territórios tão distantes? Essas são algumas das perguntas que pretendemos responder no decorrer do capítulo.

AS MUDANÇAS NA SOCIEDADE FEUDAL EUROPEIA

Conhecendo a sociedade feudal

No início do século XI, grande parte dos habitantes da Europa ocidental era composta de camponeses que viviam em propriedades rurais, ao redor da liderança e da autoridade de um nobre, um aristocrata. Essas propriedades rurais, que chamamos de **feudos**, eram o universo conhecido desses camponeses. E, mesmo os nobres, donos das terras e detentores do poder econômico e político, não iam muito mais longe em seu conhecimento do mundo que os cercava.

Vivendo nas terras dos nobres feudais, os camponeses praticavam a agricultura e a criação de animais, lutando com esforço por sua sobrevivência e fazendo pequenas trocas nas feiras que se realizavam dentro dos feudos. Muitas vezes, as colheitas mal davam para alimentar suas famílias e pagar os impostos, o que provocava uma permanente subnutrição, deixando as pessoas frágeis diante das doenças e colaborando para os altos índices de mortalidade.

O comércio de longa distância nunca desapareceu na Europa, mas podemos

dizer que durante a Idade Média (séculos V-XV) concentrava-se em produtos de luxo direcionados a uma minoria da população. Os centros urbanos também perderam muito em habitantes e importância, mas permaneceram existindo como locais para atividades artesanais, administrativas e religiosas.

Os laços entre camponeses e nobres se organizavam através da servidão, relação de trabalho que estabelecia obrigações entre ambos. Tornando-se servo de um nobre, o camponês conseguia o direito de cultivar uma porção de terra, que seria utilizada por seus filhos após sua morte, além da garantia de proteção. Em troca, o servo deveria cumprir certas obrigações, como trabalhar nas terras do senhor feudal, e pagar determinadas taxas, como uma parte de sua colheita. Havia o compromisso de que o servo não abandonaria a terra. Desta forma, o senhor feudal garantia um fluxo de riquezas para suas mãos, fortalecendo sua posição de domínio na sociedade.

Esses senhores eram responsáveis pela administração da justiça e pela proteção militar das pessoas que moravam em sua propriedade, arcando com o custo da manutenção de exércitos particulares. Muitos deles também podiam cobrar taxas extras dos moradores do feudo ou de viajantes que atravessassem determinada região.

Transformações econômicas e sociais a partir do século XI

O cenário europeu que acabamos de descrever brevemente começou a apresentar algumas alterações já no século XI. Uma das razões foi o fim das invasões de povos estrangeiros, o que provocou a diminuição das guerras e do número de mortos entre os europeus. Por outro lado, os camponeses adotaram novas tecnologias agrícolas que permitiram o aumento da produtividade e proporcionaram uma melhor alimentação, resultando também em menos mortes. Assim, a população europeia apresentou um crescimento a partir do ano 1000.

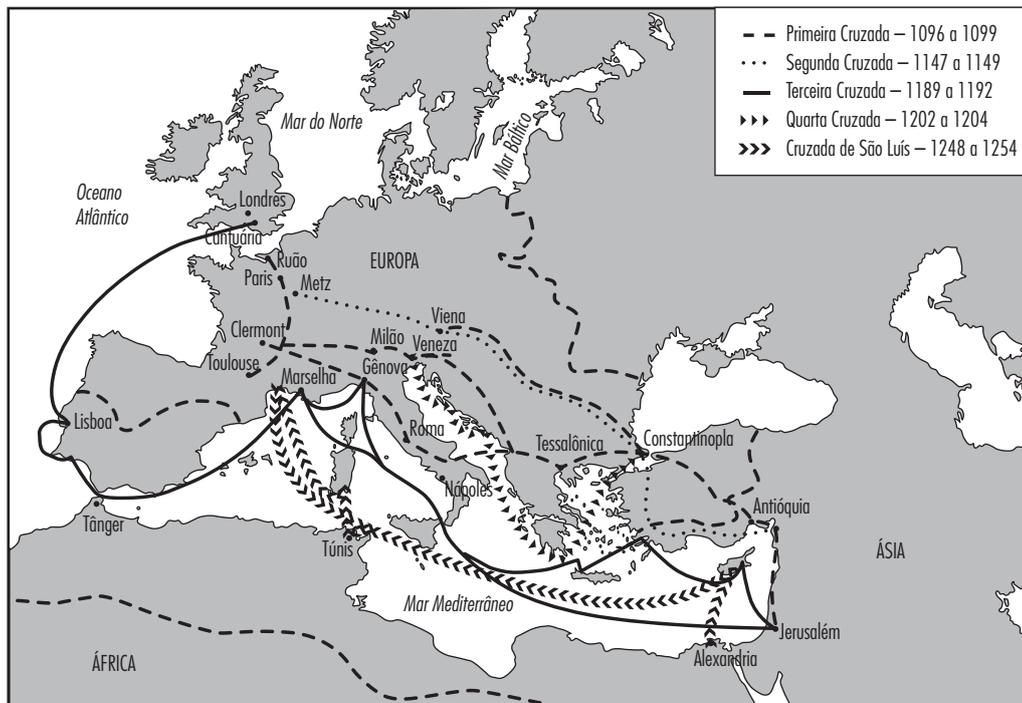
O aumento da produtividade dos servos também fez surgir um excedente, ou seja, uma parte da colheita que sobrava após o pagamento dos impostos e dos gastos com alimentação. Para aqueles camponeses que conseguiam obter esse excedente, uma boa alternativa era tentar vendê-lo no mercado, dentro do feudo ou em áreas próximas. Com isso, as trocas comerciais começaram a se intensificar e alguns camponeses aumentaram suas rendas.

Por outro lado, o comércio de longa distância se intensificou a partir dos contatos comerciais feitos em torno do Mar Mediterrâneo com mercadores da África e Ásia. Para isso, o movimento religioso das Cruzadas, ocorrido entre os séculos XI e XIII, foi fundamental. As expedições europeias reuniram milhares de homens que, em seu caminho para a Palestina, conheceram e levaram para a Europa uma infinidade de produtos de luxo vindos de diferentes e distantes lugares — e aí se incluem os temperos, perfumes, tecidos e joias das Índias, além de ouro e pimenta da África.

Observe no mapa as rotas das Cruzadas e veja como elas conectam a Europa com a África e Ásia.

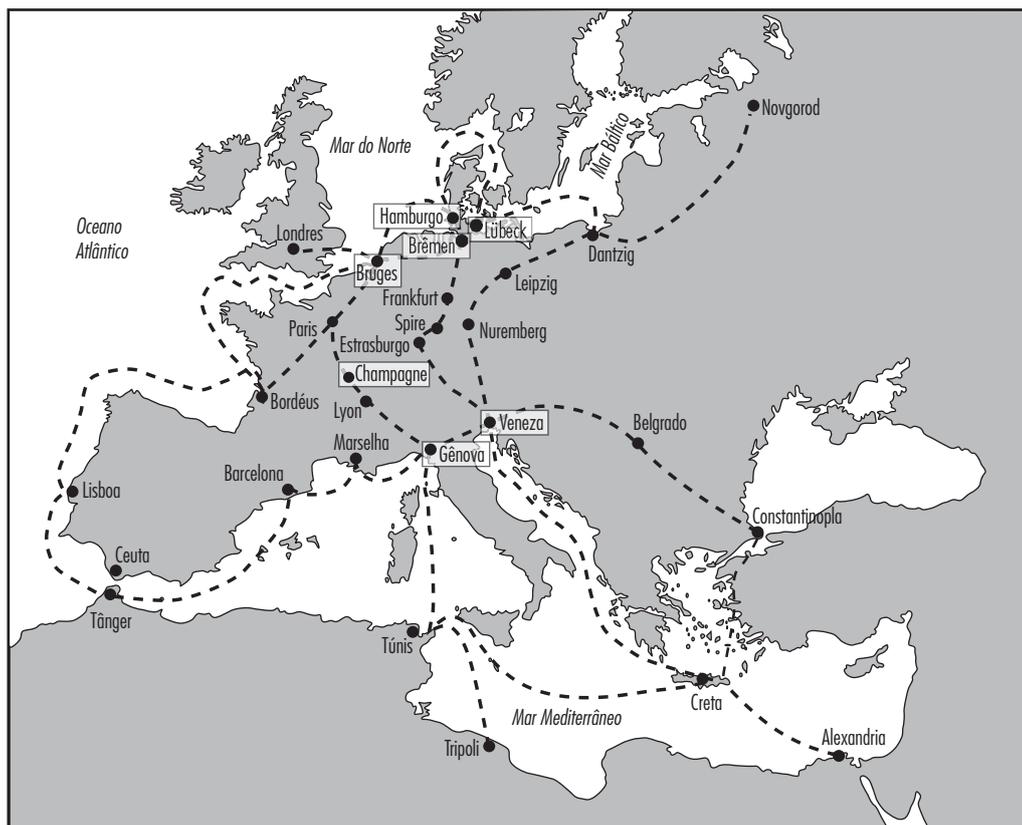
Em fins do século XIII, vamos encontrar uma Europa bem mais agitada. Rotas comerciais cortavam todo o continente, levando diferentes produtos. Os comerciantes italianos, principalmente das cidades de Veneza e Gênova, eram os responsáveis pelos contatos com o Oriente e obtinham enormes lucros revendendo na Europa as mercadorias orientais. Ao mesmo tempo, na região norte, uma intensa atividade comercial distribuía alimentos e matérias-primas pela Europa. Outras áreas centrais, localizadas onde hoje é a França, se especializaram na produção e distribuição de alimentos e tecidos.

As Cruzadas



Fonte: PEDRO, Antonio. *História em mapas*. São Paulo: Moderna, 1983. (adaptado)

Comércio europeu no fim da Idade Média



SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual, 1985. (adaptado)

O desenvolvimento do comércio teve duas consequências importantes para a sociedade feudal. A primeira delas foi o crescimento dos centros urbanos, onde se realizavam não só as trocas comerciais como também as atividades bancárias — empréstimo de dinheiro e câmbio de moedas diferentes, por exemplo. Era nas cidades que moravam os comerciantes e banqueiros enriquecidos e surgiam ou se multiplicavam as universidades e escolas.

Assim, a vida urbana ganhou importância e abriu novas perspectivas para as pessoas. No caso de um camponês, por exemplo, morar na cidade podia significar a conquista de um emprego numa oficina de artesanato, numa loja ou na casa de um comerciante, levando-o a fugir da exploração do senhor feudal e melhorar suas condições de vida. Por isso, as cidades atraíram um grande número de servos. Observe no mapa como cidades e rotas comerciais se cruzavam na Europa.

A segunda consequência importante do crescimento do comércio foi o surgimento de um novo grupo social, formado pelos comerciantes enriquecidos e que chamamos de burguesia. Moradores das cidades, os burgueses construíram suas fortunas através do grande comércio e das atividades bancárias, baseados na ideia de lucro e na posse de uma riqueza que não consistia em propriedades rurais. Ou seja, estamos falando de um grupo social em ascensão cujo estilo de vida era muito diferente daquele que caracterizava o nobre feudal — senhor da guerra e proprietário rural.

Isto, porém, não nos permite afirmar que nobres e burgueses eram inimigos e não estabeleciam relações entre si. Muito pelo contrário. Apesar de serem muitas vezes mais ricos, os burgueses invejavam o prestígio social dos nobres. Por sua vez, a fortuna burguesa era objeto de cobiça dos aristocratas. Assim, estabeleceram-se entre esses dois grupos sociais relações sociais e econômicas, como o casamento entre filhos de nobres e burgueses, que reuniam numa família só a riqueza e o prestígio. Na nova sociedade que ia surgindo, os dois caminhariam juntos.

:: Síntese ::

A sociedade europeia a partir do século XI se caracteriza pelo:

- aumento da população europeia, resultante do fim das guerras contra povos estrangeiros e do aumento da produtividade agrícola;
- desenvolvimento do comércio de produtos europeus e orientais, estabelecendo circuitos comerciais importantes;
- crescimento dos centros urbanos, que passaram a concentrar importantes atividades econômicas e atrair a população rural;
- surgimento de um novo grupo social, a burguesia, com um novo estilo de vida.

O SÉCULO XIV E A CRISE DA SOCIEDADE FEUDAL

Em fins do século XIII, já era possível perceber alguns sinais de que uma época de crise se aproximava da Europa. O aumento do número de mendigos e de epidemias e a falta de alimentos indicavam que a situação dos camponeses tinha piorado. Vamos entender como isso aconteceu.

Como vimos no item anterior, a partir do século XI registrou-se o crescimento da população na Europa. Com isso, houve a necessidade de cultivar mais terras para acomodar as novas famílias camponesas. Muitas delas, entretanto, ocuparam terras que não forneciam colheitas suficientes para pagar ao senhor feudal e garantir sua alimentação. Outros camponeses nem terras conseguiram e vagavam como mendigos pelas estradas. Por outro lado, os nobres aumentavam os impostos cobrados dos camponeses, tomando para si uma parte maior de suas colheitas.

As cidades também foram atingidas por esse processo de empobrecimento. Muitos camponeses migraram para os centros urbanos em busca de um emprego. Com isso, o número de desempregados aumentou, fazendo os salários caírem. Com menores salários, os habitantes das cidades tinham menos dinheiro para consumir alimentos e outras mercadorias. Resultado: também os artesãos e pequenos comerciantes urbanos viram suas rendas diminuir.

Diante desse cenário de empobrecimento, três más colheitas no início do século XIV acabaram detonando uma grande crise na sociedade. Com a pouca oferta de alimentos no mercado, os preços subiram rapidamente e a fome se espalhou pelos campos e cidades da Europa. Para se ter uma ideia, o preço do trigo subiu 500% na Inglaterra e 2400% na região de Flandres (atual Bélgica). Sem dinheiro nem para comprar pão, imagine o que aconteceu com as mercadorias menos necessárias — como roupas, móveis e outros alimentos. Nas cidades, artesãos e pequenos comerciantes foram à falência.

Enfraquecida pela fome, a população europeia não pôde resistir à epidemia de peste bubônica que chegou ao continente em 1348, trazida pelos tripulantes dos navios que faziam o comércio com o Oriente. Os índices de mortalidade foram altíssimos! Um terço dos europeus morreu em consequência da doença. Vejamos só um exemplo: a população da França, que era de 21 milhões no ano de 1340, caiu para 14 milhões mais de um século depois, em 1470.

Não bastassem esses problemas, durante grande parte do século XIV, os reis da Inglaterra e da França enfrentaram-se no conflito que ficou conhecido como Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Essa e outras guerras ocorridas no mesmo período também colaboraram para a morte de muitas pessoas e para a desorganização da produção agrícola.

Se para a maioria da população esse foi um tempo marcado pela fome, miséria e morte, para os comerciantes que possuíam estoques de alimentos foi a época de negociar os preços e conseguir grandes lucros. Os nobres mais poderosos também tentaram se proteger da crise, aumentando os impostos cobrados dos camponeses. Porém, o efeito dessa iniciativa foi uma série de revoltas, desestabilizando ainda mais a sociedade feudal.

A crise do século XIV, como ficou conhecido o período marcado pela fome, guerra e peste, provocou efeitos muito profundos na organização da sociedade feudal. Para controlar essas revoltas e manter suas rendas, muitos nobres optaram por modificar as relações sociais. Passaram a alugar parte de suas terras, em troca de uma quantia fixa. Alguns deles, endividados, também foram obrigados a vender suas propriedades a agricultores enriquecidos e burgueses. Por último, muitos servos foram libertados, transformando-se em agricultores, que arrendavam terras e buscavam produzir para o mercado.

Dessa forma, a ligação dos nobres com a posse da terra se modificou e a manutenção de seu prestígio social deixou de ser baseada somente nos impostos pagos pelos camponeses. A servidão, embora existente ainda por muito tempo em

diferentes regiões da Europa, deixou de desempenhar o papel que tinha antes nas relações entre nobres e camponeses.

Por essas razões, parte da nobreza feudal saiu da crise do século XIV mais fraca. Isso não quer dizer que ela tenha perdido sua posição dominante na sociedade, mas que teve que aceitar algumas mudanças a fim de salvar suas rendas. Por outro lado, as atividades comerciais cresceram no campo, e a burguesia se colocou cada vez mais como um grupo com o qual os nobres deviam conviver.

:: Síntese ::

- no início do século XIV, a situação dos camponeses europeus se caracterizava por um processo de crescente empobrecimento, que atingiu também os centros urbanos;
- a crise do século XIV foi marcada pela epidemia de peste bubônica, guerras e revoltas que resultaram na morte de um terço da população europeia;
- vários aspectos que caracterizavam a sociedade feudal foram modificados em razão dos efeitos da crise do século XIV. Entre eles, o fortalecimento das atividades comerciais e o enfraquecimento da nobreza feudal.

O PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO E A FORMAÇÃO DAS MONARQUIAS ABSOLUTAS

O surgimento de um novo tipo de Estado e as relações com os grupos sociais

A crise vivida pelos europeus durante o século XIV também produziu importantes mudanças na organização do poder político. No primeiro item deste capítulo, vimos que os nobres feudais possuíam a autoridade sobre as pessoas que viviam em suas terras, podendo fazer leis, julgamentos e recolher impostos. Muito de seu poder era garantido pelos exércitos particulares que eles mantinham e que os ajudavam a conseguir a obediência das pessoas.

Os reis, apesar do título, não tinham condições de impor sua autoridade sobre os habitantes do reino. Muitas vezes, isso acontecia porque seus recursos não eram suficientes para organizar exércitos capazes de enfrentar as forças dos nobres feudais. Dessa forma, o poder político — a autoridade — estava dividida entre os diversos senhores. É por isso que afirmamos que o poder político encontrava-se descentralizado.

Essa organização, entretanto, se modificou, e o que vamos acompanhar agora é um processo de centralização do poder e de fortalecimento dos reis que se desenvolveu entre os séculos XIV e XVI, dando origem às monarquias absolutas ou estados absolutistas.

Muitos fatores são importantes para entender esse processo que concentrou o poder político nas mãos dos reis, ou monarcas. O primeiro fator que podemos citar se relaciona diretamente com a crise do século XIV, que acabamos de

discutir. As revoltas camponesas que se espalharam por diferentes regiões da Europa ameaçaram seriamente o poder da nobreza. Muitas vezes, os exércitos particulares dos nobres feudais foram incapazes de controlar os camponeses. Por isso, sentiu-se a necessidade de criar um exército nacional, comandado pelo rei, que tivesse mais condições de defender a posição da nobreza.

Com exércitos mais fortes, os reis puderam não só controlar as revoltas camponesas, mas também os senhores feudais, proibindo os exércitos particulares e obrigando os nobres a aceitar suas leis. Esse processo foi longo e é importante dizer que uma parte da nobreza apoiou as iniciativas reais, enquanto outra resistiu com armas à perda de sua autoridade, mas foi vencida.

Por outro lado, o fortalecimento das monarquias fez com que muitos nobres encontrassem uma nova forma de recuperar suas rendas perdidas com a crise: muitos cargos públicos foram criados para atender às necessidades dos novos estados, com poder mais centralizado. Antigos senhores feudais se transformaram em ministros, conselheiros, juizes ou arrecadadores de impostos, recebendo pelos serviços prestados ao reino. Essa foi outra maneira encontrada pelo rei para conquistar o apoio da nobreza.

Para criar seu exército nacional forte, os reis precisavam de recursos. E de onde eles viriam? É aí que vamos encontrar a atuação da burguesia. Muitos banqueiros e comerciantes importantes emprestaram somas de dinheiro aos monarcas, financiando seus exércitos. Em épocas posteriores, o estabelecimento de impostos pagos pelos súditos garantiu um fluxo de recursos para as monarquias.

Além disso, o rei precisava de funcionários para fazer a justiça, cobrar impostos, fiscalizar o cumprimento das leis, cuidar da diplomacia. E os homens com mais experiência nessas atividades vinham das grandes casas bancárias e comerciais, homens acostumados a organizar negócios a longa distância e que auxiliaram o monarca a estabelecer um sistema de contabilidade e administração para o reino. Isso tornou a burguesia uma grande parceira do rei. Mas, que motivos podem ter levado os grandes comerciantes e banqueiros a apoiar o fortalecimento do poder real?

Vamos pensar um pouco na organização feudal. Cada nobre possuía autoridade dentro de seus domínios e, com isso, podia estabelecer sua própria moeda e taxas a serem pagas pelos viajantes. Isso encarecia as mercadorias e dificultava as trocas comerciais. Constantemente, também ocorriam conflitos armados entre os nobres que atrapalhavam o comércio.

O objetivo da burguesia era que o rei estabelecesse uma maior unidade das moedas, sistema de pesos e cobranças dentro do reino. Ou seja, em vez de cada região ter sua própria moeda e impostos, haveria uma maior uniformidade, criando um mercado nacional para o comércio. Os comerciantes também queriam que o rei impedisse ou controlasse a entrada no reino de produtos de concorrentes estrangeiros, protegendo o mercado nacional.

Podemos dizer que, para os burgueses, a centralização política veio acompanhada do crescimento do comércio. Para os nobres, podia significar a perda de autoridade, mas também cargos públicos e novas rendas. Mas, e os camponeses? Para essa camada social, a centralização política fez com que todos se transformassem em súditos de um rei, a quem deveriam obrigações — como o pagamento de impostos e a obediência — mas de quem eles também cobriam direitos e proteção contra abusos da nobreza.

Pensando a autoridade absoluta dos monarcas

Com o fortalecimento da autoridade do rei, vários pensadores da época refletiram sobre o que justificava monarcas tão poderosos. Um desses pensadores foi o bispo Jacques Bossuet, que afirmou no século XVII:

O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus...

Os reis... são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. O rei vê de mais longe e de mais alto; deve acreditar-se que ele vê melhor, e deve obedecer-se-lhe sem murmurar, pois o murmúrio é uma disposição para a sedição. (Política tirada da Sagrada Escritura)

De acordo com Bossuet, o poder dos reis era dado por Deus e, por isso, devia ser respeitado e obedecido por todos. Ele foi um dos homens que elaborou a **Teoria do Direito Divino dos Reis**. Outros pensadores, como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, tentaram compreender o crescimento da autoridade real por outros caminhos, buscando nas ações dos homens a justificativa para o poder dos monarcas.

Os fins justificam os meios. Você provavelmente já escutou essa frase em algum lugar. Ela foi escrita no século XVI por Maquiavel, pensador italiano que afirmava que os reis e príncipes deviam ter como objetivos — os fins — a grandeza e o enriquecimento do Estado. Para isso, os monarcas deviam agir politicamente para fortalecer seu poder, sem se importar com o certo ou errado — os meios.

Já para o inglês Thomas Hobbes (século XVII), o Estado existia por causa de um contrato feito entre os indivíduos de uma sociedade. Eles aceitavam a autoridade de um rei para que este acabasse com os conflitos existentes entre as pessoas e também as protegesse contra ameaças vindas do exterior.

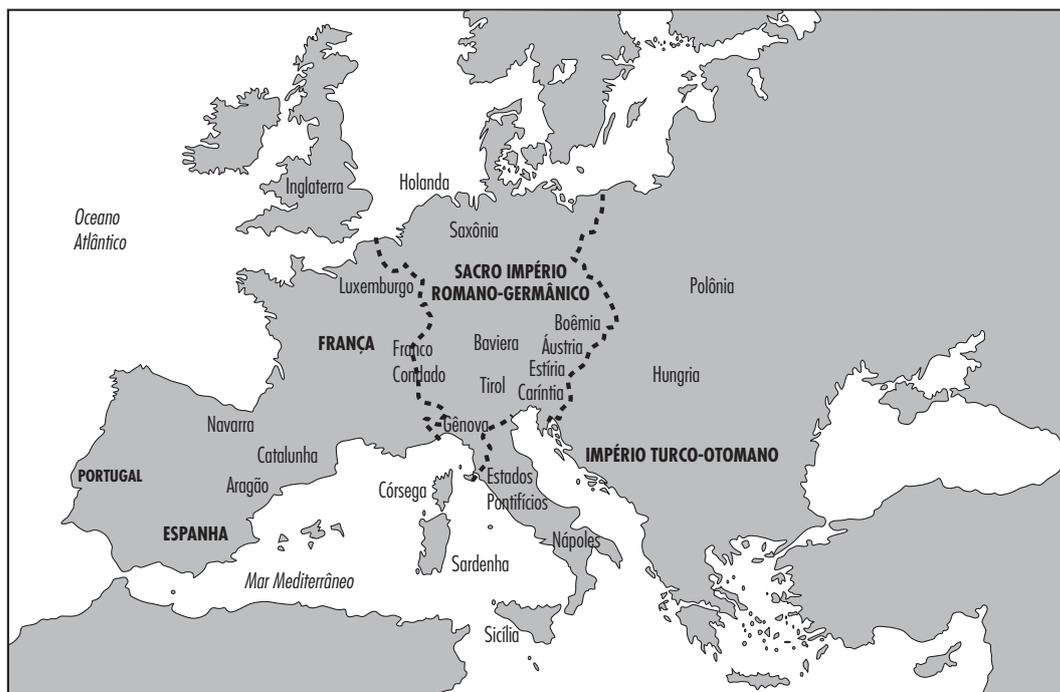
Eram os monarcas “absolutos”?

Assim, podemos identificar a formação de um tipo de Estado que ficou conhecido como Estado absolutista ou monarquia absolutista, que vai perdurar durante a Época Moderna (entre os séculos XVI e XVIII). Nele, a autoridade política se concentrava nas mãos dos reis, que tinham poder para administrar o reino, fazer leis, organizar a justiça, comandar a guerra. Mas, não devemos pensar que esse processo foi rápido e já no século XVI os reis eram absolutos em seus domínios.

Muito pelo contrário, levou muito tempo para que isso acontecesse. Alguns autores afirmam que somente no século XVII os reis conseguiram controlar os poderes locais e regionais de nobres e associações. A criação de uma administração eficiente, com funcionários presentes em todas as partes do reino, e a cobrança de impostos também se desenvolveram lentamente. Por último, como dissemos acima, o rei tinha também obrigações para com os moradores de seu país. Por isso, não devemos entender ao pé da letra a ideia de um poder absoluto do rei, sem nenhum limite.

Mas, se compararmos as monarquias absolutas com a descentralização do poder que existia na sociedade feudal, vamos reconhecer que o rei passou a ocupar um lugar central. No século XV, vários reinos europeus já tinham estabelecido suas fronteiras, ainda que um pouco diferentes das atuais. Foi o caso de Portugal, Espanha, França e Inglaterra. Outras regiões, como as que viriam a ser Itália e Alemanha, ainda se dividiam em principados e ducados, como podemos observar no mapa a seguir:

Europa Ocidental :: Século XVI



:: Síntese ::

O processo de formação dos Estados absolutistas ou monarquias absolutistas da Época Moderna caracterizou-se pela centralização do poder político nas mãos dos reis, ou monarcas. Nesse processo, podemos identificar:

- a perda de autoridade dos senhores feudais, que abriram mão de seu poder para que os reis controlassem as revoltas camponesas e também para ocupar cargos públicos no Estado;
- o apoio da burguesia ao fortalecimento do poder real com o objetivo de criar melhores condições para o desenvolvimento das atividades comerciais;
- o surgimento de diferentes correntes de pensamento que buscavam justificar o crescimento do poder dos monarcas;
- a existência de limites ao poder real que, na prática, não era absoluto.

MERCANTILISMO

Você já deve ter escutado muitas vezes notícias e discussões sobre medidas econômicas do governo – anunciadas pelo ministro da Fazenda, pelo presidente... Tais medidas são adotadas com o objetivo de fortalecer a economia e, conseqüentemente, o país, tornando-o mais rico e influente diante dos outros países. Com esse objetivo, cada governo toma uma série de decisões e iniciativas para estimular a economia. Ele pode emprestar dinheiro para a abertura de indústrias, pode investir em centros de pesquisa para produzir tecnologia, pode dar incentivos aos exportadores, por exemplo.

Com os reis europeus da Época Moderna, o mesmo acontecia. Chefiando suas monarquias e disputando espaço com outros reinos, eles buscavam incentivar o crescimento de suas economias para enriquecer o país e alcançar uma posição de destaque em relação aos demais. Com esse objetivo, adotaram uma série de medidas econômicas cujo conjunto denominamos mercantilismo.

A principal ideia que orientou os conceitos e práticas mercantilistas foi a crença metalista, ou seja, a de que o acúmulo de metais preciosos era a principal fonte de riqueza de um país. Para garantir essa riqueza, era necessária a intervenção do Estado na economia.

As práticas não eram as mesmas em todas as monarquias europeias e dependiam das condições particulares de cada reino. A Espanha, por exemplo, recebeu um grande fluxo de metais preciosos encontrados em suas colônias americanas no século XVI. O mesmo não aconteceu com a França, que buscou seu enriquecimento através da produção e exportação de artigos de luxo. Portugal se beneficiou do estabelecimento da economia da cana-de-açúcar no Brasil, enquanto Holanda e Inglaterra investiram muito na conquista do controle da distribuição dos produtos no comércio mundial.

Assim, não podemos dizer que todos os Estados agiram da mesma maneira, mas podemos, sim, afirmar que o acúmulo de metais preciosos, e o aumento do comércio eram os objetivos de todos.

Para acumular metais preciosos (usados como moeda, na época) no comércio com outros países, era preciso que o valor das vendas (exportações) superasse o das compras (importações). Em outras palavras, que o valor das exportações fosse maior do que o das importações. Assim, era possível o acúmulo de metais.

Era o que dizia um autor anônimo, dando a receita para o enriquecimento da Inglaterra em 1549:

A única maneira de fazer com que muito ouro seja trazido de outros reinos para o tesouro real é conseguir que a grande quantidade de nossos produtos seja levada anualmente além dos mares, e menor quantidade de seus produtos seja para cá transportada.

Por isso, os reis protegiam os produtores de seu reino. Faziam isso proibindo a importação de mercadorias ou cobrando altos impostos dos produtos estrangeiros. Dessa forma, as mercadorias nacionais ficavam mais baratas do que as importadas, sendo preferidas pelos consumidores. O governo também podia impedir a venda de matéria-prima para empresas estrangeiras.

Outra forma de adquirir metais preciosos e produtos comerciais de valor era através da guerra contra outros países ou até mesmo de roubos. Nessa época, a pirataria era incentivada pelos reis europeus como forma de conquistar riquezas e causar prejuízos a seus concorrentes.

A expansão marítima nos séculos XV e XVI e a formação de sistemas coloniais em outros continentes – que veremos nos próximos capítulos – foram instrumentos importantes para que as monarquias europeias expandissem seus mercados internacionais e intensificassem o comércio. Tanto os artigos vindos das colônias – como o açúcar no Brasil, ouro no Peru, tabaco no sul dos Estados Unidos – como os produtos consumidos pelos moradores dessas regiões colaboravam para aumentar o comércio, enriquecendo os reis e os comerciantes.

A grande burguesia se beneficiava imensamente das práticas mercantilistas que buscavam incentivar o comércio. Muitas vezes, os reis concediam monopólios comerciais às companhias burguesas, deixando-as como únicas responsáveis pela compra e venda de determinado produto, em troca de impostos pagos para o reino.

Assim, podemos ver que as práticas mercantilistas colocaram do mesmo lado reis e burgueses. O desenvolvimento do comércio, a criação de colônias e as guerras travadas beneficiavam os monarcas, pois conquistavam maiores riquezas para seu reino. E também beneficiavam os burgueses, que tomavam conta dos lucros provenientes do crescimento das trocas comerciais ente os vários continentes do mundo.

:: Síntese ::

O conjunto de medidas e práticas econômicas adotadas pelos monarcas europeus durante a Época Moderna foi denominada mercantilismo e:

- tinha como objetivo o enriquecimento e fortalecimento do Estado;
- baseou-se na crença metalista e na intervenção do Estado na economia, através de diferentes práticas que buscavam desenvolver o comércio e acumular metais;
- não apresentou as mesmas práticas em todos os países, pois dependeu da conjuntura e das condições internas de cada um;
- serviu como forma de enriquecimento dos reis e da burguesia.

RENASCIMENTO

Um tempo de mudanças

Agora, vamos pensar um pouco em todas as mudanças ocorridas no cenário europeu que estudamos neste capítulo. Já discutimos o desenvolvimento do comércio na Europa e o crescimento das cidades. Também registramos o surgimento de um importante grupo social, a burguesia, com um novo estilo de vida diferente da nobreza e que alcançou uma posição importante na sociedade. E vimos de que maneira os reis conseguiram centralizar o poder político em suas mãos ao mesmo tempo em que a nobreza teve que buscar novas formas de manter sua posição superior.

São muitas transformações. Novas informações vindas de lugares distantes, onde os europeus chegaram pela primeira vez. Novos produtos, cheirosos, bonitos, que invadiram as cidades e despertaram a cobiça dos consumidores. Novas profissões e conhecimentos que se desenvolveram — como a matemática e a contabilidade, para organizar negócios feitos à longa distância ou em grande quantidade. Novos contatos entre as pessoas, a agitação da vida urbana, o aumento do número de escolas. Quais foram os efeitos de todas essas transformações no pensamento das pessoas? É o que vamos analisar agora.

O período do século XIV ao XVI foi marcado por um grande número de invenções e novidades, frutos da criatividade da mente humana. Foram criadas novas técnicas de exploração agrícola e de fundição de metais, de construção de navios mais rápidos e resistentes, de armamentos de guerra. O surgimento da imprensa facilitou a publicação de livros e incentivou a divulgação das ideias.

Muitas vezes, o estímulo à criatividade estava diretamente ligado à necessidade de fortalecer o comércio — como no caso de novas técnicas, que permitiam maior produtividade agrícola, e das armas, que podiam ajudar um Estado a vencer guerras e conquistar mercados.

Muitos homens foram contratados por empresas comerciais e governantes para criar tecnologia e produtos mais avançados. Nesse trabalho, esses “inventores” desenvolveram um método, ou seja, uma maneira de fazer suas investigações: primeiro, observavam atentamente os fatos da natureza e, depois, realizavam experimentos para chegar a um novo conhecimento. Esse tipo de método foi, mais tarde, chamado de método científico.

Os princípios renascentistas

O que queremos aqui é destacar o incentivo à pesquisa e à experimentação que começavam a crescer. Esse incentivo era possível porque se fortalecia a crença de que o ser humano era capaz de “conhecer” os segredos do mundo através de seu raciocínio e transformar as coisas com suas ações. Essa visão do homem como um ser com muitas capacidades e que age sobre a natureza é um dos principais valores do homem do Renascimento. Nada devia ser proibido à mente humana!

Defendendo essa ideia, os renascentistas propunham uma nova relação entre o homem, a natureza e Deus. A explicação das coisas do mundo não devia ser procurada somente na vontade de Deus, mas no funcionamento do próprio mundo. Leia abaixo o que dizia, no século XVI, o pensador italiano Giordano Bruno:

Os deuses deram ao homem o intelecto e as mãos e fizeram-no semelhante a eles, dando-lhe poder sobre os outros animais; este poder consiste não só em ser capaz de trabalhar de acordo com a ordem normal da natureza, mas ainda em

ultrapassar as leis desta; de tal modo que, dando forma ou podendo dar forma a outras naturezas, (cria) outros rumos, outros sistemas com a sua mente [...].

Não devemos pensar que os novos conhecimentos e a crença no grande potencial do ser humano eram contrários à Igreja e ao pensamento religioso, forte na sociedade europeia. Muito pelo contrário. Deus continuava existindo como o criador da Terra e dos homens, porém os pensadores renascentistas defendiam que os seres humanos tinham sido agraciados por Deus com a razão, que lhes permitia conhecer o funcionamento do mundo. O conhecimento produzido, afirmavam os novos pensadores, era resultado do intelecto que Deus deu aos homens.

Entre os indivíduos que transformaram o conhecimento sobre o mundo, podemos citar os astrônomos Nicolau Copérnico e Galileu Galilei. No início do século XVI, Copérnico foi o responsável pela descoberta de que a Terra não era fixa, como se acreditava então, mas que girava em torno do Sol. Esta era uma afirmação corajosa para a época, pois a poderosa Igreja Católica defendia a visão de que a Terra era o centro do universo, criada assim por Deus, e que todos os outros planetas e astros, incluindo o Sol, giravam a seu redor. Com medo de sofrer alguma ameaça, Copérnico divulgou suas descobertas como uma das hipóteses para a compreensão do universo.

Cerca de cem anos mais tarde, Galileu Galilei retomou as ideias de Copérnico reafirmando que o Sol estava no centro do sistema do qual a Terra era apenas um dos planetas. Suas ideias despertaram a reação da Igreja Católica. O cientista foi denunciado ao Tribunal da Santa Inquisição, que julgava pessoas que praticassem atos contrários aos aceitos pela Igreja, e condenado. Somente em 1992, o então papa João Paulo II reconheceu o erro da Igreja em relação a Galileu e aceitou sua teoria!

O Renascimento constrói sua visão da Idade Média

O Renascimento é um dos processos históricos que marca o início da Idade Moderna (séc. XV-XVIII). Mas, renascimento do quê? O que havia nascido antes e devia renascer? A resposta a essas perguntas está ligada a uma vontade declarada de muitos artistas e pensadores renascentistas de trazer de volta os valores artísticos e intelectuais da cultura greco-romana, vista como superior. Em contrapartida, os mil anos que compunham a Idade Média (séc. V-XV) eram vistos como um período em que o homem vivera num mundo de “trevas”, numa época de pouco dinamismo e muito atraso, sem desenvolvimento científico ou econômico.

Essa visão construída pelos renascentistas se prolongou por muito tempo, e, ainda hoje, podemos encontrá-la — em determinados livros didáticos, programas de TV ou filmes. Todavia, como discutimos no capítulo 1, as visões sobre o passado mudam e hoje, cada vez mais, os historiadores combatem essa ideia de “Idade das Trevas” revelando um período medieval muito mais complexo, marcado por inovações científicas e pela produção de uma arte bastante elaborada.

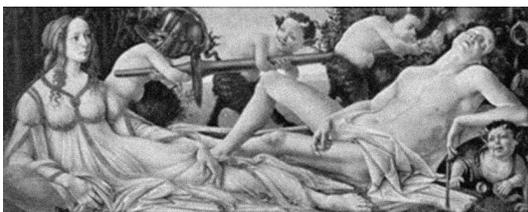
Todo esse movimento intelectual e científico que propôs novos valores à sociedade e transformou a maneira de conhecer o mundo fez parte de um processo maior de mudanças culturais na Europa, entre os séculos XIV e XVI, que chamamos de Renascimento.

O Renascimento nas artes

As artes como a pintura, escultura, arquitetura, música e literatura não ficaram de fora desse processo, refletindo com muito vigor a nova sociedade que ia surgindo. Em vários países da Europa, ficaram famosos artistas como o escritor espanhol Miguel de Cervantes, o inglês William Shakespeare, o pintor e escultor Michelangelo e Leonardo da Vinci, pintor, escultor e grande inventor. Esses artistas são muito famosos até hoje e provavelmente você já viu ou escutou falar de suas obras — como o quadro *Monalisa*, de Leonardo da Vinci, ou a história de *Romeu e Julieta*, de Shakespeare.

Nos quadros, esculturas e livros feitos por renascentistas, as figuras humanas ocupavam o lugar central. Podia ser o retrato de um nobre, um papa ou a esposa de um rico comerciante. Podiam ser retratos de Maria, mãe de Jesus, cenas bíblicas ou do cotidiano das pessoas. Com bastante frequência, os temas das obras se ligavam aos deuses e heróis da Grécia e Roma antigas, pois havia uma grande admiração por essas sociedades.

Imagens de obras renascentistas



Botticelli, *Marte e Vênus*



Van Eyck, *O casal Arnolfini*



Michelangelo, *Pietà*

O que caracterizava a arte do Renascimento era a vontade do artista de mostrar homens e mulheres em toda a sua beleza, reproduzindo a realidade física e os sentimentos humanos. O ser humano estava no centro de suas preocupações, como se pode observar nas imagens de famosas obras do Renascimento.

Se o Renascimento se desenvolveu em toda a Europa, as cidades italianas

foram os principais centros. Por conta da presença de comerciantes e banqueiros riquíssimos em Florença e Veneza, além da sede da Igreja Católica, em Roma, os artistas tinham um público com recursos para comprar seus trabalhos. Muitos pintores e escultores eram protegidos e sustentados por papas, príncipes e burgueses, enquanto criavam suas obras com o objetivo de embelezar igrejas, mansões e cidades.

Fazendo o elogio do talento e da beleza humanas, buscando novos conhecimentos, criando instrumentos e objetos com técnicas diferentes, o Renascimento se desenvolvia num tempo em que os europeus ampliavam seus horizontes geográficos, chegando às Índias, à África e à América. O contato com povos totalmente desconhecidos, com hábitos e costumes radicalmente diferentes, também colaborou para que os horizontes dos europeus se ampliassem e as mentes se transformassem.

Não devemos pensar, porém, que as ideias renascentistas chegaram a todos os que viviam nas sociedades europeias. Nas cidades, elas se espalhavam com rapidez e conquistavam um público cada vez maior, que tinha acesso a livros. Porém, nas áreas rurais, essas ideias foram chegando lentamente e, por muito tempo, as pessoas continuaram guiando seus pensamentos e atos pelas antigas tradições e obedecendo às pregações dos religiosos.

:: Síntese ::

O Renascimento se desenvolveu em vários países da Europa ocidental entre os séculos XIV e XVI, colocando-se como uma transformação intelectual e artística. Entre suas características, podemos identificar:

- a defesa da capacidade humana de conhecer o mundo e de agir para transformá-lo;
- o desenvolvimento do método científico;
- o surgimento de uma série de conhecimentos e invenções tecnológicas, muitas vezes ligadas às necessidades do comércio;
- as cidades italianas como centro do Renascimento, onde os artistas eram financiados por famílias de ricos comerciantes e pelo papa;
- o desenvolvimento das ideias renascentistas nos centros urbanos, enquanto as áreas rurais se mantinham distantes das novas ideias.

AS REFORMAS RELIGIOSAS DO SÉCULO XVI

Chegamos, enfim, ao último item de nosso capítulo. Vamos tratar agora de um tema que estava no coração e na alma dos europeus entre os séculos XIV e XVI: a relação com Deus. Acompanhar as transformações que aconteceram no campo da religião é muito importante para entender não só a história da Europa, mas também das colônias na América, assunto que vamos discutir nos próximos capítulos.

A força da Igreja Católica na sociedade feudal

Para entender a crise que levou às reformas religiosas e ao surgimento de novas igrejas no século XVI, é necessário recuar um pouco no tempo e investigar

como o catolicismo se construiu na Europa.

Durante a Idade Média (entre os séculos V e XV), a Igreja Católica conquistou um grande poder na sociedade europeia ocidental. Camponeses e nobres tinham sua vida organizada em torno das regras católicas; as orações estavam presentes em vários momentos do dia, as doenças eram curadas através de rezas, bênçãos e exorcismos. Todo o mundo — nascimentos e mortes, catástrofes naturais e momentos de fartura, pobreza e riqueza — era explicado pela vontade de Deus, que era transmitida aos fiéis pelos padres católicos.

No campo da educação e do pensamento, a Igreja era igualmente muito poderosa. As universidades eram chefiadas por religiosos, as principais bibliotecas se encontravam nos mosteiros. Manifestações culturais como a pintura, música, literatura e escultura estavam ligadas ao mundo religioso, sendo vistas como uma forma de louvar a Deus e de ensinar aos católicos como se comportar corretamente. Fora dessas funções, os artistas eram muitas vezes perseguidos e as artes proibidas.

O poder da Igreja Católica romana também vinha dos tributos que ela recebia dos fiéis, como o dízimo e uma parte da herança daqueles que morriam. Por possuir muitas terras, recebia dos camponeses outros tributos. Isso significava que os líderes da Igreja, como bispos e cardeais, controlavam uma rica fonte de renda.

Outro fator que fortalecia muito a Igreja Católica era o fato de que o poder político estava dividido entre os senhores feudais, como já discutimos. A Igreja, ao contrário, estava em toda a Europa e tinha um poder centralizado em Roma com uma autoridade poderosa, o papa, que podia estabelecer regras para todos os católicos — fossem eles franceses, portugueses ou holandeses.

Muitas vezes, era o papa quem intervinha nos conflitos entre nobres e reis da Europa. Por exemplo, na disputa entre Espanha e Portugal durante a expansão marítima, no final do século XV, foi o papa quem estabeleceu o Tratado de Tordesilhas, definindo que terras pertenceriam à Espanha e que terras seriam de Portugal.

Por todas as razões já citadas, a Igreja Católica era a principal instituição da Europa ocidental. Dos mínimos detalhes do dia de um servo até os acordos entre monarcas, a influência da religião e do papa se fazia presente.

O trabalho religioso diário era desenvolvido pelo clero — como chamamos o grupo de indivíduos que “trabalha” na Igreja. Eram padres, bispos, cardeais, monges, freis. Podemos dividi-lo em dois grupos: o baixo clero, formado pelos padres que atuavam nas igrejas e paróquias e vinham das camadas mais pobres da população. Era comum que esses religiosos não fossem bem preparados para sua função e muitas vezes suas vidas eram muito parecidas a dos camponeses, em meio à pobreza.

O segundo grupo era denominado alto clero. Dele, faziam parte os bispos e cardeais, que controlavam e administravam os bens da Igreja.

Estes, ao contrário dos homens do baixo clero, pertenciam à elite da sociedade medieval. Muitas vezes, eram nomeados ou compravam um cargo importante, mas não moravam na região que deviam administrar. Por isso, não estabeleciam relações com os fiéis daquela comunidade e nem controlavam a atuação dos padres nas paróquias.

As contestações à atuação da Igreja: as heresias medievais e as novas ordens religiosas

Se observarmos a situação econômica da Igreja Católica no século XV, chegaremos à conclusão de que ela era muito diferente do tipo de vida que Jesus Cristo teve e que as primeiras comunidades cristãs tentaram construir. Com suas catedrais belíssimas, seus tesouros guardados, a enorme quantidade de terras que possuía, a Igreja se transformou numa instituição muito rica e luxuosa, beneficiando muitos membros do clero.

Isso não deixou de ser uma razão para o aparecimento de críticas por parte dos católicos durante o período medieval. Muitas vezes, vamos encontrar católicos pobres, servos e camponeses participando de movimentos de contestação, chamados de heresias. Esses movimentos condenavam os privilégios do alto clero, reclamavam dos padres sem instrução adequada e que viviam afastados de seus fiéis e pediam a volta a uma religião mais simples.

Também no interior da Igreja eram constantes as críticas quanto ao seu afastamento das suas origens. Algumas mudanças foram feitas, buscando aproximar a igreja da população, como o aparecimento, no século XIII e XIV das ordens de frades (dominicanos e franciscanos), que viviam fora dos mosteiros e dedicavam-se à beneficência, à pregação e ao ensino. No entanto, jamais abriu mão de seus dogmas e as mudanças foram incapazes de conter as insatisfações da sociedade.

A Igreja reagiu às críticas buscando controlar as reformas internas e reprimindo os movimentos heréticos. Para isso, recorreu a exércitos armados e, por decreto papal do século XIII, criou o Tribunal do Santo Ofício, responsável pelo processo conhecido como Inquisição, que investigava, condenava e punia com violência os fiéis que contestavam as regras vindas de Roma. Seus métodos incluíam a delação, a confissão sob tortura, o julgamento sumário e a impossibilidade de apelação à condenação e a entrega para execução.

A Igreja Católica e as mudanças a partir do século XIV

A Igreja Católica não ficou de fora das mudanças ocorridas com a grave crise da sociedade feudal no século XIV. As revoltas dos camponeses contra a imensa exploração dos senhores feudais atingiram também a Igreja, grande proprietária de terras e que cobrava altos tributos dos servos. Além disso, as mortes causadas pela peste bubônica e pela fome levaram a população europeia ao desespero, buscando uma explicação de Deus para a situação em que se encontravam. As pessoas se tornaram cada vez mais religiosas, mas não se ligavam às pregações da Igreja. Buscavam, elas mesmas, praticar sua religião de maneira pessoal e estabelecer sua própria comunicação com Deus. Com isso, o clero perdeu um pouco de sua autoridade sobre os fiéis.

O Renascimento, que acabamos de estudar, foi outro fator que ajudou no enfraquecimento do poder da Igreja Católica. Quando as pessoas começaram a observar e investigar a natureza, buscando em sua mente as respostas para o funcionamento das coisas, Deus passou a ocupar um lugar diferente. As novas ideias sobre o ser humano eram também novas ideias para as relações com Deus.

O fortalecimento do poder dos reis foi um quarto fator de enfraquecimento da Igreja Católica. Como já vimos, o papa era uma autoridade reconhecida por todos os fiéis, fossem camponeses, burgueses ou nobres. Por isso, podia cobrar impostos

e determinar leis para todos os católicos. Ou seja, o papa podia interferir em todos os reinos, colocando-se acima da autoridade do rei.

Para os reis europeus, isso era um problema. Primeiro, porque os tributos cobrados pela Igreja eram transferidos para Roma, tirando riquezas do reino. Em segundo lugar, porque os monarcas desejavam ser a autoridade máxima em seus reinos e isto significava controlar a interferência do papa. A Igreja deveria permanecer, mas o poder religioso deveria ser controlado pelo rei.

Por último, o comportamento do clero provocou uma enxurrada de críticas e insatisfações dos fiéis. Muitos deles viviam com muito luxo, explorando os camponeses com altos tributos. Outros pouco conheciam da Bíblia, eram mal preparados e não conseguiam orientar os católicos. Havia também a venda de indulgências, ou seja, o perdão dos pecados, que enriquecia os cofres da Igreja e punia os fiéis mais pobres, que não tinham como comprar seu “pedacinho no céu”. Por último, o clero praticava a simonia, vendendo para os fiéis relíquias sagradas como pedaços de madeira, tecido, espinhos.

Diante de tal conjuntura, não é de se admirar a publicação da gravura a seguir em 1497... A Igreja estava afundando.



SEFFNER, Fernando. *Da Reforma à Contra-Reforma*. São Paulo: Atual, 1993.

Com tantas críticas, começaram a surgir dentro da Igreja propostas de mudança. E foi uma delas que deu início ao processo que ficou conhecido como Reforma protestante, que em poucas décadas dividiu a cristandade europeia em várias religiões cristãs.

A divisão da cristandade na Europa ocidental

A reforma luterana

Em 1517, o monge alemão Martinho Lutero, um dos descontentes, fixou na porta do templo de sua comunidade um documento no qual condenava vários atos da Igreja — como a venda de indulgências e a simonia — e discordava de algumas regras e crenças católicas.

Lutero afirmava que todo cristão era um sacerdote, com condições de interpretar por si mesmo a palavra de Deus. Mas, para isso era necessário conhecer a Bíblia, escrita apenas em latim, que somente o clero podia ler. Lutero, então, traduziu o livro sagrado para o alemão, permitindo o acesso de um maior número de pessoas. Agora, reflita um pouco: se os fiéis podiam conhecer sozinhos a palavra de Deus, o que aconteceria com os padres? De acordo com esse pensamento, o

clero perdia a função de intermediário entre Deus e os fiéis.

As ideias de Lutero causaram a reação da Igreja Católica, que acabou excomungando — expulsando — o monge alemão. Mas ele tinha conseguido o apoio de grupos muito fortes na Alemanha. O primeiro deles, a nobreza, defendeu Lutero militarmente contra os católicos e se converteu à nova igreja que ele fundou. Desta forma, os nobres conseguiram a independência do poder do papa e tomaram conta das terras que eram da Igreja Católica.

O segundo grupo que apoiou Lutero era formado pelas camadas mais pobres da população, principalmente os camponeses. Levando uma vida difícil e sempre muito explorados pelos senhores feudais, os servos viram no questionamento de Lutero à Igreja um caminho para mudar suas condições materiais. Afinal de contas, Cristo não tinha vivido entre os pobres dividindo entre todos a comida e a bebida? Com essa interpretação da Bíblia, os camponeses defendiam o direito de dividir as riquezas existentes, o que significava dividir as terras entre eles. Assim, organizaram um movimento que ocupou as propriedades em várias regiões alemãs e atacou diretamente o poder dos nobres. Foi a chamada Reforma camponesa, que previa mudanças não só na forma de se relacionar com Deus, mas também na sociedade, para assim criar uma ordem com mais igualdade.

Nesse momento, porém, os camponeses perderam o apoio de Lutero, que orientou os nobres a reprimi-los, afirmando, em 1525:

O evangelho não torna comuns os bens, exceto no caso daqueles que fazem por espontânea vontade, o que os Apóstolos e Discípulos fizeram [...]. Entretanto, nossos camponeses querem comunizar os bens dos outros homens, e que os seus próprios fiquem para eles. Que belos cristãos, esses! Acho que não sobrou nenhum diabo no inferno, transformaram-se todos em camponeses. [...]

É uma ninharia para Deus o morticínio de um lote de camponeses, pois ele afogou a Humanidade inteira por meio do Dilúvio, e fez desaparecer Sodoma por meio do fogo.

Os camponeses foram derrotados e a reforma da sociedade não foi adiante, mas a Igreja Luterana se fortaleceu unida à nobreza alemã. Nessa nova Igreja, instituiu-se o fim da proibição do casamento dos sacerdotes e a abolição das imagens de santos e do culto à Virgem Maria. Os cultos eram feitos na língua falada pelos fiéis e não mais em latim. A confissão foi abolida, pois somente Deus poderia perdoar os pecados dos homens.

A reforma calvinista

A contestação iniciada por Lutero rapidamente ganhou seguidores em várias regiões da Europa, comprovando que as insatisfações com a Igreja Católica existiam em toda parte. Um desses seguidores foi o francês Calvino que, assim como Martinho Lutero, foi criado dentro do catolicismo.

Calvino se converteu ao luteranismo em 1530 e, por isso, foi perseguido na França, tendo que se mudar para Genebra, onde criou sua própria Igreja, cuja ideia principal era a seguinte: a pessoa já nascia predestinada por Deus para a salvação ou condenação, não importando o que ela fizesse durante sua vida. Essa ideia era diferente do que acreditavam os católicos, para quem a salvação da alma viria através da realização de boas obras e de orações, e também do que acreditavam os luteranos, que afirmavam que só a fé era capaz de garantir a salvação.

Na cidade de Genebra, com o apoio das autoridades políticas, Calvino

estabeleceu um rígido sistema social e moral para seus habitantes. Nada de festas, nada de divertimentos, nada de prazeres. A vida deveria ser a mais simples possível, pois toda diversão afastava o fiel da conduta correta.

O calvinismo e o protestantismo conquistaram muitos fiéis na França, onde ficaram conhecidos como “huguenotes”. Mas a maioria dos franceses, e principalmente a monarquia, permaneceu católica. Por isso, em diversas ocasiões, houve massacres de protestantes e calvinistas. O mais famoso deles ficou conhecido como a “Noite de São Bartolomeu”, quando 20 mil huguenotes foram assassinados em toda a França em 1572.

A reforma anglicana

A Inglaterra não ficou de fora do movimento reformista. Porém, nesse país, os caminhos foram diferentes. Em primeiro lugar, o clero católico inglês tinha uma relação de maior isolamento em relação à autoridade do papa em Roma e uma ligação estreita com a monarquia.

Na década de 1520, as boas relações entre o rei inglês Henrique VIII e o papa começaram a mudar. Henrique VIII queria a anulação de seu casamento com Catarina, que não lhe dera um filho, mas o papa negou o pedido. Ao mesmo tempo, os ventos da reforma protestante de Lutero chegavam aos ingleses, que criticavam o clero e o excesso de impostos e rendas da Igreja.

Henrique VIII, com o apoio de nobres e da burguesia, estabeleceu diversas leis que limitaram a liberdade de atuação da Igreja Católica em seu país, até o momento em que exigiu que o clero o reconhecesse como chefe supremo da Igreja na Inglaterra, o que aconteceu em 1532. Com isso, concretizou-se o rompimento com Roma. Dois anos depois, foi criada a Igreja Anglicana, tendo o rei como autoridade máxima. Junto com o poder sobre a Igreja, vieram as terras católicas transferidas para as mãos do monarca.

Motivada mais por razões políticas do que religiosas, a criação da Igreja Anglicana não significou grandes mudanças em relação às regras católicas. O clero manteve seus costumes e a estrutura religiosa permaneceu muito semelhante. Por isso, muitos grupos da sociedade inglesa ficaram insatisfeitos com a nova Igreja, que se parecia muito com a antiga Igreja Católica. Nos anos seguintes, esses fiéis criaram uma série de Igrejas chamadas puritanas, duramente perseguidas pelo rei.

A reforma da Igreja Católica

Diante do surgimento das Igrejas protestantes e da perda de fiéis, a Igreja Católica buscou meios de defender sua posição. Em documentos escritos por membros do clero, foram identificados vários problemas que precisavam ser enfrentados, como o abuso do poder econômico e a ignorância de muitos padres.

Durante quase vinte anos (entre 1545 e 1563), os principais líderes da Igreja Católica se reuniram para discutir que rumos tomar. Ao final, várias regras foram mantidas, como o celibato dos padres (proibição do casamento), as missas em latim e a ideia de que somente a Igreja poderia interpretar a Bíblia.

Quanto à conduta dos padres, foram criados os seminários para que eles tivessem melhor formação. Também foi determinado que os bispos teriam que morar na região sob sua autoridade e acompanhar atentamente o trabalho de seus subordinados junto aos fiéis. Para reforçar a fé católica, foram criadas novas ordens religiosas dedicadas ao ensino, à pregação, à caridade e à catequese.

Nesse momento de enfrentamento entre diferentes Igrejas cristãs, a catequização dos povos que habitavam o continente americano foi vista como um importante meio de conquistar novos católicos e fortalecer o poder de Roma.

Por fim, a Igreja Católica buscou intensificar a vigilância sobre os católicos. Para isso, criou uma lista de livros proibidos aos fiéis e fortaleceu o Tribunal do Santo Ofício, encarregado de investigar denúncias de prática de outras religiões em países católicos e de punir os hereges. Esse Tribunal passou para a História como uma instituição extremamente violenta, que praticou a tortura sistematicamente e foi responsável pela morte na fogueira de milhares de pessoas não só na Europa.

No final do século XVI, a cristandade europeia, unida durante tantos séculos, encontrava-se dividida em diferentes igrejas. Dividida e em guerra, porque o período das reformas religiosas foi marcado por uma grande intolerância. Em países católicos, judeus, calvinistas, luteranos e puritanos sofriam uma cruel perseguição. Nas áreas dominadas por protestantes, era a vez dos católicos serem reprimidos. O resultado: mais de cem anos de guerras e mortes.

:: Síntese ::

No início do século XVI, as reformas religiosas colocaram fim à unidade católica da Europa ocidental. Esse processo foi caracterizado:

- por uma crise da autoridade do clero católico e da influência do catolicismo junto à população europeia;
- pelo interesse dos reis em fortalecer sua autoridade diante do poder do papa;
- pelo surgimento de diferentes Igrejas cristãs nos países europeus;
- pela reação da Igreja Católica com o objetivo de conservar seu poder;
- por uma forte intolerância religiosa, que provocou muitas guerras na Europa.

CHEGANDO AO FIM...

Começamos este capítulo no século XIV, com a sociedade feudal. Acabamos agora, no final do século XVI, com a sociedade do Antigo Regime. Foram 200 anos de muitas mudanças para os europeus, principalmente para aqueles que viviam em centros urbanos. Muitos novos personagens alcançaram um lugar de destaque, como os reis absolutistas e a burguesia, mas sempre lembrando que os nobres nunca deixaram de ocupar importantes posições.

Na nossa introdução, colocamos algumas questões sobre os europeus do século XVI. Quem eram essas pessoas? Em que tipo de sociedade viviam e quais eram seus valores? O que os levou a querer ocupar e dominar territórios tão distantes?... Que tal tentar respondê-las agora? Esse é um passo importante para que você chegue ao próximo capítulo.

Repetimos também o que indicamos no capítulo 2: é muito proveitoso fazer uma revisão do que foi estudado, anotando as principais ideias e informações.

Para aprender ainda mais, elabore e responda perguntas com base nos quadros de síntese.

E atenção: o próximo capítulo tem estreita relação com o que acabamos de ver. Perceber essas ligações é fundamental para o seu estudo. Retorne ao texto do capítulo sempre que tiver dúvidas.

EXERCÍCIOS

1) (Enem/2008) A Peste Negra dizimou boa parte da população europeia, com efeitos sobre o crescimento das cidades. O conhecimento médico da época não foi suficiente para conter a epidemia. Na cidade de Siena, Agnolo di Tura escreveu: As pessoas morriam às centenas, de dia e de noite, e todas eram jogadas em fossas cobertas com terra e, assim que essas fossas ficavam cheias, cavavam-se mais. E eu enterrei meus cinco filhos com minhas próprias mãos [...] E morreram tantos que todos achavam que era o fim do mundo.

Agnolo di Tura. *The Plague in Siena: An Italian Chronicle*. In: William M. Bowsky. *The Black Death: a turning point in history?* New York: HRW, 1971 (com adaptações).

O testemunho de Agnolo di Tura, um sobrevivente da Peste Negra, que assolou a Europa durante parte do século XIV, sugere que:

- (A) o flagelo da Peste Negra foi associado ao fim dos tempos.
- (B) a Igreja buscou conter o medo da morte, disseminando o saber médico.
- (C) a impressão causada pelo número de mortos não foi tão forte, porque as vítimas eram poucas e identificáveis.
- (D) houve substancial queda demográfica na Europa no período anterior à Peste.
- (E) o drama vivido pelos sobreviventes era causado pelo fato de os cadáveres não serem enterrados.

2) (Enem/2006) O que chamamos de corte principesca era, essencialmente, o palácio do príncipe. Os músicos eram tão indispensáveis nesses grandes palácios quanto os pasteleiros, os cozinheiros e os criados. Eles eram o que se chamava, um tanto pejorativamente, de criados de libré. A maior parte dos músicos ficava satisfeita quando tinha garantida a subsistência, como acontecia com as outras pessoas de classe média na corte; entre os que não se satisfaziam, estava o pai de Mozart. Mas ele também se curvou às circunstâncias a que não podia escapar. ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Ed. Jorge Zahar, 1995, p.18 (com adaptações).

Considerando-se que a sociedade do Antigo Regime dividia-se tradicionalmente em estamentos: nobreza, clero e 3º Estado, é correto afirmar que o autor do texto, ao fazer referência a “classe média”, descreve a sociedade utilizando a noção posterior de classe social a fim de

- (A) aproximar da nobreza cortesã a condição de classe dos músicos, que pertenciam ao 3º Estado.
- (B) destacar a consciência de classe que possuíam os músicos, ao contrário dos demais trabalhadores manuais.
- (C) indicar que os músicos se encontravam na mesma situação que os demais membros do 3º Estado.
- (D) distinguir, dentro do 3º Estado, as condições em que viviam os “criados de libré” e os camponeses.

(E) comprovar a existência, no interior da corte, de uma luta de classes entre os trabalhadores manuais.

3) (Enem/2010) O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levem ao assassinio e ao roubo.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

No século XVI, Maquiavel escreveu *O príncipe*, reflexão sobre a monarquia e a função do governante. A manutenção da ordem social, segundo esse autor, baseava-se na:

- (A) inércia do julgamento de crimes polêmicos.
- (B) bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
- (C) compaixão quanto à condenação de transgressões religiosas.
- (D) neutralidade diante da condenação dos servos.
- (E) conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe.

4) (Enem/2006) Os cruzados avançavam em silêncio, encontrando por todas as partes ossadas humanas, trapos e bandeiras. No meio desse quadro sinistro, não puderam ver, sem estremecer de dor, o acampamento onde Gauthier havia deixado as mulheres e crianças. Lá os cristãos tinham sido surpreendidos pelos muçulmanos, mesmo no momento em que os sacerdotes celebravam o sacrifício da Missa. As mulheres, as crianças, os velhos, todos os que a fraqueza ou a doença conservava sob as tendas, perseguidos até os altares, tinham sido levados para a escravidão ou imolados por um inimigo cruel. A multidão dos cristãos, massacrada naquele lugar, tinha ficado sem sepultura.

J. F. Michaud. *História das cruzadas*. São Paulo: Editora das Américas, 1956 (com adaptações). Foi, de fato, na sexta-feira 22 do tempo de Chaaban, do ano de 492 da Hégira, que os franj* se apossaram da Cidade Santa, após um sítio de 40 dias. Os exilados ainda tremem cada vez que falam nisso, seu olhar se esfria como se eles ainda tivessem diante dos olhos aqueles guerreiros louros, protegidos de armaduras, que espelham pelas ruas o sabre cortante, desembainhado, degolando homens, mulheres e crianças, pilhando as casas, saqueando as mesquitas.

*franj = cruzados.

Amin Maalouf. *As Cruzadas vistas pelos árabes*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989 (com adaptações).

Avalie as seguintes afirmações a respeito dos textos acima, que tratam das Cruzadas.

I — Os textos referem-se ao mesmo assunto — as Cruzadas, ocorridas no período medieval —, mas apresentam visões distintas sobre a realidade dos conflitos religiosos desse período histórico.

II — Ambos os textos narram partes de conflitos ocorridos entre cristãos e muçulmanos durante a Idade Média e revelam como a violência contra mulheres e crianças era prática comum entre adversários.

III — Ambos narram conflitos ocorridos durante as Cruzadas medievais e revelam como as disputas dessa época, apesar de ter havido alguns confrontos militares, foram resolvidas com base na ideia do respeito e da tolerância cultural e religiosa.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I. (B) II. (C) III.
- (D) I e II. (E) II e III.

5) (Enem/2002) Michel Eyquem de Montaigne (1533-1592) compara, nos trechos, as guerras das sociedades Tupinambá com as chamadas guerras de religião dos franceses que, na segunda metade do século XVI, opunham católicos e protestantes.

[...] não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. [...] Não me parece excessivo julgar bárbaros tais atos de crueldade [o canibalismo], mas que o fato de condenar tais defeitos não nos leve à cegueira acerca dos nossos. Estimo que é mais bárbaro comer um homem vivo do que o comer depois de morto; e é pior esquarterar um homem entre suplicios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entregá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o lemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos; e isso em verdade é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado. [...] Podemos portanto qualificar esses povos como bárbaros em dando apenas ouvidos à inteligência, mas nunca se compararmos a nós mesmos, que os excedemos em toda sorte de barbaridades.

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Ensaio*. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

De acordo com o texto, pode-se afirmar que, para Montaigne,

(A) a ideia de relativismo cultural baseia-se na hipótese da origem única do gênero humano e da sua religião.

(B) a diferença de costumes não constitui um critério válido para julgar as diferentes sociedades.

(C) os indígenas são mais bárbaros do que os europeus, pois não conhecem a virtude cristã da piedade.

(D) a barbárie é um comportamento social que pressupõe a ausência de uma cultura civilizada e racional.

(E) a ingenuidade dos indígenas equivale à racionalidade dos europeus, o que explica que os seus costumes são similares.

6) (Enem/2001) O franciscano Roger Bacon foi condenado, entre 1277 e 1279, por dirigir ataques aos teólogos, por uma suposta crença na alquimia, na astrologia e no método experimental, e também por introduzir, no ensino, as ideias de Aristóteles. Em 1260, Roger Bacon escreveu:

Pode ser que se fabriquem máquinas graças às quais os maiores navios, dirigidos por um único homem, se desloquem mais depressa do que se fossem cheios de remadores; que se construam carros que avancem a uma velocidade incrível sem a ajuda de animais; que se fabriquem máquinas voadoras nas quais um homem [...] bata o ar com asas como um pássaro. [...] Máquinas que permitam ir ao fundo dos mares e dos rios.

apud. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, vol. 3.

Considerando a dinâmica do processo histórico, pode-se afirmar que as ideias de Roger Bacon

(A) inseriam-se plenamente no espírito da Idade Média ao privilegiarem a crença em Deus como o principal meio para antecipar as descobertas da humanidade.

(B) estavam em atraso com relação ao seu tempo ao desconsiderarem os instrumentos intelectuais oferecidos pela Igreja para o avanço científico da humanidade.

(C) opunham-se ao desencadeamento da Primeira Revolução Industrial, ao rejeitarem a aplicação da matemática e do método experimental nas invenções industriais.

(D) eram fundamentalmente voltadas para o passado, pois não apenas seguiam Aristóteles, como também baseavam-se na tradição e na teologia.

(E) inseriam-se num movimento que convergiria mais tarde para o Renascimento, ao contemplarem a possibilidade de o ser humano controlar a natureza por meio das invenções.

7) (Enem/2001)

I — Para o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), o estado de natureza é um estado de guerra universal e perpétua. Contraposto ao estado de natureza, entendido como estado de guerra, o estado de paz é a sociedade civilizada.

Dentre outras tendências que dialogam com as ideias de Hobbes, destaca-se a definida pelo texto abaixo.

II — Nem todas as guerras são injustas e correlativamente, nem toda paz é justa, razão pela qual a guerra nem sempre é um desvalor, e a paz nem sempre um valor. BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Comparando as ideias de Hobbes (texto I) com a tendência citada no texto II, pode-se afirmar que

(A) em ambos, a guerra é entendida como inevitável e injusta.

(B) para Hobbes, a paz é inerente à civilização e, segundo o texto II, ela não é um valor absoluto.

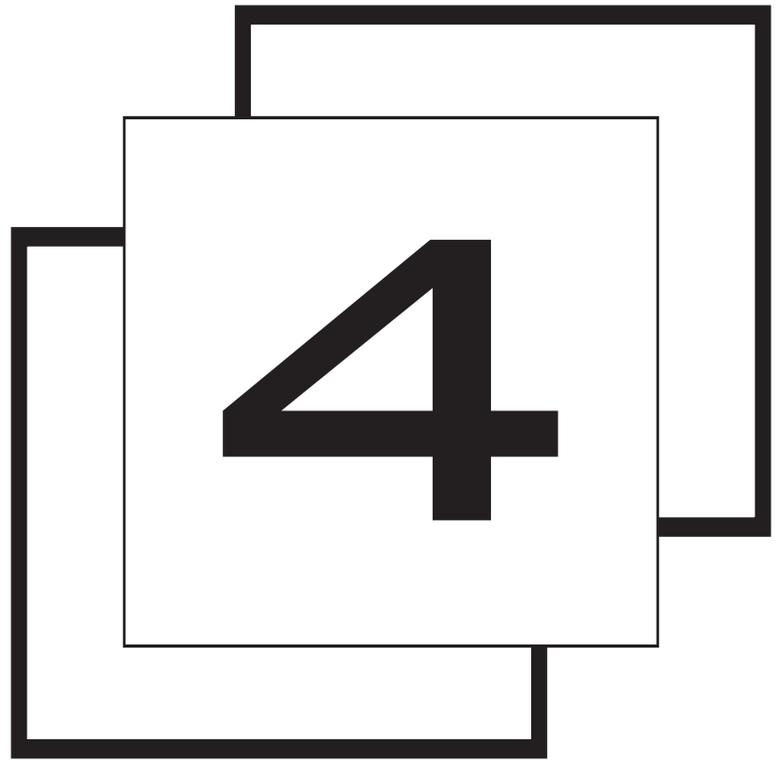
(C) de acordo com Hobbes, a guerra é um valor absoluto e, segundo o texto II, a paz é sempre melhor que a guerra.

(D) em ambos, a guerra ou a paz são boas quando o fim é justo.

(E) para Hobbes, a paz liga-se à natureza e, de acordo com o texto II, à civilização.

GABARITO

1) A 2) C 3) E 4) D 5) B 6) E 7) B



**A EXPANSÃO MARÍTIMA EUROPEIA E AS
NOVAS RELAÇÕES COM AFRICANOS E
ASIÁTICOS (SÉCULOS XV – XVI)**

INTRODUÇÃO

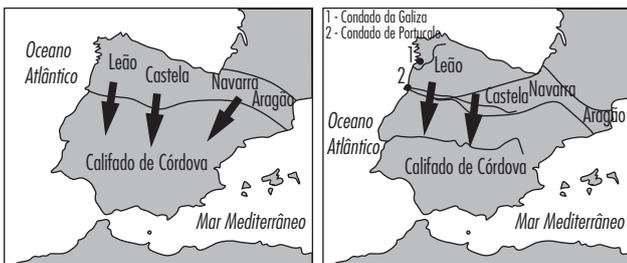
Os circuitos comerciais de longa distância unindo comerciantes europeus, asiáticos e africanos já eram frequentes no período medieval, principalmente através das rotas terrestres, como vimos nos capítulos 2 e 3. Nos séculos XV e XVI, eles tornaram-se ainda mais intensos, e o continente americano passou também a fazer parte desta economia mundial.

Esse novo cenário relacionou-se diretamente com o processo de expansão marítima europeia, no decorrer do qual portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses realizaram inúmeras viagens pelos oceanos; viagens que estabeleceram novas rotas para o comércio internacional e levaram os europeus ao continente que, mais tarde, eles próprios nomearam de América. Portugal e Espanha foram os países pioneiros na expansão.

Neste capítulo, vamos estudar esse processo, buscando entender por que e como ele aconteceu. Discutiremos, também, o crescimento da presença europeia na África e Ásia e as relações entre os europeus e os povos nativos da América. Para isso, é muito importante ter em mente as características da sociedade europeia que se construiu após a crise do século XIV e que estudamos no capítulo anterior. Vamos lá.

Ocupação muçulmana na Península Ibérica

Península Ibérica – séc. XI – início da Guerra de Reconquista



Portugal – séc. XII



Portugal – séc. XIII



Portugal – séc. XIV-XV



Fonte: TEIXEIRA, Francisco M.P. e DANTAS, José. *Estudos de História do Brasil*. vol 1. São Paulo: Moderna, 1980

A PRESENÇA MOURA NA PENÍNSULA IBÉRICA E AS “GUERRAS DE RECONQUISTA”

A Península Ibérica, formada pelos territórios que hoje correspondem a Portugal e Espanha, foi dominada e governada do século VIII ao século XII pelos árabes e norte-africanos muçulmanos (conhecidos como mouros). No passado, quando o islamismo se difundiu no norte da África, a palavra “mouro” passou a ser usada como sinônimo de muçulmano ou islâmico.

A presença das culturas árabe e africana nesses países é notada até hoje — no vocabulário, na cultura, nas construções que deixaram. Não podemos esquecer que nesse período eram fundamentalmente os mouros que faziam a conexão entre a Europa e o Oriente, passando pelo norte da África, através do comércio de longa distância. Foram eles que trouxeram muitos dos conhecimentos e tecnologias que possibilitaram desenvolver a agricultura e a atividade marítima na Península Ibérica.

A agricultura da Península Ibérica se beneficiou muito com a presença dos muçulmanos. Com as novas técnicas de regadio puderam cultivar legumes e plantar árvores frutífera. Além de difundirem processos de rega até aí desconhecidos, também generalizaram o uso de moinhos de vento. Cultivaram novas plantas, que ainda hoje vemos nos nossos campos: laranjeira, limoeiro, amendoeira, figueira, meloeiro e provavelmente o arroz. Também desenvolveram o cultivo da oliveira, de onde se extrai o azeite. Ficaram célebres os grandes pomares que plantaram na Península Ibérica. (adaptado de www.libano.com)

A presença moura, entretanto, era vista como uma presença invasora pelos povos cristãos da Península. No século XI inicia-se uma resistência ao norte e surgiram reinos cristãos que empreenderam uma guerra contra os mouros, conhecida como reconquista. Essa guerra não foi resolvida rapidamente: Portugal surgiu como reino independente no século XII. A Espanha ainda levaria quatro séculos na guerra — Granada, a última cidadela moura, no sul, foi retomada pelos cristãos em 1492.

Portugal, pioneiro na centralização política, viveu em fins do século XIV um movimento político interno, conhecido como Revolução de Avis, que trouxe para o reino um estímulo maior ao comércio e à navegação. A partir dessa mudança, os portugueses levaram adiante a bandeira da reconquista — mas já com ares de conquista — e se lançaram sobre outras terras. Os espanhóis iriam segui-los nesse movimento expansionista, em fins do século XV.

Os soberanos portugueses empenhados em fortalecer cada vez mais a unidade do país e obter apoio dos setores economicamente poderosos iniciaram sua expansão marítima e comercial. Contando com a experiência, a ambição e a coragem de seus navegantes — mestres, pilotos e marujos de muitas origens —, com o estímulo de seus grandes comerciantes e nobres donos de terras, e com o apoio da Igreja Católica, Portugal começou a colocar-se em terras distantes, no chamado além-mar.

A EXPANSÃO PORTUGUESA SOBRE A ÁFRICA E A ÁSIA

*De África tem marítimos assentos;
É na Ásia mais que todas soberana;
Na quarta parte nova os campos ara;
E se mais mundo houvera, lá chegara!*

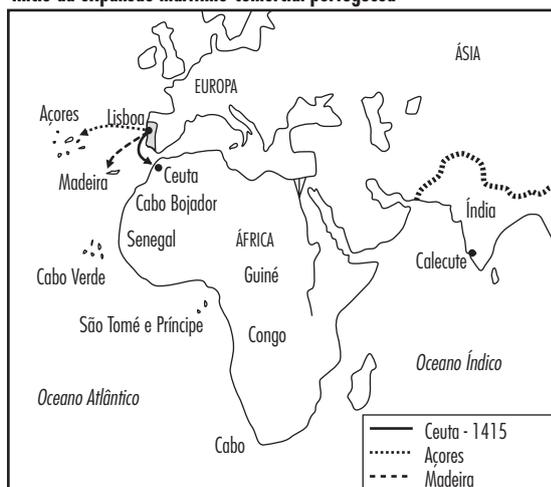
Luis Vaz de Camões. *Os Lusíadas*. Canto VII, Estância XIV.1572

Vamos ler com atenção os dois primeiros versos do trecho do poema acima. E agora uma pausa para reflexão: quem tinha na África “marítimos assentos” e na Ásia se fazia “soberano”? A que acontecimentos históricos, ocorridos em que tempo, se refere o grande poeta da língua portuguesa, Luís de Camões?

África

Como vimos no capítulo 2, no início do século XV, Portugal se lançou à conquista do norte da África, tomando a cidade de Ceuta (no Marrocos atual) e, seguindo pelo Atlântico, conquistou as então chamadas “ilhas do Mar Oceano”. Primeiro, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, áreas que ainda hoje fazem parte do território português, e onde desenvolveram as primeiras experiências de colonizadoras com base em grandes plantações de cana-de-açúcar. A seguir, Portugal obteve domínio sobre os arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Início da expansão marítimo-comercial portuguesa



Fonte: TEIXEIRA, Francisco M.P. e DANTAS, José. *Estudos de História do Brasil*. vol 1. São Paulo: Moderna, 1980. (adaptado)

A conquista das ilhas representou muito para Portugal, sendo pontos estratégicos para a navegação no Atlântico. Ali navios de todas as nacionalidades faziam suas paradas para abastecimento e navegantes e marujos trocavam informações e histórias. Nelas os portugueses adotaram o sistema de divisão do território em capitânias hereditárias que, mais tarde, seria utilizado em sua colônia na América. Inicialmente, as ilhas, que eram desabitadas, foram sendo povoadas por pessoas vindas com os portugueses, mas de diferentes partes da Europa.

Em alguns casos, como em Cabo Verde, africanos foram arrancados de seus

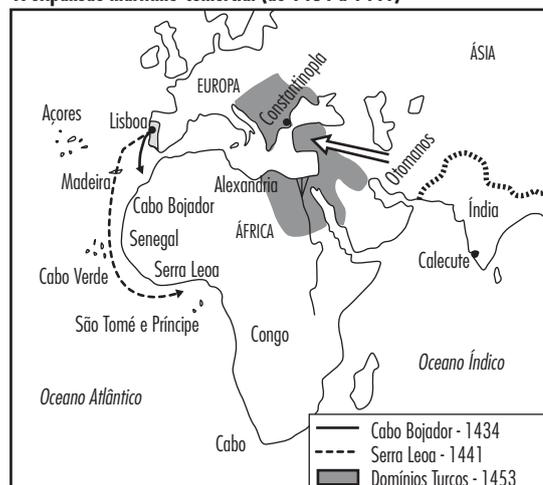
lugares de origem, escravizados e levados para as ilhas, onde também chegavam degredados e portugueses muito pobres, originando-se no local uma sociedade mestiça. Em outras ilhas como na do Príncipe, aos degredados juntaram-se muitas crianças trazidas por ordem dos governantes portugueses, para povoar o local. Eram filhas de pais perseguidos ou condenados pela justiça (em sua maioria judeus). São Tomé e Príncipe tornaram-se, com o tempo, entrepostos importantes no comércio de escravos africanos.

A partir das ilhas, Portugal iniciou a conquista do litoral atlântico do continente africano. Estabeleceu contatos em regiões do continente importantes para atingir os seus objetivos: a conquista de novas terras e o acesso a suas riquezas (metais preciosos, marfim e especiarias, principalmente). Uma das primeiras paradas foi na foz do rio Senegal. Dali, descendo pela costa, os portugueses chegaram até a região das atuais Guiné Bissau e Serra Leoa. Através desses contatos, foram adquirindo escravos dos povos costeiros, conforme relata um viajante:

[...] tinham obtido algumas notícias de nosso praticar com os negros do Senegal [...] eles tinham por certo que nós, cristãos, comíamos carne humana, e só comprávamos negros para comer, e que por isso não queriam nossa amizade forma nenhuma, antes nos queriam matar a todos.

(Luís de Cadamosto, Viagens)

A expansão marítimo-comercial (de 1434 a 1441)

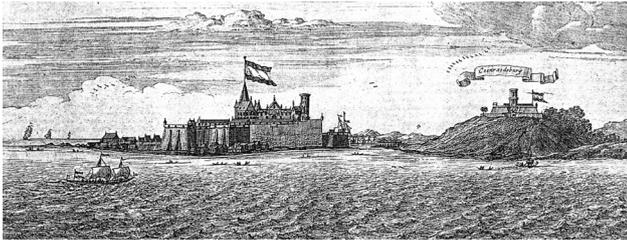


Fonte: TEIXEIRA, Francisco M.P. e DANTAS, José. *Estudos de História do Brasil*. vol 1. São Paulo: Moderna, 1980. (adaptado)

A negociação entre os portugueses e os povos da costa atlântica africana não era simples. Por meio da guerra, obtinham escravos, em geral prisioneiros, e faziam pressão sobre os derrotados para obter pimentas e peles de animais. Carregavam seus barcos com essas mercadorias para vendê-las a bom preço no reino. Longas batalhas eram travadas e nem sempre os africanos eram os derrotados. Essa política guerreira portuguesa mostrou-se pouco eficaz para a conquista de pontos de comércio no litoral atlântico. Afinal, os portugueses precisavam de algum apoio local se queriam manter uma presença no litoral africano e fazer comércio. Então, passaram a substituir a guerra por uma política de alianças com os chefes nativos. Dessa política fazia parte a obtenção de licença para construir fortalezas no litoral e a garantia de obtenção de escravos. Assim, foi construída, em tempo recorde

(1481-1482), a fortaleza de São Jorge da Mina (no litoral de Gana, atualmente), de onde os portugueses tiveram acesso ao ouro africano trazido do interior do continente e obtiveram muitos escravos. Fizeram também contatos e alianças com o reino de Benin (sudoeste da Nigéria e parte do Benin atual) e com diferentes povos do chamado Golfo da Guiné. O tráfico de escravos realizado no século XV movimentou, somente no Golfo da Guiné, cerca de 150 mil escravos.

Ilustração de São Jorge da Mina



Vista geral do forte de São Jorge da Mina em 1873. in BOAHEN, A.; WEBSTER, J.B. (with H.O.Idowu). *The growth of African Civilization. The Revolutionary Years: West Africa since 1800.* Londres: Longman, 1967. p. 133.

No reino do Congo (norte de Angola e parte da República Democrática do Congo, atualmente) foram feitos acordos e estabeleceu-se um relacionamento entre os governos locais e Portugal que durou muito tempo. Embaixadas do rei do Congo foram enviadas a Portugal e, mais tarde, ao Brasil; filhos dos reis do Congo foram estudar em Portugal, e missionários católicos realizaram ações de evangelização com apoio dos soberanos locais, desde o século XV. O reino do Congo tornou-se um grande fornecedor de escravos para os portugueses e aumentou seu poder sobre os reinos e povos vizinhos na África.

Ilustração de São Salvador, capital do reino do Congo, depois da chegada dos portugueses



Vista geral da capital do reino do Congo (São Salvador) depois da chegada dos portugueses, pois são evidentes as cruzes no alto das igrejas, in SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista. História da Festa de Coroação do Rei Congo.* Belo Horizonte: EdUFMG, 2002. p. 46.

A exportação de escravos capturados pelo reino do Congo era feita através de portos na costa de Angola atual, entre eles o de Luanda, que se tornou aos poucos a principal porta de saída de africanos escravizados rumo ao Brasil.

Dando continuidade à expansão, os portugueses contornaram o sul da África, dobraram o cabo da Boa Esperança em 1488, alcançaram o Oceano Índico e, como vimos no capítulo 2, entraram em contato com

comerciantes e representantes de reinos da África Oriental com os quais fizeram importantes acordos.

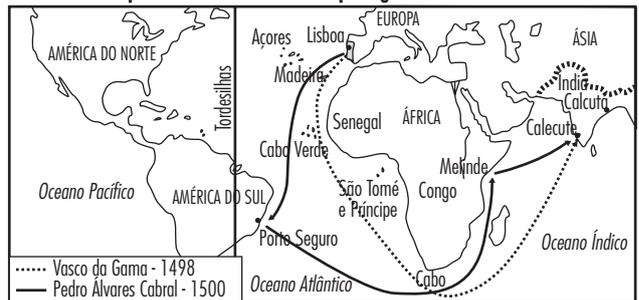
A expansão marítimo-comercial luso-espanhola (de 1482 a 1492)



Fonte: TEIXEIRA, Francisco M.P. e DANTAS, José. *Estudos de História do Brasil. vol 1.* São Paulo: Moderna, 1980.

Os portugueses tiveram grandes surpresas quando chegaram ao outro lado da África, no Oceano Índico. Encontraram um mar que era cenário de um intenso comércio, realizado por embarcações de diferentes origens, comerciantes falando diferentes línguas e utilizando diversas moedas. Na parte oriental da África se surpreenderam com a variedade de mercadorias de luxo envolvidas nesse comércio, como âmbar de cor cinza, cerâmicas finas, ouro, pérolas, peles de animais, tecidos, sândalo, pimenta, gengibre, prata, rubis, pérolas, o ouro – trazido do reino de Monomotapa até Sofala (costa norte de Moçambique atual) - e sedas. Todas essas mercadorias e o tráfico de escravos envolviam a África, o mundo árabe e o Oriente, em especial a Índia e a China. O desenvolvimento comercial e o ir e vir de barcos, de pessoas e mercadorias, observado nos portos do Oceano Índico, encheu os olhos dos portugueses. Eram muitas riquezas. Mercadorias valiosas para o mercado europeu. Além disso, os habitantes das cidades costeiras já estavam habituados ao grande comércio marítimo – era questão de estabelecer os acordos e fazer as trocas.

Desfecho da expansão marítimo-comercial portuguesa



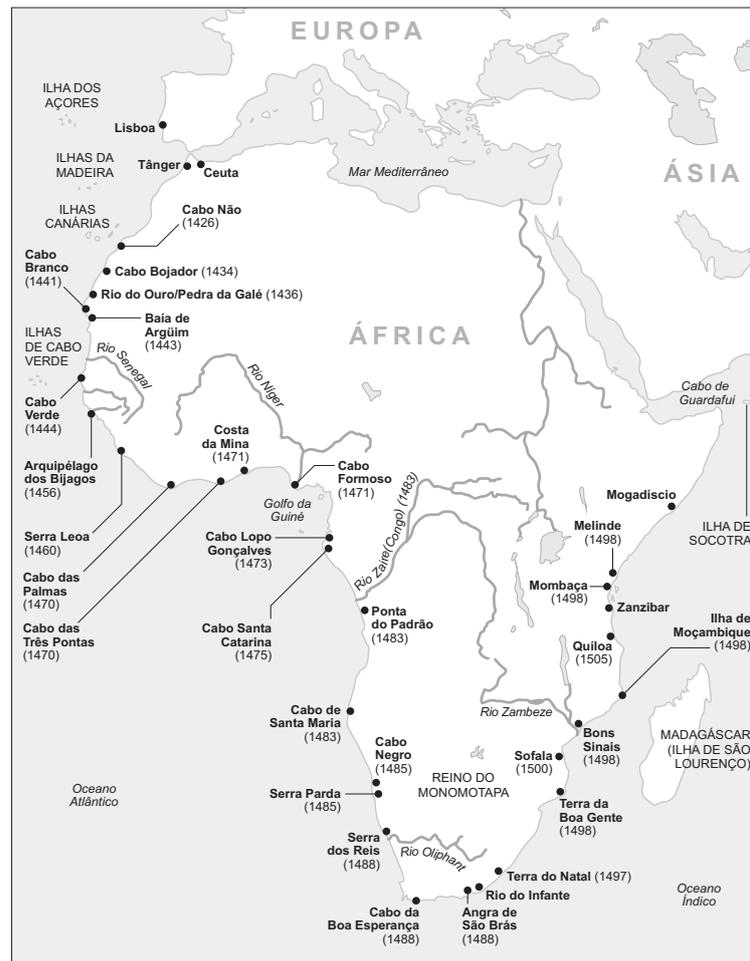
Fonte: TEIXEIRA, Francisco M.P. e DANTAS, José. *Estudos de História do Brasil. vol 1.* São Paulo: Moderna, 1980.

A expansão portuguesa sobre a África se constituiu em uma série de investidas nem sempre bem sucedidas sobre pontos do litoral. Também não ocasionou o domínio português sobre o continente. Tanto os portugueses quanto os outros europeus que se lançaram sobre a África no período não passaram da costa. A exceção foi o reino do Congo, onde as alianças se firmaram de tal forma que permitiram o acesso a locais do interior. A expansão caracterizou-se

pelo estabelecimento de feitorias (entrepósitos de comércio) e pela a construção de fortalezas, que marcavam a presença portuguesa, mas não ultrapassavam os limites que as autoridades locais permitiam, além do mapeamento de toda

a costa atlântica do continente, nomeando acidentes geográficos, aprendendo sobre as correntes marítimas e sobre locais favoráveis ao desembarque e embarque de mercadorias.

Presença portuguesa na África nos séculos XV e XVI



Fonte : AMADO, Janáina e FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *A formação do império português (1415-1580)*. São Paulo: Atual, 1999.

:: Síntese ::

- Portugal e Espanha surgiram como reinos independentes na luta pela libertação do domínio mouro, que durou quase sete séculos na Península Ibérica;
- A expansão portuguesa sobre o norte da África se deu nesse espírito da reconquista;
- Os soberanos portugueses, objetivando o fortalecimento do reino, buscavam novas terras e suas riquezas e contavam com seus navegantes, com o apoio da burguesia mercantil, da nobreza e da Igreja Católica;
- A conquista das ilhas do Atlântico foi importante para a continuidade da expansão como pontos estratégicos para a navegação e locais de experiência de colonização;
- **Na África ocidental, os portugueses entraram em contato com povos da costa, estabeleceram alianças e adquiriram produtos e escravos; e na parte oriental, encontraram ativo comércio com o Oriente, no qual buscaram meios de participar;**
- **A presença portuguesa na África limitou-se ao litoral, dependendo das alianças com chefes e reis africanos.**
- Os portugueses se estabeleceram na África, com feitorias e fortes, desde a segunda metade do século XV.

Ásia

Da costa oriental da África, com correntes marítimas favoráveis, podia-se chegar à Índia muito rapidamente para os padrões da época. E este, afinal, era o grande objetivo dos portugueses: alcançar a terra cobijada, a Índia das especiarias, dos tecidos luxuosos, das pedras preciosas e dos perfumes.

O avanço sobre a Índia foi relativamente rápido: em dez anos já dominavam importantes cidades do litoral e, para isso, utilizaram a força das armas, estratégias de negociação envolvendo suborno e presentes aos chefes e funcionários de governos locais, estratégias de guerra apoiando grupos inimigos dos que queriam derrotar e, aproveitando-se das rivalidades pré-existentes, provocando ou alimentando conflitos. Assim, se deu a conquista de cidades importantes da Índia: Goa — conhecida como a “Lisboa do Oriente” e que virou capital do grande vice-reino português da Índia — Diu, Damão, Cochim e Calicute — onde, para garantir a construção de um forte português, foram necessárias várias batalhas com milhares de mortos.

A Índia não era um centro produtor de todas as mercadorias do Oriente que os portugueses desejavam. Suas cidades eram centros de comércio, de distribuição de produtos que vinham não apenas do interior da própria Índia, mas também do Ceilão (atual Sri Lanka), da China, do Japão e da Indonésia. Nas cidades indianas, mercadores locais, árabes e africanos atuavam nesse comércio que juntava, pelas rotas marítimas e terrestres, regiões distantes.

Os portugueses disputavam o controle do comércio marítimo no Oceano Índico com esses grupos. Suas vantagens sobre os adversários eram seus barcos, mais velozes e maiores, e suas armas de fogo, mais potentes. Os muçulmanos, grandes inimigos de Portugal na região mediterrânea, também eram adversários na Índia e na África Oriental. Mas nesse caso, eram muçulmanos indianos, africanos e árabes. Da Índia os portugueses partiram para leste (China, Japão) e oeste (Golfo Pérsico). Antes, conquistaram Málaca (na atual Malásia), importante ponto estratégico e centro comercial naquela área. Dali conquistaram as ilhas Molucas, o Timor e outras ilhas produtoras de especiarias.

Na China e no Japão não encontraram grandes concorrentes comerciais. Enfrentaram alguma oposição, mas venceram a resistência em alguns pontos. Na China, fundaram a cidade de Macau, que permaneceu durante séculos como colônia portuguesa. No Japão, levaram missionários católicos e conseguiram muitos adeptos — no entanto, a intolerância religiosa dos católicos, sobretudo frente ao budismo, levou à expulsão dos missionários no século XVII.

No início do século XVI, Portugal marcava presença em diversos pontos do Oriente e tinha preferência em quase todo o grande comércio da região do Oceano Índico. Em alguns poucos lugares, tinha o controle do poder local, sustentado, é claro, com alianças e acordos com soberanos vizinhos.

Mas, afinal, quem eram as pessoas que faziam e comandavam essas viagens de contato e conquista nas embarcações portuguesas? Barcos não se moviam sozinhos, as guerras se ganhavam com soldados (além de canhões) e a administração de locais distantes se fazia com funcionários. História, como sabemos, se faz com gente.

As “gentes” da expansão

Os marinheiros e aprendizes que trabalhavam nos barcos eram em geral homens e jovens muito pobres, que viam nessas viagens possibilidades de enriquecer ou ao menos de sair da pobreza. A vida nas viagens era muito dura: obedeciam a uma disciplina rígida de trabalho e eram alojados sem qualquer conforto. Mas a maioria encontrava na profissão oportunidade de ganhos que não teria em qualquer outro trabalho. Corriam riscos, pois nem todas as viagens eram bem-sucedidas, mas parecia valer a pena para eles.

A figura mais importante da tripulação era o piloto. Os pilotos, em geral, haviam sido marujos que aprenderam o valorizado ofício e recebiam bem por seu trabalho, sendo contratados com exclusividade — pois exerciam uma função que exigia conhecimentos das rotas e correntes marítimas, dos locais de parada, e de toda uma série de informações vitais para a viagem. Os pilotos contratados para essas grandes viagens, ao regressarem, recebiam um pagamento que cobria também o valor de seu silêncio a respeito dos caminhos marítimos utilizados. Além disso, o piloto também tinha o direito de comprar produtos e revendê-los na Europa.

Os reis de Portugal também nomeavam homens da nobreza como capitães dos barcos ou de um conjunto de barcos. Em geral, eram nobres de sua confiança, que viam nas funções administrativas no Oriente uma oportunidade de ficarem muito mais ricos. E, de fato, ficavam.

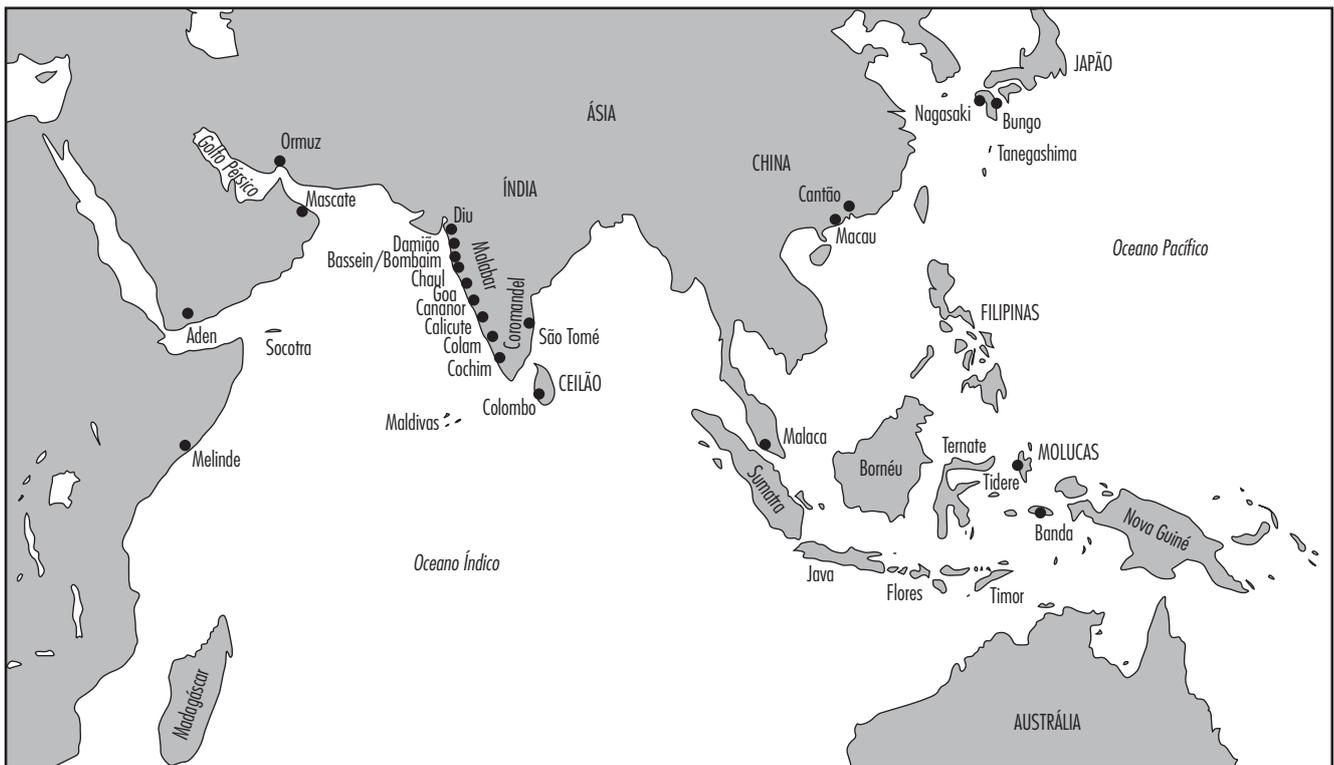
Havia postos na administração dos domínios portugueses que eram muito disputados na Corte em Lisboa. Um fiel e bom funcionário do rei, de origem nobre, mas não necessariamente rico, poderia ter como prêmio em determinado momento de sua vida um posto na Índia. Um eficiente administrador de terras consideradas de domínio português, mas não tão valorizadas, poderia ter como pagamento, no final de sua carreira funcional, um cargo numa cidade da Índia. Lá era praticamente certo o enriquecimento, além do poder de distribuir favores, o que o tornaria um homem respeitado, ao estilo da época e conforme os valores da sociedade portuguesa. Funcionários da Coroa acabavam por atuar em várias partes do Império Português, não só na Índia, estabelecendo laços entre suas diversas partes.

A ocupação dessas áreas do mundo no período da conquista portuguesa (séculos XV e XVI, sobretudo) também se deu pela presença dos “lançados”. Os “lançados” eram portugueses degredados (expulsos de Portugal por terem cometido crimes), que eram deixados nas terras encontradas, por ordem dos capitães dos barcos. Como muitas vezes não podiam voltar para Portugal, casavam-se com mulheres nativas, constituíam família e se tornavam informantes e tradutores dos viajantes portugueses que por ali voltassem a passar. Alguns desses degredados viraram intermediários no comércio de produtos locais e enriqueceram. Em muitos lugares do Oriente, as famílias de degredados formaram as bases de uma sociedade “portuguesa” local.

Os domínios portugueses na Ásia trouxeram, além de muita riqueza, muitos conhecimentos e novos produtos para o mundo português. E o mundo português, a partir de 1500, passou a incluir também parte da América do Sul — o que viria a ser o território brasileiro.

Nesta parte do mundo (a América), os espanhóis haviam sido os primeiros a chegar, segundo constava. À espera de que essa terra fosse a Índia, chamaram seus habitantes de... índios!

A presença portuguesa na Ásia



Fonte : AMADO, Janaína e FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *A formação do império português (1415-1580)*. São Paulo: Atual. 1999.

:: Síntese ::

- O Oriente e, em especial, a Índia, eram objeto de desejo de muitos governos europeus nos séculos XV e XVI, mas foram os portugueses os primeiros a alcançarem essa cobiçada região por mar;
- Na conquista de cidades da Índia, os portugueses valeram-se de alianças, pressão por meio das armas, ataques com utilização de armas pesadas e apoio a grupos rivais;
- Nas ilhas do Oceano Índico, estratégias semelhantes abriram as portas desses locais como fontes de especiarias;
- A obtenção de privilégios comerciais no Oriente possibilitou o enriquecimento do governo português e de nobres, de comerciantes e de seus aliados locais.

A EXPANSÃO IBÉRICA SOBRE A AMÉRICA

Como vimos no capítulo 2, a América que os europeus encontraram era muito diversa em termos de populações indígenas. Existiam grupos nativos vivendo de formas muito diferentes, espalhados pelo imenso território que foi chamado de “novo mundo” pelos europeus que pela primeira vez o encontraram.

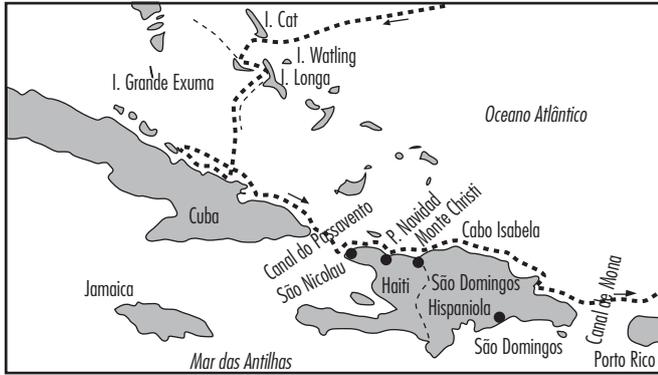
A chegada dos europeus na América se deu no dia 12 de outubro de 1492 em uma ilha do Caribe, no arquipélago de Guanahan. Cristóvão Colombo, o

comandante da expedição apoiada pela Espanha, chamou-a de São Salvador. A partir dela, a expedição chegou a outras ilhas próximas. Uma delas, onde se encontra hoje o Haiti, foi chamada de Espanhola (Hispaniola) e ali Colombo deixou uma guarnição militar.

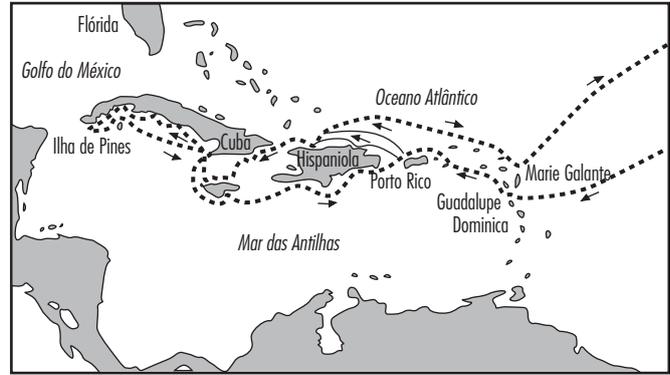
Os espanhóis, incluindo o almirante Colombo, acreditavam ter chegado ao Oriente e pensavam estar próximos da China. Não tinham ideia nem da extensão daquelas terras, nem de que estavam de fato topando com um novo continente.

Quatro viagens de Colombo à América

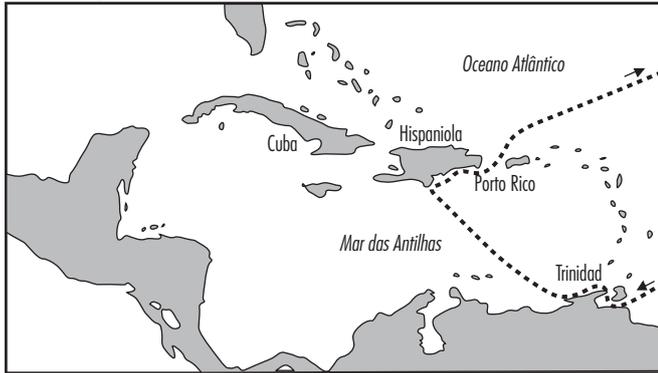
Primeira viagem 1492-1493



Segunda viagem 1493-1496



Terceira viagem 1498-1500



Quarta viagem 1502-1504



DOZER, Donald. *América Latina: uma perspectiva histórica*. Porto Alegre: Globo, 1974.

As primeiras viagens de Colombo às ilhas do Caribe e à América Central revelaram já um imediato potencial econômico para as terras recém-descobertas, com a perspectiva de obtenção de grandes carregamentos de ouro e prata e de abundantes riquezas naturais de alto valor mercantil. Os espanhóis tratariam de apropriar-se das riquezas que estavam sob controle direto das populações nativas. Foi a busca de riquezas que conduziu os espanhóis ao controle do território e domínio dos nativos.

No caso de Portugal, com suas fronteiras definidas desde o século XIII, estão presentes nas suas principais cidades, como Porto e Lisboa, grupos consolidados de comerciantes que já participavam da colonização portuguesa nas ilhas do Atlântico, da conquista do litoral africano e da descoberta do caminho marítimo para as Índias (1498). É nesse contexto que ocorre o “descobrimento” do Brasil, com a chegada a Porto Seguro, em 22 de abril de 1500, de Pedro Álvares Cabral, comandante de uma frota enviada pelo rei de Portugal cujo objetivo era chegar às Índias e estabelecer contatos comerciais. Não podemos esquecer que as práticas mercantilistas orientavam as ações dos monarcas europeus.

A experiência portuguesa na América foi muito diversa da espanhola. As notícias sobre metais preciosos não se confirmaram até o final do século XVII. A conquista de territórios era um meio de assegurar a supremacia marítima na parte sul do Oceano Atlântico, fundamental para garantir o domínio português sobre as rotas que levavam às Índias.

Os portugueses logo tiveram concorrentes. Eram Estados e burguesias mercantis europeias interessados nas riquezas das terras recém-achadas. Foi para garantir a posse do território e de suas riquezas que se inicia a conquista e, mais tarde, a colonização de suas possessões na América.

A EXPANSÃO FRANCESA, INGLESA E HOLANDESA

Desde o início do século XVI os comerciantes e corsários franceses frequentavam as costas da América portuguesa. Entre 1523 e 1524 e em 1534, enviaram expedições ao Canadá. Em 1555, invadiram a baía de Guanabara e fundaram no Rio de Janeiro a chamada “França Antártica”, mas foram repelidos pelas tropas comandadas por Mem de Sá, então governador geral. Essas tropas incluíam muitos guerreiros indígenas, fundamentais na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. No entanto, as guerras internas na França, sobretudo com fundo político-religioso, interromperam por um tempo essa expansão. Somente no século XVII, os franceses retomaram suas investidas sobre a América e sobre a África. Investiram inicialmente sobre o Canadá e a região do Mississipi na América do Norte. Depois avançaram sobre ilhas do Caribe e sobre o norte da América do Sul (futura Guiana Francesa, até hoje parte do território da França).

Na sua expansão, os franceses não só enfrentaram os portugueses como também os ingleses. As guerras entre França e Inglaterra na América causaram

fortes efeitos na política europeia. Foram longas disputas e os indígenas da América se dividiram também no apoio aos diferentes conquistadores, talvez procurando a mesma estratégia utilizada por estes nas suas guerras. Os ingleses foram vitoriosos em muitas batalhas, mas não em todas.

Os ingleses, desde fins do século XVI, enviaram expedições à América do Norte, mas só em princípios do século XVII, estas adquiriram um caráter de conquista e ocupação. Também no século XVII estabeleceram colônias no Caribe, nas chamadas Antilhas inglesas, em Barbados e na Jamaica, que se tornou grande produtora de açúcar. Essas ações de conquista do território apresentaram características diferentes daquelas efetuadas por portugueses e espanhóis, quase cem anos antes. No entanto, o uso da violência e a formação de alianças com povos locais fizeram parte de todas elas.

Os holandeses surgiram nesse cenário no século XVII, utilizando sua experiente frota naval para tentar obter domínios na América. Em geral, procuraram conquistar territórios com presença europeia e já vinculados ao comércio internacional, como foi o caso do nordeste açucareiro no Brasil. Enfrentaram rivais europeus e também a população local. Em alguns momentos, conquistaram territórios e conseguiram estabelecer-se. Desses territórios holandeses, nem todos se tornaram seus domínios na América. Após a expulsão do Brasil, os holandeses se estabeleceram na Guiana e em Curaçao, nas Antilhas, onde passaram a produzir açúcar. Na América do Norte, fundaram a colônia de Nova Amsterdã, posteriormente perdida para os ingleses.

Não é possível falarmos de colonizações sem levar em conta os Estados europeus que se lançaram a essa tarefa. Como vimos no capítulo 3, esses Estados, com seu poder centralizado e buscando seu fortalecimento político interno e na relação com os demais, tomaram medidas econômicas a fim de acumular metais preciosos em seus territórios, intervindo na economia. Para conseguirem uma balança comercial favorável, era preciso exportar mercadorias para outros Estados. Se essas medidas eram adotadas por vários governantes, você deve estar se perguntando: quem compraria? A resposta a isso é a obtenção de colônias, trazendo a ampliação do mercado consumidor e fornecendo metais preciosos, produtos tropicais e matérias primas inexistentes na Europa. Nesse processo, os monarcas não poupavam esforços. Foram intensas as disputas entre Estados e burguesias comerciais por colônias e se traduziram em pirataria e corso, além de invasões a colônias já estabelecidas.

:: Síntese ::

- **Em fins do século XV, os navegadores espanhóis e portugueses alcançaram o território americano, buscando encontrar metais preciosos e produtos de valor na Europa;**
- **Nos séculos XVI e, principalmente, XVII, ingleses, franceses e holandeses iniciaram uma política de conquista de territórios na América, conquistando possessões portuguesas e espanholas em todo o continente.**

No próximo capítulo, veremos o que virá após a chegada dos europeus à América: a conquista e a colonização desse continente...

EXERCÍCIOS

1) (Enem 2007) A identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e(ou) negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento, no século XV, do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho às relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e, enfim, à colonização do continente africano e de seus povos.

K. Munanga. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In: *Diversidade na educação: reflexões e experiências*. Brasília: SEMTEC/MEC, 2003, p. 37.

Com relação ao assunto tratado no texto acima, é correto afirmar que

- (A) a colonização da África pelos europeus foi simultânea ao descobrimento desse continente.
- (B) a existência de lucrativo comércio na África levou os portugueses a desenvolverem esse continente.
- (C) o surgimento do tráfico negreiro foi posterior ao início da escravidão no Brasil.
- (D) a exploração da África decorreu do movimento de expansão europeia do início da Idade Moderna.
- (E) a colonização da África antecedeu as relações comerciais entre esse continente e a Europa.

2) (UERJ) Na expansão marítimo-comercial moderna, o pioneirismo português pode ser explicado como resultado de diversos fatores. Entre eles pode-se destacar os seguintes:

- (A) localização geográfica e estabelecimento de intensas relações comerciais via Mediterrâneo com o Oriente.
- (B) descoberta das rotas mediterrâneas para o Oriente e concorrência comercial com as cidades italianas.
- (C) centralização política e interesses da burguesia mercantil e da nobreza.
- (D) avanço das artes cartográficas e reivindicações de setores populares por reformas liberais.
- (E) cobiça da burguesia mercantil e liberalismo da Coroa e da Igreja.

3) (PUC-Rio) A chegada de Cristóvão Colombo ao continente americano em 1492, tomando posse das terras encontradas para o rei da Espanha, constituiu um momento importante da chamada “era dos descobrimentos”. Analise as afirmativas abaixo referentes às relações entre a expansão ibérica e a transição do feudalismo para o capitalismo:

I – a constituição de um Estado nacional e a centralização do poder político na figura do rei foram fatores decisivos na expansão marítima portuguesa e espanhola.

II – a opção atlântica dos países ibéricos deveu-se à impossibilidade de realizar um projeto expansionista na direção do continente europeu e do Mediterrâneo.

III – a expansão marítima espanhola foi determinada pelas necessidades

dos capitais italianos, especialmente os da cidade de Gênova, que buscavam superar o monopólio veneziano no oriente.

IV- o desenvolvimento do comércio e da produção foi uma alavanca para a expansão, uma vez que possibilitou o desenvolvimento de técnicas de navegação e o acúmulo de capital nas mãos de comerciantes portugueses.

Assinale a opção que contém as afirmativas corretas:

- (A) somente I e IV
- (B) somente I e II
- (C) somente II e III
- (D) somente I, II e IV
- (A) somente II e IV

3) (Enem 2013) De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chá e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, Vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares [...]. Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. Carta de Pero Vaz de Caminha. In: MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. História moderna através de textos. São Paulo: Contexto, 2001.

A carta de Pero Vaz de Caminha permite entender o projeto colonizador para a nova terra. Nesse trecho, o relato enfatiza o seguinte objetivo:

- (A) Valorizar a catequese a ser realizada sobre os povos nativos.
- (B) Descrever a cultura local para enaltecer a prosperidade portuguesa.
- (C) Transmitir o conhecimento dos indígenas sobre o potencial econômico existente.
- (D) Realçar a pobreza dos habitantes nativos para demarcar a superioridade europeia.
- (E) Criticar o modo de vida dos povos autóctones para evidenciar a ausência de trabalho.

GABARITO

1) D 2) C 3) A 4) A



**A COLONIZAÇÃO DAS AMÉRICAS NOS
SÉCULOS XVI A XVIII**

INTRODUÇÃO

Os europeus podiam ser encontrados na América desde o fim do século XV e, de forma mais frequente, a partir do início do século XVI como vimos no capítulo anterior. Quais teriam sido as primeiras impressões sobre as novas terras “descobertas” e os primeiros contatos com os povos nativos? Como se desenrolou o processo de conquista do território que levou à desestruturação das sociedades indígenas e ao estabelecimento do controle europeu sobre parte das terras e dos povos americanos? E os nativos, como reagiram à conquista europeia?

O primeiro momento, espanhóis e portugueses foram os principais agentes envolvidos no processo de conquista da América, pois tinham sido os pioneiros da expansão marítima. Mas sabemos que não estavam sozinhos. Navegadores franceses, holandeses e ingleses frequentavam as costas americanas através de informações sobre as riquezas da nova terra e contatos com seus habitantes.

Os europeus, após sua chegada à América e a constatação da existência de ouro, no caso dos espanhóis, e de mercadorias valiosas como o pau-brasil, no caso dos portugueses, precisavam garantir a posse de seus territórios, frente aos comerciantes de outros Estados europeus.

Era preciso, em primeiro lugar conquistar essas terras e as riquezas controladas pelas populações indígenas locais.

A AMÉRICA ESPANHOLA

O extermínio dos povos nativos do Caribe e a conquista dos impérios asteca e maia

Logo depois das primeiras viagens de espanhóis e portugueses, e principalmente depois da viagem de Américo Vespúcio no início do século XVI, ganhou força a ideia de que as terras recém-encontradas formavam um território extenso, povoado, mas que não era o Oriente. As visíveis riquezas naturais e as evidências da presença de ouro levaram os espanhóis a planejarem sua conquista.

A chegada dos conquistadores — invasores na visão dos povos locais — causou medo entre os indígenas. Alguns povos os viram como enviados dos deuses. Afinal, as fisionomias, as roupas, as armas, as embarcações, os cavalos que montavam, tudo criava um cenário por eles nunca antes visto. O estranhamento foi recíproco. Os espanhóis, durante muito tempo, discutiram se os habitantes da América eram seres humanos ou animais. A Igreja Católica, interessada em ampliar o número de fiéis e estar presente na conquista, defendeu a ideia da humanidade dos índios. Eram humanos, mas pagãos — deveriam ser cristianizados, catequizados. Mas, mesmo assim, seriam considerados sempre humanos de segunda categoria frente aos europeus.

As estratégias utilizadas nas guerras de conquista, no século XVI, além da força das armas, tiveram como base o aproveitamento das rivalidades pré-existentes entre os povos nativos, colocando uns contra os outros. Tanto na América conquistada pelos espanhóis como no Brasil indígena, nativos foram utilizados para derrotar outros nativos, com apoio e armas dos europeus.

Foram utilizadas ainda outras estratégias de enfraquecimento, como o contato com as doenças trazidas pelos europeus, que causou muitas vítimas entre os indígenas. Ao contrário dos povos do Oriente e dos africanos, que já mantinham em muitos locais contatos com outros povos de diferentes lugares, os nativos da América viviam até então isolados no continente. Calcula-se que três quartos da população indígena do México, Peru e Caribe morreram das epidemias que os invasores trouxeram. A varíola, a gripe e o sarampo eram as mais fatais.

A conquista espanhola logo trouxe à luz as riquezas dos povos derrotados. Objetos de ouro e joias trabalhadas com pedras preciosas faziam parte do tesouro roubado dos indígenas. Essas riquezas só animaram os conquistadores a avançarem mais sobre a América — as minas de ouro e prata eram seu estímulo.

Em menos de cem anos, entre 1492 e 1572, os espanhóis conquistaram as regiões do México, parte da América Central, as ilhas do Caribe e a região andina (Peru, Equador e parte do Chile atuais). A conquista foi realizada com muita guerra, muitos mortos e muita violência.

A população indígena da América foi muito reduzida pelas guerras, pelas doenças e pela exploração do trabalho por parte dos conquistadores. Os indígenas do Caribe, primeiras ilhas dominadas pelos espanhóis, praticamente desapareceram. No México dos astecas e maias, a população estimada em 25 milhões de habitantes, em 1534, foi reduzida a 1 milhão e novecentos mil em 1595, em função da conquista espanhola.

A continuidade da conquista e da expropriação dos povos nativos nos séculos seguintes

Em muitas regiões da América, a conquista se deu nos séculos seguintes — XVII, XVIII, XIX e, até, XX. Desta forma, nessas áreas, as comunidades nativas, ou originais, puderam manter-se ainda por algum tempo. Mas, conforme a presença europeia/branca se interiorizou e as terras indígenas passaram a ser cobradas por fazendeiros, mineradores e industriais, estas comunidades sofreram o processo de conquista e expropriação, que resultou em muitas mortes violentas e no empobrecimento desta população. Essas questões perduram até os dias atuais em países com grande população descendente de povos nativos como é o caso do México, Bolívia e Equador. Também no Brasil, presenciemos ainda hoje muitos conflitos entre fazendeiros, grileiros, grandes indústrias e indígenas

Após o período que chamamos de conquista, as relações entre Espanha e América se transformaram: deu-se início à colonização. Mas, o que quer dizer essa afirmação?

Em termos gerais, podemos dizer que colonizar significa a ocupação de um território por parte de determinado grupo humano e o estabelecimento de uma atividade econômica que garanta a permanência das pessoas ali. No nosso caso, a partir do século XVI, os reinos europeus iniciaram políticas para fundar

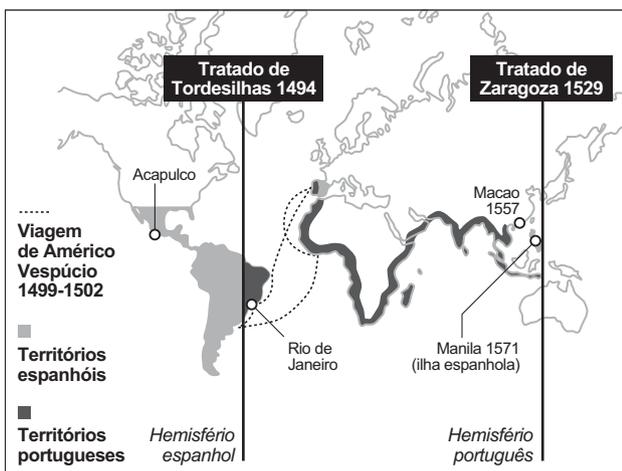
núcleos de povoamento na América e estimular a implantação de atividades econômicas.

Mas, quais eram os objetivos espanhóis ao implementar sua política de colonização? Quais foram os meios utilizados para administrar as áreas coloniais? De que forma os colonizadores conseguiram mão de obra para desenvolver suas atividades econômicas? Que tipos de sociedades foram criados nas colônias? Quais eram as relações entre as colônias, na América, e a metrópole, na Europa?

A COLONIZAÇÃO ESPANHOLA

Observe o mapa. Ele mostra as regiões que formavam a colônia espanhola na América no século XVI, uma grande área que se estendia da América do Norte à América do Sul.

Os territórios espanhóis e portugueses no século XVI



Vimos no capítulo anterior que Cristóvão Colombo chegou ao continente americano pelas ilhas do Caribe como São Salvador e Haiti. Nessas ilhas, os colonizadores espanhóis encontraram sinais de ouro, metal muito cobiçado. A ação foi imediata. A população nativa foi dominada através da violência e utilizada como escrava na garimpagem do metal. Devido aos assassinatos, às doenças e à escravização, os nativos foram praticamente exterminados no século XVI.

Com o esgotamento dos veios de ouro pouco tempo depois, grande parte dos espanhóis abandonou as ilhas, que durante muito tempo se dedicaram à produção de subsistência e funcionaram como pontos intermediários entre as metrópoles europeias e as colônias na América. Em algumas delas, como Cuba, os espanhóis iniciaram as lavouras de cana-de-açúcar e tabaco, mercadorias muito valiosas no mercado europeu, mas que só se desenvolveram com força no final do século XVII.

• A administração colonial

Para administrar suas terras, a Coroa espanhola dividiu-as em duas partes: o vice-reino do Peru, que abrangia a América do Sul, e o vice-reino de Nova Espanha, que controlava as Américas do Norte, Central, Caribe e Venezuela (no século XVIII, houve uma nova divisão). Os vice-reis eram nobres espanhóis nomeados na metrópole, sendo as autoridades máximas nas colônias. Uma vez

nomeados, residiam na colônia enquanto ocupassem o cargo. Eram responsáveis pela administração das minas, pelo comando militar e presidiam as audiências, órgãos existentes nas principais centros que cuidavam de assuntos administrativos e da justiça. Também fiscalizavam o pagamento de impostos à Coroa, protegiam o território de invasões estrangeiras, julgavam os conflitos entre os colonos, vigiavam os trabalhos de catequização dos indígenas.

Para cuidar dos problemas locais, existiam os cabildos, que eram integrados pelos colonos espanhóis mais ricos e, depois, por seus descendentes nascidos na América. Estes eram chamados de criollos. Era essa estrutura que organizava a colonização espanhola na América.

Na Espanha, ficavam os órgãos responsáveis pela elaboração da política colonizadora, ou seja, pelas leis e regulamentações existentes na América e pelo controle do comércio colonial. O Conselho das Índias os europeus chamavam a América de “Índias Ocidentais”) decidia as questões relativas às leis e à atuação da Igreja e das forças de defesa. A Casa de Contratação comandava os assuntos relativos ao comércio.

• Trabalho e economia colonial

A colônia espanhola na América abrangiam um amplo espaço com paisagens variadas. Eram regiões com recursos naturais diferentes, umas pouco povoadas e outras habitadas por milhões de indígenas. Ter em mente que não havia uma uniformidade entre as possessões espanholas nos ajuda bastante a compreender como se desenvolveram as atividades econômicas coloniais e a razão das distintas relações de trabalho existentes.

Vamos começar com a mineração que, sem dúvida, foi a atividade que mais lucros deu à Espanha durante os séculos XVI e XVII. Enquanto as primeiras experiências de colonização com utilização da mão de obra indígena se desenvolviam no Caribe, homens autorizados pela Coroa espanhola começaram a penetrar em outras regiões. Eram os adelantados, título que o rei concedia a indivíduos que iniciaram a presença espanhola no continente e que lhes conferia poder sobre territórios e pessoas.

Após a conquista dos Impérios inca e asteca por alguns desses adelantados, foram encontradas importantes minas de prata. Os olhos da metrópole se voltaram definitivamente para o continente e duas áreas econômicas começaram a se desenvolver: ao redor de Potosí, no vice-reino do Peru (atual Bolívia), e de Zacatecas, no vice-reino de Nova Espanha (atual México).

Para desenvolver a mineração, a Coroa espanhola concedia a particulares o direito de explorar determinada área. Em troca, esse colono era responsável pela compra dos objetos e máquinas necessários para o trabalho das minas e pagava um imposto ao governo. Mas havia uma questão importante a resolver: como conseguir trabalhadores em quantidade suficiente para explorar as minas com rapidez?

A solução adotada pelos colonizadores foi utilizar a mão de obra dos indígenas, pois tanto Potosí quanto Zacatecas eram localizadas em regiões dos antigos Impérios inca e asteca, onde havia uma grande concentração populacional. Os espanhóis se valeram de uma prática já existente naquelas comunidades nativas antes da chegada dos europeus — um imposto que era pago em trabalho às autoridades do Estado. Entre os incas, era a mita e entre os astecas, o quatequil. De acordo com essa prática, os índios deveriam trabalhar um determinado número

de dias em obras públicas. Os espanhóis adaptaram a mita e o quatequil às suas necessidades, obrigando os indígenas a trabalhar nas minas. Desta forma, conseguiram resolver seu problema de mão de obra e a prata passou então a jorrar para os cofres da Coroa espanhola entre o século XVI e meados do século XVII.

Para os trabalhadores indígenas e suas comunidades, o trabalho na mineração foi devastador. Os mineiros viviam e trabalhavam em péssimas condições, o que causou a morte ou graves problemas de saúde em muitos deles. Para as comunidades, a retirada dos homens de suas tarefas tradicionais e seu deslocamento até as minas provocaram prejuízos para a economia e a sobrevivência das famílias, levando à desestruturação de muitas delas.

Em razão da atividade mineradora, alguns centros urbanos se desenvolveram na colônia espanhola. Além de concentrar um grande número de mineiros indígenas, essas áreas atraíam também pessoas em busca de enriquecimento ou que viviam em torno da mineração, como comerciantes, pequenos artesãos, entre outros.

Além disso, era necessário abastecer os habitantes das cidades com alimentos, bebidas e roupas; e era fundamental ter animais para transportar o metal precioso até os portos e trazer de volta os produtos estrangeiros que iam para as minas.

Para atender a essas necessidades, outras atividades econômicas foram surgindo. Foi o caso da pecuária desenvolvida na bacia do rio da Prata, onde hoje estão Argentina e Paraguai. Os animais eram fundamentais como meio de transporte e para o fornecimento de couro e carne. Pela mesma razão, outras áreas se especializaram na produção de alimentos como milho e trigo.

A mão de obra indígena também foi utilizada nas fazendas agrícolas, que se desenvolviam em áreas onde a população nativa era bem menor, através da encomienda. Por este mecanismo, o governo espanhol dava a alguns colonos a autoridade sobre uma determinada comunidade indígena. O colono tinha o dever de catequizar esses índios, mas também teria o direito de cobrar tributos que poderiam ser pagos em gêneros ou em trabalho nas terras.

A encomienda, num primeiro momento, não ameaçou as comunidades nativas, que permaneciam em suas terras e trabalhavam para a própria subsistência e para pagar os tributos aos encomenderos. O colono não tinha direito às terras indígenas. Entretanto, a situação se modificou em fins do século XVII, quando os fazendeiros tomaram conta das terras indígenas para a produção agrícola para exportação. Diante dos conflitos crescentes, as encomiendas foram suspensas pela Coroa espanhola.

Além da mineração e das atividades voltadas para o comércio interno, algumas áreas desenvolveram atividades agrícolas para exportação. Foi o caso da agricultura de algodão, açúcar, anil, cacau e tabaco. Esses artigos foram produzidos em grandes propriedades rurais, principalmente no Caribe e em regiões da América do Sul, como Venezuela, Colômbia e o litoral peruano.

Nessas áreas, a população indígena era muito pequena ou tinha sido completamente exterminada, como no caso das ilhas do Caribe. A solução encontrada para a questão da mão de obra foi, então, a compra de escravos africanos, que foram os principais trabalhadores nessas atividades.

Podemos, identificar um elemento comum a todos esses cenários. Tanto nas áreas mineradoras, com a mita, como nas plantações de açúcar cultivadas pelo braço do escravo africano ou as de milho desenvolvidas pelos índios encomendados, vamos encontrar alguma forma de coerção utilizada pelos colonizadores para forçar os indivíduos ao trabalho — por isso, chamamos esse

tipo de trabalho de compulsório.

As razões para a adoção de diferentes formas de trabalho compulsório na América são variadas. Em primeiro lugar, o trabalho livre assalariado não era muito difundido na Europa. Eram poucas as pessoas sem nenhum tipo de vínculo social que trabalhavam em troca de um salário por mês. Por isso, não era uma opção para os colonizadores. Em segundo lugar, para desenvolver as atividades econômicas na América era necessário um grande número de pessoas, que nunca seria alcançado somente pela migração de espanhóis para as colônias. Além disso, não havia na economia colonial uma grande quantidade de moedas que pudessem ser usadas para o pagamento de salários. Por fim, no caso da escravidão africana, ela já era utilizada na Europa e em outras partes da América e o tráfico negreiro tinha condições de oferecer milhares desses trabalhadores aos plantadores americanos.

• O controle metropolitano da economia colonial

Havia, por parte da metrópole espanhola, o objetivo de controlar rigidamente a economia e o comércio coloniais para garantir um fluxo de riquezas para o reino. Com esse fim, foram estabelecidos o exclusivo comercial e do pacto colonial.

A colônia só poderia vender seus produtos a comerciantes autorizados pela Coroa espanhola. Da mesma forma, todas as mercadorias estrangeiras teriam que ser compradas de comerciantes que tivessem autorização real.

As áreas coloniais também foram proibidas de produzir alguns artigos, como tecidos. O objetivo era que eles fossem comprados de produtores estrangeiros autorizados, o que significava lucros para a Coroa através dos impostos. As principais relações comerciais entre a colônia e a metrópole se desenvolveram, então, através de comerciantes que possuíam o privilégio real — monopólio — de realizar negócios em seus domínios.

Foi estabelecido também um sistema de portos únicos, onde os produtos só poderiam ser embarcados em portos indicados na Espanha e na América. Para exportar as mercadorias da colônia, havia o sistema de frotas e galeões, quando eram organizados comboios de navios com proteção armada para cruzar o Oceano Atlântico. Com tudo isso, a metrópole buscava controlar o fluxo comercial com suas colônias e garantir a tão desejada balança comercial favorável.

Mas as sociedades coloniais não eram exatamente um retrato do que desejavam suas metrópoles... Algumas desenvolveram lógicas próprias e eram, em muitos aspectos, independentes. Veja o caso que citamos anteriormente, sobre a proibição da produção de tecidos. Apesar das leis impostas pela metrópole, várias cidades coloniais possuíam oficinas que produziam panos de lã para a população e as autoridades da Coroa nunca conseguiram reprimir totalmente essa atividade. E o contrabando de metais preciosos, apesar de combatido, sempre foi praticado pelos colonos.

No caso dos fazendeiros de gado e de alimentos, eram as trocas comerciais internas que lhes garantiam rendas e poder. Por isso, podemos pensar que as relações comerciais não se desenvolviam somente entre metrópole e colônia, mas também entre diferentes regiões coloniais. Apesar da existência de funcionários administrativos e militares na América, o controle das atividades econômicas pela Espanha nunca foi total. O pacto colonial encontrava, na prática, muitos limites.

Assim, no século XVIII, diferentes cenários econômicos na América espanhola: atividades direcionadas ao mercado europeu, produtos destinados ao mercado

colonial, trocas comerciais com comerciantes da Espanha, trocas com comerciantes da colônia, relações com outras regiões da América, como o Brasil e também as colônias inglesas na América do Norte.

• A sociedade colonial

Como já sabemos, as colônias espanholas estendiam-se por um amplo espaço do continente americano. Essa vastidão acabou produzindo diferentes cenários sociais, o que pode ser explicado pelas diferenças na colonização. Diferenças no período em que as terras foram ocupadas pelos colonos, na mão de obra utilizada, na presença da administração colonial.

Escravos africanos e seus descendentes, índios, mestiços, filhos de espanhóis nascidos na América, os criollos, e espanhóis de nascimento misturavam-se nas áreas de colonização. Entre eles, aqueles que possuíam o maior poder político eram os funcionários espanhóis nomeados pela Coroa, responsáveis pela administração das colônias e por fazer valer aqui as leis estabelecidas na Espanha. Esses homens eram chamados de *ou peninsulares*.

Mas estes não eram os donos das fazendas de gado e milho nem os donos das minas. Ou seja, possuíam poder político concedido pela metrópole, mas não formavam a elite econômica da colônia. O poder econômico colonial estava nas mãos dos filhos dos colonizadores espanhóis, que nasceram nas Américas e aqui construíram sua riqueza e poder. Eram os donos de escravos negros e recebiam tributos dos indígenas. Esses homens formavam o que chamamos a elite crioula, com grande poder políticos nos cabildos.

Em algumas regiões, havia uma população mestiça, resultado da união entre europeus e indígenas, que não ocupava a mesma posição que os criollos. Nas áreas de economia mais dinâmica, com grande número de europeus, algumas famílias indígenas se “hispanizaram”, ou seja, passaram a adotar hábitos e costumes dos espanhóis. Nas áreas em que houve a utilização da mão de obra dos índios através da mita e do quatequil, a sobrevivência das comunidades nativas foi bastante dificultada.

Nas regiões de agropecuária, as aldeias indígenas conseguiram manter suas tradições e cultura enquanto foram capazes de, com sua tradicional organização do trabalho, produzir alimentos para seus membros e pagar as tributações para os colonos e a Coroa espanhola. Entretanto, com a interiorização da colonização e das atividades econômicas dos criollos, muitos indígenas foram expulsos de suas terras e sofreram um processo de empobrecimento. Essas comunidades, apesar da pobreza e da falta de terras, foram responsáveis pela transmissão da cultura indígena através das gerações.

Em outras áreas coloniais, como no Caribe e nas fazendas de agricultura de exportação da Venezuela e Colômbia, os afrodescendentes estavam presentes em grande número. Em Cuba e São Domingo, por exemplo, o extermínio da população nativa pelos espanhóis nos primeiros tempos de colonização diluiu a presença indígena e esses lugares foram “repovoados” pelos africanos escravizados. Hoje, são países com a maioria da população formada por descendentes de africanos.

O desenvolvimento da colonização de maneira acelerada em algumas áreas, principalmente naquelas envolvidas nos circuitos da mineração, levou ao crescimento e enriquecimento de alguns centros, como a cidade do México e Lima (Peru). Ali, além da presença de muitos funcionários da Coroa espanhola e de membros muito ricos da elite crioula, houve a formação de uma elite intelectual

com a abertura de universidades, a publicação de livros, obras de arte, entre outros. Mas, esse não foi um processo geral em toda a América Espanhola.

É importante lembrar que as sociedades são dinâmicas e que as relações entre os indígenas, os africanos e os europeus foram assumindo novas formas com no decorrer da colonização. Por vezes, essas formas foram conflituosas e violentas; por outras, foram cooperativas e de influência mútua.

• A atuação da Igreja Católica

Uma das principais características da sociedade colonial foi a importância da atuação da Igreja Católica. Desde o princípio, um elemento que estimulou os Estados europeus a ocupar os territórios americanos foi o espírito missionário. Além das riquezas que as Índias Ocidentais poderiam oferecer a reis e comerciantes, a catequização dos povos nativos era vista como uma missão. Lembre-se que a colonização teve início no mesmo momento em que aconteciam as reformas religiosas, e a perda de fiéis da Igreja Católica poderia ser compensada com a chegada de novos. A catequização dos indígenas foi uma tarefa desempenhada pelo clero católico, principalmente pelos jesuítas, membros de uma ordem religiosa chamada Companhia de Jesus. Nos primeiros anos de colonização, quando a mão de obra nativa foi utilizada como escrava e exterminada nas ilhas do Caribe, discutiu-se muito a questão da escravização indígena. A Coroa espanhola, após vários debates, decidiu-se pela proibição desse tipo de trabalho compulsório, editando várias leis durante o século XVI.

Para os jesuítas que defenderam essa posição, os índios deveriam ser iniciados na religião católica. Com essa ideia, os jesuítas muitas vezes protegeram as comunidades indígenas da ação dos colonos espanhóis que queriam escravizá-los, o que provocou muitos conflitos que a metrópole tentava controlar. Problema semelhante aconteceu no Brasil, como você vai ver no próximo capítulo, e isso nos mostra que havia diferenças entre os próprios europeus sobre como deveria ser feita a colonização — obedecendo aos objetivos catequizadores da Igreja ou atendendo às necessidades de trabalho dos colonos, que produziam as riquezas desejadas pela metrópole e para isso precisavam de trabalhadores?

As comunidades indígenas dispersas eram reunidas pelos religiosos nas terras da Igreja em grandes comunidades, chamadas de “reduções” ou “missões”, onde a religião católica era ensinada e os próprios indígenas cuidavam de sua subsistência. As reduções eram lugares também de produção para o comércio, com oficinas onde os índios faziam tecidos e outros artigos para o mercado colonial. Assim, aprendiam hábitos, costumes e valores europeus enquanto trabalhavam para os religiosos.

As leis que proibiam a escravidão indígena foram cumpridas nas áreas onde a colonização já estava organizada e a Igreja e os fiscais da metrópole podiam controlar as ações dos colonos. Mas, nas áreas de fronteira, ou seja, onde a ocupação estava apenas começando e as autoridades religiosas e espanholas ainda não haviam chegado, os índios continuaram sendo escravizados pelos espanhóis e criollos durante todo o período colonial.

Além da atuação junto às comunidades nativas, a Igreja Católica também desempenhava funções importantes na vida social das colônias. Os costumes morais da população e o cumprimento dos deveres dos cristãos eram constantemente vigiados pelo clero. A prática de atos religiosos condenados pelo catolicismo também sofreu uma grande vigilância e a América espanhola recebeu

a visita do Tribunal da Santa Inquisição. Lembre-se de que, como vimos no capítulo 3, o século XVI foi marcado por uma grande intolerância religiosa. E as colônias não escaparam à disputa entre as religiões.

:: Síntese ::

- A colonização espanhola na América se caracterizou:
- pela criação, por parte da metrópole, de uma estrutura administrativa que tinha o objetivo de controlar e fiscalizar as colônias;
- pelo desenvolvimento de diferentes atividades econômicas, voltadas para o comércio externo e interno;
- pela adoção de diversas modalidades de trabalho compulsório;
- pela formação de sociedades coloniais onde espanhóis, colonos descendentes de espanhóis, população mestiça, índios e escravos negros se relacionaram e influenciaram mutuamente ;
- pela criação de uma elite econômica colonial formada pelos criollos, os homens ricos descendentes dos primeiros colonizadores espanhóis;
- pela importância da atuação da Igreja Católica na catequização dos indígenas e na regulação da vida social da colônia.

A AMÉRICA DO NORTE: FRANCESES E INGLESES

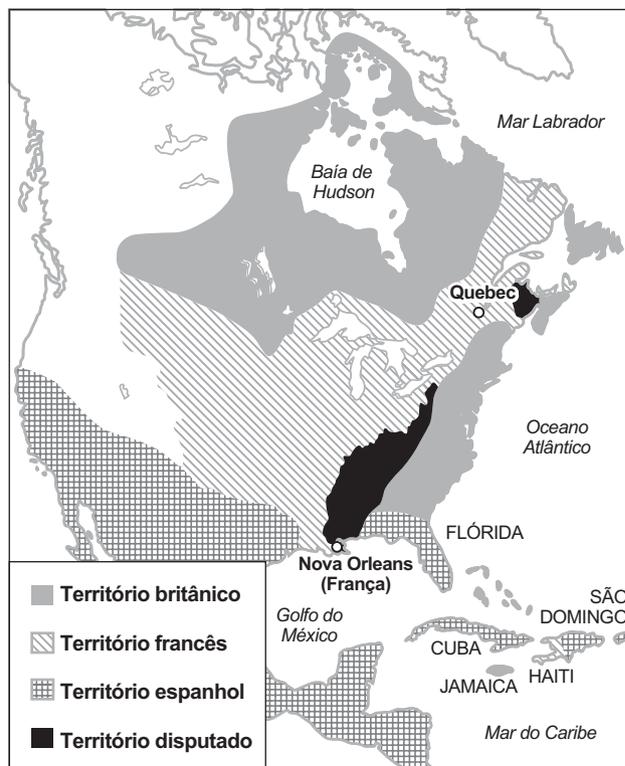
Vimos que, logo após a chegada de Cristóvão Colombo às ilhas do Caribe, os espanhóis iniciaram a exploração e a ocupação do território nas Américas Central e do Sul. A parte norte do continente, porém, trilhou um caminho um pouco diferente. Durante o século XVI, ela permaneceu muito pouco conhecida pelos europeus. Algumas expedições marítimas francesas, inglesas e espanholas atingiram pontos do litoral, mas não iniciaram qualquer núcleo de ocupação. A partir de 1600, esse cenário começou a se modificar. Vamos acompanhar esse processo.

• A colonização francesa

A França foi o primeiro país a contestar o Tratado de Tordesilhas. Reivindicando o fato de que Deus não dera o mundo a espanhóis e portugueses, a França enviou alguns exploradores à América do Norte na década de 1520. Mas isso não se desdobrou numa política de ocupação do território, o que só começou a ser feito em 1603. Como podemos entender essa “demora”? Basicamente, devido aos conflitos políticos e religiosos que sacudiram a França durante o século XVI. Se voltarmos ao capítulo 3, veremos que o protestantismo teve uma grande difusão nesse país. Muitos habitantes de cidades e nobres se converteram ao calvinismo, enquanto a monarquia francesa permaneceu católica. Para o rei, isso era um problema porque sua autoridade sobre os súditos calvinistas, que professavam outra religião, se enfraquecia.

Por isso, iniciou-se uma perseguição aos huguenotes, como eram chamados os seguidores franceses de Calvino, com enfrentamentos armados e massacres que abalaram a sociedade francesa durante o século XVI. Com as atenções voltadas para problemas internos, as iniciativas de colonizar áreas na América ficaram em segundo plano.

Colonização francesa



Em 1603, com uma situação mais tranquila no reino, foi criada a colônia da Nova França na porção norte da América do Norte. A intenção era que ela fosse a sede do Império colonial francês e auxiliasse na colonização do Caribe. Poucos anos depois, foram fundadas as cidades de Quebec e Montreal, e núcleos de agricultores franceses se instalaram na região.

O povoamento, porém, não foi adiante. Não houve por parte do Estado francês uma política de incentivo à ida de colonos para a América. As terras eram controladas pelo Estado, sendo doadas para nobres que deviam promover a migração de camponeses e artesãos para as colônias. Não havia, portanto, a possibilidade de que camponeses franceses tivessem acesso livre a terras na América. Em 1689, a Nova França tinha apenas 15 mil colonos.

A atividade econômica que mais se desenvolveu na colônia foi o comércio com os índios, que envolvia a troca de peles por mercadorias como armas de fogo e bebidas. Em 1627, foi criada uma companhia de comércio que obteve do rei o monopólio desse comércio. Em 1763, após uma guerra em que foi derrotada pela Inglaterra, a França transferiu para mãos inglesas a Nova França.

Além da região correspondente ao atual Canadá, a colonização francesa também penetrou em direção ao sul da América do Norte seguindo o rio Mississippi, tendo ocupado uma região que ficou conhecida como Luisiana (em referência ao rei francês chamado Louis, no século XVII). Alguns núcleos de povoamento foram estabelecidos, como a cidade de Nova Orleans, bem como missões jesuíticas que tinham o objetivo de catequizar os índios.

A Luisiana ocupava uma área que ficava a oeste das colônias inglesas na América, e também se especializou no comércio de peles com os indígenas. A reduzida população francesa permaneceu nessa região enquanto os colonos

ingleses ocupavam as terras próximas ao litoral. Com o aumento da imigração para a América inglesa, a pressão sobre os colonos franceses aumentou e muitos conflitos ocorreram. Muitas vezes, comunidades indígenas participaram desses enfrentamentos armados, principalmente através de alianças feitas com os franceses. Mas, o número pequeno de colonos da França e a pressão pela ocupação das terras por parte de imigrantes ingleses acabaram dificultando a permanência dos franceses. Após a independência americana, a Luisiana acabou sendo vendida para o novo governo dos Estados Unidos em 1803.

• A colonização inglesa

A sociedade inglesa atravessou nos séculos XVI e XVII um período de muitos conflitos religiosos e políticos, resultado da mesma conjuntura de reformas religiosas que havia provocado os enfrentamentos entre católicos e protestantes na França. Como vimos no capítulo 3, na Inglaterra o rei era o chefe de uma nova igreja, a Anglicana, e o desafio era combater católicos e calvinistas que não aceitavam a nova religião.

No século XVI, esses conflitos internos e a ameaça constante de invasão pela Espanha fizeram com que a monarquia inglesa não se voltasse para a ocupação de terras americanas. Somente no final desse século, o primeiro núcleo de povoamento inglês foi fundado em terras americana, mas sem sucesso

Entretanto, a iniciativa estava tomada. No início do século XVII, a Coroa inglesa entregou a duas empresas a concessão para fundar colônias. Essas empresas eram particulares, fundadas por comerciantes que receberam do rei o direito de cuidar do povoamento da América. Para isso, elas seriam responsáveis pelos custos com o transporte de colonos e os artigos necessários para sua fixação no território americano. A parte norte ficou sob a responsabilidade da Companhia Plymouth e a parte sul com a Companhia Londres. Entre as duas regiões, a Coroa reservou para si uma extensão de terras.

Em 1607, foi fundada a primeira colônia no sul, Virgínia — em homenagem à rainha Elisabeth. A cidade de Jamestown foi criada pelos primeiros colonos, que passaram por enormes dificuldades nos primeiros tempos. Na Virgínia, também se estabeleceu uma assembleia, responsável pelo governo da colônia com participação de seus moradores do sexo masculino.

Em 1613, foi a vez dos holandeses de fundar um núcleo de povoamento nas terras reservadas à Coroa inglesa. A cidade foi chamada de Nova Amsterdã, localizada numa ilha que os holandeses compraram dos índios. Alguns fortes ao sul de Nova Amsterdã também foram construídos pelos holandeses. Após a derrota para a Inglaterra, numa guerra em 1664, a Holanda transferiu para mãos britânicas sua colônia na América do Norte, que foi doada pelo rei inglês a seu irmão, Duque de York. Nova Amsterdã passou então a se chamar Nova York.

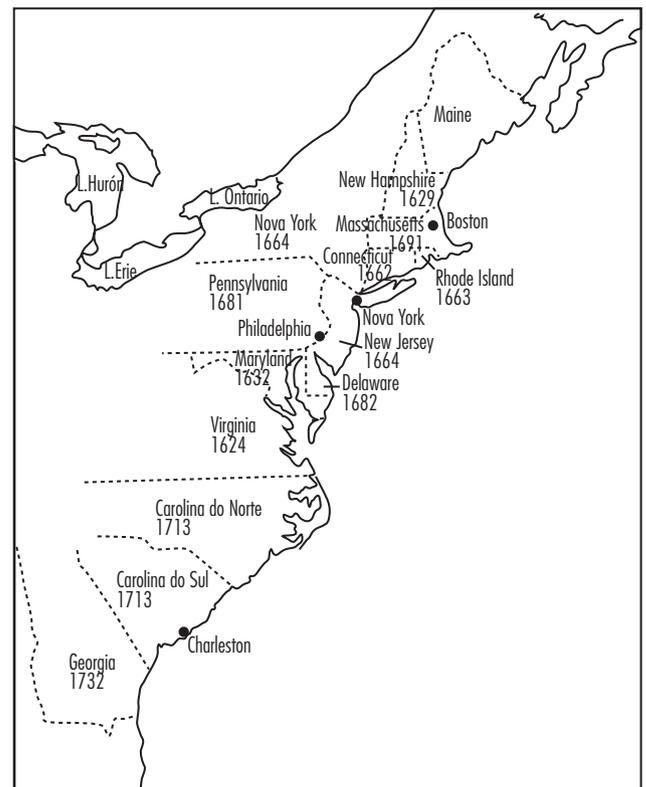
No norte, com a chegada dos puritanos — seguidores das igrejas calvinistas que sofriam uma enorme perseguição na Inglaterra — surgiu, em 1620, a colônia de Massachusetts. Ali, os colonos estabeleceram um governo baseado em regras religiosas extremamente rígidas, com uma grande vigilância sobre a população. Dessa primeira colônia se originaram mais três durante o século XVII, e que foram destino de um grande número de imigrantes europeus.

Até o final do século XVII, doze colônias haviam sido fundadas por ingleses na América. Geórgia, a décima terceira, foi criada no século seguinte. A Coroa britânica buscou promover a colonização através de diferentes mecanismos.

Como já dissemos, algumas foram fundadas por companhias de comerciantes ou por colonos que ocuparam as novas terras. Outras foram fundadas a partir de doações que a Coroa inglesa fez a alguns indivíduos escolhidos. A partir daí, eles organizaram a ocupação e as regras de governo em suas colônias.

É importante prestar atenção ao fato de que estamos falando de treze colônias totalmente independentes entre si, com governos separados e leis diferentes. O povoamento também ocorreu em momentos diferentes, com pessoas que vieram de vários países da Europa. Somente muito mais tarde, após a independência, é que se formou uma unidade — o país chamado Estados Unidos da América.

Treze Colônias da América do Norte



Fonte: GILBERT, Martin. *American History Atlas*. Londres: Weindelfeld y Nicholson, 1968. (adaptado)

Uma característica das colônias inglesas na América era a existência de uma maior autonomia nas atividades econômicas e decisões políticas. Envolvida em crises políticas internas e muito mais interessada na conquista de posições importantes no comércio oriental, principalmente na Índia, a metrópole inglesa não se empenhou em criar um controle efetivo sobre suas terras na América.

As colônias praticaram o que muitos autores chamam de autogoverno. Os funcionários da Coroa inglesa não estavam presentes em grande número na América e, por isso, os próprios habitantes organizaram-se em assembleias para cuidar das leis, impostos e dos negócios de sua colônia. O mesmo acontecia com as relações comerciais, que não eram organizadas através do exclusivo comercial, que nós já analisamos no caso da América espanhola.

Com isso, não queremos dizer que a monarquia e o Parlamento na Inglaterra nunca tenham se preocupado em fazer leis e regular os assuntos coloniais. O fato é que o cumprimento e a fiscalização das leis e regras feitas pela metrópole eram

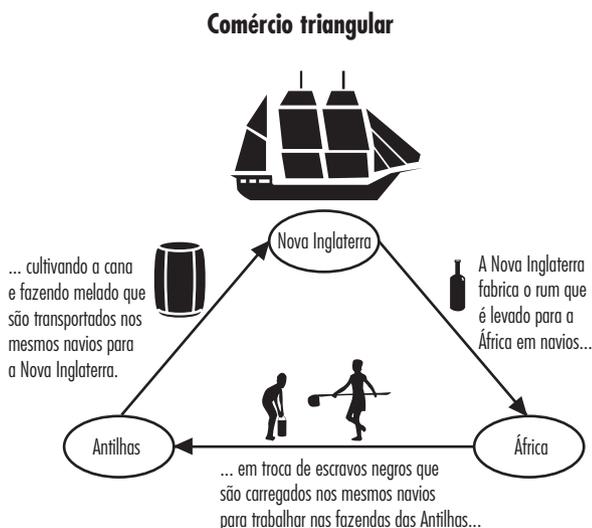
muito deficientes, abrindo espaço para a atuação autônoma dos colonos.

Devido a suas diferenças econômicas e sociais, dividimos as colônias inglesas em três grupos. As quatro colônias localizadas ao norte, começando por Massachusetts, tinham clima parecido com o da Europa. Por isso, era muito difícil que conseguissem produzir alguma mercadoria com grande procura no mercado europeu. A colonização se iniciou, então, com uma agricultura de subsistência em pequenas propriedades e mão de obra basicamente familiar. Praticavam, também, o comércio de peles com os povos nativos.

O desenvolvimento da colonização e a chegada de novos imigrantes levaram ao crescimento das atividades agrícolas, agora com o objetivo de atender ao mercado interno da colônia. Foi necessário buscar mais trabalhadores e a saída encontrada foi a “servidão de contrato” que trataremos mais adiante. A atividade pesqueira também se desenvolveu, o que contribuiu para a indústria de construção de navios.

Com o tempo, os navios foram cada vez mais longe, passando a estabelecer relações comerciais com as Antilhas, de onde vinham o melado e açúcar para produzir o rum, e África, para onde o rum era levado e trocado por escravos vendidos nas colônias do sul. Era o comércio triangular, feito entre os três continentes. Comerciantes da América inglesa também faziam o comércio triangular vendendo artigos como madeira e alimentos no Caribe, de onde levavam produtos como açúcar para a Europa, adquirindo produtos manufaturados que vendiam nas colônias inglesas.

As colônias do centro formam o segundo grupo. Foram as últimas a serem povoadas, recebendo imigrantes ingleses, holandeses, suecos, irlandeses. Com terras muito férteis, tornaram-se grandes produtores de alimentos que eram vendidos no mercado interno. Especializaram-se também na produção de artigos têxteis e na metalurgia. Alguns centros participavam do comércio triangular, dando origem a um importante grupo de comerciantes.



Fonte: MATTOS, Ilmar R. de e outros. *História: 1ª série do 2º grau*. Rio de Janeiro, F. Alves, Edutel, 1977. (adaptado)

No sul, a colonização foi muito semelhante à que ocorreu na América espanhola e no Caribe inglês, como veremos adiante. Com condições climáticas diferentes da Europa, essas áreas puderam desenvolver o cultivo de produtos para exportação, como o tabaco e o algodão. Ao contrário das pequenas propriedades encontradas no norte, a paisagem agrária do sul foi marcada por grandes

propriedades nas mãos de uma elite de fazendeiros.

É preciso lembrar que essa divisão não é rígida. Como exemplo, tomemos a cidade de Nova Iorque que, situada numa colônia do centro, era um grande mercado comprador de escravos e, como cidade, era marcadamente escravista.

A questão da mão de obra ocorrida nas colônias espanholas se repetiu com os que fundaram as colônias inglesas na América. Era necessário encontrar uma forma de conseguir trabalhadores para suas plantações. No século XVII, esse problema foi resolvido através da “servidão de contrato”. Homens e mulheres pobres da Europa que quisessem vir para a América teriam suas despesas de transporte custeadas e trabalhariam de cinco a sete anos para um colono, sendo sustentados por ele, mas sem salários. Ao final do contrato, os imigrantes receberiam uma indenização ou um pedaço de terra.

Leia atentamente o que disse um desses homens que veio para a colônia inglesa na América do Norte em 1666:

Aqueles que vivem atormentados com a preocupação de como ganhar decentemente sua subsistência, ou aqueles que, com seu trabalho, mal conseguem levar uma vida confortável, procederão bem se vierem para este lugar, onde qualquer homem, seja quem for, que esteja disposto a enfrentar moderados esforços, tem assegurada uma existência bastante confortável e está a caminho de levar sua fortuna muito além do que ousaria imaginar, se permanecesse na Inglaterra.

Que nenhum homem se preocupe com a ideia de ser um servo durante quatro ou cinco anos, pois — posso assegurar — muitos homens dariam dinheiro e até mesmo seus filhos para servirem durante sete anos, sofrer mais adversidades e passar fome, como os servos desta plantação o farão.

É preciso considerar, então, que, quando seu tempo de servidão terminar, possuirá a terra. Instrumentos de trabalho e roupas lhes serão dados como adiantamento.

Entre o início da colonização no século XVII e a independência das colônias, em 1776, 80% dos europeus que chegaram à América estavam sob a relação de servidão.

Um aspecto da conjuntura da Inglaterra que provocou a vinda de muitos imigrantes foram as perseguições religiosas para o rei inglês, a saída do país de grupos religiosos que contestavam a autoridade da Igreja anglicana era um bom negócio. Com isso, pessoas de diferentes religiões cristãs se encaminharam para a América. E, na maioria das colônias, a convivência entre eles não provocou maiores conflitos. Ao contrário do que aconteceu na América espanhola, a Igreja oficial da Inglaterra não acompanhou os colonos na nova terra.

No sul, a escravidão negra africana foi introduzida na Virgínia em 1619, poucos anos depois da fundação da colônia. No decorrer do século XVII, esse tipo de mão de obra concorreu com a servidão dos europeus, tornando-se predominante no século seguinte. Era possível encontrar escravos negros em toda a América inglesa, mas eles se concentravam principalmente nas colônias do sul, constituindo a maioria da população em algumas delas.

Por último, vamos tratar de um tema geral na colonização europeia na América: a relação com os povos nativos do continente. Assim como ocorreu em outras áreas, o território das Treze Colônias inglesas era ocupado por diversos grupos indígenas. Nos primeiros contatos com os brancos, houve alguns conflitos e a disseminação de doenças que levaram à morte muitos índios.

A ocupação progressiva das terras fez com que os conflitos entre colonos e indígenas se prolongassem por muito tempo. De maneira frequente, a saída para

muitos grupos indígenas foi fugir para o interior. Em 1763 a Inglaterra proibiu os colonos ingleses de tomar posse de terras do Oeste, entre os Montes Apalaches e o rio Mississipi. Com isso o Parlamento inglês mantinha protegidos os índios e evitava que cessasse o comércio de peles e controlava a interiorização contínua dos colonos, o que dificultaria a cobrança de impostos. Entretanto, outras relações também se estabeleceram, como alianças entre os dois grupos.

Já dissemos que, na América inglesa, a Igreja oficial não acompanhou os colonos. E isso valeu também para a relação com os índios. Ao contrário do que aconteceu em domínios espanhóis, a colonização não apresentou um espírito missionário. Em outras palavras, não houve a intenção de converter os nativos à fé dos colonizadores ou integrá-los à cultura europeia.

Isso não quer dizer que a religião não tenha desempenhado um papel importante na ocupação do território das colônias inglesas na América do Norte. Os puritanos, por exemplo, acreditavam que eram os escolhidos de Deus e, por isso, tinham direito a ocupar as terras dos índios para realizar seus projetos. O que afirmamos aqui é que o pensamento religioso desses colonos não via o índio como um elemento que deveria estar presente na sociedade cristã que estava sendo construída.

:: Síntese ::

- Na América do Norte, as colonizações francesa e inglesa iniciaram-se em princípios do século XVII, devido a questões internas dos países;
- A colonização francesa não levou a um efetivo povoamento das terras americanas e sua principal atividade foi o comércio de pele com os indígenas. A partir do século XVIII, as colônias da França foram sendo perdidas para outros países;
- A formação das Treze Colônias inglesas na América do Norte ocorreu durante os séculos XVII e XVIII, com a formação de três tipos de colônia com características particulares – norte, centro e sul;
- Nas colônias inglesas, o controle da metrópole não se estabeleceu de forma rígida, permitindo maior autonomia política e comercial para os colonos. A prática religiosa também encontrou maior liberdade nessas colônias;
- Diferentes modalidades de trabalho compulsório também foram utilizadas nas Treze Colônias inglesas.

A COLONIZAÇÃO DAS ANTILHAS

América Central e Antilhas



Vamos recapitular algumas informações que discutimos neste capítulo. No item em que tratamos da colonização espanhola, começamos falando um pouco das ilhas do Caribe. Foi por elas que os espanhóis chegaram nas terras novas e foi ali que encontraram os primeiros veios de ouro. Também foi nas ilhas caribenhas que a escravização, as doenças e os atos de violência levaram ao extermínio da população nativa. As ilhas permaneceram, então, como domínios espanhóis, mas sem grande importância econômica atuando como entrepostos comerciais e locais de pirataria. O século XVII transformou esse cenário. Foi nessa época, como acabamos de ver, que Inglaterra, França e Holanda voltaram-se para a colonização de terras americanas, transformando-se em novas forças coloniais, o que significou muitas disputas entre os países europeus. O Caribe foi um dos palcos dessa disputa. No final do século, ingleses, franceses e holandeses conquistaram muitas ilhas dos espanhóis, e a região passou a ocupar um espaço bem maior no comércio mundial.

A disputa entre europeus pelo controle de colônias na América não foi um fato isolado. Muito pelo contrário: na mesma época em que disputavam as ilhas caribenhas, franceses, holandeses e ingleses também tentaram conquistar posições na África e Ásia.

Entre 1620 e 1655, a Inglaterra conquistou várias ilhas espanholas, que se transformaram em colônias muito lucrativas. Entre elas, a Jamaica se destacou com a produção de açúcar para exportação, baseada na utilização da mão de obra escrava africana fornecida pelos navios ingleses que praticavam o comércio negreiro. O povoamento do Caribe inglês contou com a vinda de grupos de perseguidos religiosos e políticos, como ocorreu nas colônias da América do Norte. Além da cana-de-açúcar, também foi implantado nas ilhas o cultivo de algodão, anil e tabaco.

No mesmo período, a França se apoderou de outras ilhas espanholas no Caribe. Entre elas, o Haiti — na época, chamado Saint Domingue — foi a que mais se desenvolveu, fornecendo lucros fabulosos à monarquia francesa e a seus colonos com a produção de cana-de-açúcar. A mão de obra do escravo africano também foi predominante. A metrópole francesa buscava estabelecer um rígido controle sobre o comércio do Haiti através da presença numerosa de funcionários. Ao mesmo tempo, os franceses se dirigiram à África, ocupando em 1659 a ilha de Saint-Louis, no litoral do atual Senegal, e estabelecendo uma rota de tráfico de escravos africanos para suas colônias na América. Em 1667, foi a vez da ilha de Goré, também no Senegal, ser tomada dos holandeses para ser transformada em base de apoio às companhias de comércio francesas.

Em 1621, foi criada a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais com o capital de um grupo de comerciantes holandeses. Imediatamente, o governo deu à empresa o monopólio do comércio de escravos africanos e outros produtos para as colônias holandesas.

Entre 1620 e 1640, a Holanda ocupou cinco ilhas no Caribe, administradas pela Companhia das Índias Ocidentais, que deveria povoar a região e organizar atividades econômicas. Algumas ilhas serviram como entreposto comercial e base para o comércio negreiro desenvolvido pela Companhia. Mas os lucros maiores vieram após 1654, quando os holandeses foram expulsos do Brasil e levaram para as ilhas do Caribe a técnica do açúcar. Como nas ilhas inglesas e francesas, a mão de obra do escravo africano foi a base da economia das colônias holandesas.

:: Síntese ::

No século XVII, Inglaterra, França e Holanda conquistaram da Espanha diversas ilhas no Caribe ao mesmo tempo em que ocupavam importantes áreas na África e Ásia;

A colonização no Caribe foi marcada pela:

- produção de mercadorias para exportação, com destaque para o açúcar;
- utilização da mão de obra do escravo negro africano, que “repopouou” muitas ilhas cuja população nativa fora exterminada pelos espanhóis no século XVI.

PENSANDO AS COLONIZAÇÕES

Agora, após conhecermos a ação dos países europeus na América, vamos pensar um pouco em alguns aspectos da colonização. Em primeiro lugar, é preciso perceber que a colonização da América faz parte de um processo mais amplo ocorrido na Época Moderna, do qual participam outros continentes. Em outras palavras, para entendermos as decisões e as iniciativas de espanhóis, franceses, ingleses e holandeses em relação às suas colônias americanas, devemos considerar o jogo das relações entre eles na Europa e também na Ásia e África.

Esse aspecto chama nossa atenção para um outro ponto: as colônias americanas não estabeleceram relações somente com suas metrópoles europeias. A utilização da mão de obra do negro africano na América e a importância do tráfico negreiro para sua continuidade, por exemplo, nos levam a reconhecer a profunda conexão existente entre as colônias americanas e a África. Não só porque vinham de lá os escravos, mas porque muitos comerciantes americanos, como os de colônias inglesas, estavam à frente do negócio negreiro.

As relações entre diferentes regiões coloniais também eram muito importantes. O comércio triangular feito por algumas das colônias da América do Norte é uma prova disso. Através dele, regiões do Caribe se ligavam estreitamente às colônias inglesas. Da mesma forma, vimos como diferentes áreas espanholas estabeleceram circuitos comerciais internos importantes.

Os países europeus que ocuparam a América possuíam diferentes projetos de colonização e objetivos. Espanha e Portugal, pioneiros na expansão marítima e na colonização da América, fizeram na expansão da fé católica com a catequização dos nativos uma meta inseparável da busca por riquezas. Nessas áreas, os praticantes de outras religiões se defrontaram com uma grande vigilância e repressão. O mesmo não aconteceu nas colônias inglesas na América do Norte, para onde se dirigiram muitos perseguidos religiosos da Inglaterra e a Igreja anglicana não desempenhou um papel importante na colonização.

Ao mesmo tempo, essa diferença implicou em distintas relações com os povos nativos do continente americano, como já analisamos anteriormente. Todos esses elementos são muito importantes para entendermos os caminhos trilhados pelos países que compõem o vasto continente americano, bem como alguns dos problemas que enfrentamos até os dias atuais.

EXERCÍCIOS

1) (Enem/2003) Jean de Léry viveu na França na segunda metade do século XVI, época em que as chamadas guerras de religião opuseram católicos e protestantes. No texto abaixo, ele relata o cerco da cidade de Sancerre por tropas católicas.

[...] desde que os canhões começaram a atirar sobre nós com maior frequência, tornou-se necessário que todos dormissem nas casernas. Eu logo providenciei para mim um leito feito de um lençol atado pelas suas duas pontas e assim fiquei suspenso no ar, à maneira dos selvagens americanos (entre os quais eu estive durante dez meses) o que foi imediatamente imitado por todos os nossos soldados, de tal maneira que a caserna logo ficou cheia deles. Aqueles que dormiram assim puderam confirmar o quanto esta maneira é apropriada tanto para evitar os vermes quanto para manter as roupas limpas [...].

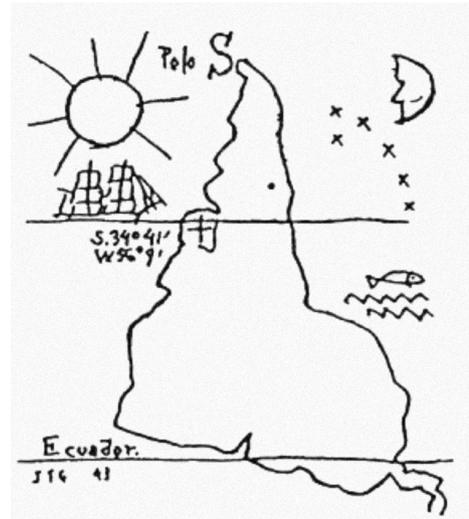
Neste texto, Jean de Léry

- (A) despreza a cultura e rejeita o patrimônio dos indígenas americanos.
 (B) revela-se constrangido por ter de recorrer a um invento de “selvagens”.
 (C) reconhece a superioridade das sociedades indígenas americanas com relação aos europeus.
 (D) valoriza o patrimônio cultural dos indígenas americanos, adaptando-o às suas necessidades.
 (E) valoriza os costumes dos indígenas americanos porque eles também eram perseguidos pelos católicos.

2) Como tratamos de diferentes processos de colonização, sugerimos que você elabore um quadro comparativo das colônias europeias na América. Desta forma, você vai poder comparar diferenças e semelhanças na ação colonizadora europeia. Preencha o quadro abaixo, utilizando as informações do texto sobre as diferentes regiões da América colonial

Região da América colonial	Período da colonização	Principais atividades econômicas	Mão de obra utilizada	Relações com os povos nativos	Religião
América espanhola					
América inglesa (norte e Caribe)					
América francesa (norte e Caribe)					
América holandesa					

3) (MEC – SIMULADO Enem/2009)



O desenho do artista uruguaio Joaquín Torres-García trabalha com uma representação diferente da usual da América Latina. Em artigo publicado em 1941, em que apresenta a imagem e trata do assunto, Joaquín afirma:

Quem e com que interesse dita o que é o norte e o sul? Defendo a chamada Escola do Sul por que na realidade, nosso norte é o Sul. Não deve haver norte, senão em oposição ao nosso sul.

Por isso colocamos o mapa ao revés, desde já, e então teremos a justa ideia de nossa posição, e não como querem no resto do mundo. A ponta da América assinala insistentemente o sul, nosso norte.

TORRES-GARCÍA, J. *Universalismo constructivo*. Buenos Aires: Poseidón, 1941. (com adaptações)

O referido autor, no texto e imagem acima,

- (A) privilegiou a visão dos colonizadores da América.
 (B) questionou as noções eurocêntricas sobre o mundo.
 (C) resgatou a imagem da América como centro do mundo.
 (D) defendeu a Doutrina Monroe expressa no lema “América para os americanos”.
 (E) propôs que o sul fosse chamado de norte e vice-versa.

4) (Enem/2009) O fenômeno da escravidão, ou seja, da imposição do trabalho compulsório a um indivíduo ou a uma coletividade, por parte de outro indivíduo ou coletividade, é algo muito antigo e, nesses termos, acompanhou a história da Antiguidade até o séc. XIX. Todavia, percebe-se que tanto o status quanto o tratamento dos escravos variou muito da Antiguidade greco-romana até o século XIX em questões ligadas à divisão do trabalho. As variações mencionadas dizem respeito:

- (A) ao caráter étnico da escravidão antiga, pois certas etnias eram escravizadas em virtude de preconceitos sociais.
 (B) à especialização do trabalho escravo na Antiguidade, pois certos ofícios de prestígio eram frequentemente realizados por escravos.
 (C) ao uso dos escravos para a atividade agroexportadora, tanto na Antiguidade quanto no mundo moderno, pois o caráter étnico determinou a diversidade de tratamento.

(D) à absoluta desqualificação dos escravos para trabalhos mais sofisticados e à violência em seu tratamento, independentemente das questões étnicas.

(E) ao aspecto étnico presente em todas as formas de escravidão, pois o escravo era, na Antiguidade greco-romana, como no mundo moderno, considerado uma raça inferior.

5) (UFRJ — adaptada) *[O cacique Hathuey, da atual ilha de Cuba...] foi preso com toda a sua gente e queimado vivo. E como estava atado ao tronco, um religioso de São Francisco (homem santo) lhe disse algumas coisas de Deus e de nossa Fé, que lhe pudessem ser úteis, no pequeno espaço de tempo que os carrascos lhe davam. Se ele quisesse crer no que lhe dizia, iria para o céu onde está a glória e o repouso eterno e se não acreditasse iria para o inferno, a fim de ser perpetuamente atormentado. Esse cacique, após ter pensado algum tempo, perguntou ao religioso se os espanhóis iam para o céu; o religioso respondeu que sim, desde que fossem bons. O cacique disse [...] sem mais pensar que não queria absolutamente ir para o céu; queria ir para o inferno, a fim de não se encontrar em lugar em que tal gente se encontrasse.* Las Casas, Frei Bartolomeu de. *Brevíssima relação da destruição das Índias*. Porto alegre: L & PM, 1984, p.41

Ao longo de sua História, a Igreja Católica atravessou diferentes momentos em sua atuação junto aos povos da América Latina. Cite dois objetivos da participação da Igreja Católica no processo de conquista da América Latina.

6) (PUC — RJ) *Qualquer coisa pode ser feita com esse povo, eles são muito dóceis e, procedendo com zelo, podem facilmente ser ensinados na doutrina cristã. Eles possuem os instintos inatos de humildade e obediência e os impulsos cristãos de pobreza, nudez e desprezo pelas coisas deste mundo, caminhando descalços e sem chapéu com cabelos longos como apóstolos...*

(Bispo Vasco de Quiroga. México, início do séc. XVI)

Tendo como referência o texto acima, considere as afirmativas que descrevem a visão do colonizador sobre os povos indígenas da América.

1. A passividade dos povos indígenas e sua predisposição à cristianização.
2. A inferioridade racial e cultural dos povos indígenas.
3. A existência do hábito do trabalho como parte integrante do cotidiano dos povos indígenas.
4. A existência da noção de propriedade privada e produção de excedente visando o mercado.

Assinale a alternativa que contém as afirmativas corretas:

- (A) somente 1 e 4
- (B) somente 2 e 3
- (C) somente 1 e 2
- (D) somente 3 e 4
- (E) todas as afirmativas estão corretas.

7) ENEM 2013) -O canto triste dos conquistados: os últimos dias de Tenochtitlán

Nos caminhos jazem dardos quebrados;
os cabelos estão espalhados.

Destelhadas estão as casas,

Vermelhas estão as águas, os rios, como se alguém
as tivesse fingido,

Nos escudos esteve nosso resguardo,
mas os escudos não detêm a desolação...

PINSKY, J. et al. *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007 (fragmento).

O texto é um registro asteca, cujo sentido está relacionado ao(à)

- (A) tragédia causada pela destruição da cultura desse povo.
- (B) tentativa frustrada de resistência a um poder considerado superior.
- (C) extermínio das populações indígenas pelo Exército espanhol.
- (D) dissolução da memória sobre os feitos de seus antepassados.
- (E) profetização das consequências da colonização da América.

8) (Enem 2012) - Mas uma coisa ousou afirmar, porque há muitos testemunhos, e é que vi nesta terra de Veragua (Panamá) maiores indícios de ouro nos dois primeiros dias do que na Hispaniola em quatro anos, e que as terras da região não podem ser mais bonitas nem mais bem lavradas. Ali, se quiserem podem mandar extrair à vontade.

(Carta de Colombo aos reis da Espanha, julho de 1503. Apud AMADO J.; FIGUEIREDO, L. C. Colombo e a América: quinhentos anos depois. São Paulo: Atual — 1991 — Adaptado.)

O documento permite identificar um interesse econômico espanhol na colonização da América a partir do século XV. A implicação desse interesse na ocupação do espaço americano está indicada na

- (A) expulsão dos indígenas para fortalecer o clero católico.
- (B) promoção das guerras justas para conquistar o território.
- (C) imposição da catequese para explorar o trabalho africano.
- (D) opção pela policultura para garantir o povoamento ibérico.
- (E) fundação de cidades para controlar a circulação de riquezas.

GABARITO

1) D

2) Resposta pessoal

3) B

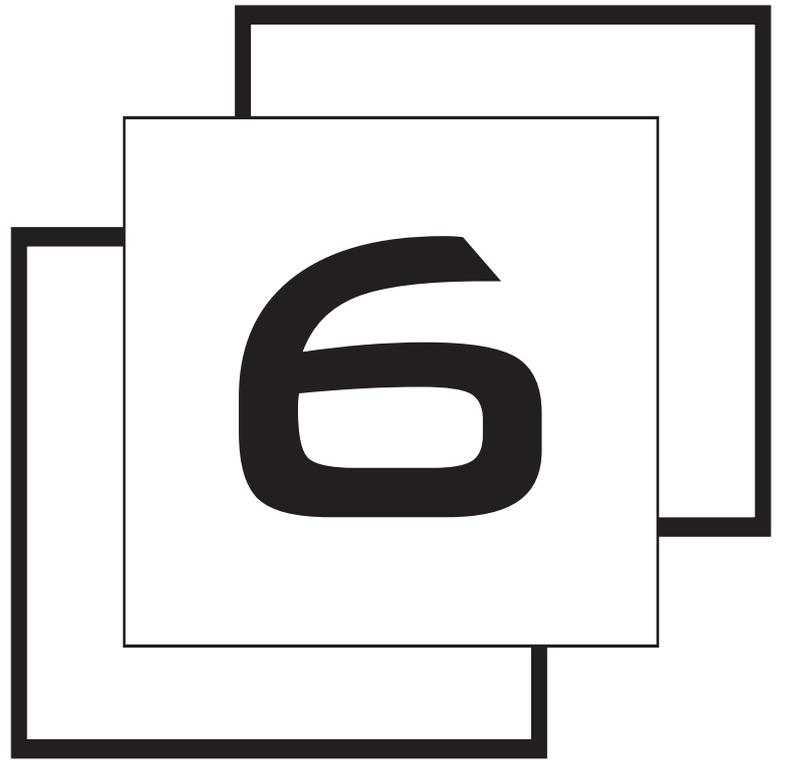
4) B

5) O candidato deverá citar dois objetivos da participação da Igreja Católica no processo de conquista da América Latina, entre as seguintes referências: integração das populações nativas à cristandade (catequese/missões); ocupação de espaço político na América (nomeação de representantes do poder colonial indicados pela metrópole); associação com objetivos mercantilistas do Estado absolutista.

6) C

7) B

8) E



**A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA
AMÉRICA NOS SÉCULOS XVI A XVIII**

INTRODUÇÃO

Nos capítulos anteriores, vimos os processos e mecanismos de conquista utilizados pelos europeus quando da sua chegada ao continente americano. Conhecemos também um pouco das colonizações espanhola, inglesa, francesa e holandesa.

Neste capítulo, vamos falar da colonização portuguesa na América, ou seja, a colonização das terras brasileiras.

Atenção! É preciso entender que o Brasil, como nós conhecemos hoje, só começou a se formar muito tempo depois, a partir da definição das fronteiras, da uniformização da língua e, com a criação de um sentimento nacional.

A etapa inicial da colonização (1500-1530) pode ser caracterizada pela não ocupação sistemática do território. Nessa etapa foram enviadas várias expedições com os objetivos de reconhecimento do litoral e das suas potencialidades comerciais e de defesa das terras frente à ameaça estrangeira. A exploração do pau-brasil era a única atividade econômica aqui desenvolvida. A fundação de fortes e feitorias buscava garantir a posse da terra e viabilizar o armazenamento da madeira até que esta fosse carregada para uma embarcação. Nenhuma atividade aqui desenvolvida necessitava da fixação de colonos na terra, daí a denominação de período pré-colonizador ou colonização acidental usada para designar essa etapa.

A partir de 1530, a Coroa portuguesa decidiu mudar seus planos em relação ao Brasil: ou seja, decidiu ocupar efetivamente as terras através da fixação de colonos.

Quais razões levaram a Coroa a tomar tal decisão? Podemos apontar algumas delas: a necessidade de defender efetivamente o território contra as ameaças estrangeiras, a ideia de promover as buscas por metais preciosos (que haviam sido encontrados na América espanhola...) e a necessidade de diversificar os lucros, até então concentrados no comércio de especiarias das Índias.

A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA NOS SÉCULOS XVI E XVII

Capitanias hereditárias, governo geral e câmaras municipais

Com o objetivo de promover o povoamento, D. João III — então rei de Portugal — decidiu pela criação das capitanias hereditárias, sistema que havia dado resultados satisfatórios em outras colônias portuguesas, como nas ilhas do Atlântico.

Mas o que eram e por que foram adotadas as capitanias hereditárias?

Era um sistema em que a Coroa, como proprietária das terras, doava lotes a particulares — os capitães donatários — para que neles produzissem e promovessem seu povoamento. Havia duas exigências básicas para ser donatário: ser cristão e ter recursos para investir na colonização. Esse sistema tinha como objetivo promover a ocupação do território, fazer com que este se integrasse economicamente à metrópole, sem que a Coroa tivesse despesas.

Assim, em 1534, o território foi dividido em 14 capitanias hereditárias, sendo que essas faixas de terra eram desiguais. Dentre os direitos e deveres dos donatários estava o de promover o recolhimento dos impostos, ministrar a justiça, distribuir lotes de terras dentro de sua capitania. Esses lotes eram chamados sesmarias e, quem os recebia, sesmeiros. Assim, cada faixa dessas que você vê no mapa — as capitanias — era ainda subdividida em lotes — as sesmarias

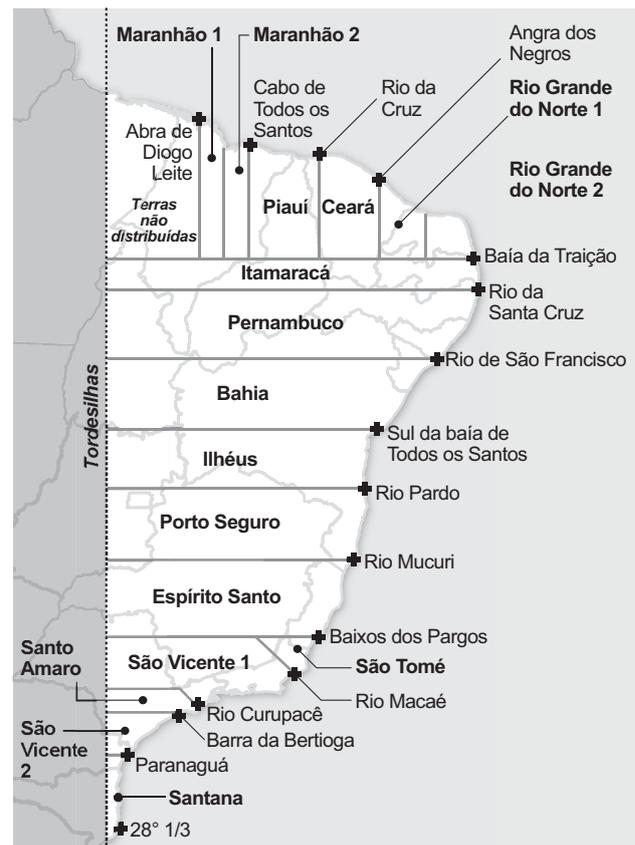
O sistema de capitanias hereditárias caracterizou-se pela descentralização administrativa, isto é, as capitanias eram autônomas e independentes entre si.

Nesse sistema, a Coroa recebia uma parte dos impostos arrecadados e detinha o monopólio do comércio das especiarias e do sal, produtos muito valiosos na época, a serem vendidos aos colonos.

Mas os resultados não foram os esperados. Algumas capitanias, como as de Pernambuco e São Vicente, graças ao cultivo da cana e à produção de açúcar, obtiveram bons resultados. Outras não obtiveram o mesmo sucesso... Entre as razões a que se atribui esse resultado pouco satisfatório estão a falta de recursos financeiros para arcar com os investimentos necessários, a inexperiência ou mesmo o desinteresse de alguns donatários pelo empreendimento, o precário sistema de transportes e de comunicação e as hostilidades entre portugueses e grupos indígenas. No entanto, não se pode falar de fracasso das capitanias, afinal, elas continuaram a existir até o século XVIII, embora com as fronteiras modificadas.

Diante das frequentes queixas dos colonos em relação ao “abandono” da Coroa e buscando impulsionar a colonização, a Coroa, em 1549, decidiu criar na colônia um governo geral e nomeou como primeiro governador-geral Tomé de Sousa, que chegou à capitania da Bahia — comprada pelo rei e transformada em capitania real — no ano seguinte. Desde Salvador (a sede do governo português na colônia), passou a auxiliar as demais capitanias no esforço de povoamento, no combate às resistências indígenas e na defesa do território contra as invasões estrangeiras. As atribuições do governador-geral encontravam-se expressas num documento denominado Regimento do Governo-Geral. Tal documento conferia a Tomé de Souza amplos poderes na colônia. Todos eles citados no trecho do regimento que você leu.

Capitanias hereditárias – 1534



:: Trecho do Regimento de Tomé de Souza, 1549 ::

Eu, El-Rei, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa, que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as capitânicas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando, [...], ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoamento grande e forte, em lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar a justiça e prover nas cousas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e a bem das partes. [...]

Tanto que tiverdes assentada a terra para seguramente se poder aproveitar, dareis de sesmarias as terras que estiverem dentro do dito termo, às pessoas que vô-las pedirem, [...] e não dareis a cada pessoa mais terra que aquela que boamente, e segundo suas possibilidades, vos parecer que poderá aproveitar. [...]

Em cada uma das ditas Capitânicas praticareis, juntamente com o capitão dela, e com o Provedor-mor de minha Fazenda, que convosco há de correr as ditas Capitânicas, e assim com o Ouvidor de tal Capitania e oficiais de minha Fazenda que nela houver, e alguns homens principais da terra, sobre a maneira que se terá na governança e segurança dela, e ordenareis que as povoações das ditas Capitânicas, que não forem cercadas, se cerquem e as cercadas se reparem e provejam de todo o necessário para sua fortaleza e defesa.

O estabelecimento do governo-geral levou ao surgimento progressivo de novas instituições e cargos político-administrativos na colônia. Os mais importantes foram os cargos de ouvidor-mor, responsável pela justiça; provedor-mor, que supervisionava as finanças e a arrecadação de impostos; e o de capitão-mor, responsável pela defesa.

Essa estrutura manteve-se praticamente inalterada por muito tempo. Por curtos períodos, o território da colônia foi dividido em dois governos gerais. No primeiro, de 1572 a 1578, a divisão foi motivada pela necessidade de melhor defender o território e as sedes foram Salvador e Rio de Janeiro. No segundo, de 1608 a 1613, o motivo da divisão foram as notícias da descoberta de metais preciosos no sul (velho sonho português...), levando à criação de um governo geral específico para as capitânicas do Rio de Janeiro, São Vicente e Espírito Santo.

Em 1621, foi criado o Estado do Maranhão (compreendendo as capitânicas do Grão-Pará, Maranhão e Ceará e com sede na cidade de São Luís) separado do Estado do Brasil. O objetivo era proteger a região das ameaças de invasão externa.

Câmaras municipais

Além desses cargos, controlados pela Coroa portuguesa, à medida que foram surgindo núcleos urbanos (as vilas), iam sendo criadas as Câmaras Municipais, órgãos responsáveis pela condução de questões locais, como administrar a cidade e a área rural, cobrar impostos, aplicar a lei e efetuar prisões, proteger crianças órfãs e

abandonadas e executar obras públicas. As Câmaras Municipais eram formadas por funcionários e proprietários locais, cristãos, é claro! Eram chamados “homens bons” e detinham enorme poder econômico e político local.

Pense um pouco e procure relembrar aquilo que estudou sobre a colonização espanhola e procure estabelecer uma relação entre as Câmaras Municipais da América portuguesa e os cabildos da América espanhola. A que conclusões chegou?

O CARÁTER MISSIONÁRIO DA COLONIZAÇÃO

A colonização do Brasil não foi motivada apenas por interesses econômicos e políticos. Esse processo se deu num contexto em que a religião e a fé católica exerciam grande influência nas decisões e nas ações dos europeus que se lançavam ao mar.

Você já deve ter notado a semelhança da atuação da Igreja Católica nas Américas portuguesa e espanhola. Nas duas áreas, a Igreja foi uma instituição fundamental no processo de conquista e na colonização nas tarefas relacionadas ao ensino, à evangelização e à ação disciplinadora e moralizadora dos costumes.

A tarefa evangelizadora dos jesuítas e a maneira como organizaram sua atuação junto à população indígena levaram muitas vezes a choques de interesses entre estes e os colonos, que viam nesta população a mão de obra a ser escravizada e utilizada nas atividades econômicas que se desenvolviam na colônia.

Embora os jesuítas não fossem contrários à escravização indígena, acreditavam que ela essa escravização não deveria ser indiscriminada, mas sim obedecendo a objetivos religiosos, como a cristianização.

Apesar da oposição dos jesuítas, o trabalho escravo indígena foi amplamente utilizado, e à medida que crescia a economia colonial, aumentava a demanda por braços para o trabalho.

:: Síntese :: Administração colonial e a presença religiosa

O projeto colonial português na América, iniciado a partir de 1530, implicou no estabelecimento de uma estrutura político-administrativa no Brasil que englobou a:

- divisão do território em capitânicas hereditárias, em 1534, doadas a particulares que deveriam se encarregar da ocupação e desenvolvimento das terras;
- definição do sistema de acesso à terra: a Coroa doava as capitânicas ao seu responsável — os capitães donatários que distribuíam lotes (sesmarias) aos colonos;
- criação do governo geral em 1549, com o objetivo de impulsionar a colonização, ajudar os donatários e colonos e combater as rebeliões indígenas e ataques estrangeiros;
- criação das Câmaras Municipais, que representavam o poder local e eram integradas pelos membros mais importantes das vilas coloniais (“homens bons”).

Assim como na América espanhola, a Igreja Católica e, em especial, os jesuítas desempenharam um papel fundamental na América portuguesa no que se refere à catequização dos indígenas, na educação e na organização da vida social da colônia.

PRODUÇÃO E TRABALHO NA COLÔNIA NOS SÉCULOS XVI A XVIII

Introdução

Quando nos referimos à montagem e ao funcionamento do sistema colonial, estamos fazendo referência a uma relação entre metrópole e colônia onde esta última teria como objetivo principal enriquecer e fortalecer a primeira, como vimos no capítulo 3.

A historiografia durante muito tempo defendeu que a produção colonial deveria ser feita em larga escala, em grandes extensões de terras e utilizando mão de obra abundante e compulsória. Essa produção seria comercializada com exclusividade pela metrópole. Nas transações comerciais, a colônia venderia seus produtos somente para a metrópole e compraria os artigos manufaturados e os escravos africanos somente de comerciantes que recebiam o monopólio comercial da metrópole, seguindo a lógica do pacto colonial.

No entanto, atualmente os novos estudos estabeleceram que a relação entre metrópole e colônia não se constituía numa relação passiva da colônia.

Sendo assim, devemos relativizar primeiro a ideia de que a colônia era dividida em latifúndios monocultores. É preciso registrar a presença de pequenas e médias propriedades em diferentes áreas da colônia que não produziam um só produto destinado à exportação. Também é preciso relativizar a ideia de que a metrópole exercia um monopólio comercial rígido e que todos os produtos importados e exportados pela colônia passavam necessariamente por Lisboa.

A agromanufatura açucareira

A partir de 1530, a Coroa portuguesa dedicou-se a promover a efetiva ocupação da colônia para garantir a sua posse. A queda dos lucros com o comércio das “Indias” fez com que a Coroa investisse em uma atividade produtiva que fosse economicamente interessante para o governo e que atraísse investidores portugueses. O produto escolhido foi o açúcar, que atingia altos preços no mercado europeu e que já era produzido em outras áreas do Império português.

A agromanufatura açucareira, desenvolvida sobretudo nas capitanias do Nordeste, se organizava em duas principais etapas da atividade: a agrícola (cultivo da cana-de-açúcar) e a manufatureira (a transformação da cana em açúcar). O sistema adotado foi a *plantation*, ou seja, em grandes propriedades rurais monocultoras, baseadas na mão de obra escrava e cuja produção era feita em larga escala e destinada ao mercado externo. É importante destacar que, embora a produção fosse destinada ao mercado europeu, existiam atividades necessárias ao funcionamento dessas propriedades rurais e que eram ali praticadas, como o plantio voltado para o consumo local.

Dos engenhos de cana saiu, também, a aguardente, bebida consumida pela população colonial e importante artigo na troca por escravos na África. Nesse sentido, a produção das fazendas açucareiras também se destinava ao mercado interno, chegando a concorrer com o vinho importado de Portugal,

e ao africano. Isso nos mostra, portanto, que o pacto colonial não organizava totalmente as relações entre colônia e metrópole.

Nos séculos XVI e XVII, formou-se no litoral uma sociedade centrada na figura do grande proprietário de terras e de escravos — o senhor de engenho —, que dominava a vida política juntamente com os funcionários metropolitanos e os grandes comerciantes. Além deles e de suas famílias, a sociedade era composta por membros do clero, comerciantes, artesãos, pequenos e médios lavradores, trabalhadores livres e escravos.

Atividades voltadas para o mercado interno

Agricultura de alimentos

Internamente, à medida que a colônia se desenvolvia, iam se organizando pequenas e médias unidades produtoras de alimentos, para abastecimento da população que também crescia tanto no campo quanto nas cidades. A capitania de São Vicente (próxima ao que atualmente é o estado de São Paulo) destacou-se nessa produção, chegando a apresentar grandes propriedades voltadas para a produção de alimentos para a população colonial. E usando a mão de obra escrava do africano e do indígena.

A pecuária

A pecuária teve sua origem no início da colonização, quando os portugueses trouxeram algumas cabeças de gado com o objetivo de utilizá-lo como tração animal, nos engenhos de açúcar, no transporte de cargas e de pessoas. Com o aumento do rebanho, o gado começou a ser utilizado também como fonte de alimentação.

De início era criado no próprio engenho, mas com o crescimento da atividade canavieira e dos rebanhos, a pecuária passou a ser uma atividade independente do engenho. No início do século XVII, a administração portuguesa reservou a costa litorânea da colônia à atividade agrícola com a proibição da criação de gado numa faixa de 80 km da costa para o interior. Essa medida levou os criadores a penetrar para o interior em busca de pasto, contribuindo para a interiorização da colonização para além dos limites do Tratado de Tordesilhas.

Uma peculiaridade desta atividade econômica eram as relações de trabalho estabelecidas: predominava o trabalho de negros libertos e homens livres e pobres, tendo os vaqueiros uma participação no produto. Recebiam uma parcela das crias que nasciam sob seus cuidados. Assim, com o tempo, o vaqueiro poderia se estabelecer por conta própria... Numa sociedade escravista, era bem atrativo!

Diversidade da produção colonial e o comércio

Além da produção açucareira, desenvolveram-se na colônia outras atividades econômicas voltadas para a exportação, envolvendo o cultivo de outros produtos como o tabaco, sobretudo na região da Bahia, cultivado em pequenas e médias propriedades.

Outra atividade econômica foi o extrativismo vegetal no vale amazônico das chamadas drogas do sertão (castanha-do-pará, gergelim, anil, guaraná, salsa). Essa atividade entrou em ascensão no momento em que o comércio português com o Oriente entrou em declínio. A atividade extrativista utilizava a mão de obra indígena local organizada nas missões religiosas.

As atividades comerciais também se desenvolveram nos séculos XVI e XVII, seja entre a colônia e a metrópole, seja com outras áreas do Império português, de onde eram trazidos escravos (África) e tecidos (Índia) e para onde eram exportados o açúcar, a aguardente, a carne salgada e o tabaco. Sem esquecer do comércio interno, que cuidava de abastecer as regiões com alimentos e transporte. Assim, a economia colonial foi se formando nos dois primeiros séculos a partir da produção de distintos produtos, ainda que o açúcar desempenhasse um papel fundamental, e direcionada para os mercados interno e externo.

O trabalho na colônia: a escravidão indígena e africana

Quando iniciou sua política colonizadora na América, Portugal já havia vivido uma experiência de de implantação de grandes propriedades de plantação de cana-de-açúcar nas ilhas do Atlântico. O produto tinha boa aceitação no comércio internacional e se adaptava ao clima e solo brasileiros.

A grande produção assegurava uma margem de lucratividade e atendia aos interesses dos que recebiam a concessão daquelas porções de terra. Esses grandes proprietários deviam lealdade aos nobres e funcionários reais que lhes doaram as terras para a instalação de suas fazendas. E estes, por sua vez, sendo distribuidores de concessões do rei, deviam-lhe lealdade. Formava-se assim uma corrente de relações de dependência e fidelidade em que a posse de terras e o poder colonial estavam diretamente ligados à manutenção do vínculo com Portugal.

As experiências prévias com a produção açucareira incluíam a utilização de trabalho compulsório — e, no caso específico, sob a forma de escravidão. A escravidão não era novidade na sociedade portuguesa, nem no próprio reino nem nas ilhas do Atlântico que faziam parte de seus domínios. Desde os primeiros passos da expansão portuguesa sobre a África, o comércio de escravos fazia parte dos negócios portugueses com os grupos locais. A organização da produção colonial levou à necessidade da utilização de uma mão de obra abundante, que se dedicasse ao cultivo de produtos voltados para a exportação. Esse tipo de organização da produção e a abundância de terras na América portuguesa inviabilizaram a utilização do trabalho livre, uma vez que seria muito difícil convencer famílias de colonos a trabalhar como assalariados nessa produção voltada para o mercado europeu, quando teriam a possibilidade de cultivar terras de maneira autônoma para a sua própria subsistência.

Desta maneira, foi adotado e largamente utilizado o trabalho escravo indígena. Com o tempo, a utilização da mão de obra escrava africana tornou-se predominante nas áreas coloniais mais dinâmicas e ligadas à exportação, mas a escravidão indígena permaneceu em diversas regiões até o fim do período colonial. O trabalho escravo é uma marca da colonização portuguesa na América.

A adoção cada vez mais intensa da escravidão africana deveu-se a alguns fatores. Em primeiro lugar ao aumento da demanda ocasionado pelo crescimento do número de engenhos e da produção açucareira. Outro fator foi a forte oposição à escravização indígena com fins puramente econômicos dos missionários enviados pela Igreja Católica. Uma onda de epidemias ocorridas na segunda metade do século XVI, responsável pela morte de milhares de indígenas em regiões litorâneas da colônia também se constituiu em obstáculo para a utilização em larga escala da mão de obra indígena.

O aumento da utilização escrava da mão de obra africana tornou-se possível porque já existia um lucrativo comércio de escravos africanos realizado por comerciantes europeus, muitos deles portugueses, e que atendia à demanda crescente por esse tipo de mercadoria. A estruturação desse comércio envolveu acordos políticos, militares e comerciais com autoridades nativas africanas, que garantiam o abastecimento dos comerciantes que demandavam essa “mercadoria”.

O tráfico negreiro, além de lucrativo, permitia a manutenção de uma rede de relacionamento político entre autoridades africanas, comerciantes europeus e a sociedade colonial brasileira. Fortalecia, portanto, a presença portuguesa nos dois lados do Atlântico.

E não era apenas isso. Os barcos saíam do Brasil com aguardente e tecidos trazidos da Índia para levar para a África e trocar por escravos. Ou seja: o comércio negreiro também movimentava as relações da América portuguesa e da África com os domínios portugueses no Oriente.

Os homens livres pobres na sociedade colonial

Assim como não havia apenas grandes propriedades açucareiras na economia colonial até o século XVII, não havia apenas senhores e escravos. A sociedade colonial incluía um número grande de homens livres pobres, alguns deles casados com mulheres indígenas ou suas descendentes, e que trabalhavam por conta própria ou ao serviço dos grandes proprietários. Eram livres, mas para seu bem viver na terra dependiam de sua boa relação com os grandes donos da terra.

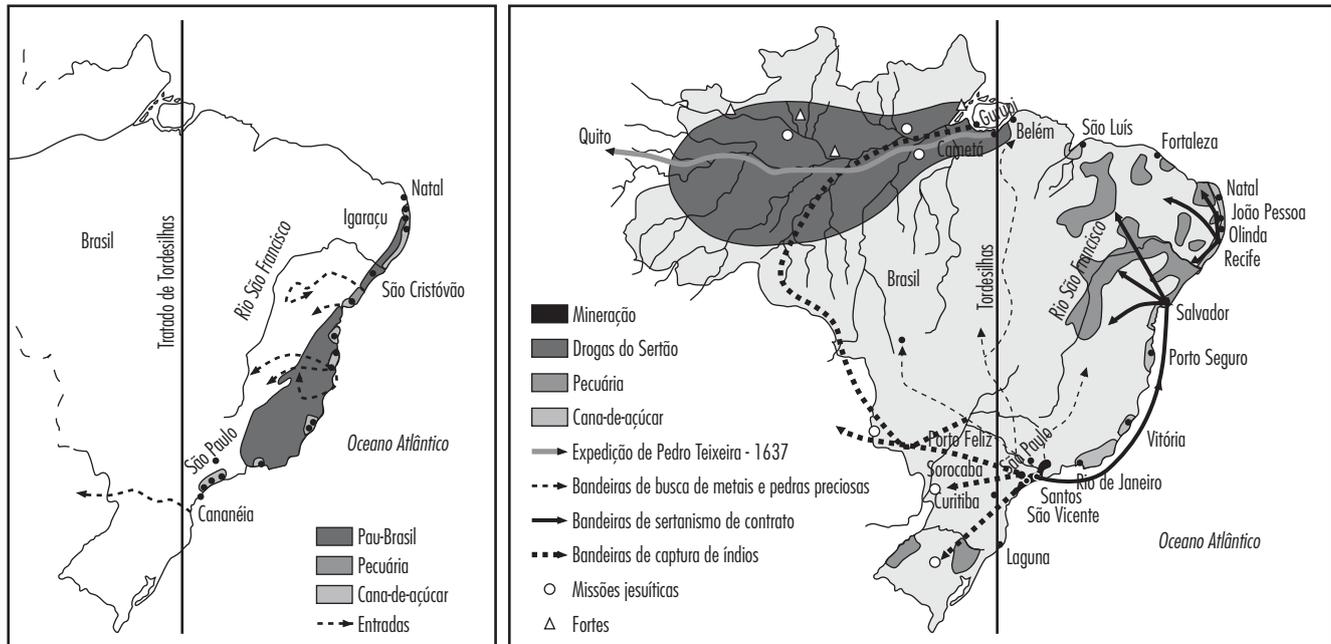
O trabalho desses homens livres assegurava a produção de alimentos, o transporte e a segurança para as grandes propriedades, o pequeno comércio nas cidades. Sua presença na sociedade garantia o apoio aos senhores de terras, tanto na manutenção da escravidão, como de seu poder sobre a sociedade do Brasil Colônia.

INTERIORIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO NO SÉCULO XVII

No século XVII a colonização foi em direção ao interior. Alguns fatores de natureza econômica contribuíram para que isso ocorresse, como o desenvolvimento da pecuária e do extrativismo vegetal na Amazônia.

Os mapas a seguir mostram com clareza essa relação entre as atividades produtivas implementadas e a presença portuguesa em áreas do interior.

Séc. XVI e séc. XVII



Fonte: Atlas Histórico escolar MEC. 7. ed, 1977.

Observe e compare os dois mapas. Que diferenças encontrou?

A União Ibérica (1580-1640)

Além do desenvolvimento da economia colonial, fatores de ordem política também colaboraram para levar a colonização portuguesa além da linha de Tordesilhas. Um deles foi o período entre 1580 e 1640, quando Portugal ficou subordinado ao rei espanhol.

Isso ocorreu com a morte dos dois últimos monarcas portugueses da Dinastia de Avis, que não deixaram herdeiros. Em 1580, Filipe II, poderoso monarca espanhol, contando com a força de seu exército e com aliados na elite portuguesa, apoderou-se do trono português. Iniciava-se assim a União Ibérica.

A união das Coroas ibéricas tornou sem efeito a linha divisória estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, facilitando o avanço dos portugueses rumo ao interior. Ao mesmo tempo, trouxe ameaças aos domínios portugueses, uma vez que Portugal herdou os diversos inimigos espanhóis. Tais ameaças aos domínios portugueses se concretizaram na perda de possessões no Oriente e na invasão holandesa à América portuguesa.

A presença holandesa no Brasil

Os holandeses invadiram primeiro Salvador, sede do governo geral, em 1624, e foram expulsos no ano seguinte. Em 1630, invadiram Pernambuco, principal área de produção açucareira, dessa vez com mais sucesso. No mesmo período, ocuparam importantes centros negreiros na África (São Jorge da Mina, Luanda, São Tomé), além de terras no Oriente.

O domínio holandês na região nordeste se estendeu até 1654. A consolidação da presença holandesa no nordeste brasileiro coube a Maurício de Nassau, responsável pela administração das terras conquistadas entre 1637 e 1644.

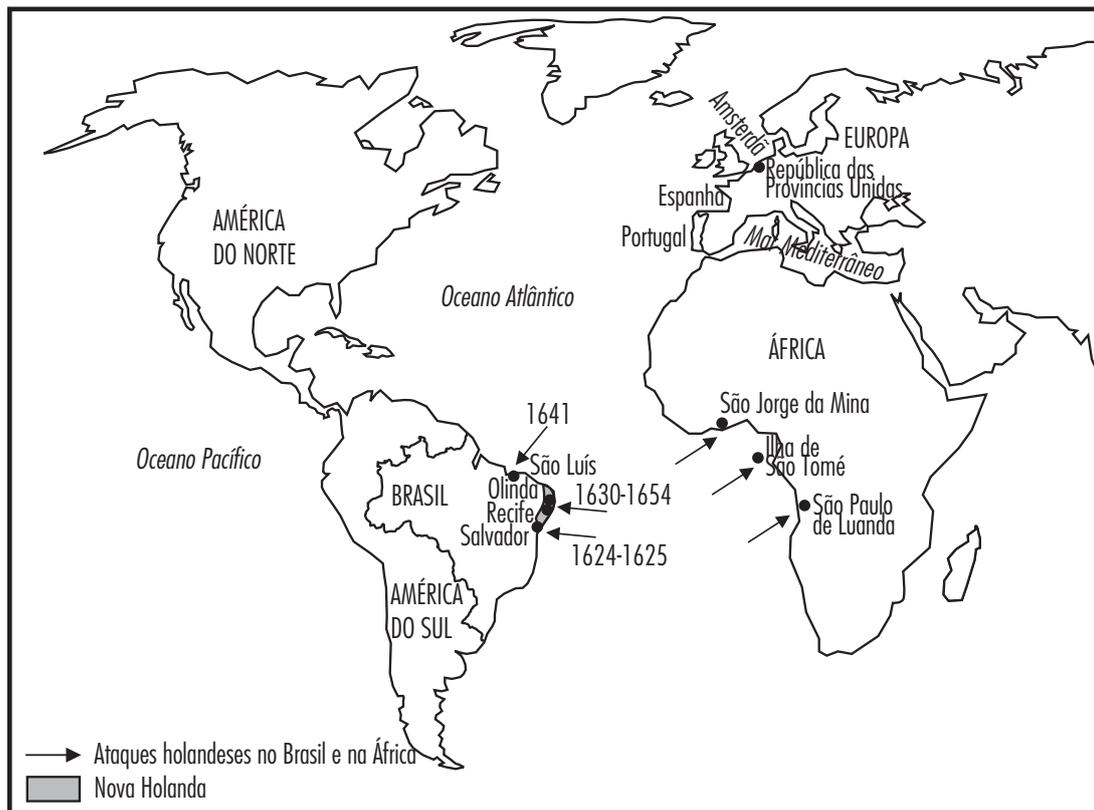
Os objetivos holandeses com a invasão da América portuguesa eram voltar a participar do comércio do açúcar, uma vez que haviam sido excluídos dessa atividade com a União Ibérica, por causa da guerra declarada entre Holanda e Espanha, e também se estabelecer no continente americano.

Em 1644, conflitos entre Maurício de Nassau e a Companhia das Índias Ocidentais, responsável pela comercialização do açúcar, levaram à sua demissão. Tal data marca o início da organização do levante militar liderado pela elite pernambucana contra o domínio holandês: a Insurreição Pernambucana, conflito que durou de 1645 a 1654 e foi motivado, entre outras coisas, pela pressão exercida pelas autoridades holandesas na cobrança de empréstimos concedidos aos senhores de engenho durante a administração de Maurício de Nassau.

Observe a presença holandesa no mapa ocupação holandesa no Brasil e na África.

Podemos afirmar que a expulsão dos holandeses foi mais uma ação dos colonos "brasileiros" do que uma ação metropolitana. Cabe lembrar que os holandeses foram expulsos de Luanda (África) através de expedição financiada por comerciantes do Rio de Janeiro que queriam restabelecer os contatos comerciais com a região.

Ocupação holandesa no Brasil e na África



Fonte: AGUILLAR, Maria Lídia. *Trabalhando com mapas de História*. São Paulo: Ática, 1992.

A expansão bandeirante

Durante todo o século XVII, foram organizadas diversas expedições ao interior da colônia que receberam o nome de entradas e bandeiras.

As entradas eram expedições oficiais organizadas pelas autoridades, que tinham como objetivo apresar indígenas que seriam vendidos como escravos e procurar minas. Com a designação de bandeiras ficaram conhecidas as expedições organizadas por particulares (especialmente paulistas), que partiam com os mesmos objetivos que as expedições oficiais: captura de indígenas a serem utilizados como escravos (bandeiras de apresamento) e busca por pedras e metais preciosos (bandeiras de prospecção). O apresamento de indígenas ganhou impulso no período da União Ibérica, quando Portugal perdeu o controle de algumas de suas possessões na África, que abasteciam de escravos negros a lavoura colonial.

A experiência militar dos bandeirantes adquirida nas ações de apresamento de indígenas passou a ser também utilizada no combate aos índios rebeldes e aos quilombos, incluindo o mais famoso deles — o de Palmares, que resistiu por praticamente todo o século XVII e abrangeu uma vasta área do atual estado de Alagoas. Esse tipo de ação bandeirante ficou conhecido como sertanismo de contrato.

Foram os bandeirantes os descobridores do ouro na colônia em fins do século XVII, na região de Minas Gerais XVII.

Retorne ao mapa do século XVII e observe-o com atenção. Procure comparar os objetivos e os pontos de partida e de chegada dos diferentes tipos de bandeiras observados.

:: Síntese :: A montagem da economia colonial nos séculos XVI e XVII

A economia colonial caracterizou-se pelo desenvolvimento de atividades para exportação e também para o mercado interno, tais como:

- a lavoura açucareira nas regiões litorâneas, principalmente do nordeste, com a produção de açúcar e aguardente para exportação;
- a agricultura de alimentos e a pecuária para o mercado interno;
- o extrativismo das drogas do sertão, na região amazônica, voltado para a exportação;
- predomínio da utilização da mão de obra escrava indígena ou africana nas atividades econômicas;
- comércio realizado internamente na colônia e entre possessões portuguesas na África e na Ásia, estabelecendo uma dinâmica diferente da prevista pelo pacto colonial.

A ocupação do território foi resultante:

- do desenvolvimento de atividades econômicas, como a pecuária, penetravam no interior da colônia.
- Por outro lado, do avanço da presença portuguesa no período da União Ibérica (1580-1640)

O desenvolvimento da economia mineradora (século XVIII)

A descoberta do ouro no Brasil representou para o governo de Portugal uma saída para a crise econômica que atravessava desde o fim da União Ibérica (1580–1640), que significou gastos militares e a perda de colônias na África e Ásia. A exploração das riquezas naturais e da produção agrícola do Brasil colonial vai tornar-se uma possibilidade de recuperação, não apenas para a Coroa portuguesa, mas para os súditos do reino em dificuldades econômicas.

A notícia da descoberta de ouro espalhou-se rapidamente e logo muitos migrantes, dentro do território colonial, correram para a região das minas. Pouco tempo depois, vieram imigrantes europeus, sobretudo portugueses.

A atividade mineradora, permitia a participação de indivíduos com poucos recursos, pois tratava-se de ouro de aluvião depositado, principalmente, no leito dos rios. Os primeiros garimpeiros a chegar à região das minas eram homens livres, pobres, em busca de um meio de vida. Muitos deles vinham da experiência das expedições bandeirantes, desbravando o território e criando as primeiras rotas.

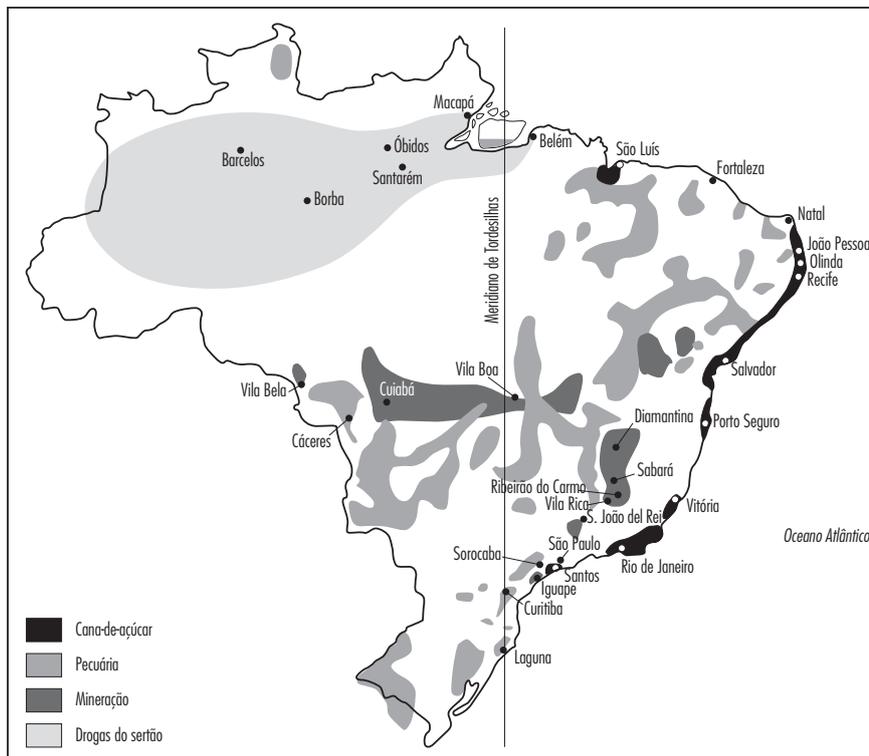
A chegada de outros indivíduos, sem conhecimento do local, disputando uma área que eles haviam desbravado, criou uma série de conflitos, ainda no começo do século XVIII. Esses conflitos fizeram parte da chamada “Guerra dos Emboabas”, opondo os chamados forasteiros aos bandeirantes paulistas –

primeiros descobridores das minas e habitantes da região. “Emboabas” era o nome dado aos forasteiros: portugueses, pernambucanos, baianos. Os conflitos ocorreram entre 1707 e 1709;

O governo português tratou de tomar uma série de medidas de caráter administrativo, no sentido de controlar, fiscalizar e garantir ao máximo que o ouro chegasse às suas mãos. Para isso, criou novos tipos de impostos, estabeleceu controle sobre os habitantes da região mineradora e implantou forças policiais para manter a ordem e garantir a obediência às regras da Coroa. As novas regras criadas também geraram reações de grandes mineradores, descontentes com as perdas geradas pelos impostos e pela fiscalização.

A Revolta de Vila Rica, em 1720, foi um desses episódios, gerada pelo estabelecimento das Casas de Fundição — onde todo o ouro encontrado deveria ser transformado em barras e receber o selo real. Ao colocar o selo no ouro, a Coroa portuguesa imediatamente extraía um quinto de seu valor como imposto. E todo o ouro sem o selo seria considerado contrabando, passível de punição exemplar. Nessa revolta, o líder da conspiração contra as Casas de Fundição era Felipe dos Santos, um rico minerador português. Ele foi denunciado e condenado à forca, sendo morto em praça pública e depois esquartejado. No entanto, sua morte não significou o fim das revoltas contra a Coroa portuguesa em Vila Rica.

Brasil colonial no século XVIII :: Economia e ocupação do território



Fonte: Adaptado de *Atlas Histórico Escolar do Mec*

As transformações no Brasil colonial

O desenvolvimento da mineração trouxe uma série de mudanças para a sociedade colonial brasileira. Foram alterados o perfil e a distribuição da população, com tantas e tão numerosas migrações para a região sudeste. As cidades cresceram no

sudeste e receberam migrantes que não só se dedicaram à mineração, mas também ao setor de serviços e atividades complementares, tais como: pequeno comércio, transporte, construção de casas, fabricação de móveis, artesanato, entre muitos outros ofícios. Havia ainda os funcionários de diferentes níveis da administração colonial,

os oficiais e soldados das tropas encarregadas da vigilância e segurança na região das minas e os padres das igrejas que se fundavam, tanto para atender os fiéis como para garantir a presença do catolicismo naquelas promissoras terras.

O tráfico de escravos africanos se ampliou muito no século XVIII. As principais áreas de onde eram trazidos os escravos africanos para o Brasil eram o Congo, Angola e Benguela, na costa centro-ocidental e Ajuda, na Costa da Mina. Nesse século também enviaram escravos africanos os portos da ilha de Moçambique (no norte de Moçambique atual), de Cacheu (na Guiné Bissau) e do arquipélago de Cabo Verde. Os africanos trazidos da Costa da Mina iam praticamente todos para a atividade mineradora. Os africanos da costa centro-ocidental iam não só para essa área, como para as capitânicas do sul. Assim, a mineração aprofundou a sociedade escravista.

Calcula-se a população do Brasil colonial, em 1798, como sendo de 3.260.000 habitantes, dos quais apenas 31% eram brancos. A maioria da população era formada por escravos de origem africana (42%). Os demais habitantes eram indígenas, mestiços e negros livres. A elite colonial, apesar de numericamente reduzida, tinha poder e influência. Muitos filhos dessa elite colonial iam realizar seus estudos em universidades europeias e voltavam ao país cheio de novas ideias.

CONCLUINDO...: QUE COLÔNIA É ESSA?

No século XVII, Portugal sofreu duras e definitivas perdas territoriais e políticas, passando a ocupar um papel secundário na política europeia.

Nesse quadro, o Brasil passou a representar um papel cada vez mais importante no que restou do Império português. Os primeiros achados de ouro, ainda no século XVII, coincidiram com esse momento de crise do Império e com mudanças na política colonial que buscaram extrair mais lucros de sua colônia. Foi também nesse contexto, face ao aumento das restrições e dos impostos cobrados aos colonos, que surgiram, ainda que de forma limitada no tempo e no espaço, os primeiros sinais de contestação à política metropolitana. Não eram movimentos de caráter separatista, mas movimentos que buscavam reformas na política colonial.

Em meados do século XVIII, a América Portuguesa tornara-se uma sociedade bem mais diversa, do ponto de vista econômico e social. Em relação à economia, podiam ser encontradas diferentes atividades, que não se estabeleciam somente de acordo com o “pacto colonial”, mas também para atender as necessidades locais e gerar lucros através do comércio intercolonial e para o mercado externo.

A sociedade construída nestes primeiros séculos de colonização era predominantemente escravista, na qual o africano escravizado e o indígena, em várias ocasiões também escravizado, conviviam em várias situações. Dessa realidade, no século XVIII, principalmente com a mineração, a sociedade tornou-se mais diversificada e estratificada, sendo portadora de novas propostas de organização e regulação.

EXERCÍCIOS

1) (Enem/2009) Distantes uma da outra quase 100 anos, as duas telas seguintes, que integram o patrimônio cultural brasileiro, valorizam a cena da primeira missa no Brasil, relatada na carta de Pero Vaz de Caminha. Enquanto a primeira retrata fielmente a carta, a segunda — ao excluir a natureza e os índios — critica a narrativa do escrivão da frota de Cabral. Além disso, na segunda, não se vê a cruz fincada no altar.



Primeira Missa no Brasil — Victor Meirelles (1861).
Disponível em <http://www.moderna.com.br> (acesso em 3/11/2008)



Primeira Missa no Brasil — Cândido Portinari (1948).
Disponível em <http://www.casadeportinari.com.br> (acesso em 3/11/2008)

Ao comparar os quadros e levando-se em consideração a explicação dada, observa-se que:

(A) a influência da religião católica na catequização do povo nativo é objeto das duas telas.

(B) a ausência dos índios na segunda tela significa que Portinari quis enaltecer o feito dos portugueses.

(C) ambas, apesar de diferentes, retratam um mesmo momento e apresentam uma mesma visão do fato histórico.

(D) a segunda tela, ao diminuir o destaque da cruz, nega a importância da religião no processo dos descobrimentos.

(E) a tela de Victor Meirelles contribuiu para uma visão romantizada dos primeiros dias dos portugueses no Brasil.

2) (Enem/2006) *No princípio do século XVII, era bem insignificante e quase miserável a Vila de São Paulo. João de Laet dava-lhe 200 habitantes, entre portugueses e mestiços, em 100 casas; a Câmara, em 1606, informava que eram 190 os moradores, dos quais 65 andavam homiziados* (*homiziados: escondidos da justiça)* SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

Na época da invasão holandesa, Olinda era a capital e a cidade mais rica de Pernambuco. Cerca de 10% da população, calculada em aproximadamente 2.000 pessoas, dedicavam-se ao comércio, com o qual muita gente fazia fortuna. Crônicas da época afirmavam que os habitantes ricos de Olinda viviam no maior luxo.

FÉIST, Hildegard. *Pequena história do Brasil holandês*. São Paulo: Moderna, 1998 (com adaptações).

Os textos acima retratam, respectivamente, São Paulo e Olinda no início do século XVII, quando Olinda era maior e mais rica. São Paulo é atualmente, a maior metrópole brasileira e uma das maiores do planeta. Essa mudança deveu-se, essencialmente, ao seguinte fator econômico:

(A) maior desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar no planalto de Piratininga do que na Zona da Mata Nordestina.

(B) atraso no desenvolvimento econômico da região de Olinda e Recife, associado à escravidão, inexistente em São Paulo.

(C) avanço da construção naval em São Paulo, favorecido pelo comércio dessa cidade com as Índias.

(D) desenvolvimento sucessivo da economia mineradora, cafeicultura e industrial no Sudeste.

(E) destruição do sistema produtivo de algodão em Pernambuco quando da ocupação holandesa.

3) (Simulado Enem/2009) *A Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desenvolveu o projeto “Comunidades Negras de Santa Catarina”, que tem como objetivo preservar a memória do povo afrodescendente no sul do País. A ancestralidade negra é abordada em suas diversas dimensões: arqueológica, arquitetônica, paisagística e imaterial. Em regiões como a do Sertão de Valongo, na cidade de Porto Belo, a fixação dos primeiros habitantes ocorreu imediatamente após a abolição da escravidão no Brasil. O Iphan identificou nessa região um total de 19 referências culturais, como os conhecimentos tradicionais de ervas de chá, o plantio agroecológico de bananas e os cultos adventistas de adoração.* Disponível em: <http://portal.iphhan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14256&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia> (Acesso em: 1/6/2009) (com adaptações).

O texto permite analisar a relação entre cultura e memória, demonstrando que

(A) as referências culturais da população afrodescendente estiveram ausentes no sul do País, cuja composição étnica se restringe aos brancos.

(B) a preservação dos saberes das comunidades afrodescendentes constitui importante elemento na construção da identidade e da diversidade cultural do País.

(C) a sobrevivência da cultura negra está baseada no isolamento das comunidades tradicionais, com proibição de alterações em seus costumes.

(D) os contatos com a sociedade nacional têm impedido a conservação da memória e dos costumes dos quilombolas em regiões como a do Sertão de Valongo.

(E) a permanência de referenciais culturais que expressam a ancestralidade negra compromete o desenvolvimento econômico da região.

4) (Enem/2009) *Para Caio Prado Jr., a formação brasileira se completaria no momento em que fosse superada a nossa herança de inorganicidade social — o oposto da interligação com objetivos internos — trazida da colônia. Este momento alto estaria, ou esteve, no futuro. Se passarmos a Sérgio Buarque de Holanda, encontraremos algo análogo. O país será moderno e estará formado quando superar a sua herança portuguesa,*

rural e autoritária, quando então teríamos um país democrático. Também aqui o ponto de chegada está mais adiante, na dependência das decisões do presente. Celso Furtado, por seu turno, dirá que a nação não se completa enquanto as alavancas do comando, principalmente do econômico, não passarem para dentro do país. Como para os outros dois, a conclusão do processo encontra-se no futuro, que agora parece remoto.

SCHWARZ, R. *Os sete fôlegos de um livro*. Sequências brasileiras.

São Paulo: Cia. das Letras, 1999 (adaptado).

A cerca das expectativas quanto à formação do Brasil, a sentença que sintetiza os pontos de vista apresentados no texto é:

(A) Brasil, um país que vai pra frente.

(B) Brasil, a eterna esperança.

(C) Brasil, glória no passado, grandeza no presente.

(D) Brasil, terra bela, pátria grande.

(E) Brasil, gigante pela própria natureza.

5) (Enem/2009) *No final do século XVI, na Bahia, Guiomar de Oliveira denunciou Antônia Nóbrega à Inquisição. Segundo o depoimento, esta lhe dava “uns pós não sabe de quê, e outros pós de osso de finado, os quais pós ela confessante deu a beber em vinho ao dito seu marido para ser seu amigo e serem bem-casados, e que todas estas coisas fez tendo-lhe dito a dita Antônia e ensinado que eram coisas diabólicas e que os diabos lha ensinaram”.*

ARAÚJO, E. *O teatro dos vícios*. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial.

Brasília: UnB/José Olympio, 1997.

Do ponto de vista da Inquisição,

(A) o problema dos métodos citados no trecho residia na dissimulação, que acabava por enganar o enfeitado.

(B) o diabo era um concorrente poderoso da autoridade da Igreja e somente a justiça do fogo poderia eliminá-lo.

(C) os ingredientes em decomposição das poções mágicas eram condenados porque afetavam a saúde da população.

(D) as feiteiras representavam séria ameaça à sociedade, pois eram perceptíveis suas tendências feministas.

(E) os cristãos deviam preservar a instituição do casamento recorrendo exclusivamente aos ensinamentos da Igreja.

6) (Enem/2009) *Quando tomaram a Bahia, em 1625-5, os holandeses promoveram também o bloqueio naval de Benguela e Luanda, na costa africana. Em 1637, Nassau enviou uma frota do Recife para capturar São Jorge da Mina, entreposto português de comércio do ouro e de escravos no litoral africano (atual Gana). Luanda, Benguela e São Tomé caíram nas mãos dos holandeses entre agosto e novembro de 1641. A captura dos dois polos da economia de plantações mostrava-se indispensável para o implemento da atividade açucareira.*

ALENCASTRO, L. F. *Com quantos escravos se constrói um país?* In:

Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, ano 4, n. 39, dez. 2008. (adaptado)

Os polos econômicos aos quais se refere o texto são:

(A) as zonas comerciais americanas e as zonas agrícolas africanas.

(B) as zonas comerciais africanas e as zonas de transformação e melhoramento americanas.

(C) as zonas de minifúndios americanas e as zonas comerciais africanas.

(D) as zonas manufatureiras americanas e as zonas de entreposto africano no caminho para Europa.

(E) as zonas produtoras escravistas americanas e as zonas africanas reprodutoras de escravos.

7) (Enem/2010) Os tropeiros foram figuras decisivas na formação de vilarejos e cidades do Brasil colonial. A palavra tropeiro vem de “tropa” que, no passado, se referia ao conjunto de homens que transportava gado e mercadoria. Por volta do século XVIII, muita coisa era levada de um lugar a outro no lombo de mulas. O tropeirismo acabou associado à atividade mineradora, cujo auge foi a exploração de ouro em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás. A extração de pedras preciosas também atraiu grandes contingentes populacionais para as novas áreas e, por isso, era cada vez mais necessário dispor de alimentos e produtos básicos. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um milho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos, os tropeiros comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho, que era servido com farofa e couve picada. O feijão tropeiro é um dos pratos típicos da cozinha mineira e recebe esse nome porque era preparado pelos cozinheiros das tropas que conduziam o gado.

Disponível em: <http://www.tribunadoplanalto.com.br> (acesso em 27/11/2008)

A criação do feijão tropeiro na culinária brasileira está relacionada à:

(A) atividade comercial exercida pelos homens que trabalhavam nas minas.

(B) atividade culinária exercida pelos moradores cozinheiros que viviam nas regiões das minas.

(C) atividade mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.

(D) atividade agropecuária exercida pelos tropeiros que necessitavam dispor de alimentos.

(E) atividade mineradora exercida pelos tropeiros no auge da exploração do ouro.

8) (Enem 2012) Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante que o mesmo Salvador padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez, servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despídos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se foracompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.

VIEIRA, A. *Sermões*. Tomo XI. Porto: Lello & irmão. 1951 — Adaptado

O trecho do sermão do Padre Antônio Vieira estabelece uma relação entre a Paixão de Cristo e:

(A) a atividade dos comerciantes de açúcar nos portos brasileiros.

(B) a função dos mestres de açúcar durante a safra de cana.

(C) o sofrimento dos jesuítas na conversão dos ameríndios.

(D) o papel dos senhores na administração dos engenhos.

(E) o trabalho dos escravos na produção de açúcar.

9) (Enem 2012) Torna-se claro que quem descobriu a África no Brasil, muito antes dos europeus, foram os próprios africanos trazidos como escravos. E esta descoberta não se restringia apenas ao reino linguístico, estendia-se também a outras áreas culturais, inclusive à da religião. Há razões para pensar que os africanos, quando misturados e transportados ao Brasil, não demoraram em perceber a existência entre si de elementos culturais mais profundos.

SLENES, R. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil.

Revista USP. n. 12, dez./jan./fev. 1991-92 — Adaptado

Com base no texto, ao favorecer o contato de indivíduos de diferentes partes da África, a experiência da escravidão no Brasil tornou possível a

(A) formação de uma identidade cultural afro-brasileira.

(B) superação de aspectos culturais africanos por antigas tradições europeias.

(C) reprodução de conflitos entre grupos étnicos africanos.

(D) manutenção das características culturais específicas de cada etnia.

(E) resistência à incorporação de elementos culturais indígenas.

10) (Enem 2012) A experiência que tenho de lidar com aldeias de diversas nações me tem feito ver, que nunca índio fez grande confiança de branco e, se isto sucede com os que estão já civilizados, como não sucederá o mesmo com esses que estão ainda brutos.

NORONHA, M. Carta a J. Caldeira Brant: 2 jan. 1751. Apud CHAIM, M. M.

Aldeamentos indígenas (Goiás: 1749-1811). São Paulo: Nobel, Brasília, INL, 1983 — Adaptado

Em 1749, ao separar-se de São Paulo, a capitania de Goiás foi governada por D. Marcos de Noronha, que atendeu às diretrizes da política indigenista pombalina que incentivava a criação de aldeamentos em função

(A) das constantes rebeliões indígenas contra os brancos colonizadores, que ameaçavam a produção de ouro nas regiões mineradoras.

(B) da propagação de doenças originadas do contato com os colonizadores, que dizimaram boa parte da população indígena.

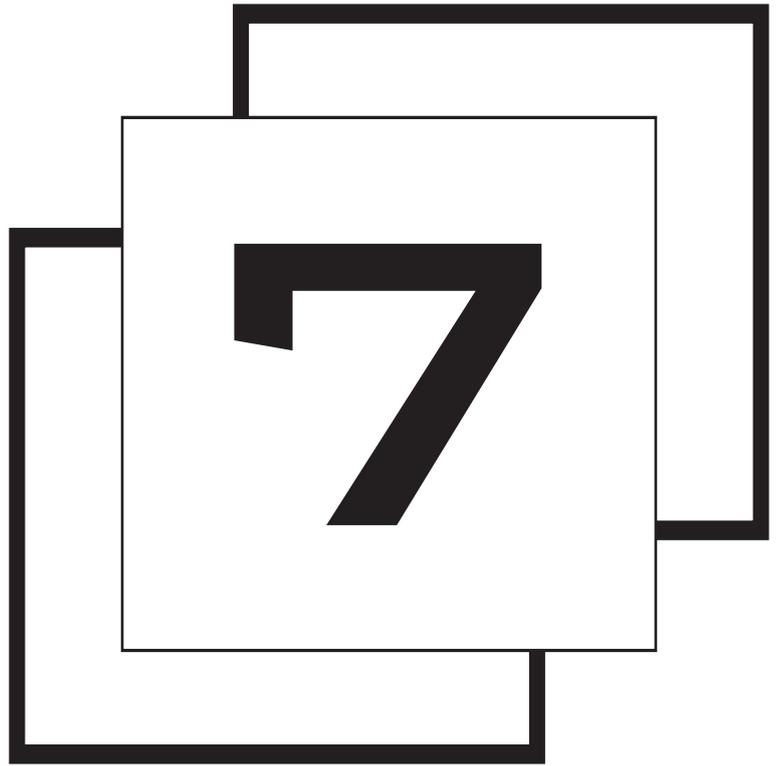
(C) do empenho das ordens religiosas em proteger o indígena da exploração, o que garantiu a sua supremacia na administração colonial.

(D) da política racista da Coroa Portuguesa, contrária à miscigenação, que organizava a sociedade em uma hierarquia dominada pelos brancos.

(E) da necessidade de controle dos brancos sobre a população indígena, objetivando sua adaptação às exigências do trabalho regular.

GABARITO

- 1)E 2)D 3)B 4)B 5)E 6)E 7)C 8)E 9)A
10)E



**AS TRANSFORMAÇÕES NA EUROPA
NOS SÉCULOS XVIII E XIX:
O SURGIMENTO DO MUNDO
CONTEMPORÂNEO**

INTRODUÇÃO

Depois de estudarmos as relações entre o continente europeu e as Américas, é hora de voltarmos os olhos para os diferentes processos que ocorreram na Europa durante os séculos XVIII e XIX. Importantes mudanças levaram à construção de uma nova sociedade e seus desdobramentos foram sentidos de maneira muito forte em todos os continentes.

Para entender as transformações, e por que elas aconteceram, nosso primeiro passo é identificar alguns aspectos que compunham o cenário europeu no início do século XVIII.

Resgatando o que discutimos no capítulo 5, devemos lembrar que os impérios coloniais de países como França e Inglaterra se ampliaram bastante durante o século XVII, devido ao estabelecimento de colônias no Caribe, América do Norte e Ásia. O tráfico de africanos escravizados para a América também se intensificou, contando com a participação de comerciantes ingleses, franceses, portugueses e holandeses, entre outros. A produção de artigos para exportação nas colônias americanas apresentou um crescimento constante, bem como a venda de mercadorias europeias para essas regiões.

O aumento dos circuitos comerciais entre os continentes enriqueceu muitíssimo os comerciantes europeus que os organizavam, levando ao fortalecimento da burguesia como um grupo social cada vez mais importante dentro de países como França, Inglaterra e Holanda. Em Portugal e Espanha também houve grupos que enriqueceram, no entanto esses países não apresentaram o mesmo desenvolvimento e passaram a depender de outros, principalmente a Inglaterra, para ter acesso a produtos manufaturados.

A posição ocupada por cada reino e o poder dos monarcas absolutos dependiam muito das riquezas produzidas por suas colônias e da força dos produtos nacionais no comércio mundial. Por isso, era muito frequente que os reinos europeus travassem guerras entre si com o objetivo de dominar determinada área comercial ou causar prejuízos aos negócios de seus concorrentes. Devemos lembrar que, nesses circuitos comerciais em expansão, o tráfico de africanos escravizados ocupava um lugar cada vez mais importante como atividade lucrativa e meio de ligação entre as economias de diferentes continentes e países.

Internamente, as sociedades europeias do século XVIII registravam mudanças como o crescimento das cidades, resultante do avanço do comércio. Nesses centros urbanos, desenvolviam-se muitas atividades manufatureiras e os principais negócios bancários. Eram, ainda, o destino de um grande número de camponeses que, por alguma razão, viam-se impossibilitados de sobreviver através das atividades agrícolas. Nas cidades também se desenvolviam as escolas e as universidades; a circulação de jornais e de ideias se intensificava. Alguns novos negócios passaram a se mostrar bastante lucrativos, como as editoras de livros, que tinham à sua disposição um público leitor, ainda que reduzido, ávido por informações de todo o mundo.

Todas essas inovações construíram um cenário bastante especial para a Europa do início do século XVIII. Ao lado dos comerciantes enriquecidos com a venda de escravos africanos, do açúcar americano, dos produtos de luxo franceses e dos tecidos ingleses, vamos encontrar membros da nobreza cujo poder e sobrevivência eram garantidos pela exploração dos camponeses, de forma muito semelhante ao que ocorria na Idade Média. Enquanto nas cidades os estudos e as ciências se

desenvolviavam, a maioria da população que vivia no campo permanecia ligada a antigas tradições e sob influência constante das crenças e autoridades religiosas.

Foi nesse mundo que foram gerados os processos históricos que questionaram profundamente a sociedade europeia e estabeleceram novas formas de viver, trabalhar e pensar. A sociedade capitalista, democrática e liberal, na qual vivemos atualmente, teve ali, no século XVIII, o seu ponto de partida. Preste muita atenção nestas palavras: capitalismo, democracia, liberalismo. Provavelmente você já as escutou muitas vezes. Procure entender muito bem o significado de cada uma, pois elas serão muito importantes para a História que estudaremos neste capítulo... e nos próximos. Vamos lá?

ANTECEDENTES: AS REVOLUÇÕES INGLÊSAS DO SÉCULO XVII

As grandes mudanças que vamos estudar neste capítulo tiveram por base processos históricos ocorridos antes, em especial na Inglaterra. Lá surgiram as bases do Iluminismo e do questionamento ao poder absoluto dos reis e também movimentos sociais de caráter igualitário reunindo camponeses que lutavam pelo direito à terra.

Durante grande parte do século XVII, a Inglaterra enfrentou um período de muitos conflitos sociais e políticos. As principais razões desses conflitos foram os choques entre os reis da Dinastia Stuart e o Parlamento acerca dos limites do poder real e o enfrentamento religioso — entre católicos, anglicanos e puritanos.

Desde 1603, a monarquia liderada pelos Stuart buscava fortalecer o poder real através da imposição de novas leis e regras ao Parlamento, que incluíram até o fechamento deste por um longo período. Outro meio para o fortalecimento do poder monárquico foi a tentativa de impor a religião anglicana a todo o reino, o que originou a perseguição a católicos e puritanos. Foi devido a esse contexto que muitos perseguidos acabaram optando por se transferir para as colônias inglesas na América. Por último, diversas intervenções do rei na economia causaram insatisfação entre alguns grupos burgueses e nobres.

Os conflitos entre o rei e o Parlamento se tornaram mais graves a partir de 1640, desembocando na guerra civil que se estendeu entre 1642 e 1649 e terminou com a vitória do Parlamento. Pouco depois, vieram a proclamação da república sob a liderança de Oliver Cromwell, líder dos exércitos rebeldes, e o julgamento, condenação e execução do rei.

Durante a guerra civil e parte da república de Cromwell, a participação de militares advindos das camadas mais baixas da população cresceu muito, o que assustou os líderes do Parlamento — provenientes, principalmente, da burguesia comercial urbana e da pequena nobreza. Os soldados e camponeses que aderiram à luta organizaram-se em diferentes grupos e chegaram a defender mudanças na estrutura social, como a limitação do tamanho das propriedades de terra ou a sua redistribuição.

Este avanço das reivindicações populares provocou o afastamento da burguesia e pequena nobreza da república, levando-os a se unirem em torno da restauração monárquica, que aconteceu em 1660. Carlos II, filho do rei executado, assumiu o trono. Entretanto, os choques com o Parlamento permaneceram, pois os reis Stuart não aceitavam ter seu poder limitado.

Finalmente, em 1688 e 1689, ocorreu um movimento denominado “Revolução Gloriosa”, quando os líderes do Parlamento estabeleceram um acordo com Guilherme de Orange, soberano da Holanda casado com um membro da família real inglesa. Segundo esse acordo, o rei holandês assumiria o trono da Inglaterra com o apoio do Parlamento, mas se comprometeria a assinar e respeitar uma nova organização política, estabelecida através de um conjunto de leis conhecido como “Bill of Rights”.

Essa legislação determinava que, dali em diante, o rei inglês não poderia decretar novos impostos ou suspender a vigência de leis sem o consentimento do Parlamento. Também a organização e manutenção do exército seriam supervisionadas pelo Parlamento.

A partir daí, podemos identificar duas transformações na organização da sociedade inglesa: o fim do absolutismo monárquico, com a limitação do poder real pelo Parlamento, e a ascensão política de grupos sociais ligados às atividades comerciais — como a burguesia e a pequena nobreza.

O ILUMINISMO

Você já ouviu falar de intelecto? Sabe o que fazem as pessoas que são chamadas de “intelectuais”? De acordo com uma das definições do Dicionário Houaiss da língua portuguesa, intelectual é alguém que desenvolve uma atividade pensante com o objetivo de estudar e compreender o mundo. Intelecto quer dizer capacidade de entendimento. Portanto, os intelectuais seriam pessoas que desenvolvem sua capacidade de compreender as coisas.

No nosso cotidiano, pode ser que vejamos a atividade desenvolvida pelos intelectuais como algo muito distante, que não interfere na nossa vida. Muitas vezes, porém, aquilo que eles pensam, criticam ou propõem tem, sim, reflexo para a sociedade. Vamos tomar como exemplo a escola. Pense nas disciplinas que você estuda. Reflita sobre o conteúdo discutido em cada uma delas. Como eles foram definidos? Quem estabeleceu o que os alunos devem aprender? Talvez você responda que é o governo quem decide. Sim, o governo tem o poder de estabelecer normas e regras que devem ser seguidas pelas escolas em todo o país, mas, para chegar a essas normas e regras, muitos intelectuais, como pedagogos, historiadores, matemáticos, geógrafos, físicos, biólogos, discutiram com os órgãos governamentais, participando da elaboração das leis que regulam a escola que você frequenta atualmente. Assim, as ideias dos intelectuais, das pessoas que se dedicam a pensar e estudar a educação, são muito importantes e se transformam em leis, políticas e conteúdos a serem trabalhados pelos professores nas salas de aula.

Você já deve ter percebido, então, que toda vez que falamos de intelectuais, falamos de pensamento, reflexão, estudo. Essas três ações, muitas vezes, acabam produzindo críticas sobre a maneira como as coisas são realizadas na sociedade e podem resultar em propostas de mudanças. Pensando bem, nós também fazemos isso. Muitas vezes, refletimos sobre determinado assunto e, a partir dessa reflexão, criticamos alguns pontos e propomos modificações. A atividade do pensamento é profissão do intelectual, mas está presente em todos nós.

Esta longa introdução serve para nos aproximar de um processo muito interessante que ocorreu na Europa no século XVIII: o Iluminismo, ou Ilustração.

Sem partir de um lugar específico, mas tendo a Inglaterra e a França como

centros, uma série de pensadores, denominados filósofos, produziu uma reflexão muito importante sobre a sociedade europeia e suas ideias tiveram uma grande influência sobre muitas pessoas na Europa e nas Américas, levando-as a defender um outro tipo de organização social e política.

O Iluminismo tinha como princípio básico a defesa do uso da razão pelos seres humanos, como forma de compreender e explicar os fenômenos do mundo. O próprio nome do movimento vinha da ideia de que era preciso levar as “luzes da razão” às pessoas que viviam guiadas pela ignorância e superstição — segundo as palavras dos filósofos. Mas, o que é a razão? Para os pensadores iluministas, era um atributo do ser humano; todos nasciam com a razão, ou seja, a capacidade de desenvolver um raciocínio e um pensamento próprios sobre as coisas que existiam e aconteciam no mundo.

A crença dos iluministas na capacidade humana de entender os fenômenos da natureza estimulou muito o desenvolvimento da ciência nos séculos seguintes. Em busca do “verdadeiro” conhecimento, que deveria ter bases racionais, muitos indivíduos se dedicaram à observação, à experiência e à pesquisa. O objetivo era, através desses procedimentos, descobrir as leis que organizavam o funcionamento do mundo — as leis da física, da matemática, da biologia, da história, da economia. Assim, seria possível compreender os problemas existentes e resolvê-los, garantindo para as sociedades um futuro marcado pelo progresso.

A crítica ao poder das Igrejas

Acreditando no princípio do pensamento guiado pela razão, os iluministas criticavam fortemente o poder que as Igrejas exerciam sobre as pessoas. Usar a razão humana para descobrir por que e como as coisas aconteciam significava questionar as explicações religiosas, que os sacerdotes se esforçavam em transmitir aos fiéis. As crenças antigas, baseadas na tradição, também deveriam ser abandonadas.

Voltaire, um dos mais importantes pensadores iluministas, afirmou: “O homem deve deixar de ser mero espectador ao receber uma mensagem — quase sempre religiosa — e tornar-se agente de seu próprio destino.”

A crítica às explicações do mundo baseadas na religião não deve nos levar a imaginar que os filósofos iluministas não acreditavam em Deus. Pelo contrário, eles defendiam a existência de um ser superior, que criara o mundo e tudo o que nele existia. Porém, os filósofos achavam que a natureza havia sido criada por Deus para funcionar como uma máquina perfeita, e que os homens tinham capacidade para entender esse funcionamento.

Assim, explicar por que as pessoas morriam, por que uma epidemia ocorria ou a quebra de uma colheita não era mais função dos sacerdotes, mas dos homens através de seu pensamento. O mesmo acontecia com as questões sociais. A pobreza de um grupo social, por exemplo, não deveria ser vista como expressão da vontade divina, mas explicada por características do funcionamento e da organização da própria sociedade ou por características do próprio indivíduo.

A crítica ao Estado Absoluto e à sociedade de ordens

Além da forte crítica às igrejas, os iluministas atacaram abertamente o absolutismo dos reis, que já discutimos anteriormente. Se você voltar ao capítulo 3, vai lembrar que a crença de que Deus havia escolhido os reis para governar justificava o grande poder que eles possuíam. Porém, se os iluministas defendiam

que tudo o que existia no mundo devia ser explicado através da razão humana, a ideia de um poder que vinha de Deus devia ser criticada.

Denis Diderot, outro importante pensador iluminista, foi muito claro nessa crítica ao poder absoluto quando escreveu: “Nenhum homem recebeu da natureza o direito de comandar os outros.” Para ele, em vez de recebê-lo de Deus, o poder de qualquer autoridade era conquistado de duas formas: pela violência ou pelo consentimento daqueles que se subordinavam a ela. Em outras palavras, o rei conseguia o seu poder usando a força — obrigando as pessoas a obedecer-lhe — ou porque elas concordavam e achavam certa sua autoridade. Mas, jamais, porque Deus o escolhera.

A crítica ao absolutismo monárquico também foi feita por outros filósofos, que acreditavam que a autoridade política era dada aos governantes pelos indivíduos que compunham a sociedade do país. Foi o caso de John Locke e Jean-Jacques Rousseau: ambos acreditavam que todos os seres humanos nasciam com alguns direitos, que passaram a ser chamados de direitos naturais. Entre eles, podemos apontar a liberdade e igualdade, o direito à vida e, para Locke, também a propriedade. Era o início de uma corrente de pensamento sobre a política e a sociedade conhecida como liberalismo — muito presente em nossos dias — que defende o direito às liberdades (de expressão, religião, política) e a igualdade de nascimento dos seres humanos.

De acordo com o pensamento liberal, todos os homens e mulheres nasciam iguais e não existia ninguém com mais poder do que o outro — ou seja, não existia uma autoridade política. Mas, no desenvolvimento das relações entre as pessoas, começaram a surgir uma série de agressões físicas e conflitos em torno do direito de propriedade. Nesse ambiente, ninguém teria segurança do respeito aos seus direitos. É nesta situação que, apontam Locke e Rousseau, os indivíduos decidem-se por conceder a autoridade política a alguém — no caso dos séculos XVII e XVIII, um rei — para que este garanta o respeito aos direitos naturais.

Daí podemos concluir que, também para esses pensadores, o rei não recebia sua autoridade de Deus, mas da própria população do país que devia governar. E essa autoridade não poderia ser absoluta, sem limites. O rei não podia agir de tal forma que violasse os direitos dos indivíduos, ao contrário, tinha sempre que respeitá-los e defendê-los. A partir dessas ideias, alguns pensadores foram ainda mais longe e defenderam a tese de que, quando a autoridade política desrespeitasse os direitos dos indivíduos, estes teriam também o direito de resistência à opressão, podendo se organizar para lutar contra o governo.

A ideia de que todos os seres humanos eram iguais, por outro lado, também contestava a crença, presente na sociedade europeia no século XVIII, de que o nascimento poderia determinar distinções entre as pessoas. Isso fazia surgir uma diferenciação entre os nobres e o resto da população, e resultava em vários privilégios desfrutados pela nobreza. Dependendo do país, os aristocratas estavam isentos do pagamento dos impostos, possuíam leis e juizados especiais e controlavam totalmente alguns cargos públicos. Ora, acreditar e defender publicamente que todos os homens eram iguais significava atacar a posição superior da nobreza e seus privilégios, que eram defendidos pelos reis.

Se o poder absoluto concentrado nas mãos dos reis não podia mais ser sustentado, que outra forma de governo deveria ser construída? Para o barão de Montesquieu, um destacado pensador iluminista, era necessário escrever uma Constituição onde os direitos dos indivíduos estivessem garantidos e, mais importante, que o poder fosse dividido em órgãos diferentes. Assim, Montesquieu

defendeu a separação dos poderes em três partes — o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Cada um ficaria responsável por uma função e teria como responsabilidade fiscalizar o outro. A autoridade dos governantes não seria mais absoluta, mas limitada pela divisão dos poderes.

Essas ideias foram muito difundidas e discutidas na Europa e na América, influenciando fortemente a organização dos governos a partir do século XIX. Hoje, no Brasil, por exemplo, temos a divisão proposta por Montesquieu. O Poder Legislativo é responsável pela elaboração das leis, sendo composto por vereadores, deputados estaduais e federais e senadores. O Poder Executivo, chefiado pelo presidente da república, governadores estaduais e prefeitos, cuida da administração pública respeitando as leis feitas pelo Legislativo. Por último, o Poder Judiciário se concentra na defesa do cumprimento da lei e na punição às pessoas que cometeram algum tipo de delito.

As bases sociais e o “público” do iluminismo

Durante muito tempo, as ideias iluministas elaboradas no século XVIII foram vistas como sendo expressões dos interesses da burguesia. Como afirmamos antes, esse era um grupo social que se fortaleceu muitíssimo com o desenvolvimento do comércio mundial, mas que apesar da força econômica não conseguiu conquistar um poder político equivalente junto às monarquias.

Por isso, a crítica ao poder absoluto dos reis e a defesa de uma nova forma de governo, com maior participação da sociedade, era vista como uma reivindicação burguesa. A defesa da igualdade de nascimento entre todos os indivíduos também beneficiaria a burguesia, uma vez que permitiria pôr fim aos privilégios e à posição superior da nobreza.

Hoje, porém, precisamos ampliar essa visão. As pesquisas realizadas por vários historiadores nas últimas décadas têm mostrado que as ideias iluministas eram lidas e debatidas por muitos outros grupos sociais, além dos comerciantes e banqueiros. Muitos funcionários públicos, pagos pelo Estado absolutista, eram leitores das obras dos pensadores iluministas e concordavam que era necessário realizar algumas reformas nas sociedades europeias. Além desses homens, não era difícil encontrar também membros da Igreja que se aproximaram dos princípios iluministas.

Isso nos leva a pensar que, mais do que um movimento que refletia os anseios da burguesia, as ideias, críticas e propostas do iluminismo foram discutidas por vários segmentos da sociedade, principalmente pelos moradores dos centros urbanos. Era nos cafés, nos bares e nas livrarias que se espalhavam pelas cidades que as pessoas se reuniam, travavam contato com as novas ideias e as discutiam com amigos e companheiros.

Se muitos burgueses tomaram para si os princípios iluministas para defender e justificar a necessidade de mudanças importantes na sociedade, alguns reis europeus fizeram o mesmo para manter seu poder. Em países como a Rússia, Prússia, Áustria e Portugal, os monarcas e seus principais assessores buscaram promover reformas com o objetivo de fortalecer suas economias, que eram baseadas na agricultura e estavam em grande desvantagem em relação aos países mais avançados da Europa, como Inglaterra e França.

Esses reis foram chamados de déspotas esclarecidos. Déspotas porque não pretendiam abrir mão de seu poder, mantendo-se como absolutos. Esclarecidos porque buscavam implementar mudanças na sociedade baseadas nos ideais iluministas. Para esses monarcas, a estrutura da sociedade deveria permanecer

inalterada, o que significava defender seu poder absoluto e a posição e os privilégios da nobreza. Porém, em algumas áreas como a administração pública e a economia, esses homens buscaram introduzir técnicas mais modernas e racionais, que levariam ao desenvolvimento de seus países.

Assim, com um público leitor formado por homens de diferentes origens sociais, com profissões e estilos de vida distintos, as novas ideias dos filósofos alcançaram toda a Europa. Os princípios iluministas estiveram presentes tanto em movimentos que provocaram reformas específicas em sociedades europeias quanto em processos de mudança mais radical, como a Revolução Francesa, que veremos ainda neste capítulo.

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Enquanto as ideias iluministas se espalhavam pelo continente gerando muitas discussões, um outro importante processo de transformação ocorria na Inglaterra, ganhando força a partir da década de 1780: a Revolução Industrial.

Geralmente, quando falamos em Revolução Industrial, somos levados a pensar imediatamente em mudanças tecnológicas, com a introdução de novas máquinas que reorganizaram o processo de produção de mercadorias. Isso, de fato, ocorreu. Na produção de tecidos, a passagem do século XVIII para o século XIX registrou a adoção de novas máquinas de fiar e tecer movidas a energia a vapor, que aceleraram muito a velocidade de produção. Surgiram as fábricas, locais onde um empresário reunia as máquinas e os trabalhadores e organizava uma forma de produção diferente.

Porém, e este é o primeiro aspecto que devemos ter em mente, a Revolução Industrial deve ser entendida como uma mudança não só das técnicas de produção, mas como um processo que criou uma nova sociedade. Ela foi, acima de tudo, um processo de transformação radical que atingiu a economia, a política, as ideias e as estruturas sociais. Seu ponto de partida foi a Inglaterra. Vamos discutir as razões desse pioneirismo inglês.

Inglaterra, o início da sociedade industrial

No início do século XVIII, a Inglaterra ocupava uma posição de grande destaque entre os países europeus. Seus navios transportavam uma parte considerável das mercadorias trocadas entre vários continentes, incluindo escravos africanos, especiarias vindas da Ásia, tecidos produzidos no próprio país e artigos originários das colônias americanas. As companhias comerciais inglesas atuavam em todos os cantos do planeta, tendo como principal aliado seu governo, sempre pronto para ditar novas leis ou fazer guerras que beneficiassem os negócios britânicos.

Além desse grande mercado exterior, a Inglaterra também tinha internamente um importante mercado consumidor. Isso acontecia porque, desde o século XVI e com mais força a partir do século XVII, muitos camponeses estavam perdendo as terras que cultivavam devido ao processo de “cercamento” dos campos. A alternativa para sobreviver era a mudança para as cidades, onde precisariam comprar os alimentos e artigos necessários à sua sobrevivência. Para os proprietários de terra que se apropriaram das terras antes utilizadas pelos camponeses, um ótimo negócio era desenvolver atividades agrícolas e a pecuária de ovelhas para produzir alimentos e tecidos a serem consumidos pelos habitantes das cidades.

Ao perderem suas terras, os camponeses enfrentavam um outro problema: encontrar um trabalho para sobreviver. Um grande número de lavradores sem terras em busca de emprego é um sério problema para qualquer sociedade, mas, na Inglaterra do século XVIII, era também uma oportunidade para os empresários: os camponeses sem trabalho poderiam servir como mão de obra para as primeiras indústrias. E, como havia muitas pessoas em busca de uma atividade para sobreviver, não era preciso pagar altos salários a esses trabalhadores.

Assim, empregando o capital acumulado com os lucros obtidos nos mercados internacional e nacional, muitos comerciantes ingleses começaram a investir na construção de fábricas. Alugando ou comprando um grande galpão, instalavam máquinas movidas a energia a vapor e contratavam a mão de obra dos desempregados, reunindo mais de 500 trabalhadores no mesmo local. Desta forma, você pode perceber que há uma relação muito próxima entre as mudanças ocorridas no campo e o surgimento de uma sociedade industrial.

Por fim, a Inglaterra ainda tinha à sua disposição grandes reservas de carvão e ferro, muito importantes para garantir o fornecimento da energia a vapor e a matéria prima para construção de máquinas, ferrovias, trens e embarcações marítimas.

Das primeiras fábricas à sociedade capitalista industrial

Como já vimos, as primeiras fábricas surgiram na Inglaterra, em fins do século XVIII, no setor de tecidos, e rapidamente se espalharam pelo país, levando à destruição de outras formas de produção que, até então, eram responsáveis pela atividade têxtil.

Acompanhe esse processo através das palavras de um trabalhador inglês da cidade de Manchester, que viu de perto a chegada das fábricas e suas consequências no início do século XIX:

[...] Quando a fiação de algodão estava na sua infância, antes da implantação daquelas terríveis máquinas que substituíram o trabalho humano, chamadas máquinas a vapor, havia muitos dos então chamados “pequenos mestres” (little masters) — homens que, com um pequeno capital, podiam adquirir algumas máquinas e contratar alguns empregados, entre vinte ou trinta homens e rapazes, cuja produção era levada ao mercado central de Manchester e colocada em mãos de intermediários. Esses intermediários a vendiam aos mercadores, sistema que permitia ao mestre fiandeiro permanecer em casa, trabalhando e dando assistência a seus trabalhadores. O algodão era sempre fornecido em estado bruto, dos fardos para as mulheres dos fiandeiros em suas casas, para que elas o aquecessem e limpassem, deixando-o pronto para o trabalho dos fiandeiros na fábrica. Assim, podiam ganhar oito, dez ou doze xelins por semana, sem deixar de cozinhar e dar atenção a suas famílias. Mas nenhuma está empregada dessa maneira, agora: todo algodão é partido e torcido por uma máquina a vapor, que é um demônio. Portanto, as mulheres dos fiandeiros não têm emprego, a menos que trabalhem na fábrica durante todo o dia naquilo que pode ser feito pelas crianças, por quatro ou cinco xelins semanais. Se antes um homem discordava de seu mestre, ele o deixava e podia empregar-se em outro lugar. Contudo, a fisionomia das coisas mudou em poucos anos. Surgiram as máquinas a vapor, exigindo um grande capital para sua aquisição e para a construção de edifícios suficientemente grandes para abrigá-las, juntamente com seiscentos ou setecentos trabalhadores. A energia do vapor produziu um artigo mais

comercial (embora não melhor) que o pequeno mestre [...]. A consequência foi sua rápida ruína, ao passo que os maiores capitalistas triunfaram com sua queda, pois representavam o único obstáculo para o completo controle sobre os trabalhadores. (Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2004.)

Nesse breve relato, temos uma série de informações que nos ajudam a entender as mudanças que resultaram do aparecimento do sistema fabril. Em primeiro lugar, vamos discutir o que aconteceu com as formas até então existentes de produzir mercadorias. Segundo nossa fonte, a produção de tecidos antes das fábricas dividia-se em algumas etapas. A primeira era a limpeza e a transformação do algodão e da lã em fios, feita principalmente pelas mulheres em suas casas. Era a chamada indústria doméstica. Depois, as manufaturas recebiam esses fios e se encarregavam da tecelagem, dividindo a produção em algumas tarefas e utilizando máquinas e instrumentos que eram movidos pela energia humana. Todavia, essas duas formas de produção sucumbiram diante das fábricas.

De acordo com o trabalhador inglês, isso aconteceu porque o tecido produzido pelas fábricas era mais comercial, com o qual as manufaturas não podiam concorrer. Por isso, elas foram à ruína e todos os trabalhadores, incluindo os donos e as mulheres que fiavam em casa, ficaram sem emprego e sem suas pequenas oficinas. Para sobreviver, qual era a única saída? Tentar arranjar um trabalho nas fábricas. O resultado deste processo foi a transformação de uma série de pessoas, que antes tinham ocupações diferentes, em operários. A partir daí surge um novo grupo social, formado pelos trabalhadores das indústrias.

Se, por um lado, houve o aumento do número de operários industriais, o relato do trabalhador inglês também nos informa que era muito pequeno o número de homens que conseguiam implantar uma fábrica. Para isso, era necessário possuir um grande capital para a compra de máquinas e a construção dos edifícios, e poucas pessoas tinham condições financeiras de fazer esse investimento. Mas, uma vez que conseguissem, tinham à sua frente a possibilidade de obter lucros fabulosos. Assim, ao lado dos milhares de operários, a Revolução Industrial também criou outro grupo social pouco numeroso, formado pelos ricos donos das fábricas, que chamamos de burguesia industrial.

Lendo atentamente o documento histórico, também podemos obter pistas sobre as novas máquinas presentes nas fábricas. Para o operário inglês, elas eram “terríveis, demônios”, pois não só substituíam o trabalho humano, mas também exigiam um novo tipo de ação do trabalhador. Movida pela energia a vapor, era a máquina que comandava o ritmo do trabalho dentro das fábricas, obrigando o operário ou a operária a se sujeitar a ele — ao contrário do que acontecia nas manufaturas, onde o trabalhador controlava a máquina. Além disso, dentro das fábricas a produção era dividida em etapas e cada operário ficava responsável por uma delas, aprendendo apenas uma parte da fabricação de uma mercadoria.

O surgimento do mundo das fábricas foi caracterizado por uma grande exploração do trabalhador. Os salários pagos aos operários eram muito baixos e a utilização em larga escala da mão de obra infantil e feminina ajudava a diminuir ainda mais. As jornadas de trabalho podiam chegar a 16 horas diárias, com pequenos intervalos para descanso e alimentação, fosse para as crianças, mulheres ou homens. E, nessa época, não havia nenhuma lei de proteção aos operários.

Como se não bastasse, as condições de trabalho eram as piores possíveis. Nas fábricas, não havia ventilação ou iluminação adequadas e, muitas vezes,

os produtos químicos utilizados na produção das mercadorias causavam sérias doenças aos operários. Veja como o historiador W. Henderson descreveu a vida dos primeiros operários:

O novo sistema industrial arruinou a saúde de muitos trabalhadores. Quase todas as indústrias tinham as suas doenças características e as suas deformidades físicas. Os oleiros, os pintores e os cortadores de arame sofriam de envenenamento pelo chumbo; os mineiros, de tuberculose, de anemia, de vista, e de deformações da espinha; os afiadores, de asma; os fiandeiros, de perturbações brônquicas; os fabricantes de fósforos, de envenenamento pelo fósforo. Jules Simon, escrevendo sobre as fábricas francesas declarou: “Os visitantes não podem respirar nesses tristes lugares.” [...] A expectativa de vida dos trabalhadores das fábricas e dos mineiros era pequena.

[...] As queixas mais sérias dos operários das fábricas e das minas referiam-se a excessivas horas de trabalho, salários baixos, multas, e ao sistema de permuta segundo o qual os patrões pagavam em gêneros (produtos) e não em dinheiro. Os homens, as mulheres e as crianças trabalhavam doze horas ou mais por dia e estavam geralmente exaustos quando regressavam a casa. Visto a certos patrões interessar que as máquinas trabalhassem continuamente, introduziram-se turnos noturnos em algumas indústrias. O número de dias de trabalho no ano aumentava. Por vezes o domingo era dia de trabalho também, apesar dos protestos das igrejas. Nos distritos onde os aprendizes costumavam ter as segundas-feiras livres, os patrões faziam o possível por abolir esse hábito. E, nos países católicos, os dias santos eram gradualmente reduzidos nas fábricas. Além disso, após a Revolução Industrial, um operário tinha às vezes de percorrer uma considerável distância a pé para chegar à fábrica, enquanto sob o anterior sistema doméstico trabalhava em casa. (Henderson, W. O. *A Revolução Industrial*. São Paulo: Verbo/Ed. da USP, 1979.)

Muitos estudiosos da Revolução Industrial buscaram entender as razões que levaram os comerciantes a investir seu capital na implantação das fábricas. À primeira vista, a busca do lucro parecia ser a resposta mais adequada, pois, ao comprar máquinas modernas e que produziam com mais rapidez, o empresário conseguiria aumentar sua produtividade e seus ganhos. A motivação econômica, portanto, justificaria o investimento em indústrias.

Entretanto, alguns historiadores chamam a atenção para outro elemento: a intenção dos empresários de controlar totalmente o processo de produção e os trabalhadores. Para desenvolver essa ideia, vamos voltar à primeira fonte, o relato do trabalhador inglês. Ele afirma que o algodão era fornecido às mulheres, que trabalhavam em casa, depois a matéria-prima era encaminhada às oficinas encarregadas da fiação e tecelagem e, só então, os tecidos chegavam às mãos dos comerciantes para a venda.

Ora, nesse sistema, o comerciante não dominava nem a produção nem os trabalhadores. As mulheres, em suas casas, trabalhavam e produziam num ritmo decidido por elas e o mesmo acontecia nas oficinas. Assim, o comerciante encontrava sérias limitações para controlar a produção das mercadorias. Tinha dificuldades, também, para impor padrões de qualidade e fiscalizar o aproveitamento adequado da matéria-prima. Ele se encontrava distante dos trabalhadores!

Ná fábrica, no entanto, onde todas as etapas da produção estariam reunidas num mesmo local, esses problemas acabariam. Ali, os operários teriam suas

ações vigiadas; a produtividade e o ritmo da produção seriam determinados pelas máquinas e pelo patrão. Com horário de entrada, saída e descanso determinados, multas por atraso e cartões de ponto, o tempo dos trabalhadores se subordinava ao interesse do empresário. Afinal de contas, nem um minuto poderia ser desperdiçado, pois, como já escutamos muitas vezes, “tempo é dinheiro”.

A fábrica, portanto, foi o meio não só de multiplicar os lucros dos capitalistas, mas de sujeitar completamente os operários à sua autoridade. Com ela, os industriais conseguiram o completo controle sobre os trabalhadores, nas palavras do nosso desiludido operário inglês.

Produzir mais, vender em todo lugar: o nascimento do liberalismo econômico

Se pensarmos no que foi discutido até agora, veremos que o século XVIII europeu apresentou uma série de novidades. Propostas de reforma, propostas de revolução. Novos rumos para a política e a cultura. Estímulo à ciência. Surgimento das fábricas, com um extraordinário aumento da produção de mercadorias. A economia não ficou de fora desse processo de inovação e, no final do século, surgiu na Inglaterra uma nova forma de pensamento econômico que ficou conhecida como liberalismo. Lembrem-se das bases do liberalismo político, colocadas pelo Iluminismo.

As ideias que caracterizam o liberalismo econômico foram elaboradas a partir de uma crítica forte às práticas mercantilistas. Você deve se lembrar disso, pois o mercantilismo foi discutido no capítulo 3. Vimos, então, que as monarquias europeias buscavam estimular o desenvolvimento do comércio, tido como a principal forma de conseguir riquezas. Com esse objetivo, o Estado intervinha diretamente na economia, interferindo nos impostos de importação e exportação, buscando controlar as trocas comerciais com suas colônias, fazendo guerras contra outras potências europeias.

Entretanto, essas práticas começaram a sofrer críticas durante o século XVIII. Em primeiro lugar, a ideia de que o comércio era a principal atividade econômica para o enriquecimento dos reinos foi contestada. Alguns pensadores, principalmente na França, defenderam a visão de que a agricultura era a base do crescimento dos países. Por isso, diziam eles, o Estado não deveria adotar medidas para incentivar o comércio, mas se concentrar no desenvolvimento das atividades ligadas à terra. Esse pensamento econômico ficou conhecido como fisiocracia.

Na mesma época, na Inglaterra, surgia a corrente de pensamento chamada de liberalismo econômico. Seu principal autor foi Adam Smith que, em 1776, publicou *A riqueza das nações*. Neste livro, Smith afirmava que a riqueza de um país era produzida pelo trabalho dos homens, de acordo com as capacidades e os talentos de cada um.

E, mais importante, o que garantia o enriquecimento de um país era a liberdade da economia, sem a intervenção do Estado, deixando que os homens se desenvolvessem sozinhos. Por isso, o liberalismo econômico condenava todas as ações que interferiam nas trocas comerciais — por exemplo, a tentativa das metrópoles europeias de fazer com que suas colônias comerciassem somente com companhias indicadas pelo rei. Para Adam Smith, ao contrário, todos os países e colônias deveriam comerciar livremente entre si.

Da mesma forma, ele não admitia que um país colocasse altas taxas de importação sobre produtos estrangeiros para proteger a indústria nacional, já

que isso tornaria mais difícil a concorrência entre os produtores de determinada mercadoria. Para o liberalismo econômico, porém, era a concorrência que traria benefícios à economia, pois obrigava as empresas a oferecer produtos melhores ou mais baratos para vencer seus concorrentes. Ela deveria ser, então, estimulada e não controlada.

Assim, toda a economia deveria se desenvolver em torno do mercado, onde os indivíduos ofereceriam seus produtos (incluindo sua capacidade de trabalho) com total liberdade e os mais competentes e capazes seriam os vencedores. Essa era a lei natural da economia, de acordo com a qual o governo deveria ter o mínimo de intervenção e poder possíveis.

O pensamento de Adam Smith e o liberalismo econômico tiveram uma grande repercussão na Europa e nas Américas. E não só no século XIX, quando se espalharam por vários países: até hoje, as ideias do liberalismo são importantes na discussão sobre economia. Desde a década de 1980, elas retornaram com força ao debate, sendo reunidas sob o nome de neoliberalismo. Por isso, para entender nosso tempo, é muito importante conhecer o pensamento liberal.

A REVOLUÇÃO FRANCESA

“Liberdade, igualdade, fraternidade”. Com certeza, você já ouviu essas palavras. Elas formam um lema muito famoso nascido durante a Revolução Francesa, processo ocorrido entre 1789 e 1799, que transformou a sociedade francesa e exerceu influência direta na história de muitas outras nações. Ao lado da Revolução Industrial, que se desenvolvia na Inglaterra construindo a economia capitalista, o processo revolucionário francês ofereceu ao mundo novos modelos de governo e novas ideologias.

As transformações geradas pela Revolução Francesa adquiriram tal importância que esse processo passou a marcar, nos estudos de História, a passagem da Época Moderna para a Época Contemporânea — no ano de 1789. Portanto, as perguntas que devemos nos fazer são: O que foi a Revolução Francesa? Quais foram os principais agentes? Quais as transformações que ocorreram? Quais as ideias que os revolucionários franceses defenderam e por que elas se espalharam pelo mundo?

Nosso primeiro passo para responder a essas questões será identificar os principais aspectos da sociedade francesa no século XVIII e os conflitos nela presentes.

A França no século XVIII

Você já ouviu falar de sociedade de Antigo Regime, não? Esse conceito apareceu diversas vezes nos capítulos anteriores. Nessas situações, estávamos nos referindo às sociedades europeias existentes entre os séculos XVI e XVIII, que possuíam algumas características particulares.

Uma delas era a estrutura social do Antigo Regime, ou seja, a maneira específica de organizar os grupos sociais e estabelecer uma hierarquia entre eles. Para entender esse aspecto, procure pensar na sociedade em que você vive. Que tipos de pessoas podemos encontrar no Brasil atualmente? Quais as semelhanças e as diferenças entre elas? Podemos reuni-las em diferentes grupos? Quem ocupa uma posição social mais elevada e por quê? Quais os grupos que estão localizados em posições mais baixas e por quê? Ao responder a essas perguntas, você consegue identificar como está estruturada nossa sociedade.

Na França do século XVIII, as pessoas se dividiam em três ordens ou Estados. O Primeiro Estado era formado pelo clero, ou seja, pelos sacerdotes da Igreja Católica, que era a religião oficial. Entre eles, podemos encontrar o alto clero, formado por bispos, cardeais, arcebispos e o papa, geralmente nascidos entre a nobreza. Eram eles que controlavam as riquezas da Igreja, incluindo as terras que ela possuía e os impostos que recebia dos fiéis — principalmente o dízimo eclesiástico. Do Primeiro Estado também faziam parte os padres das paróquias, espalhados por todo o reino. Juntos, eles formavam o baixo clero, cujo estilo de vida era muito semelhante ao dos camponeses e habitantes das cidades, que enfrentavam grandes dificuldades para conseguir sobreviver. Além do poder econômico, a influência cultural da Igreja na sociedade era muito grande, especialmente sobre os 75.000 alunos que estudavam em seus colégios.

O Segundo Estado era formado pela nobreza, dona de parte importante das terras do reino. Grande parte dos nobres se sustentava com os impostos pagos pelos camponeses que utilizavam suas terras e com a cobrança de taxas que existiam desde os tempos do feudalismo. Era o caso da corveia, por exemplo, de acordo com a qual os camponeses deveriam trabalhar gratuitamente por um tempo nas terras dos nobres. A nobreza também garantia sua posição social superior ocupando importantes cargos na burocracia, que lhes garantiam rendas e poder de influência, e recebendo pensões do Estado.

No Terceiro Estado, estavam reunidos os grupos sociais restantes. Os grandes burgueses, donos de bancos e companhias comerciais; os empresários rurais, que produziam artigos agrícolas para vender no mercado; os artesãos das manufaturas, trabalhadores e pequenos comerciantes das cidades; e os camponeses, que representavam a maior parte da população. Com diferentes profissões e vivendo de forma muito desigual — encontramos nesse Estado desde o rico banqueiro até o camponês pobre —, esse Estado correspondia a cerca de 95% da população francesa.

Não havia, nessa época, a crença de que todas as pessoas eram iguais ao nascer. Muito pelo contrário, a divisão da sociedade em três Estados era feita levando-se em consideração o nascimento. Caso uma pessoa nascesse numa família de nobres, pertenceria ao Segundo Estado durante toda a sua vida. No caso de nascer entre os camponeses, seria um membro do Terceiro Estado com poucas chances de mudança — a não ser que se transformasse num sacerdote. Ainda assim, era muito difícil que um camponês ou pobre da cidade conseguisse alcançar uma posição importante na Igreja. Provavelmente, ele pertenceria ao baixo clero. O nascimento de alguém delimitava, assim, seu lugar e suas possibilidades na sociedade.

Pertencer ao Primeiro ou Segundo Estados não significava apenas ter uma posição de prestígio e riqueza, mas também possuir uma série de privilégios importantes para definir quem era quem. Um desses privilégios era a isenção do pagamento de impostos. Assim, apesar de controlarem uma parte importante da riqueza do país, o clero e os nobres não contribuíam para o Estado. Este era um dever do Terceiro Estado. A nobreza possuía também outros privilégios, como o monopólio de cargos mais altos no exército, na marinha e na magistratura (formada por juizes).

Assim, eram os membros do Terceiro Estado, e entre eles os quase 80% da população formados pelos camponeses, que sustentavam a sociedade francesa através de seu trabalho e dos impostos que pagavam. E estes não eram poucos.

O camponês, por exemplo, devia pagar o dízimo à Igreja, os impostos aos nobres e ao rei. Com isso, vivia com os pouquíssimos recursos que restavam e

não tinha nenhum tipo de estoque para épocas difíceis. Caso acontecesse algum problema com as colheitas, ele e sua família estariam à beira da fome e sem condições de comprar no mercado os alimentos suficientes para sobreviver. Era muito comum que nesses momentos, surgissem revoltas camponesas. Os armazéns de alimentos eram atacados e saqueados pelos camponeses, que exigiam que os funcionários do rei tabelassem o preço do pão ou distribuíssem alimentos aos famintos.

A situação dos trabalhadores urbanos não era diferente. Recebendo um salário baixo e pagando impostos, esse grupo também vivia com poucos recursos e dependia do fornecimento do pão para sobreviver. Quando ocorria uma quebra de colheitas, os preços dos alimentos vendidos nas cidades subiam muito e era quase impossível conseguir comprar o pão diário.

Os homens que pertenciam à alta burguesia, enriquecidos com as atividades comerciais e bancárias, tinham um outro estilo de vida e não enfrentavam dificuldades para garantir sua sobrevivência. Muito pelo contrário. Entretanto, estavam insatisfeitos com o fato de que, muitas vezes, ocupavam um espaço menos importante que os nobres na política e no Estado, o que prejudicava seus interesses. Para algumas famílias burguesas, a solução para esse problema era tentar penetrar no Segundo Estado através do casamento... Entretanto, no século XVIII, foram crescendo as críticas da burguesia a essa estrutura social, às diferenciações determinadas pelo nascimento e à maneira como o Estado tentava controlar as atividades econômicas, interferindo em seus negócios.

A França às vésperas da Revolução

Foi a partir dessa estrutura social desigual e fortemente hierarquizada que os problemas começaram a crescer na França, a partir da segunda metade do século XVIII. O maior deles, e que concentrou a atenção de muitos homens, foi a crise do Estado francês.

A causa da crise era bastante simples de ser definida, mas muito difícil de ser resolvida: faltava dinheiro ao rei para pagar todos os compromissos assumidos. Apesar de cobrar impostos de todo o Terceiro Estado, muitas vezes o rei tinha dificuldades em fazer com que os recursos chegassem às suas mãos. Seus funcionários muitas vezes não conseguiam estar presentes em todas as partes do reino ou, ainda, podiam eles mesmos desviar uma parte do dinheiro arrecadado e, na falta de uma fiscalização eficiente, não serem punidos. Gastando mais do que arrecadava desde fins do século XVII, o Estado francês passou a recorrer a empréstimos bancários para se sustentar.

Com o passar do tempo, a situação foi se agravando. Na segunda metade do século XVIII, a França se envolveu em conflitos armados, como a Guerra dos Sete Anos contra os ingleses (1756–1763), e o apoio aos colonos norte-americanos que lutavam pela sua independência da Inglaterra. A participação nessas guerras aumentou muitíssimo a dívida do Estado francês que, a partir da década de 1780, encontrava-se em situação de “falência”. Vários ministros das finanças de Luís XVI, rei francês à época, tentaram encontrar soluções para a situação, sugerindo mudanças na forma de cobrar os impostos. Ora, se o problema era dinheiro, diziam alguns nobres, era necessário retirar mais recursos da população. Entretanto, como o Terceiro Estado já arcava sozinho com os impostos, surgiram propostas de que também o Primeiro e Segundo Estados passassem a fazer algum tipo de contribuição ao Estado, indicando a

necessidade de pôr fim a um privilégio dos nobres e do clero.

O rei Luís XVI não era um entusiasta das reformas e do enfraquecimento do Primeiro e Segundo Estados. Estes sempre tinham sido seus aliados na monarquia absoluta. Porém, seus ministros indicavam não haver outra maneira de resolver os problemas financeiros do reino. Durante o ano de 1787, o monarca encaminhou propostas de reforma para serem discutidas pelos nobres e religiosos mais importantes. A posição adotada por eles, porém, foi de rejeitar totalmente qualquer alteração em seus privilégios tradicionais.

A situação, então, caminhava para o impasse. O reino não tinha recursos para cumprir seus compromissos e nem como aumentar sua arrecadação. Para agravar os problemas, nos anos de 1787 e 1788 ocorreram quebras de colheita e a crise da falta de alimentos e alta dos preços do pão se instalou nos campos e nas cidades. Sem saída, em 1788, Luís XVI recorreu a um mecanismo antigo, porém sem uso desde o ano de 1614: convocou uma reunião dos Estados Gerais do reino. Em 5 de maio de 1789, 291 deputados do clero, 327 deputados da nobreza e 578 deputados do Terceiro Estado reuniram-se no Palácio de Versalhes, com a presença do rei Luís XVI e seus ministros, para discutir e decidir como resolver os problemas financeiros da França.

A primeira fase da Revolução Francesa (1789-1792)

As diferenças entre os deputados e a dificuldade de chegar a decisões comuns manifestaram-se desde o primeiro momento dos debates. A nobreza e o clero insistiam em que as votações fossem feitas por Estados, ou seja, que cada Estado tivesse direito a somente voto. Com isso, o Primeiro e Segundo Estados pretendiam unir-se e barrar as intenções reformistas dos representantes do Terceiro Estado. Estes, ao contrário, exigiam que o voto fosse individual, por cabeça — cada deputado teria direito a um voto, o que, acreditavam eles, daria a vitória a suas propostas. Os integrantes do Terceiro Estado contavam com a votação em bloco de seus deputados e com a eventual adesão de representantes do Primeiro e Segundo Estados, o que lhe daria vantagem numérica.

Após cinco semanas de debates sem uma decisão, os deputados do Terceiro Estado declararam que estavam formando uma Assembleia Nacional, com o voto por cabeça. O rei Luís XVI se opôs, num primeiro momento, a essa ação, porém acabou sendo forçado a aceitá-la e a ordenar à nobreza e ao clero que se juntassem à Assembleia do Terceiro Estado. Em 9 de julho, foi aberta então a Assembleia Constituinte, cujo objetivo era escrever uma Constituição para o reino da França.

Publicamente, Luís XVI apoiava as decisões da Assembleia Constituinte, porém, nos bastidores, tentava articular uma reação ao avanço do Terceiro Estado. Ele via, com razão, que a futura Constituição do reino determinaria limites ao seu poder e poderia causar sérios prejuízos à posição da nobreza, sua grande aliada. Assim, o rei demitiu seu ministro das finanças, que defendia reformas próximas aos interesses do Terceiro Estado. Só não contava com as repercussões de seu ato...

Nesse momento entrou em cena um dos principais atores da Revolução Francesa: a população da cidade de Paris, principalmente os chamados *sans-culottes* — trabalhadores, artesãos e pequenos proprietários. Os parisienses reagiram com vigor à tentativa do rei de barrar as reformas. Aos milhares, invadiram um armazém militar e se apoderaram de armas e munição; depois, enfrentaram e venceram, nas ruas da cidade, as tropas que defendiam o rei. Rumaram em seguida para a prisão da Bastilha, onde acreditavam encontrar mais armas. Era o dia 14 de julho, o dia

da queda da Bastilha.

Mais do que o controle pelo povo de uma prisão real, a queda da Bastilha significou que o processo revolucionário contaria, a partir dali, com a participação popular, que, nas ruas, garantiria a continuidade da Assembleia Constituinte contra o rei. A exemplo do que aconteceu em Paris, em outras cidades da França as autoridades reais foram substituídas por partidários da Revolução e foram formados batalhões armados de cidadãos, as milícias, para defender a Revolução.

Toda essa ação popular nas cidades atingiu também os campos. Uma série de boatos assustadores se espalhou entre a população rural, dando conta de que a nobreza estaria preparando uma reação com a ajuda de bandidos para manter os camponeses subordinados a ela. Rapidamente, os camponeses invadiram os castelos e casas senhoriais, matando alguns nobres e, principalmente, queimando os livros onde estavam anotadas suas dívidas com a nobreza.

Diante da ação popular nos campos e cidades, a Assembleia Constituinte reagiu e, em 4 de agosto de 1789, aprovou uma série de leis que acabavam com os direitos feudais e os privilégios da nobreza, e que também cancelavam as dívidas dos camponeses. Poucos dias depois, em 26 de agosto, era votada a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão. Leia os três primeiros artigos desse documento:

Art. 1. Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais não podem ser fundamentadas senão sobre a utilidade comum.

Art. 2. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3. O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação; nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Pense no que esses artigos significaram para a sociedade francesa. Era o fim das diferenças de nascimento, pois todos os homens, dali em diante, eram iguais ao nascer. O objetivo do governo, ou seja, de quem estava à frente da associação política, era defender os direitos naturais dos homens. E a autoridade do chefe de governo era dada pela nação, e não por Deus. O absolutismo monárquico na França encontrava seu fim em agosto de 1789.

Vamos ler mais alguns artigos da Declaração:

Art. 6. A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou pelos seus representantes, na sua formação. Ela tem de ser a mesma para todos, quer seja protegendo, quer seja punindo. Todos os cidadãos, sendo iguais aos seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a capacidade deles, e sem outra distinção do que as suas virtudes e talentos.

Art. 13. Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum; ela deve ser igualmente repartida entre todos os cidadãos, à razão de suas faculdades.

Mais mudanças. De acordo com os artigos 6 e 13, a nobreza e o clero perdiam seus privilégios como a isenção do pagamento de impostos e a justiça especial. Todos eram iguais, todos cidadãos diante do mesmo Estado, das mesmas leis. A Declaração garantiu, ainda, a liberdade de expressão, de pensamento e de religião na França. E, seu último artigo definia:

Art. 17. Sendo a propriedade um direito inviolável e sagrado, dela

ninguém pode ser privado, salvo quando a necessidade pública, legalmente verificada, o exigir evidentemente e com a condição de uma justa e prévia indenização.

O artigo que finalizava a Declaração indicava também a importância da participação da burguesia na Revolução Francesa, ao assegurar que a propriedade privada não seria tocada, a não ser com o pagamento de indenizações. Isso tornaria muito difícil, por exemplo, a distribuição de terras entre os camponeses. Por outro lado, ao defender a liberdade de comércio, a Assembleia aboliu monopólios e pedágios que existiam dentro na França, facilitando as trocas comerciais, e proibiu que cidadãos da mesma profissão formassem uma associação. Desta forma, tornava ilegais as corporações de ofício existentes e impedia a criação de organizações operárias. Para finalizar, em outubro de 1789, os bens do clero foram nacionalizados, ou seja, apropriados pelo Estado, que os colocou à venda posteriormente.

A Assembleia Constituinte trabalhou sem parar, estabelecendo as regras e as instituições para uma nova França. Mas os inimigos da Revolução também agiam. Muitos nobres haviam fugido do país durante as revoltas camponesas. Outros permaneceram na França e, com o rei, articulavam uma forma de derrubar a Assembleia e restabelecer a situação existente até 1789. Para isso, contavam com a ajuda de reis estrangeiros que, desde os primeiros dias da Revolução, condenavam as decisões e as mudanças promovidas pelos deputados franceses temendo que elas “contaminassem” seus países.

Apoiados no poder absoluto, os monarcas estrangeiros organizaram tropas militares e iniciaram manobras para invadir a França. Luís XVI, embora apoiando publicamente as decisões da Assembleia, trocou correspondência com esses soberanos, e, em 1791, tentou fugir do país para se juntar aos exércitos contrarrevolucionários. Entretanto, foi descoberto antes de chegar a seu destino.

Preso em Paris, o rei francês viu a Assembleia promulgar a primeira Constituição da França em setembro de 1791. Suas leis garantiram a permanência da monarquia, mas com limites estabelecidos pelas leis aprovadas pelos deputados. Criava-se, assim, uma monarquia constitucional. Os poderes eram divididos em Executivo, chefiado pelo rei, Legislativo, integrado pelos representantes eleitos, e Judiciário, formado por magistrados também eleitos.

A Constituição de 1791 limitou a participação popular no futuro governo da França, uma vez que se decidiu pelo voto censitário — que exige a posse de uma determinada renda para que o cidadão possa votar e ser eleito (cidadão ativo). Desta forma, grande parte da população estava impedida de participar da escolha dos membros do Legislativo e do Judiciário, colocando-se como cidadãos passivos. A escolha ficava restrita aos grupos de maior poder econômico. Após a aprovação da Constituição, foi feita uma nova eleição, com o voto censitário, e eleitos os deputados que iriam participar da primeira Assembleia Legislativa da França. O mandato deveria ser de dois anos, mas durou menos de um. Isso porque o cenário francês estava cada vez mais instável.

Com as revoltas camponesas, a fuga dos nobres e a instabilidade provocada pela Revolução, a economia se desorganizou. A falta de alimentos e a alta de preços castigavam a população, que pressionava a Assembleia por uma atitude. A fuga e a prisão do rei aumentaram os temores de que um movimento contrarrevolucionário estivesse sendo organizado, com o apoio da nobreza e de uma parte do clero, o que acabou se confirmando em abril de 1792, quando a Áustria declarou guerra à França, recebendo o apoio da Prússia pouco depois. Diante desse cenário, em

agosto do mesmo ano, a população parisiense invadiu a Assembleia Legislativa e defendeu a implantação da república.

A segunda fase da Revolução Francesa (1792-1795)

Com a república, uma nova Assembleia foi formada e chamada de Convenção. Os 750 deputados que participavam da Convenção tinham sido eleitos com o voto de todos os cidadãos (sufrágio universal) e dividiam-se em três grupos principais: os girondinos, que apoiavam a república e desejavam mudanças moderadas na sociedade; os jacobinos, também republicanos e próximos à população parisiense, defensores de mudanças mais radicais; e os deputados da planície, que oscilavam entre os dois grupos e eram decisivos para dar a um ou a outro a maioria na Assembleia.

Para administrar a situação interna, a Convenção criou três órgãos: o Comitê de Segurança Nacional, encarregado de investigar os suspeitos de agir contra a Revolução; o Tribunal Revolucionário, que deveria julgar esses suspeitos de forma rápida; e o Comitê de Salvação Pública, responsável por mobilizar todos os recursos necessários para a defesa militar da Revolução.

No primeiro ano da Convenção, os girondinos conseguiram a maioria dos votos, mas não tiveram sucesso no controle da crise. As forças estrangeiras invadiam o país, sem que os exércitos franceses conseguissem impedi-los. Nesse período, o rei foi julgado e, sob a pressão dos jacobinos e da população de Paris, condenado à morte na guilhotina; a mesma pena foi dada à sua mulher, o que provocou reações contrárias dentro e fora da França. A inflação continuava a crescer, levando a população a pedir o tabelamento do preço dos alimentos, que os girondinos se recusaram a decretar por serem contrários a uma intervenção desse nível na economia.

O fracasso dos girondinos acabou fortalecendo os deputados jacobinos que, com o apoio da população parisiense, alcançaram a maioria dos votos da Convenção e conquistaram o poder em junho de 1793. Seu principal líder foi Maximilien Robespierre, que chefiou o Comitê de Salvação Pública.

A República Jacobina se estendeu por um ano, até julho de 1794. Um ano extremamente rico, agitado, contraditório e que marcou a Revolução Francesa e a História. Por um lado, foi o período do Terror, das mortes em massa na guilhotina. Por outro, foram realizadas diversas medidas que aprofundaram o caráter democrático da Revolução, beneficiando as classes mais pobres da população francesa.

Ao assumir o poder na Convenção, os jacobinos adotaram uma série de medidas de exceção. Para combater os inimigos, promulgou-se a lei dos suspeitos, que declarava acusados de alta traição todos aqueles que, mesmo sem lutar contra a Revolução, não a tinham defendido. As denúncias e delações tornaram-se frequentes. Girondinos, monarquistas, críticos dos jacobinos, todos eram suspeitos. Prisões em massa foram feitas e os réus julgados rapidamente pelo Tribunal Revolucionário, sem terem garantidos seus direitos de defesa. As condenações se avolumaram e, em um ano, cerca de 40 mil pessoas perderam a vida na guilhotina.

A Convenção sob o governo jacobino promulgou uma outra Constituição que, devido à situação de guerra, ficou suspensa. Na prática, os Comitês de Segurança Nacional e Salvação Pública governavam o país com poderes ditatoriais, sob a liderança de Robespierre. Reorganizando as forças militares e recrutando a

população masculina para o exército, os inimigos estrangeiros foram sendo vencidos e expulsos da França. A Revolução, portanto, estava assegurada.

Enquanto o Terror se aprofundava, os jacobinos implementavam uma série de leis de caráter democrático como o sufrágio universal, a abolição da escravidão nas colônias francesas e a distribuição gratuita de terra entre os camponeses. Também tornaram obrigatório e laico o ensino primário para todos os franceses. O tabelamento dos preços dos alimentos e dos aluguéis, uma reivindicação dos sans-culottes, foi decretado pelos jacobinos. Por último, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, escrita em 1793, uma lei assegurava a assistência pública a todos os cidadãos que não conseguissem sobreviver, seja por falta de emprego ou por impossibilidade de trabalhar. Através de todas essas leis, os jacobinos buscavam construir uma sociedade com maior igualdade entre os cidadãos. Igualdade não só de nascimento, mas também nas condições materiais de vida, o que era uma ideologia extremamente inovadora e radical para o século XVIII.

Entretanto, o apoio aos jacobinos foi diminuindo com o passar dos meses. As medidas autoritárias do Terror afastaram muitos deputados da planície que, em 1793, haviam apoiado Robespierre. Já as novas leis que beneficiavam as classes mais pobres assustaram os políticos moderados e a burguesia. O sufrágio universal, o fim da escravidão e a ideia de que o direito de propriedade privada era limitado pelas necessidades sociais levaram à oposição as correntes que não desejavam transformações mais profundas na distribuição da riqueza na sociedade. A abolição da escravidão trouxe uma dupla ameaça a importantes setores sociais: colocar um fim na participação francesa no lucrativo tráfico negreiro e abalar o poder dos proprietários rurais nas colônias.

O isolamento político de Robespierre causou sua destituição em julho de 1794. Os girondinos voltaram ao poder, e, poucos dias depois, foi a vez do líder jacobino e seus assessores mais próximos morrerem na guilhotina. Nos meses seguintes, o Terror se voltou contra os jacobinos.

A Revolução, para os homens que sucederam Robespierre, fora longe demais. O tabelamento de preços foi abolido e uma nova Constituição, votada em 1795, restabeleceu o voto censitário e criou outra Assembleia para governar a França, o Diretório.

A terceira fase da Revolução Francesa (1795-1799)

Após a queda dos jacobinos, os grupos mais radicais da Revolução foram controlados pela repressão. Alguns movimentos foram organizados contra o Diretório, como a Conspiração dos Iguais, que pretendia tomar o poder e restabelecer a Constituição feita durante o período jacobino, mas sem sucesso. A participação popular no processo revolucionário seria, daí em diante, controlada e reprimida.

A situação dentro da França, entretanto, permanecia muito grave. No Diretório, diferentes grupos políticos se enfrentavam, sem conseguir estabelecer um mínimo consenso. Defensores do rei ainda tentavam organizar uma reação, enquanto os remanescentes dos jacobinos buscavam se reorganizar. Vários golpes de estado foram executados nesse período.

A guerra contra as monarquias estrangeiras prosseguia, o que exigia o direcionamento de recursos econômicos e humanos para os exércitos. Com esses conflitos e a instabilidade política, a economia francesa cambaleava e a escassez de alimentos era um dos tormentos da população e do governo.

Foi diante desse cenário que a liderança de Napoleão Bonaparte se firmou como salvadora. Napoleão era um jovem general, que se colocara a serviço da Revolução e sempre fora próximo aos girondinos. Destacando-se como um líder militar, Napoleão consagrou-se em 1796, quando derrotou a Áustria e estendeu o poder francês sobre os Estados italianos.

Para alguns membros do Diretório, era a figura necessária para estabilizar o poder na França. Assim, em 1799, organizou-se mais um golpe de estado, o último deles, que entregou o governo francês a três pessoas, entre elas Napoleão. A Revolução tinha, ali, seu fim. Mas era o início do longo domínio de Napoleão Bonaparte.

O PERÍODO NAPOLEÔNICO (1799-1815)

O governo de Napoleão Bonaparte foi marcado pela consolidação dos aspectos da Revolução Francesa defendidos pelas correntes políticas moderadas. Controlando a ação e as reivindicações dos grupos de esquerda, mais radicais, Napoleão conseguiu estabilizar a situação política e assegurar à burguesia o ambiente necessário para o desenvolvimento dos negócios. Para isso, foi fundamental a repressão a seus críticos e a censura à imprensa.

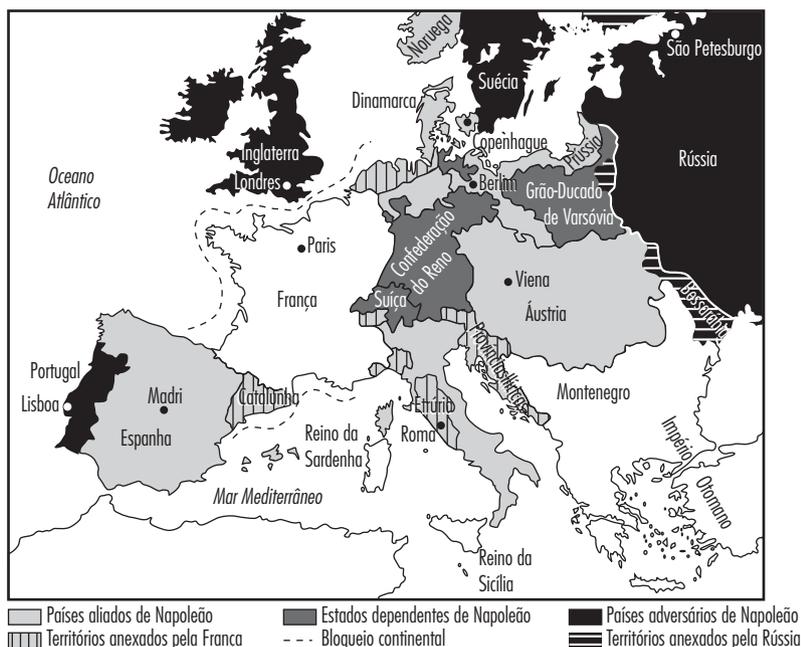
Após dez anos de revolução, durante os quais as leis mudavam de acordo com os governos que se sucediam, em 1804 foi promulgado o Código Napoleônico, garantindo a proteção do Estado à propriedade privada. Essa legislação ainda fortalecia o poder burguês, proibindo a organização de associações de operários, ao mesmo tempo em que permitia as associações de empresários. A criação do Banco da França, único responsável pela emissão da moeda, permitiu ao governo controlar melhor as finanças do país e enfrentar a crise econômica que marcou os anos revolucionários.

Diversas políticas públicas foram implementadas durante o período napoleônico, como a construção de uma rede de estradas que, embora pensada para facilitar manobras militares, beneficiou a economia ao possibilitar o escoamento da produção e maior integração do mercado interno. A educação pública foi muito estimulada, com a construção de escolas de ensino básico em cada cidade francesa e com a criação de cursos técnicos e universitários que pudessem fornecer homens capazes de colaborar com o desenvolvimento econômico, militar e administrativo do país.

Em 1804, após um plebiscito popular, Napoleão transformou-se em imperador, pondo fim ao regime republicano instaurado em 1792, durante a Revolução. A ideia de império não era estranha aos planos de Napoleão. Desde 1796, quando liderou a conquista da Itália, a França se envolvera em inúmeras guerras contra outros países, com o objetivo de expandir sua hegemonia na Europa.

Em algumas regiões, como a Itália, Napoleão indicou para o governo seus parentes e generais, substituindo os príncipes locais. Outros países, como a Espanha, estabeleceram acordos com Napoleão e, durante algum tempo, não se envolveram em guerras contra a França. Os Estados alemães também seguiram um caminho semelhante. Já a Rússia, após derrotas militares, submeteu-se ao governo de Napoleão. Desta forma, em fins da década de 1800, o poder napoleônico se estendia por grande parte da Europa, como você pode observar no mapa a seguir.

Império Napoleônico



Fonte: H. Kinder e W. Hilgemann

A Inglaterra, entretanto, permanecia como grande inimiga da França. Com o objetivo de enfraquecer a economia inglesa e fortalecer os negócios franceses, Napoleão decretou em 1806 o Bloqueio Continental, que proibia os países do continente europeu de realizar trocas comerciais com a Inglaterra. Num primeiro momento, os governos europeus buscaram respeitar o bloqueio, mas, com o passar dos anos, suas economias começaram a sentir os prejuízos de não negociar com a Inglaterra, tanto no que se referia à importação de produtos ingleses como à venda da produção de seus países.

Essa situação levou a Rússia a retomar as trocas comerciais com a Inglaterra, o que provocou a invasão do país pelos exércitos franceses em 1812. Entretanto, as estratégias dos generais russos e o forte inverno acabaram por enfraquecer muito os exércitos napoleônicos. A partir desse momento, uma coligação militar feita entre Inglaterra, Rússia, Prússia, Áustria e Suécia avançou sobre as tropas francesas. Além dos exércitos, a população dos países dominados por Napoleão se organizou para lutar contra a dominação francesa, impondo mais uma frente de luta.

No interior da sociedade francesa, a liderança de Napoleão também estava desgastada. As ações autoritárias recebiam críticas de que ele havia subvertido os ideais da Revolução Francesa, que o haviam conduzido ao poder. Os benefícios dados a seus parentes e assessores mais próximos acabaram por criar uma "corte" em torno do imperador que, para muitos, lembrava o Antigo Regime de Luís XVI. As contínuas guerras travadas na Europa estavam acabando com os recursos do país, inclusive humanos, pois o recrutamento de homens jovens para integrar os exércitos era constante.

Assim, enfrentando a oposição, na França e nos países dominados, e os exércitos da coligação, Napoleão foi derrotado em 1814 e, de maneira definitiva, em 1815. Deixando Paris, foi exilado na ilha britânica de Santa Helena, no sul do Oceano Atlântico, onde veio a morrer em 1821.

A REAÇÃO CONSERVADORA: A LUTA PELA MANUTENÇÃO DO ABSOLUTISMO NA EUROPA

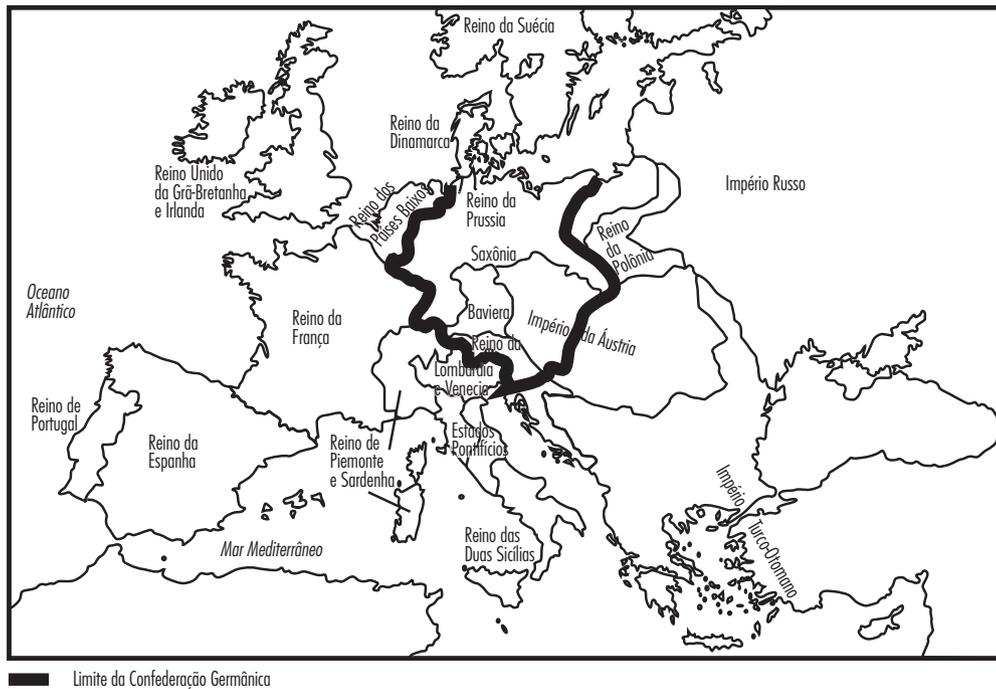
A derrota de Napoleão em 1814 levou diplomatas e ministros europeus a se reunirem na cidade de Viena, na Áustria, com o objetivo de reorganizar politicamente o continente. Por mais de 15 anos, sucessivas guerras haviam alterado bastante a configuração dos países. Reis haviam sido depostos e substituídos por pessoas indicadas por Napoleão, que, muitas vezes, alteraram as leis dos Estados que controlavam.

No Congresso de Viena, as principais potências reunidas foram Inglaterra, Áustria, Prússia, Rússia e França, embora derrotada. Com exceção da Inglaterra, todos os outros países eram governados por monarquias absolutistas e, por isso, esses soberanos buscaram restabelecer na Europa a ordem social que fora abalada a partir de 1789, com a Revolução Francesa, e apagar as novas ideias defendidas durante o processo revolucionário e o período napoleônico.

Uma das decisões tomadas pelo Congresso de Viena foi a restauração dinástica, determinando que todas as famílias que reinavam antes de 1789 tinham o direito de retomar suas Coroas. Era o princípio da legitimidade. Na França, Luís XVIII, irmão de Luís XVI, tornou-se rei, comprometendo-se a respeitar algumas das leis estabelecidas durante o período republicano.

Uma segunda preocupação do Congresso de Viena foi estabelecer um equilíbrio de forças entre as principais potências europeias. Por isso, o continente foi dividido em áreas de influência, de modo que, aparentemente, não houvesse razões de conflitos e guerras entre as principais monarquias. Mas isso não pôs fim às disputas econômicas e ideológicas entre elas. Observe no mapa que se segue a configuração europeia após o Congresso de Viena:

Europa após o Congresso de Viena



— Limite da Confederação Germânica

Fonte: Adaptado de Jacques de Marseille et alii. *Histoire 2^e. L'Europe et Le Monde vers 1780*. Paris: Nathan, 1993.

Liderados pelo czar da Rússia, os representantes da Prússia, Áustria e França organizaram a Santa Aliança, através da qual os reis desses países se comprometiam a prestar ajuda mútua caso algum movimento revolucionário surgisse. Assim, buscavam se precaver contra projetos de mudança social baseadas nos princípios liberais que limitassem seus poderes.

Entretanto, nas décadas seguintes ao Congresso de Viena, a força dos ideais liberais e da Revolução Francesa cresceu continuamente, a despeito da vontade dos soberanos absolutistas. A crítica ao poder absoluto, a reivindicação de maior participação da sociedade no poder político e da redação de uma Constituição, a defesa da liberdade religiosa e o fortalecimento da crença na igualdade entre as pessoas adquiriram cada vez mais adeptos em vários países europeus.

Em 1820, ocorreram movimentos de caráter liberal na Espanha, Portugal, Piemonte e Nápoles, exigindo que os soberanos aceitassem a elaboração de uma Constituição e a divisão de poderes. Todos os movimentos foram controlados pelo governo, mas demonstraram que a monarquia absoluta tinha cada vez menos apoio da população, principalmente entre os setores burgueses e de profissionais liberais urbanos.

Não é à toa que, dez anos depois, um novo movimento liberal sacudiu a Europa, desta vez surgindo na França e alcançando seu objetivo: depor um rei que defendia o absolutismo monárquico, instalando no poder um monarca comprometido com o respeito à Constituição elaborada pelo poder Legislativo. Os acontecimentos franceses repercutiram em várias regiões da Europa, estimulando a organização de movimentos antiabsolutistas na Bélgica, norte da Itália, regiões alemãs e Polônia.

Na primeira metade do século XIX, a Europa que podemos visualizar mostra uma série de novidades em comparação com o início do século XVIII, onde iniciamos este capítulo. O mundo da fábrica se propagava da Inglaterra para o

continente, levando ao crescimento das cidades, ao enriquecimento da burguesia industrial e ao aparecimento da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, as ideias de igualdade e liberdade ganhavam vários sentidos para os agentes sociais e eram utilizadas para criticar fortemente a ordem social. A sociedade contemporânea, industrial e liberal, crescia e aparecia, no seio da sociedade de Antigo Regime, causando conflitos, rupturas, alianças... na Europa e também fora dela.

Linha do tempo

XVII	Revoluções Inglesas (1640–1689)	
XVIII	Iluminismo (1 ^a metade do século XVIII)	Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX)
	Revolução Francesa (1789–1799)	
XIX	Período Napoleônico (1799–1815)	

EXERCÍCIOS

1) (Enem/2010) *A Inglaterra pedia lucros e recebia lucros. Tudo se transformava em lucro. As cidades tinham sua sujeira lucrativa, suas favelas lucrativas, sua fumaça lucrativa, sua desordem lucrativa, sua ignorância lucrativa, seu desespero lucrativo. As novas fábricas e os novos altos-fornos eram como as Pirâmides, mostrando mais a escravização do homem que seu poder.*

DEANE, P. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (adaptado)

Qual relação é estabelecida no texto entre os avanços tecnológicos ocorridos no contexto da Revolução Industrial Inglesa e as características das cidades industriais no início do século XIX?

(A) A facilidade em se estabelecer relações lucrativas transformava as cidades em espaços privilegiados para a livre iniciativa, característica da nova sociedade capitalista.

(B) O desenvolvimento de métodos de planejamento urbano aumentava a eficiência do trabalho industrial.

(C) A construção de núcleos urbanos integrados por meios de transporte facilitava o deslocamento dos trabalhadores das periferias até as fábricas.

(D) A grandiosidade dos prédios onde se localizavam as fábricas revelava os avanços da engenharia e da arquitetura do período, transformando as cidades em locais de experimentação estética e artística.

(E) O alto nível de exploração dos trabalhadores industriais ocasionava o surgimento de aglomerados urbanos marcados por péssimas condições de moradia, saúde e higiene.

2) (Enem/2010) *Em nosso país queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinha dos grandes pela grandeza do homem.*

HUNT, L. *Revolução Francesa e vida privada*. In: PERROT, M. (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (adaptado)

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

(A) À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.

(B) Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.

(C) A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.

(D) À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.

(E) Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.

3) (Enem/2010) *Homens da Inglaterra, por que arar para os senhores que vos mantêm na miséria?*

Por que tecer com esforços e cuidado as ricas roupas que vossos tiranos vestem?

Por que alimentar, vestir e poupar do berço até o túmulo esses parasitas ingratos que exploram vosso suor — ah, que bebem vosso sangue?

SHELLEY. *Os homens da Inglaterra*. Apud. HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

A análise do trecho permite identificar que o poeta romântico Shelley (1792–1822) registrou uma contradição nas condições socioeconômicas da nascente classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial. Tal contradição está identificada:

(A) na pobreza dos empregados, que estava dissociada da riqueza dos patrões.

(B) no salário dos operários, que era proporcional aos seus esforços nas indústrias.

(C) na burguesia, que tinha seus negócios financiados pelo proletariado.

(D) no trabalho, que era considerado uma garantia de liberdade.

(E) na riqueza, que não era usufruída por aqueles que a produziam.

4) (Enem/2009) *A prosperidade induzida pela emergência das máquinas de tear escondia uma acentuada perda de prestígio. Foi nessa idade de ouro que os artesãos, ou os tecelões temporários, passaram a ser denominados, de modo genérico, tecelões de teares manuais. Exceto em alguns ramos especializados, os velhos artesãos foram colocados lado a lado com novos imigrantes, enquanto pequenos fazendeiros-tecelões abandonaram suas pequenas propriedades para se concentrar na atividade de tecer. Reduzidos à completa dependência dos teares mecanizados ou dos fornecedores de matéria-prima, os tecelões ficaram expostos a sucessivas reduções dos rendimentos.*

THOMPSON, E. P. *The making of the english working class*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979 (adaptado).

Com a mudança tecnológica ocorrida durante a Revolução Industrial, a forma de trabalhar alterou-se porque

(A) a invenção do tear propiciou o surgimento de novas relações sociais.

(B) os tecelões mais hábeis prevaleceram sobre os inexperientes.

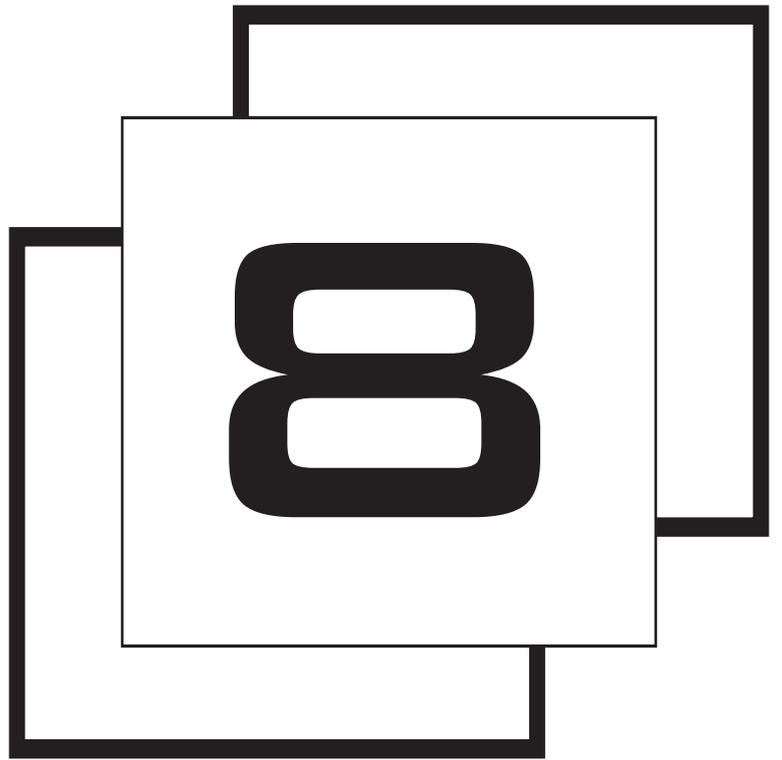
(C) os novos teares exigiam treinamento especializado para serem operados.

(D) os artesãos, no período anterior, combinavam a tecelagem com o cultivo de subsistência.

(E) os trabalhadores não especializados se apropriaram dos lugares dos antigos artesãos nas fábricas.

GABARITO

1) E 2) E 3) E 4) D



**LUTAS OPERÁRIAS, CAPITALISMO E
IMPERIALISMO NOS SÉCULOS XIX E XX**

INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, discutimos uma série de processos de mudança social que levaram ao surgimento da sociedade capitalista e liberal, entre os quais, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial surgiram como fundamentais para enfraquecer a posição dominante da nobreza e consolidar a ascensão da burguesia. Vimos ainda a constituição da classe operária, formada por ex-camponeses e ex-artesãos, com forte participação das mulheres.

Como vimos no capítulo 7, a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, logo se expandiu por outros países da Europa e, mais tarde, pelos Estados Unidos. Em meados do século XIX, países e continentes estavam cada vez mais interligados através das ferrovias e barcos a vapor. Mercadorias e pessoas passaram a circular com muito mais rapidez pelos lugares. A urbanização se intensificou, criando grandes cidades nas quais se encontravam os homens e mulheres vindos do campo à procura de trabalho.

A ciência não ficava atrás! Cada vez mais ligada à indústria, pesquisava métodos, máquinas, produtos. A lista de invenções do século XIX é enorme e assombrosa. Os europeus sentiam-se poderosos, inteligentes e olhavam o mundo de uma maneira superior — pelo menos essa era a atitude de quem se beneficiava de todo esse “progresso” e enriquecimento.

Para aqueles que viviam a implantação da sociedade capitalista pelo lado da exploração e da pobreza, como os operários, o “progresso” ficava bem distante da realidade. A vida nas fábricas e nos bairros pobres das cidades estava longe de ser o paraíso que os propagandistas da sociedade industrial divulgavam. Muito pelo contrário, a miséria extrema, os baixos salários, as doenças e o desemprego que caracterizavam o cotidiano dos operários industriais causaram grande inquietação na sociedade. Foi nesse contexto que surgiram movimentos e ideologias operárias, contestando a dominação da burguesia e propondo novos caminhos para a sociedade.

Essas ideologias produziam respostas para a chamada questão social, que podemos definir como a crescente percepção de que a próspera sociedade industrial carregava em seu interior uma enorme desigualdade e exploração dos trabalhadores, o que gerava grandes conflitos entre os grupos sociais. Por esse tema iniciamos as discussões deste capítulo.

MOVIMENTOS SOCIAIS E AS NOVAS IDEOLOGIAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O surgimento do movimento operário

Você se lembra do personagem citado no capítulo 7, que trabalhava na cidade inglesa de Manchester e que, através de seu testemunho, nos ajudou a compreender o processo de transformação que chamamos de Revolução Industrial? Se puder, volte àquele relato na página 71 deste módulo e observe a maneira pela qual nosso oficial fiandeiro se referiu às máquinas a vapor presentes nas fábricas: elas eram “terríveis”, um “demônio”!

Não é difícil saber a razão de um julgamento tão negativo, não é? Para este homem, as novas máquinas significavam mudança nas formas tradicionais de

trabalho e, também, desemprego. As pequenas manufaturas não podiam concorrer com as fábricas; por isso, os artesãos ficavam sem trabalho ou se empregavam como operários. Essa passagem não foi fácil para muitos trabalhadores, obrigando-os a abrir mão de seus antigos hábitos, formas de produzir e trabalhar, além de diminuir seus rendimentos. Por isso, nos primeiros anos após a implantação das fábricas, houve muita resistência por parte dos trabalhadores.

Uma das formas de resistência ficou conhecida como *ludismo* e teve como principal método de ação a destruição de máquinas. Os *luditas* agiram nas primeiras décadas do século XIX, em diversas regiões da Inglaterra. Grupos de artesãos e operários se organizavam para invadir fábricas, quebrando as máquinas. Muitas vezes, os *luditas* ameaçavam os próprios donos das fábricas. Veja o que diz o documento abaixo, datado de 1812:

Na cidade de Huddersfield, um certo Sr. Smith, que se tornara impopular pelo uso liberal da nova máquina, recebeu uma carta ameaçadora de “Ned Ludd, o escrevente”, que se intitulava “o general do Exército dos reparadores”, nos seguintes termos:

“Senhor,

Recebemos informação de que é dono dessas detestáveis Tosquiadoras Mecânicas ... Fica avisado de que se elas não forem retiradas até o fim da próxima semana, eu mandarei imediatamente um de meus Representantes destruí-las ... e se o Senhor tiver a imprudência de disparar contra qualquer de meus Homens, eles têm ordem de Matá-lo e queimar toda a sua Casa.”

(RUDÉ, George. *A multidão na história*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991)

Com isso, o que pretendiam os quebradores de máquinas? Observando com atenção o documento, vemos que os autores afirmavam fazer parte de um “exército de reparadores”. Isso já pode nos indicar um de seus objetivos: consertar algo, colocar algo no lugar; talvez recuperar o mundo dos artesãos que desaparecia diante das fábricas. E as máquinas eram, para esses contestadores, as culpadas por essa mudança, pela perda do emprego, pelo empobrecimento dos artesãos, pelas transformações no ritmo da vida.

Muitas vezes, porém, essas ameaças foram utilizadas pelos *luditas* para negociar com os patrões melhores salários e condições de trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que buscavam defender seu modo de vida tradicional, os trabalhadores também começavam a se reunir e se organizar para pressionar os donos das fábricas em busca de conquistas para a classe operária. Com o passar dos anos e, principalmente, com a repressão das forças policiais inglesas, as ações *luditas* foram controladas.

Isso não significou, entretanto, o enfraquecimento das mobilizações dos trabalhadores. Ao contrário, foram sendo criadas diversas associações de auxílio que buscavam ajudar os operários em situações específicas — como acidentes de trabalho ou aposentadoria, por exemplo. As primeiras leis que regulamentavam o trabalho nas fábricas também foram criadas sob a pressão dessas associações.

Nas décadas de 1830 e 1840, na própria Inglaterra, ganhou força um movimento nacional chamado *cartismo*, que pressionou o Parlamento inglês a mudar as regras de participação política, permitindo que trabalhadores pobres tivessem acesso ao voto e pudessem ser eleitos. Milhões de operários se mobilizaram em toda a Inglaterra para apoiar a “Carta do Povo”, subscrevendo abaixo-assinados e participando de manifestações públicas.

Ainda que muitos de seus objetivos não tivessem sido alcançados, o *cartismo* permitiu que os trabalhadores adquirissem experiência na organização

de movimentos de âmbito nacional. O mesmo pode ser dito sobre as associações de auxílio mútuo. Através dessas iniciativas, os operários se encontravam, discutiam seus problemas e pensavam propostas para resolvê-los. Passaram a ver que enfrentavam as mesmas situações e que possuíam modos de vida semelhantes. Em outras palavras, começaram a construir uma identidade comum e uma cultura operária.

As correntes socialistas

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores ensaiavam formas de organização e mobilização, surgiam, nas primeiras décadas do século XIX, várias experiências que buscavam uma outra maneira de resolver a questão social. Em comum, essas experiências se baseavam numa crítica aos resultados sociais do progresso industrial. Algumas pessoas que defenderam essas ideias ficaram conhecidas como os primeiros socialistas.

Buscando combater o que consideravam os males da época — o individualismo e o egoísmo — alguns pensadores defendiam a necessidade de estabelecer novos valores morais. Para eles, era indispensável que os trabalhadores tivessem alguns direitos assegurados, de maneira a diminuir a exploração por parte dos patrões e garantir-lhes um melhor nível de vida. Para outros, a produção deveria ser organizada em cooperativas de produtores, nas quais todos obedeceriam a regras estabelecidas em comum.

Uma dessas experiências foi feita no início do século XIX pelo inglês Robert Owen, proprietário de fábricas de algodão, que estabeleceu uma jornada diária de 10 horas e 30 minutos para os operários e implantou escolas para os trabalhadores e creches para as crianças. Em seguida, Owen idealizou cooperativas que fossem geridas pelos próprios trabalhadores, nas quais reinasse a igualdade entre os participantes, mas seu projeto acabou fracassando na Inglaterra e nos Estados Unidos.

O pensamento de Owen é um bom exemplo de como pensavam esses socialistas. Ele acreditava que era possível organizar a sociedade em torno de valores como cooperação e harmonia, no lugar da concorrência e do conflito; valores que deveriam atingir a todos, fossem patrões ou operários. Assim, a ação dos indivíduos deveria ter como objetivo construir uma sociedade sem conflitos, onde homens e mulheres acreditassem na possibilidade de união entre eles e trabalhassem harmoniosamente. Pregando esses ideais, muitas vezes esses pensadores elaboravam uma forte crítica à propriedade privada, cuja posse permitia a alguns homens dominar a sociedade e relegar à miséria uma grande parte da população.

A partir de 1848, esses pensadores passaram a ser conhecidos pelo nome de socialistas utópicos. Você já ouviu falar em utopia? Geralmente, essa palavra é usada em situações nas quais alguém descreve um objetivo ou projeto bom, justo, ideal, mas que não pode se realizar concretamente. Pois foi desta forma que Karl Marx e Friedrich Engels, dois importantes pensadores alemães, classificaram as ideias dos primeiros socialistas, como Owen.

Em 1848, Marx e Engels lançaram o *Manifesto Comunista* numa reunião de trabalhadores de vários países da Europa, ocorrida em Londres. Nesse documento, tornaram públicas suas ideias acerca do caminho que o movimento operário deveria seguir, caso tivesse a intenção de acabar com a exploração da classe trabalhadora. Vamos ler atentamente o que eles argumentaram:

Os sistemas socialista e comunista propriamente assim chamados, estes de Saint-Simon, Fourier, Owen e outros, nasceram no início do período subdesenvolvido [...] da luta entre proletariado e burguesia.

Os fundadores destes sistemas veem, claramente, os antagonismos de classe, como também a ação dos elementos de decomposição na forma da sociedade predominante. Mas o proletariado, ainda em sua infância, oferece-lhes o espetáculo de uma classe sem iniciativa histórica ou movimento político independente.

[...] O estado subdesenvolvido da luta de classes, como também, seu próprio ambiente leva os socialistas deste tipo a considerar-se muito superiores a todos os antagonismos de classe. Eles querem melhorar a condição de todo o membro da sociedade, até a do mais favorecido. Por isso, normalmente, apela para a sociedade como um todo, sem distinção de classe; mais ainda, de preferência, à classe governante. Basta compreender seu sistema para reconhecer nele o melhor plano possível para a melhor sociedade.

*Por isso, rejeitam toda ação política e, especialmente, toda ação revolucionária. Desejam alcançar seus objetivos por meios pacíficos e procurar, através de pequenos experimentos, necessariamente condenados ao fracasso, e pela força do exemplo, pavimentar o caminho para o novo evangelho social. (MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.)*

Nesse trecho do *Manifesto*, os autores identificaram algumas das propostas dos primeiros socialistas: o objetivo de melhorar a vida dos membros da sociedade através de um apelo geral a todos, utilizando meios pacíficos e realizando pequenas experiências, como as cooperativas pensadas por Owen. Essas ideias, segundo Marx e Engels, estabeleciam um bom plano para a construção da sociedade ideal. Porém, ele nunca seria concretizado; daí ser chamada de utópico. E, por que não seria concretizado?

Na resposta a essa pergunta, começamos a estabelecer as diferenças entre o socialismo utópico e o socialismo científico, como Marx e Engels chamavam sua teoria. Voltemos ao documento. Podemos encontrar termos como “luta de classes”, “antagonismos de classe”, “luta entre proletariado e burguesia”. Em todos eles, é possível identificar um elemento em comum: a oposição entre duas classes — a burguesia e o proletariado.

No pensamento marxista, a sociedade capitalista industrial se caracterizava pela luta entre a burguesia, que possuía o controle dos meios de produção (terra, matérias-primas, máquinas e instrumentos de trabalho), e a classe trabalhadora, chamada de proletariado, que vendia sua força de trabalho em troca de um salário. Por isso, seria impossível acabar com a miséria e a injustiça social através de um apelo a toda a sociedade, porque ela se dividia em classes opostas, antagonicas.

A harmonia pedida pelos socialistas utópicos nunca aconteceria, uma vez que era o conflito que marcava a sociedade. A burguesia, para Marx, se baseava na exploração do proletariado, enriquecendo às custas do esforço dos trabalhadores. Por isso, as duas classes tinham objetivos diferentes e nunca poderiam estabelecer uma conciliação.

Para acabar com a exploração e a miséria, Marx e Engels defendiam a necessidade de destruir o capitalismo e estabelecer uma sociedade comunista. Com esse objetivo, o primeiro passo seria a organização dos trabalhadores em sindicatos

e partidos, pois a luta política era muito importante para a criação de uma nova sociedade. Através de movimentos revolucionários, o proletariado conseguiria tomar o poder e iniciar a construção do comunismo. Após a conquista do poder, o Estado seria controlado pelos trabalhadores, que instalariam a ditadura do proletariado. A propriedade privada dos meios de produção seria abolida e passaria a ser controlada por toda a sociedade. Assim, não haveria classes e, finalmente, o próprio Estado seria extinto. Neste ponto, teríamos a sociedade comunista.

A interpretação das ideias de Marx e Engels fez surgir o marxismo, pensamento que influenciou fortemente o movimento operário a partir da segunda metade do século XIX. Muitos sindicatos e partidos políticos se organizaram para promover a revolução socialista e a tomada do poder pelos operários, participando ativamente da vida política em seus países durante todo o século XX. Mas, os comunistas não estavam sozinhos no movimento operário e disputavam com os anarquistas a liderança e o apoio dos trabalhadores.

O anarquismo

Você já deve ter ouvido a palavra anarquia ou então alguém ser chamado de anarquista. Esses termos não são tão incomuns no nosso dia a dia. Procure se lembrar em que ocasiões eles foram utilizados. Provavelmente, em situações onde havia um pouco de “bagunça” ou “desorganização”. Contudo, esse é um significado que surgiu mais recentemente. As palavras anarquia e anarquismo se referem a uma corrente de pensamento que surgiu no século XIX e teve um papel muito relevante no movimento operário. O importante é que saibamos o seu significado original, percebendo como ele se modificou até adquirir o significado que tem atualmente.

O anarquismo tem suas raízes no final do século XVIII, mas se desenvolveu com força no século seguinte. Assim como os comunistas, os anarquistas defendiam o fim da propriedade privada. Entretanto, e esta é a sua principal característica, eles pregavam também o fim de todas as formas de governo, acreditando na possibilidade de estabelecer uma sociedade onde os homens se associariam livremente. Para os anarquistas, o Estado e suas instituições — como a polícia, as forças armadas ou o sistema judiciário — deveriam ser extintos, criando uma organização social baseada na cooperação entre os indivíduos, que organizariam a distribuição das riquezas produzidas de acordo com a necessidade de cada um.

Em alguns países, os sindicatos anarquistas conquistaram bastante apoio entre os trabalhadores, conduzindo as lutas dos operários. Muitas vezes, disputavam a liderança sindical com correntes marxistas, como já dissemos.

Agora, talvez seja mais fácil compreender por que anarquismo e anarquia são hoje em dia identificados com “bagunça” ou “desorganização”. Porque esse pensamento pressupõe a ausência de qualquer forma de autoridade e uma organização livre dos próprios membros da sociedade. Não é uma sociedade sem lei, mas um projeto social de liberdade e cooperação entre os homens. Lembre-se disso a próxima vez que escutar essas palavras.

A doutrina social da Igreja Católica

No decorrer do século XIX, o movimento operário atingiu grande força em vários países da Europa. Os sindicatos, fossem eles comunistas ou anarquistas, conquistavam cada vez mais apoio entre os trabalhadores e as mobilizações — como greves e passeatas — aumentavam. A contestação à dominação da burguesia estava na ordem do dia. Por isso, a poderosa Igreja Católica sentiu a necessidade

de elaborar e divulgar a sua visão da questão social — como resolver o problema da miséria e os conflitos entre operários e patrões.

Em 1891, foi publicada a encíclica (documento aberto no qual o papa expõe publicamente a visão católica sobre determinado assunto) *Rerum Novarum*. Nesse documento, a Igreja Católica reconhecia e condenava a desigualdade existente na sociedade capitalista e a pobreza que caracterizava a vida dos operários. Para superar tal situação, o papa pregava a necessidade de reformas que tornassem o capitalismo mais humano e impedissem a exploração dos trabalhadores.

Patrões e operários deveriam se conciliar e trabalhar em harmonia, guiando suas ações pelo espírito cristão — aí ressaltada a importância da caridade. Ao invés do conflito, o papa indicava à burguesia que não explorasse os trabalhadores com altas jornadas diárias e baixos salários, ao passo que os operários deveriam trabalhar com responsabilidade e sem provocar alterações na ordem. Todos guiados pelos valores cristãos. O trabalho das mulheres e crianças deveria ser regulamentado, assim como alguns direitos garantidos aos trabalhadores. Para a Igreja, os sindicatos eram reconhecidos como associações legítimas dos operários, mas a ação revolucionária e a luta de classes eram totalmente repudiadas.

O liberalismo e a democracia

Ao lado das ideologias surgidas no movimento operário, que buscavam propor caminhos para o fim da exploração e das injustiças sociais, o século XIX assistiu ao fortalecimento do liberalismo político. Se você voltar ao capítulo 7, verá que já discutimos essas ideias. Nos séculos XVII e XVIII, os pensadores iluministas defenderam que todos os homens nasciam com alguns direitos, a saber: à liberdade, à igualdade e à propriedade. Acreditavam, ainda, que a autoridade política só poderia existir se tivesse o consentimento dos cidadãos e que o poder dos reis deveria ser limitado — por outros poderes e por uma Constituição.

A partir desses princípios, muitas lutas políticas se desenvolveram em vários países da Europa e também nas Américas, onde as ideias de igualdade e liberdade estiveram presentes nos processos de emancipação das colônias espanholas, inglesas, francesas, portuguesa... Nos países europeus, cresceram os movimentos liberais, que lutavam para que constituições fossem escritas e respeitadas pelos monarcas, assegurando a igualdade de nascimento entre os cidadãos.

Em alguns momentos, como nos movimentos ocorridos em 1848, em países como França, Áustria e Prússia, liberais e socialistas lutaram juntos contra monarquias absolutas ou autoritárias. Porém, essa união sempre foi breve, uma vez que os dois grupos possuíam ideias e interesses opostos. Os liberais eram grandes defensores da sociedade capitalista e se colocavam contra aqueles que defendiam a ordem tradicional — como alguns setores da nobreza e os reis absolutistas. Defendiam a propriedade privada e a liberdade de ação econômica.

Já os socialistas e anarquistas, principalmente a partir de meados do século XIX, tinham como objetivo por fim à sociedade capitalista e estabelecer uma nova organização social. Previam o fim da propriedade privada e, com ele, o fim da burguesia.

Nesse processo de lutas sociais, a questão da organização dos partidos políticos e da extensão do direito de voto ganhou grande destaque. Para vários setores da sociedade, uma forma de defender seus interesses e participar do governo era através da eleição de representantes para ocupar cargos em Parlamentos e

Assembleias. Na Inglaterra e na França, por exemplo, os trabalhadores travaram muitas batalhas para conquistar esse direito e, assim, poder ter representantes comprometidos com suas reivindicações. Esse era um ponto muito defendido pelo movimento cartista, que vimos no início deste capítulo. Como resultado dessas mobilizações, no início do século XX, o sufrágio universal masculino foi conquistado em alguns países. As mulheres, entretanto, continuaram sem poder eleger ou serem eleitas...

Em fins do século XIX, portanto, podemos observar um cenário político europeu marcado pela disputa entre diferentes ideologias e grupos sociais. Comunistas, anarquistas, liberais e católicos disputavam o apoio da sociedade a seus diferentes projetos e propostas. Os operários se mobilizavam, pressionando governos e empresários, lutando pela revolução ou pelo direito ao voto. Os patrões, muitas vezes ligados ao governo, exigiam que as manifestações operárias fossem reprimidas, acionando forças policiais e judiciárias. A questão social permanecia mobilizando mentes e corações. Porém, não era a única. Outro movimento importante conquistava os europeus: o nacionalismo. Essa é a discussão que teremos a seguir.

A FORÇA DO NACIONALISMO E OS PROCESSOS DE UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA E ALEMANHA

Hoje, vivemos em um mundo dividido em nações. Somos brasileiros, por isso diferentes de argentinos, chineses e egípcios. Acreditamos ter uma História particular, nossa, e alguns aspectos que nos tornam únicos. Pode ser a língua, a colonização portuguesa, uma certa maneira brasileira de ver o mundo. Temos uma identidade, que pensamos ser comum a todos que vivem no país. Por isso, por fazermos parte de uma comunidade com traços comuns, acreditamos que temos direito a um governo nosso e que nenhum outro país pode estabelecer qualquer tipo de dominação sobre o Brasil. O mesmo acontece com outros países do mundo. Assim, relacionamos diretamente a existência de uma comunidade nacional com a existência de uma autoridade política dessa comunidade, um Estado.

Entretanto, esse mundo tão familiar a nós é muito recente. Foi somente no século XIX que as ideias de nação e nacionalismo se desenvolveram entre as pessoas. E, junto com elas, a defesa da centralização política em um Estado Nacional, cuja autoridade se estendesse sobre um território que deveria ser defendido. Você pode achar estranho, mas foi nessa época que se fortaleceu a ideia de que uma determinada comunidade, com cultura própria, deveria ter um Estado próprio, livre do domínio de um país estrangeiro.

O sentimento de pertencer a uma nação foi fundamental no surgimento de dois países importantes no cenário mundial: a Alemanha e a Itália. Até meados do século XIX, eles não existiam como os conhecemos atualmente, mas encontravam-se divididos em diversos Estados, independentes uns dos outros ou controlados por diferentes países europeus.

Naquela época — no caso da Alemanha um pouco antes — surgiram movimentos sociais e políticos realizando ações que buscavam derrubar barreiras alfandegárias e lutar contra o domínio externo. O pensamento nacionalista alimentava a luta e os partidários da unificação procuraram construir um sentimento de unidade

entre os habitantes dos diferentes Estados que compunham o território da futura Alemanha e Itália.

Em ambos os casos, as regiões mais industrializadas lideraram o processo. A Prússia, no que se tornaria a Alemanha, e o reino de Piemonte-Sardenha, no que seria a Itália. O fato de serem industrializadas fazia aumentar o interesse na unificação, pois traria às suas burguesias e elites maiores mercados e mais força política nas disputas e concorrências com outros países europeus. Na Itália houve uma participação ativa também do sul da península, área mais empobrecida, porém muito combativa na luta nacional, na qual o líder Giuseppe Garibaldi comandava as tropas.

Após a unificação, em ambos os países foram implementadas políticas para integrar as antigas regiões, padronizando leis e taxas e impondo uma língua nacional, reprimindo as diferentes línguas regionais. E, apesar da participação de camponeses na luta pela unificação, como nas tropas de Garibaldi, a estrutura social foi mantida bem como a concentração de terras nas mãos de poucos. Nessa época houve uma grande migração de camponeses italianos sem terra em direção aos países da América, como os Estados Unidos e o Brasil.

TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA CAPITALISTA EM FINS DO SÉCULO XIX

No capítulo 7, discutimos o surgimento do mundo da fábrica e da sociedade capitalista, na passagem do século XVIII para o XIX. Da Inglaterra, as indústrias se expandiram primeiro para alguns países da Europa, como Bélgica e França. Outras partes do mundo, como os países da América recém-independente, participavam do sistema capitalista através da vinculação de suas atividades econômicas agroexportadoras ao mercado mundial e do consumo de produtos industrializados europeus. Os avanços tecnológicos continuaram a introduzir novidades no mundo industrial. Em fins do século XIX, a energia a vapor tinha sido substituída pela eletricidade e pelo petróleo, incentivando o investimento nos setores petroquímico, siderúrgico e eletroeletrônico. Por outro lado, as regiões ricas em petróleo, como o Oriente Médio, passaram a ser consideradas áreas estratégicas para o desenvolvimento industrial das nações europeias e norte-americanas — como são ainda hoje.

Um importante aspecto que caracterizou a economia capitalista foram as mudanças nas relações estabelecidas entre os bancos e as indústrias. Tradicionalmente, o setor bancário participava das atividades industriais através de empréstimos, financiando novos investimentos. Nesse sentido, o setor bancário e o industrial permaneciam separados. No entanto, na segunda metade do século XIX os bancos começaram a comprar ações das empresas, assumindo o controle de companhias que atuavam nos setores industrial, comercial e agrícola.

Em outras palavras, as novas empresas capitalistas ramificavam-se em bancos, estradas de ferro, serviços urbanos, indústrias siderúrgicas... O capital financeiro, dos bancos, passava a controlar o capital industrial. Grandes fortunas foram conquistadas e os banqueiros destacavam-se como alguns dos homens mais poderosos do mundo.

No decorrer do século XIX, novos países iniciaram sua industrialização, como

já vimos nos casos da Itália e Alemanha. Na América do Norte, os Estados Unidos realizavam sua expansão territorial em direção ao oeste, contando com as ferrovias como meio de integração e a implantação de fábricas na costa leste para atender ao mercado consumidor interno. Por terem iniciado mais tarde seus processos de industrialização, as burguesias alemã e norte-americana enfrentavam a concorrência de produtos vindos de nações mais avançadas como a Inglaterra.

Por isso, em vez de adotar posturas ligadas ao liberalismo, que pregava a livre circulação de mercadorias e a não intervenção do Estado na economia, os governos alemão e norte-americano utilizaram mecanismos que protegiam o mercado interno e dificultavam a entrada de mercadorias estrangeiras, reservando o mercado para os produtos nacionais. Além disso, o investimento governamental no sistema de transportes foi muito importante para garantir a distribuição dos produtos industrializados pelo país. Assim, a ação protecionista dos governos se tornou, muitas vezes, indispensável para garantir o crescimento da atividade industrial e o fortalecimento das burguesias nacionais.

A intensificação da concorrência resultou em transformações no funcionamento do sistema capitalista. Muitas pequenas indústrias não tiveram condições de sobreviver no mercado, e, em várias atividades, algumas grandes companhias conseguiram obter um grande controle sobre a produção e comercialização de determinada mercadoria, atuando em diversos países.

Na Alemanha, indústrias concorrentes fizeram acordos comerciais entre si, estabelecendo uma divisão do mercado e também os preços para os consumidores. Essa prática ficou conhecida como cartel, e ainda ocorre nos dias atuais apesar de proibida pelos governos. Nos Estados Unidos, os trustes surgiram através da fusão de várias empresas do mesmo ramo em um grande conglomerado, que dominava completamente a oferta de determinada mercadoria — formando um monopólio. Dessa forma, a livre concorrência foi perdendo espaço na economia capitalista, dando lugar para o que foi chamado de capitalismo monopolista.

O IMPERIALISMO NOS SÉCULOS XIX E XX

*O fator maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido. [...] Essa globalização da economia não era nova, embora tivesse se acelerado consideravelmente nas décadas centrais do século. Ela continuou a crescer — menos notavelmente em termos relativos, porém mais maciçamente em termos de volume e cifras — entre 1875 e 1914. (HOBBSBAWN, Eric. *Era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.)*

Leia com atenção o trecho acima. Nele, o historiador inglês Eric Hobsbawn identifica alguns aspectos já discutidos em capítulos anteriores, como o desenvolvimento das relações econômicas entre diferentes continentes e o aumento da circulação de pessoas, mercadorias, informações... Devemos lembrar que essa tendência era muito facilitada pelas novas tecnologias na área de transportes — caso das ferrovias e da navegação a vapor — e das comunicações — como o telégrafo.

Entretanto, as ideias de Hobsbawn apontam um outro aspecto do que ele entende como um processo de “globalização”, que é o crescimento das ligações dos países desenvolvidos com a parte do mundo que ele chama “não desenvolvida” — ou seja, as regiões do mundo onde a sociedade capitalista e liberal não existia. E Hobsbawn indica também um período no qual esse crescimento ocorreu, destacando os anos situados entre 1875 e 1914. É sobre este aspecto que nos concentraremos no último item deste capítulo.

Para discutir como e por que ocorreu esse crescimento das ligações entre os mundos desenvolvido e não desenvolvido, é necessário, em primeiro lugar, identificar que regiões ou países integram um e outro grupo. Vamos pensar um pouco no que vimos até agora: se estamos tomando como ponto de partida a existência de uma sociedade capitalista, que países poderiam ser identificados como “desenvolvidos” na década de 1870? A Inglaterra, com toda a certeza. França e Bélgica também. Itália e Alemanha, como vimos, poderiam integrar esse grupo, principalmente após suas unificações no início da década de 1870. Na América, os Estados Unidos intensificavam seu processo de industrialização e iniciavam uma política de expansão de sua economia para outras áreas do continente americano.

E o mundo “não desenvolvido”, ou seja, não capitalista e não liberal? Sobre que regiões estaríamos falando em fins do século XIX? Podemos apontar os continentes africano e asiático, com certeza. Mas, se para os europeus essas áreas eram vistas, de uma maneira geral, como atrasadas em termos econômicos e culturais, devemos sempre prestar atenção ao fato de que nelas existiam sociedades bastante diversas, com estruturas políticas e econômicas construídas ao longo de séculos.

Para relembrar algumas informações sobre esse tema, releia o capítulo 2. Lá, você encontrará os principais aspectos das sociedades que se desenvolveram nos continentes africano e asiático. Isso pode ajudar muito na compreensão do item que estudamos agora.

Foi principalmente sobre a África e a Ásia que os países capitalistas ocidentais, além da Rússia e do Japão, procuraram expandir suas relações econômicas entre os anos que vão de 1875 a 1914. Essa expansão significou a dominação desses continentes por potências estrangeiras e uma grande exploração das populações africana e asiática, que se estenderam até meados do século XX. Esse processo foi chamado de imperialismo, pois, ao impor seu poder sobre regiões distantes, as potências industriais criaram impérios formados por colônias ou países cujo governo e economia eram controlados por eles, em diferentes continentes. Daí a utilização, também, de termos como colonialismo ou neocolonialismo para conceituar a dominação dos países industrializados sobre a África e a Ásia no período que mencionamos.

Se você voltar às reflexões que desenvolvemos no capítulo 4, poderá identificar que, durante o processo de expansão marítima e comercial nos séculos XV e XVI, os europeus estabeleceram muitas relações com povos africanos e asiáticos. Relações essas que eram fundamentais para o desenvolvimento do comércio — de escravos, metais preciosos, marfim, especiarias e outros produtos de luxo.

Com mais intensidade desde o século XV, os contatos entre Europa, África e Ásia se estabeleceram de forma contínua. Contudo, a presença europeia se concentrava nas regiões litorâneas, sem penetrar no interior dos continentes africano e asiático. Também não havia o governo direto de um país europeu sobre a população nativa, exceto em poucas regiões. Acordos entre autoridades políticas africanas ou asiáticas e europeias haviam garantido, na maior parte das vezes, as condições necessárias ao desenvolvimento das trocas comerciais.

Na segunda metade do século XIX, porém, há uma transformação importante nesse cenário. Os países europeus passaram a implementar uma política diferente, buscando estabelecer uma dominação sobre vastas regiões da Ásia e África que tinha um caráter político, militar e econômico. Algumas áreas foram formalmente anexadas, fazendo parte de um império. Outras foram subordinadas economicamente, colocando-se como áreas de influência europeia sem, no entanto, transformar-se em colônias.

Para entender as razões do processo de expansão imperialista, um caminho interessante seria pensar em certas mudanças econômicas e sociais que debatemos, como, por exemplo, o desenvolvimento das tecnologias relacionadas ao transporte e à comunicação. Isso permitiu que regiões antes consideradas distantes da Europa passassem a ser vistas como áreas que podiam ser incorporadas à sociedade capitalista.

Essa incorporação se desenvolveu, a partir do século XIX, devido a razões econômicas, políticas e, também, culturais. Em termos econômicos, a Ásia e a África ofereciam muitas vantagens aos europeus. Havia a sempre presente busca por metais — ouro, prata, cobre — e pedras preciosas, que foram encontrados no sul do continente africano; havia os valiosíssimos produtos de luxo fabricados na China, como tecidos e porcelanas, que poderiam dar enormes lucros aos comerciantes estrangeiros se estes tivessem livre acesso a esse país; havia a produção de mercadorias como chá, café e frutas tropicais, que poderia abastecer o mercado consumidor europeu e norte-americano; havia as matérias-primas, sem as quais as empresas capitalistas não poderiam se manter, como era o caso da borracha na região do Congo, na África central, e na Ásia, que abasteceu a indústria automobilística em crescimento; havia também as reservas de petróleo localizadas no Oriente Médio; e, por último, havia ainda milhões de pessoas que, como os indianos, poderiam se transformar em mercados consumidores para os produtos industrializados.

Como estudamos no item anterior, o capitalismo sofreu transformações em fins do século XIX que levaram ao estabelecimento de políticas protecionistas pelo Estado para favorecer as indústrias nacionais. Nesse sentido, era importante que cada país conseguisse vantagens comerciais e assegurasse a suas empresas o acesso a matérias-primas no mundo não desenvolvido. Por isso, a expansão para áreas dos continentes africano e asiático. Ao mesmo tempo, era necessário impedir a entrada de outros países na mesma região, o que significava implantar uma dominação política e militar. Por isso, para entender o imperialismo, não devemos separar a ação econômica da ação política.

Como se tratava de uma disputa entre Estados, a corrida imperialista sobre a Ásia e a África resultou, muitas vezes, no crescimento da rivalidade entre os europeus. Alemanha e Itália, por exemplo, cujos processos de industrialização se desenvolveram mais tarde, reivindicavam uma nova divisão das colônias e áreas de influência que lhes garantisse uma melhor posição diante de outras potências capitalistas. Isso porque a força e o prestígio de um país passaram a estar intimamente ligados à posse de colônias e áreas de influência em outros continentes. Portanto, podemos afirmar

que as disputas entre os países também foram um elemento importante para detonar a expansão imperialista sobre os continentes africano e asiático.

Muitas vezes, o apelo nacionalista foi utilizado para conseguir o apoio das populações europeias à ação governamental e empresarial na conquista de colônias. Se o Império britânico, que se estendia sobre Europa, Ásia e África, enchia os bolsos de industriais e banqueiros, também enchia os olhos de homens e mulheres que nunca haviam saído de sua cidade, na Inglaterra, e não tinham nenhuma relação com a Índia ou o Sudão. Porém, sentiam-se felizes com o poder de sua nação, expresso nas áreas dominadas. O sentimento patriótico ligou-se ao imperialismo, justificando guerras, gastos do governo e a exploração de outros povos.

A política imperialista baseou-se também na defesa da superioridade do homem branco sobre os povos africanos e asiáticos. Essa ideologia possuía aspectos religiosos, culturais e raciais. Para os europeus e norte-americanos, o desenvolvimento econômico de seus países, com a evolução científica e a criação de novas tecnologias, era um aspecto que demonstrava suas capacidades superiores, em comparação com africanos e asiáticos.

O discurso racista que se desenvolveu no século XIX pregava a existência de raças biologicamente diferentes, que possuíam capacidades diversas. De acordo com esse pensamento, o homem branco, cristão, europeu ou descendente dele pertencia a uma raça superior. A partir dessa posição superior, o “homem civilizado” tinha uma missão: conduzir as raças inferiores ao progresso, transmitindo os valores culturais e as conquistas materiais e técnicas do ocidente. Leia o que dizia o político francês Jules Ferry sobre esse assunto, em 1885:

As raças superiores têm um direito perante as raças inferiores. Há para elas um direito porque há um dever para elas. As raças superiores têm o dever de civilizar as inferiores [...]. Vós podeis negar, qualquer um pode negar que há mais justiça, mais ordem material e moral, mais equidade, mais virtudes sociais na África do Norte desde que a França a conquistou?

A religião não ficou de fora desse processo e, durante todo o século XIX, houve um intenso trabalho missionário cristão, que buscava converter os povos dominados às Igrejas europeias — com exceção da Índia e das regiões islâmicas. Aceitar o cristianismo era, para os colonizadores, um importante passo no caminho dos povos “atrasados” e “primitivos” até a civilização. Desta forma, o imperialismo significou também a imposição aos povos dominados de valores, religiões e imagens do “homem civilizado”.

O domínio político

Como resultado de todos os fatores relacionados acima, a partir da década de 1830, mas com muito mais força nos anos compreendidos entre 1875 e 1914, países estrangeiros avançaram sobre os continentes africano e asiático, impondo seu controle sobre as populações nativas. Esse processo se desenvolveu de formas diferentes, de acordo com as condições internas de cada região e os interesses de cada potência imperialista. A dominação política em algumas regiões assumiu a forma de um governo direto sobre as colônias, chefiado por funcionários europeus. Em outras, o controle político permaneceu na mão de autoridades africanas ou asiáticas, sob a supervisão de uma nação europeia.

É importante ressaltar que, se a divisão da África e Ásia ocorreu durante o século XIX, na maioria das regiões foi somente no início do século XX que a penetração europeia se intensificou, ocupando o interior dos continentes.

Em diversos momentos dessa penetração, houve a resistência armada dos povos nativos, mas o maior poderio bélico dos europeus acabou por derrotar os movimentos nativos.

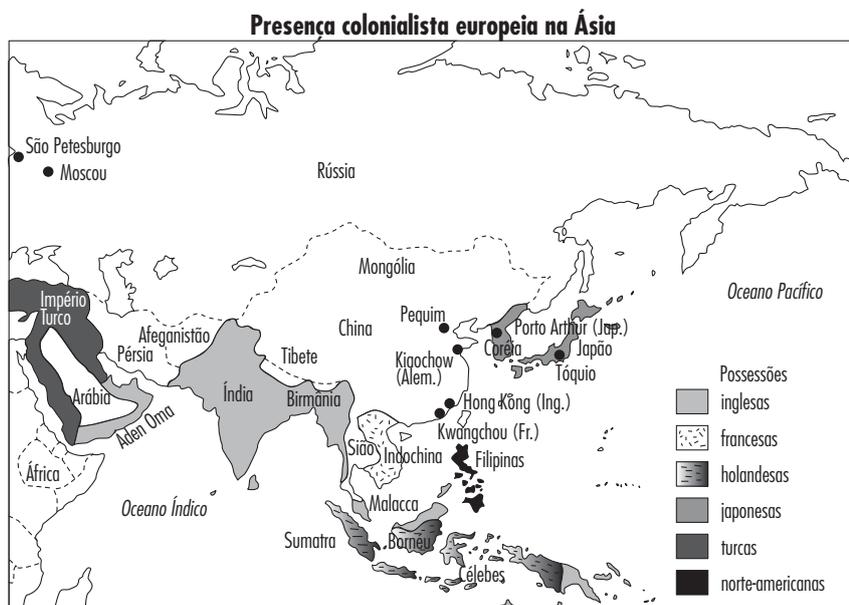
Assim, entre os anos de 1875 e 1914, as relações entre os “países desenvolvidos” e os “não desenvolvidos” cresceram bastante. Não eram, porém, relações de igualdade ou de trocas entre duas regiões com autoridade e soberania. Ao contrário, foram criadas novas relações nas quais as populações da Ásia e da África foram controladas por potências estrangeiras, tendo sua economia e sociedade completamente dominadas e, em seu desenvolvimento atrelado a outros países, muitas regiões viram sua população ser brutalmente explorada e, em algumas ocasiões, massacrada pelo colonizador.

Agora, vamos acompanhar com um pouco mais de profundidade como esse processo se desenvolveu na Ásia e na África.

A Ásia frente ao imperialismo europeu

Os contatos entre europeus e asiáticos foram estabelecidos desde a Idade Média através da realização de trocas comerciais. As especiarias e produtos de luxo de diferentes regiões da Ásia eram muito valorizados na Europa e despertaram a cobiça de comerciantes. No século XIX, a presença europeia — ingleses, holandeses e portugueses — poderia ser encontrada em áreas específicas e nas praças comerciais do litoral. No interior, os chefes políticos locais mantinham sua autoridade. Alguns países, com sociedades milenares, entretanto, resistiam bravamente impedindo a entrada de estrangeiros e o comércio com o Ocidente. Este era o caso da China e do Japão.

Entretanto, a partir de meados do século XIX, esse cenário se transformou e a dominação europeia, norte-americana e japonesa se estabeleceu sobre grande parte do continente. Observe o mapa.



Fonte: Mapa da Ásia e do Pacífico em 1914, com as possessões europeias. Adaptação do *Atlas Histórico*, Enc. Britânica.

O domínio estrangeiro sobre regiões da Ásia se realizou em quase todos os lugares conjugando o combate violento sobre todas as formas de resistência locais com estratégias para cooptar lideranças nativas. Em todo o tempo de colonialismo houve a presença de tropas para reprimir os chamados rebeldes, contrários ao domínio estrangeiros. E, paralelamente, havia da parte dos países europeus, missionários com seus discursos e suas escolas, mercadores com seus atrativos produtos, e o aparelho de Estado (com seus cargos, ainda que subalternos) para atrair apoiadores.

Na Índia, a Inglaterra estabeleceu seu domínio no interior do território, transformando-a em sua mais importante colônia. As autoridades políticas locais foram substituídas pela administração estrangeira e, a partir de 1876, a Índia foi declarada parte do Império britânico; os altos postos governamentais passaram a ser ocupados por funcionários ingleses. Entretanto, pertencer ao Império não significava uma igualdade entre seus cidadãos. Ao contrário, o que havia era uma rígida regulamentação que separava os indianos dos britânicos. A introdução forçada de tecidos ingleses na Índia levou à destruição das manufaturas domésticas, causando o desemprego de milhares de artesãos.

A ação das potências imperialistas na China, no entanto, tomou uma direção diferente. Durante muito tempo, o governo chinês recusou-se a abrir livremente seus portos para o comércio com os estrangeiros. As trocas comerciais — de chá, porcelana e tecidos chineses por metais preciosos — deixavam os europeus em grande desvantagem. Segundo o historiador Alberto da Costa e Silva, um dos destinos do ouro encontrado no Brasil, em Minas Gerais, durante o século XVIII era a China, onde os portugueses buscavam avidamente produtos de luxo e tecidos, importantes para trocar por escravos na África.

Em meados do século XIX, ingleses, franceses e norte-americanos passaram a estimular entre os chineses o consumo de ópio, plantado na Índia. A oposição do governo chinês a essa atitude provocou a reação inglesa e levou a conflitos armados conhecidos como a Guerra do Ópio (1839-1842). A China saiu derrotada desses conflitos, sendo obrigada a assinar acordos que permitiram não só a entrada de estrangeiros no mercado local como também concederam a autoridade em algumas partes do país. As potências estrangeiras então dividiram o território chinês em zonas de influência.

O país que se distinguiu nesse processo foi o Japão. Apesar de ter se mantido afastado dos contatos estrangeiros até meados do século XIX, a partir de 1868 um processo de modernização da economia liderado pelo governo — a Revolução Meiji — resultou em um desenvolvimento industrial importante. Por isso, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, o Japão já possuía condições internas e recursos para iniciar uma expansão imperialista sobre a Coreia e a China, buscando conquistar também áreas de dominação.

A África frente ao imperialismo europeu

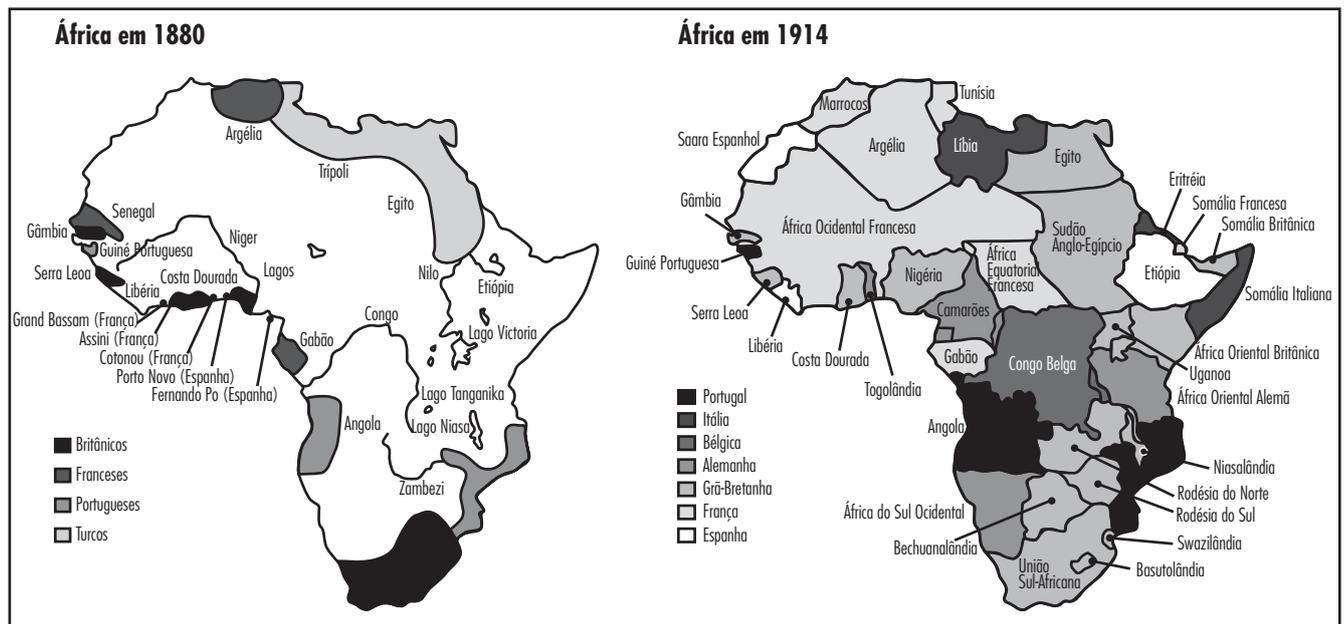
Desde as primeiras décadas do século XIX, muitos europeus tinham se encaminhado para a África, explorando o interior do continente. Com essas viagens, ampliaram muito o conhecimento geográfico existente na época, atraindo cada vez mais os olhares estrangeiros sobre a região. Mas a presença europeia ainda se restringia a alguns pontos do litoral, e apenas poucas regiões eram

controladas por portugueses, ingleses e franceses.

A campanha pela abolição do tráfico de escravos africanos, iniciada em fins do século XVIII, transformou a Inglaterra na grande adversária desse tipo de comércio. Para efetivar essa campanha, os ingleses fizeram tratados com países europeus e africanos e muitas vezes intervieram, capturando navios ou combatendo militarmente os que desrespeitavam os acordos. Na década de 1820, o tráfico de escravos acima da linha do Equador passou a ser proibido, e o litoral africano patrulhado pela marinha inglesa. O combate ao tráfico de escravos abriu as portas para uma presença europeia na África.

A década de 1830 marcou a mudança na relação entre africanos e europeus. A partir dessa data em diante, a África foi sendo dividida entre as potências europeias. Já discutimos as razões dessa divisão, ressaltando o fato de que a ocupação e exploração efetiva do continente deram-se bem mais tarde. Você pode observar esses aspectos nos mapas a seguir.

África durante o período imperialista



Fonte: Adaptação de BELLUCCI, Beluce (coord.). *Introdução à história da África e da cultura afrobrasileira*. Rio de Janeiro: CEEA-UCAM/CCBB, 2003, p. 76-77.

O ano de 1885 é visto como o da partilha definitiva da África entre os países europeus. Isso porque, nessa data, houve uma conferência em Berlim, convocada pela Alemanha e França, onde representantes diplomáticos de dezesseis Estados discutiram questões relacionadas ao continente africano, como a questão da região do Congo, considerada propriedade particular do rei da Bélgica até 1908 (você pode localizar a região no mapa) e também os procedimentos para novas ocupações. Diante da mesa à qual se sentavam os diplomatas, havia um grande mapa da África; uma imagem forte, que deixava clara a autoridade que os europeus pretendiam exercer sobre o continente. Na realidade, foi após essa conferência e até os primeiros anos do século XX que os tratados feitos entre os países europeus efetivamente partilharam o continente entre eles.

A divisão da África pelos europeus caracterizou-se pelo desprezo a aspectos internos das populações nativas, criando países marcados pelo convívio entre

povos com diferentes organizações sociais e culturais. Por isso, costuma-se dizer que as fronteiras traçadas foram artificiais, obedecendo muito mais a interesses e exigências dos países estrangeiros envolvidos na disputa por áreas de dominação. Outro aspecto importante é que, durante todo o tempo que os europeus realizaram ações imperialistas sobre a África, houve resistências e negociações estabelecidas pelos africanos com o propósito de impedir, dificultar ou reduzir o impacto causado pelo domínio estrangeiro.

A história da dominação europeia na África, a partir da segunda metade do século XIX, é também a história das diversas formas de resistência ao colonialismo. Por meio da luta direta, de boicotes, de sabotagens, de negação e fuga do trabalho a serviço dos europeus, os africanos deram repetidas vezes seu “não” ao imperialismo. Foram diversos episódios, pouco ou nada registrados na história mais conhecida da conquista e manutenção do domínio

européu sobre o continente. A ação das tropas bem treinadas de Shaka Zulu, ainda na primeira metade do século XIX na África do Sul, e a luta de Samuel Kimbango, nos anos 1920, no Congo, estão entre as muitas histórias por se conhecer melhor.

Outro ponto importante é a inexistência de uma uniformidade, não só entre os colonialismos dos diversos países europeus, como na política imperialista de um mesmo país europeu sobre as diferentes regiões da África onde se impôs. O colonialismo que iremos encontrar em cada colônia resultou da política colonial proposta por cada potência, das condições geoestratégicas do território em questão e da estrutura política e socioeconômica encontrada, além do grau de desenvolvimento do país colonizador. Ou seja, de ambos os lados existiam forças, interesses e projetos diferentes, tanto do colonizador, como do colonizado. E essas forças interagiram, com violência ou por meio de uma negociação (muitas vezes marcada por uma violência não aberta), com diferentes resultados também ao longo do tempo.

Chegando ao século XX

Em 1914, o modelo da sociedade capitalista e liberal havia se imposto à maior parte do globo. África e Ásia estavam, então, sob o domínio dos países “desenvolvidos”, ligando de maneira cada vez mais estreita sua própria História à dos Estados europeus, Estados Unidos e Japão. Nas cidades europeias e norte-americanas, produtos vindos de várias partes do mundo passaram a fazer parte do cotidiano dos indivíduos.

Além disso, chegavam também imagens dos povos “primitivos” e informações sobre lugares antes tão distantes. Algumas dessas informações já davam conta das violências cometidas contra africanos e asiáticos, estimulando o debate sobre o imperialismo e questionando os resultados da “missão civilizatória” dos homens brancos. Por outro lado, jovens africanos e asiáticos começavam a frequentar as escolas e universidades das metrópoles, conhecendo as ideologias ocidentais e fazendo surgir nas colônias um grupo marcado pela ocidentalização, mas que desenvolveria uma atuação importante contra a dominação estrangeira.

A América Latina não ficou isolada de todo esse processo, e é o que veremos em um próximo capítulo.

:: Síntese :: A partir da metade do século XIX surgiram...

Na Europa:

- Críticas e contestações ao sistema capitalista, por meio da ação de movimentos sociais (como o movimento operário) e sob a forma de ideologias propondo novas formas de organização da sociedade (como o socialismo, o anarquismo e o comunismo);
- Movimentos inspirados no liberalismo político, questionando a legitimidade dos governos que pretendessem se colocar acima dos direitos individuais dos cidadãos e reivindicando a existência de outros poderes e de uma Constituição;
- Ideias que deram base ao nacionalismo e inspiraram movimentos de unificação política em regiões antes fragmentadas como a Alemanha e a Itália;
- Transformações no sistema capitalista em que os recursos e capitais se tornaram mais concentrados e se intensificou a concorrência, ampliando a necessidade de mercados;
- Iniciativas de conquista e ocupação de áreas da África e da Ásia e de criação e fortalecimento de laços de dependência econômica com a América Latina para atender novos interesses econômicos.

Na Ásia e na África:

- Movimentos de resistência e contestação às políticas expansionistas europeias que muitas vezes terminaram por obrigar as potências imperialistas a redefinir sua atuação nas diferentes áreas;
- Governos coloniais comandados por europeus que, com o uso da violência e da cooptação de nativos, administraram cidades e regiões desses continentes até a metade do século XX.

EXERCÍCIOS

1) (Enem/2008) *William James Herschel, coletor do governo inglês, iniciou na Índia seus estudos sobre as impressões digitais ao tomar as impressões digitais dos nativos nos contratos que firmavam com o governo. Essas impressões serviam de assinatura. Aplicou-as, então, aos registros de falecimentos e usou esse processo nas prisões inglesas, na Índia, para reconhecimento dos fugitivos. Henry Faulds, outro inglês, médico de hospital em Tóquio, contribuiu para o estudo da datiloscopia. Examinando impressões digitais em peças de cerâmica pré-histórica japonesa, previu a possibilidade de se descobrir um criminoso pela identificação das linhas papilares e preconizou uma técnica para a tomada*

de impressões digitais, utilizando-se de uma placa de estanho e de tinta de imprensa. Internet: <www.fo.usp.br> (com adaptações)

Que tipo de relação orientava os esforços que levaram à descoberta das impressões digitais pelos ingleses e, posteriormente, à sua utilização nos dois países asiáticos?

(A) De fraternidade, já que ambos visavam aos mesmos fins, ou seja, autenticar contratos.

(B) De dominação, já que os nativos puderam identificar os ingleses falecidos com mais facilidade.

(C) De controle cultural, já que Faulds usou a técnica para libertar os detidos nas prisões japonesas.

(D) De colonizador-colonizado, já que, na Índia, a invenção foi usada em favor dos interesses da coroa inglesa.

(E) De médico—paciente, já que Faulds trabalhava em um hospital de Tóquio.

2) (Enem/2010) *A poluição e outras ofensas ambientais ainda não tinham esse nome, mas já eram largamente notadas no século XIX, nas grandes cidades inglesas e continentais. E a própria chegada ao campo das estradas de ferro suscitou protestos. A reação antimacquinista, protagonizada pelos diversos luddismos, antecipa a batalha atual dos ambientalistas. Esse era, então, o combate social contra os miasmas urbanos.*

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: EDUSP, 2002. (adaptado)

O crescente desenvolvimento técnico-produtivo impõe modificações na paisagem e nos objetos culturais vivenciados pelas sociedades. De acordo com o texto, pode-se dizer que tais movimentos sociais emergiram e se expressaram por meio:

(A) das ideologias conservacionistas, com milhares de adeptos no meio urbano.

(B) das políticas governamentais de preservação dos objetos naturais e culturais.

(C) das teorias sobre a necessidade de harmonização entre técnica e natureza.

(D) dos boicotes aos produtos das empresas exploradoras e poluentes.

(E) da contestação à degradação do trabalho, das tradições e da natureza.

3) (Cederj/2008-2) Os sindicatos foram uma das formas de organização dos trabalhadores pobres na era do liberalismo triunfante. No que se refere ao contexto de surgimento do sindicalismo na Europa do século XIX é correto afirmar que:

(A) remonta aos movimentos rurais de contestação política e social aos proprietários feudais;

(B) surge do desenvolvimento da indústria capitalista que concentra a classe operária em unidades de produção mecanizadas;

(C) desponta no período de crise e declínio da produção industrial capitalista na segunda metade do século XIX;

(D) surge da contestação da Igreja Católica ao capitalismo em expansão e aos valores do individualismo burguês;

(E) emerge dos movimentos políticos de contestação da nobreza ao capitalismo em expansão.

4) (UNESP) *O juiz do condado de Broughton, presidindo uma reunião na Prefeitura de Nottingham, declarou que naquela parte da população, empregada nas fábricas de renda da cidade, reinavam sofrimentos e privações de grau desconhecido no resto do mundo... Às duas, três ou quatro horas da manhã, as crianças de 9 e 10 anos são arrancadas de camas imundas e obrigadas a trabalhar até às 10, 11 ou 12 horas da noite, para ganhar o indispensável à mera subsistência.* (Daily Telegraph, Londres, 17 de janeiro de 1860)

Identifique, situando no espaço e no tempo, o contexto histórico que gerou o problema social expresso parcialmente no texto acima. Procure relacionar as condições adversas mais significativas que acabaram motivando a resistência dos trabalhadores, o avanço dos movimentos operários e o desenvolvimento dos postulados socialistas no século XIX.

5) (UNEB) O avanço do socialismo e dos movimentos operários, no decurso do século XIX, relacionam-se diretamente com:

(A) os efeitos sociais criados pela industrialização e as crises geradas pelo capitalismo.

(B) o fim do sufrágio universal e a criação das milícias populares.

(C) a preocupação nitidamente assistencialista de certas organizações do trabalho.

(D) a propaganda anticolonialista e defesa da propriedade privada.

(E) a caridade cristã e a negação dos postulados marxistas.

6) (UFMG) Leia o texto.

Os operários, saboreando as doçuras do ar, sentindo a sua influência no conceito cívico e compenetrados de sua participação na harmonia planetária, saberão respeitar as instituições fundamentais da sociedade.

Os ricos serão então obedecidos sem inveja e venerados como depositários de um capital para o bem comum sem a concentração e apropriação pessoal. E os pobres terão no salário, não a paga de um serviço, porém os meios gratuitamente fornecidos a cada um pela humanidade para o desempenho de deveres que são a fonte perene de felicidade. (Raimundo Teixeira Mendes)

Esse texto retrata uma visão de sociedade que pode ser identificada com os postulados teóricos que:

(A) acreditam na harmonia social como resultado de um empenho espiritual da humanidade, através de uma compreensão científica do universo.

(B) afirmam que o fundamento das ações humanas é a busca egoística do prazer individual, da qual resulta sempre a maior felicidade possível.

(C) buscam a integração do homem à natureza através da redescoberta de sua íntima ligação com o universo.

(D) pregam a igualdade e a fraternidade entre os homens, na Terra, como o caminho para se obter a felicidade terrena.

(E) veem uma correlação entre as qualidades morais e a situação socioeconômica dos indivíduos, justificando, assim, a desigualdade social.

7) (Magi-SP) Observe o quadro a seguir, assinalando depois a alternativa certa:

I	II	III
O homem prevalece sobre a sociedade.	O interesse social prevalece sobre o particular.	O interesse particular colabora para o bem-estar social.
A solução da questão social está na liberdade econômica e política.	A solução da questão social está na extinção da propriedade particular.	A solução da questão social depende do estabelecimento do império da justiça e da caridade.
O trabalho é mercadoria.	O trabalho é determinante de preço, sendo seu objetivo e interesse do Estado.	O trabalho é simples atividade do processo de produção.

(A) I e II referem-se às características do socialismo marxista e do socialismo cristão, respectivamente.

(B) II e III referem-se às características do liberalismo e do marxismo, respectivamente.

- (C) I e III referem-se, respectivamente, ao liberalismo e ao socialismo cristão.
 (D) I, II e III não se referem ao liberalismo e ao socialismo.
 (E) I, II e III referem-se unicamente ao socialismo cristão.

8) (Unirio) *A nacionalidade é o que justifica ou que postula a existência de uma nação. Uma nacionalidade é um grupo humano que aspira a formar uma nação ou a fundir-se, por motivos de afinidade, com uma nação já existente.* (Henri Berri)

Foram características dos diversos nacionalismos europeus, no século XX:

- (A) busca de identidade histórica e aspiração a um estado nacional.
 (B) defesa da unidade linguística e lutas sociais do operariado.
 (C) estímulo às tradições e forma de governo republicano.
 (D) expansão industrial e imperialismo colonial.
 (E) formação de estados plurinacionais e governos monárquicos.

9) (Cesgranrio-RJ) A Guerra do Ópio (1841-1842) teve como uma de suas consequências:

- (A) a maior penetração do imperialismo inglês na China.
 (B) o fechamento dos portos da China ao comércio ocidental.
 (C) a eliminação da influência colonialista francesa na China.
 (D) a queda do sistema de mandarinato na China.
 (E) a instituição de um governo republicano na China.

10) (Unirio/2004) A expansão imperialista das potências europeias sobre o continente africano, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, alterou as estruturas das várias nações e territórios nos quais se manifestou. Sobre o imperialismo europeu na África, nesse contexto, é correto afirmar que

(A) justificou sua dominação na ideologia que defendia a ação europeia como uma missão civilizadora capaz de conduzir os povos do continente a melhores condições de vida sob a tutela europeia.

(B) buscou a integração econômica das áreas dominadas como produtoras de manufaturados e exportadoras de capitais excedentes que atendessem às demandas de consumo geradas pela expansão demográfica europeia.

(C) instituiu a dominação política e territorial sobre as áreas litorâneas e as antigas feitorias coloniais, tendo em vista o desenvolvimento do rico comércio das rotas marítimas da África oriental.

(D) promoveu os conflitos culturais no continente, ao privilegiar as culturas tradicionais nas funções administrativas locais em detrimento das etnias europeizadas.

(E) fortaleceu as lideranças tribais e o provincianismo como forma de controle social dos contingentes demográficos nativos majoritários frente aos europeus.

11) (Unirio/2007) *Os soberanos do Antigo Regime venceram Napoleão, em quem eles viam o herdeiro da Revolução e a escolha de Viena para a realização do Congresso, para sede dos representantes de todos os Estados europeus, é simbólica, pois Viena era uma das únicas cidades que não haviam sido sacudidas pela Revolução.*

O Congresso de Viena, reunido em 1815, mobilizou os representantes das principais monarquias europeias, tais como Rússia, Prússia, Inglaterra e Áustria, além de representantes de diversas nações da Europa, tendo como objetivo

(A) restaurar o princípio da legitimidade do poder das monarquias em diversos países europeus.

(B) implantar o liberalismo econômico em países que mantinham o absolutismo monárquico, tais como Espanha e Portugal.

(C) reconhecer as novas fronteiras dos estados europeus decorrentes das guerras napoleônicas.

(D) defender as ideias liberais surgidas na Revolução Francesa frente ao conservadorismo do recentemente extinto Império Napoleônico.

(E) difundir o nacionalismo e a autodeterminação dos povos europeus como um princípio do "equilíbrio Europeu" entre nações.

12) (Uerj/2007) Por volta de 1860/70, a economia capitalista ganha ritmo acelerado, contribuindo para a superação do chamado capitalismo livre-concorrencial. Apesar do progresso, as grandes cidades europeias não estavam isentas de sérios problemas sociais. As *cités* (vilas), amontoadas de barracos, eram as únicas moradias acessíveis para muitos trabalhadores parisienses. Essa situação influenciou no significativo aumento da imigração europeia.

Aponte um elemento característico das transformações verificadas nas economias capitalistas durante a segunda metade do século XIX e explique como esse processo influenciou o aumento da imigração europeia para a América em finais desse século.

GABARITO

1) D 2) E 3) B

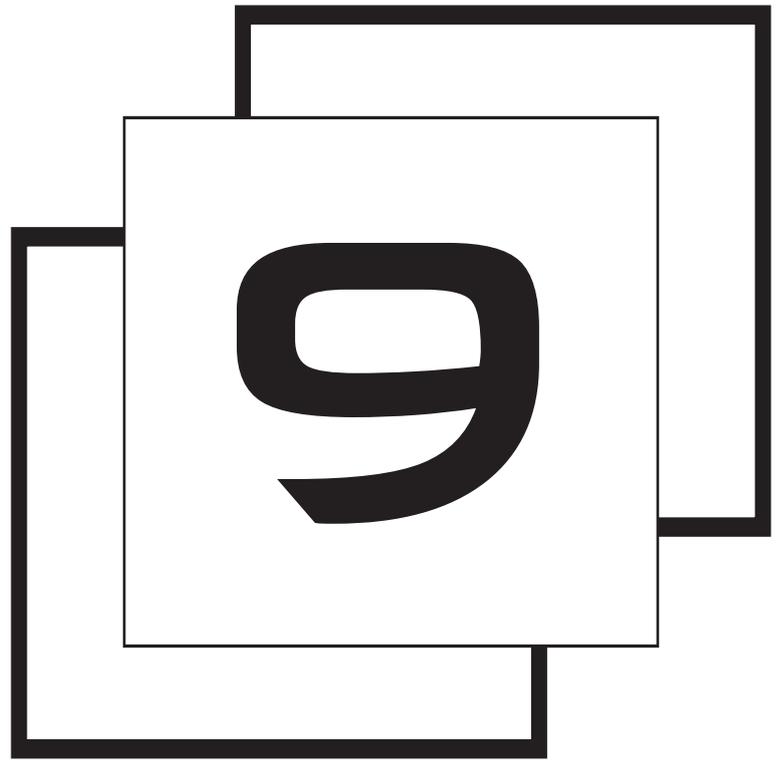
4) O contexto histórico é a Revolução Industrial, que teve na Inglaterra o seu início, ainda no século XVIII. A exploração do trabalho de crianças era comum, e se tornava possível pela situação de extrema penúria das classes trabalhadoras. A ausência de restrições ao trabalho de menores e de leis trabalhistas em geral tornava essa situação juridicamente legal. Foi uma entre muitas razões das lutas de trabalhadores no século XIX.

5) A 6) A 7) C 8) A 9) A 10) A 11) A

12) - formação de conglomerados industriais, reduzindo-se o número de pequenas empresas (que não suportam a concorrência) e que, ao falirem, deixam muitos desempregados;

- mecanização do campo, reduzindo a oferta de emprego na área rural;

- concentração cada vez mais intensa da propriedade rural nas mãos de poucos proprietários.



**CONTESTAÇÃO À DOMINAÇÃO
EUROPEIA NA AMÉRICA NOS
SÉCULOS XVIII E XIX: OS
PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA**

INTRODUÇÃO

Desde o começo deste curso, nossa proposta foi oferecer uma visão de História mais global, isto é, que relacionasse os fatos e processos ocorridos em diferentes áreas do nosso mundo. Sabemos que nem sempre isso é possível, mas no que se refere aos grandes processos de mudança ocorridos na Europa no século XVIII é possível relacioná-los com os movimentos políticos ocorridos nas Américas que levaram à independência da maioria das colônias européias.

Caberia, então, a pergunta: qual a relação entre a Revolução Industrial, as ideias do iluminismo e do liberalismo e a Revolução Francesa com o que aconteceu no nosso continente, a América, no século XVIII? Como as novas ideias que surgiam na Europa, ao lado de transformações econômicas e políticas, foram entendidas e apropriadas por colonos portugueses, espanhóis, ingleses das Américas? E, mais importante, o que estava acontecendo nas sociedades coloniais que nos ajuda a entender as reivindicações de separação da metrópole? São essas as questões que discutiremos nas páginas a seguir.

A INDEPENDÊNCIA DAS 13 COLÔNIAS INGLESA DA AMÉRICA DO NORTE (SÉCULO XVIII)

Como vimos no capítulo 5, a efetiva colonização da América do Norte pelos ingleses aconteceu a partir do início do século XVII. Nesse século, a Inglaterra viveu um período de instabilidade interna, conhecido como a fase das revoluções inglesas (1640–1688). Por essa razão, entre outras, as Treze Colônias da América do Norte se formaram ao longo dos séculos XVII e XVIII — muito depois, portanto, da colonização portuguesa e espanhola no continente.

Os territórios da América do Norte não foram ocupadas apenas por ingleses. Outros povos europeus nelas se instalaram. Foi o caso dos holandeses que, na mesma época em que ocuparam parte do território do Brasil colonial e portos de presença portuguesa na África e no Oriente, fundaram uma colônia na América do Norte, onde é hoje o estado de Nova Iorque.

Nessas colônias existiam diversas modalidades de trabalho compulsório, sendo que, nas colônias do sul, a principal era a escravidão africana. Apesar de a maior parte dos escravos de origem africana ter sido levada para as colônias do sul, também eram encontrados nas colônias do centro e do norte ao lado de trabalhadores livres.

Nesse processo de formação das sociedades coloniais nos séculos XVII e XVIII, as relações com a metrópole inglesa foram marcadas por uma relativa autonomia das colônias. Isso significou que era possível às elites coloniais estabelecer regras próprias para o seu próprio governo, assim como desenvolver com maior liberdade suas economias. Esse cenário, entretanto, começou a mudar na segunda metade do século XVIII. Vamos entender porquê.

Mudanças na política inglesa para a América do Norte

Em meados do século XVIII, começou na região do vale do rio Ohio uma sangrenta disputa entre ingleses e franceses por territórios e riquezas locais. Os franceses tiveram nos indígenas seus primeiros aliados, parceiros de longa data no comércio de peles.

No decorrer da disputa, os ingleses procuraram se aliar a outros grupos indígenas, prometendo vantagens, armas e proteção. Deu-se início à Guerra dos Sete Anos (1756–1763), entre França e Inglaterra, disputando áreas da América e, também, da Ásia. A vitória ficou com os ingleses. Os franceses perderam o Canadá e ilhas do Caribe como Granada, São Vicente e Tobago.

Houve expressiva participação de colonos nessa guerra. No entanto, logo após o fim do conflito o rei da Inglaterra proibiu o acesso de colonos às terras do vale do Ohio. A justificativa foi que era necessário pacificar os índios do local, que haviam sido aliados dos franceses. Além dessa razão, o rei desejava obter exclusividade no lucrativo comércio de peles com os indígenas. Essa proibição desagradou enormemente aos colonos, que pretendiam expandir suas atividades econômicas na região.

Essa atitude não foi um ato isolado, mas se inseria em uma nova política que buscava reforçar a presença da metrópole nas colônias e aprofundar o controle econômico sobre elas. Logo em seguida, a monarquia inglesa criou impostos para cobrir as despesas que tivera com a guerra e sustentar os funcionários militares e administrativos que chegavam na colônia em maior número para fazer cumprir as novas leis e determinações. Assim, foram estabelecidas taxas para o açúcar e o melão (Ato do Açúcar), depois para os jornais e documentos (Lei do Selo), logo para outros produtos (vidro, tinta, chumbo, ferro e chá).

A reação dos colonos a essas medidas não demorou a aparecer, expressando-se em revoltas, boicotes atos de sabotagem. Um desses atos foi o despejo ao mar de 300 caixas de chá por colonos fantasiados de índios, na cidade de Boston em 1773, episódio conhecido como “festa do chá”. Os colonos se revoltaram, então, contra a tentativa metropolitana de fazê-los consumir somente o chá vendido por ingleses, após décadas de comércio com comerciantes de diferentes países.

O governo da Inglaterra então respondeu com a edição das chamadas “Leis Intoleráveis” (1774), ocupando militarmente o porto de Boston. Além disso, iniciou um endurecimento da política colonial, combatendo o comércio direto entre as colônias da América do Norte, ilhas do Caribe e a África (comércio triangular), o que só fez crescer o descontentamento nas colônias.

Para os colonos, essa nova postura metropolitana atingia diretamente a autonomia política e colonial que possuíam.

Desde o início da colonização, havia a prática de consulta e de realização de assembleias para a escolha de representantes e tomada de decisões importantes — como a cobrança de novos impostos. Essas práticas eram influenciadas pelos costumes e experiências dos que vieram da Inglaterra para serem colonos na América. Ao desrespeitá-las, a Coroa inglesa atingira em cheio o modo de vida que os colonos defendiam.

Novas ideias vinham da Europa

Lembramos novamente de como estavam ligadas as histórias das diversas áreas do mundo conectadas pelo oceano Atlântico. As mudanças no pensamento europeu do século XVIII, com o movimento iluminista, chegaram até as Américas. Algumas das novas ideias como o questionamento ao poder absoluto dos reis cresceu e o direito de liberdade ganhou espaço nas discussões e reivindicações políticas dos colonos, sobretudo do norte.

O liberalismo de Locke, pensador inglês, foi uma grande força inspiradora, uma vez que defendia a ideia de que o governo deveria ser o resultado de um acordo entre governantes e governados, com base numa lei maior: uma Constituição.

Inicialmente, as reivindicações dos colonos para a metrópole eram de uma

maior participação política nas decisões da monarquia britânica, como a criação de novos impostos. Essa foi a grande solicitação do I Congresso da Filadélfia, organizado pelos colonos e realizado em 1774. Mas o governo inglês disse não e os choques armados entre tropas de colonos e soldados metropolitanos começaram a se tornar frequentes.

O processo de Independência

No ano seguinte, os colonos realizaram o II Congresso da Filadélfia, no qual a ideia de separação surgiu com mais força. E, finalmente, em 1776, os colonos apresentaram a Declaração de Independência à Inglaterra. Leia abaixo um trecho desse documento:

[...] nós, representantes dos Estados Unidos da América, reunidos em Congresso Geral, tomando o Soberano Juiz do Universo como testemunha da retidão de nossas intenções, publicamos e declaramos solenemente, em nome e pela autoridade do bom povo destas colônias, que estas colônias unidas são, e têm o direito de ser, Estados livres e independentes, que são desligadas de toda a obediência à coroa da Inglaterra [...].

(4 de julho de 1776)

O governo inglês não aceitou a separação e iniciou uma guerra que durou até 1783, quando finalmente reconheceu a independência de suas ex-colônias na América do Norte.

As consequências dessa guerra de independência foram muitas e não somente para as ex-Treze Colônias da América do Norte. Durante o conflito, os franceses colaboraram com os colonos norte-americanos contra os ingleses.

Os escravos que haviam lutado do lado dos ingleses sob a promessa da liberdade, uma vez libertos, tornaram-se um incômodo para a sociedade norte-americana; que permanecia escravista. Os ingleses então providenciaram a ida de alguns para a Inglaterra e de outros, juntamente com alguns libertos das colônias britânicas no Caribe, para o litoral de Serra Leoa. Surgiu assim a primeira cidade na África fundada para receber libertos da escravidão, e, por essa razão, recebeu o nome de Freetown (cidade livre). Hoje esta cidade é a capital de Serra Leoa.

E, finalmente, surgiram os Estados Unidos da América do Norte — um novo país republicano e independente — num continente em grande parte dominado por monarquias europeias. O exemplo estava dado para o restante das Américas. Como vemos, mais uma vez, as histórias de várias partes do mundo estão conectadas...

:: Síntese ::

- A independência das Treze Colônias Inglesas na América do Norte resultou de fatores internos e externos: o endurecimento da política colonial inglesa que, com suas imposições e restrições, chocou-se com a autonomia colonial; e a influência das ideias do liberalismo de Locke e do iluminismo francês.
- As consequências do processo de independência dos Estados Unidos geram novas mudanças não apenas locais, mas em diferentes partes do mundo, como a Europa, a África e o restante das Américas.

A INDEPENDÊNCIA DO HAITI

O Haiti é aqui

O Haiti não é aqui

(Caetano Veloso e Gilberto Gil)

Sim, sabemos, como dizem os compositores, que o “Haiti não é aqui”. Mas, onde fica o Haiti, então? Vamos olhar o mapa:

Localização do Haiti nas Américas (século XIX)



E, por outro lado, o que poderiam querer dizer os compositores com “o Haiti é aqui”? Será que teria a ver com a pobreza desse pequeno país do Caribe, que o faria parecer com o Brasil? Essa é uma possibilidade. Especialmente, tendo em vista que eles mencionam a morte dos 111 presos no episódio do Carandiru em São Paulo, “todos pobres e negros — ou quase pretos”, como diz o restante da letra da canção. Mas, poderia também ter relação com a História do Haiti, na qual encontramos episódios de muita luta, cujos protagonistas foram africanos e seus descendentes, escravizados e libertos. A independência do Haiti saiu dessa luta e lá surgiu a primeira república negra da História das Américas.

O Haiti fica, como podemos ver no mapa, na metade de uma ilha do mar do Caribe, ou mar das Antilhas, chamada Ilha de Santo Domingo. A outra metade da ilha é ocupada pela República Dominicana. No Haiti, a língua oficial é o francês e, na República Dominicana, o espanhol. Isso tem a ver com a colonização desses dois países: o Haiti foi colônia da França e a República Dominicana, da Espanha.

As populações nativas das ilhas do Caribe haviam sido praticamente exterminadas no processo de conquista da América pelos espanhóis. Para os franceses, o tráfico de africanos escravizados foi uma saída para obter mão de obra para as plantações em grandes propriedades canavieiras. Vale lembrar:

essa foi uma opção não só dos franceses, mas de outros povos europeus, como ingleses e holandeses, que exploraram as possibilidades naturais das ilhas do Caribe.

No que viria a ser o Haiti, viviam, no século XVIII, cerca de 536 mil habitantes, dos quais 480 mil eram escravos de origem africana. Se contarmos que havia uma população — ainda que não numerosa — de libertos de origem africana, vemos que a proporção de europeus era pequena se comparada à de afrodescendentes. A grande massa era de escravos africanos de nascimento ou seus descendentes diretos. Uma pequena elite branca e alguns poucos mestiços proprietários das fazendas de açúcar exploravam essa população, dominando também o governo local, com consentimento do governo francês.

As influências da Revolução Francesa sobre o Haiti rebelde

A eclosão da Revolução Francesa, em 1789, (ver capítulo 7) criou uma instabilidade na metrópole e abriu espaço para as elites contestarem o controle metropolitano buscando controlar o poder. Ao mesmo tempo, as ideias de liberdade vindas da França revolucionária estimularam o inconformismo de alguns escravos e libertos com a situação em que viviam. Ocorreu em 1791 uma rebelião liderada pelo liberto Vicent Ogé. Embora derrotada, deixou seu rastro de luta contra a opressão.

Em 1793, o governo dos jacobinos aboliu a escravidão nas colônias da França, o que deu ainda mais força ao movimento de rebeldia dos negros no Haiti, que já vinha crescendo. Surgiu então outro líder negro, François Dominique Toussaint, que ficou depois conhecido como Louverture. Ele liderou a luta dos negros, acabando com a escravidão e declarou o Haiti independente da França nas áreas em que conquistou e que correspondiam a quase toda a ilha, em 1801.

O governo francês, sob o domínio de Napoleão Bonaparte, reagiu e tentou recuperar seu poder e restabelecer a escravidão no Haiti. A empresa açucareira era muito lucrativa e o exemplo do Haiti poderia levar à perda das outras colônias. Napoleão enviou tropas, sendo derrotado em algumas batalhas, mas finalmente saiu vencedor. Toussaint foi preso e morreu numa prisão francesa.

Mas, a história não terminou aí. Em 1804, outro líder negro, Jean Jacques Dessalines, também um ex-escravo, expulsou com suas tropas o governo francês do Haiti. Essas tropas foram lideradas por negros e mestiços e, dessa vez, contaram com o apoio da Inglaterra — que desejava enfraquecer o governo de Napoleão. Dessalines declarou independente a parte ocidental da ilha de São Domingo, que passou a ser chamada então de Haiti (terra das montanhas, na língua local). Surgiu assim a primeira república das Américas governada por um negro ex-escravo.

O exemplo do Haiti causou pânico entre os escravistas de todo o continente. E não sem razão, pois outras rebeliões de escravos e libertos ocorreram nas ilhas do Caribe e em outras áreas. A França reconheceu a independência do Haiti em 1825, quando, depois de uma série de conflitos que se seguiram à morte de Dessalines, subiu ao poder uma elite mestiça que se distanciou das reivindicações dos ex-escravos. Porém, a combatividade dos negros haitianos na luta pela liberdade não foi esquecida.

:: Síntese ::

- No Haiti colonial, a dominação francesa se fazia com base na exploração de uma população de maioria absoluta de escravos de origem africana;
- Os ideais de liberdade da França no século XVIII influenciaram os líderes negros em suas lutas;
- As medidas do governo jacobino, como o fim da escravidão nas colônias (1793), fortaleceram novos movimentos rebeldes dos negros no Haiti;
- Os escravos e ex-escravos conseguiram vencer o governo francês, acabaram com a escravidão e declararam a independência do Haiti em 1804.

A INDEPENDÊNCIA DAS COLÔNIAS ESPANHOLAS NA AMÉRICA

A independência das Treze Colônias inglesas na América do Norte foi o primeiro exemplo bem-sucedido de separação no continente. Foi um estímulo para que em outras áreas coloniais se fortalecessem o desejo e os movimentos de independência. Logo após a rebelião dos escravos no Haiti, ainda no século XVIII, outros movimentos semelhantes surgiram nas ilhas do Caribe de domínio espanhol.

Todo esse processo nos mostra como as sociedades coloniais estavam conectadas entre si e com a Europa através de circuitos comerciais e intercâmbios culturais e de notícias. Por outro lado, devemos pensar que, em meados do século XVIII, as colônias americanas apresentavam sociedades mais diversificadas e com características próprias. As elites coloniais, ainda que se considerassem descendentes de espanhóis, portugueses, ingleses, também se viam cada vez mais como um grupo com interesses específicos e uma história particular nas Américas — onde construíram suas vidas, sua riqueza material, seu poder sobre escravos, nativos... Tudo isso colaborava para que buscassem desenvolver uma ação mais autônoma diante das metrópoles.

A filosofia do século, a política inglesa, a ambição da França e a inabilidade da Espanha influíram bastante na (independência da) América.

Essa frase é atribuída a Simon Bolívar, um dos principais líderes da luta pela independência das colônias espanholas na América. Nela, ele resume algumas das razões que levaram a essas independências. Vamos conhecer um pouco mais dessas razões.

A filosofia do século

No capítulo 7, conhecemos as ideias surgidas no movimento iluminista e os questionamentos que as estimularam. Essas ideias, que pregavam a importância da liberdade e do direito dos povos a se fazerem representar, contradiziam na sua essência a dominação europeia sobre as Américas. A necessidade de haver um consenso entre governantes e governados era outro tipo de pensamento considerado “perigoso” para a manutenção do poder sobre as áreas coloniais. Ou seja: iluminismo e liberalismo questionavam as relações coloniais.

As ideias iluministas chegaram até as Américas e influenciaram os líderes locais, em especial aqueles filhos da classe dominante de origem europeia (poderiam ser mestiços também), que acreditavam estar preparados para governar eles mesmos a sua terra. Nas colônias, as pessoas que tinham mais estudo e acesso maior aos livros e publicações europeias recebiam e divulgavam essas novas formas de pensar a vida política e social. Muitas vezes, na discussão de questões como as restrições comerciais impostas pela metrópole e a pouca participação das elites criolas nos órgãos governamentais, as ideias liberais e iluministas foram fundamentais para que os colonos elaborassem suas reivindicações — o que consideravam ser seus direitos de liberdade e representação — e propusessem mudanças, se sentindo capazes de construir um caminho próprio.

A política inglesa

A Inglaterra vinha passando por um extraordinário desenvolvimento econômico, desde o início do século XVIII, o que significava enriquecimento para aqueles setores vinculados ao comércio e à nascente indústria. Depois da derrota dos holandeses em algumas disputas, a Inglaterra tornara-se a verdadeira rainha dos mares, possuía a frota naval mais poderosa e contatos comerciais em diversos continentes.

No início do século XVIII, uma guerra pela sucessão do rei da Espanha envolveu diversos países europeus. A Inglaterra acabou sendo a grande vitoriosa: o Tratado de Utrecht (1713), que regulamentou as perdas e ganhos na guerra de sucessão espanhola, deu à Inglaterra algumas vantagens no comércio com as colônias espanholas na América, como os direitos de comerciar escravos e mercadorias manufaturadas.

Após o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) contra a França, a Inglaterra ficou com o domínio sobre Granada, São Vicente e Tobago, ilhas do mar do Caribe. Com essas aquisições, ampliou seu poder sobre a área, principalmente depois que a Espanha concedeu direito de livre comércio entre as suas colônias, em 1765.

A perda das Treze Colônias, que se tornaram os Estados Unidos independentes, fez com que a Inglaterra buscasse uma saída para recuperar as perdas econômicas por meio da intensificação do comércio com outras partes da América — sobretudo as áreas de domínio espanhol e português. A independência dessas colônias significaria o fim do controle das metrópoles a relação direta com os comerciantes ingleses. Por essa razão, a Inglaterra apoiou, muitas vezes com capital, homens e armas, esses os colonos que lutavam pela independência.

A ambição da França

Se a Inglaterra estava em pleno fortalecimento naval e econômico no início do século XIX, a França se encontrava, no início do século XIX, sob o comando de Napoleão Bonaparte, o qual iniciou uma série de guerras expansionistas na Europa, disputando espaço e poder com os ingleses. A Espanha era tradicional aliada da França e, por isso, teve seus domínios coloniais ameaçados pela marinha inglesa.

Em 1806, Napoleão decidiu impor o Bloqueio Continental à Inglaterra. Em meio aos conflitos gerados em seguida, as tropas francesas invadiram a Península Ibérica, obrigando o rei da Espanha a abdicar em nome do irmão de Napoleão e levando a família real portuguesa a migrar para o Brasil. Na Espanha, houve reações e se organizou uma resistência ao domínio napoleônico.

A inabilidade da Espanha

Esse novo cenário desestabilizou fortemente o poder espanhol sobre as colônias e abriu espaço para que as elites criolas na América estabelecessem o controle político em suas regiões, em nome do rei espanhol deposto. Dessa forma, implantaram uma autonomia administrativa e a liberdade de comércio. Sem o apoio da Espanha, os chapetones e os funcionários da Coroa espanhola foram sendo pouco a pouco derrotados.

O processo de independência das colônias espanholas nas Américas foi diferente em cada uma das regiões, mas teve como característica comum a liderança dos criollos. O México foi uma exceção, pois lá o movimento popular foi liderado por dois padres, em dois momentos distintos: em 1810, com Hidalgo, e em 1811–1815, com Morelos. Mas, mesmo lá, a elite crioula acabou por apropriar-se do controle sobre o processo de emancipação.

No entanto, mesmo com essas independências em marcha, o governo espanhol resolveu retomar as rédeas de suas colônias, depois da derrota de Napoleão e do fim da ocupação francesa. A monarquia espanhola não percebeu que esses processos históricos haviam alcançado um ponto do qual não havia como retornar à situação de colônia tradicional e insistiu com a não negociação — daí a denominação “inabilidade” espanhola.

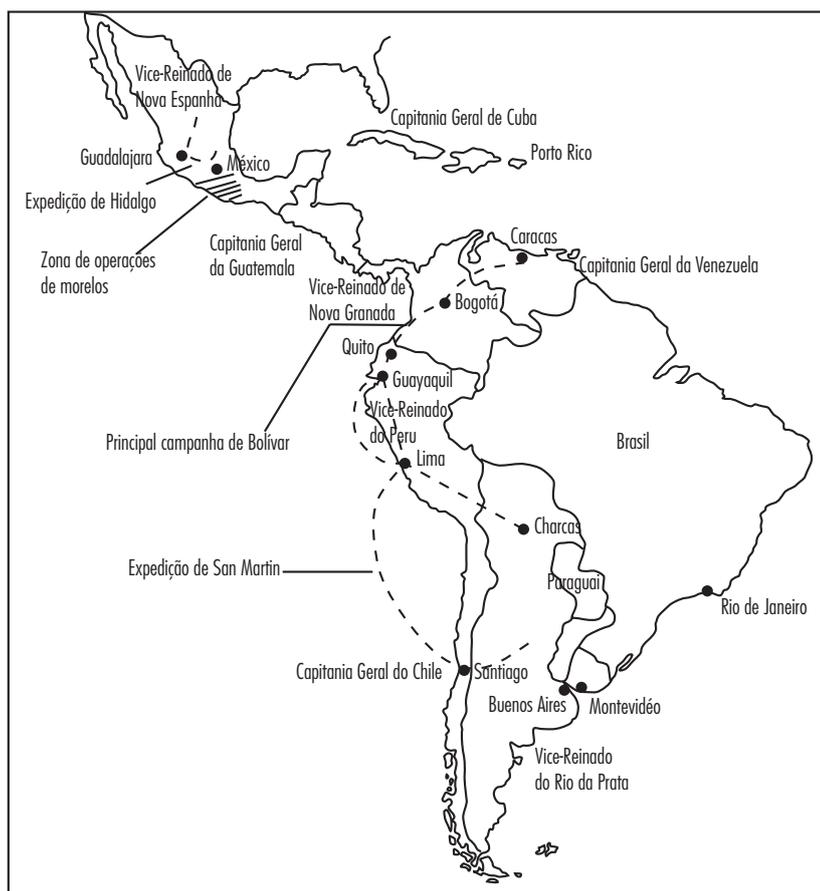
O governo da Espanha passou então a enfrentar guerras em várias frentes, nas suas antigas colônias. E, em 1820, também teve que enfrentar uma oposição interna: um movimento liberal contra o absolutismo monárquico. A crise gerada por ele enfraqueceu ainda mais as possibilidades de contenção das lutas pela emancipação na América.

E, finalmente, as independências (1810-1825)

Na América do Sul surgiram dois importantes líderes: Simon Bolívar e San Martín. Cada um deles conduziu tropas e realizou guerras, libertando regiões inteiras do domínio espanhol.

No início da luta, muitos criollos queriam apenas manter seu poder e autonomia. Não queriam a separação imediata da Espanha, mas a “inabilidade” do governo espanhol e a pressão das massas populares acabaram levando-os a reivindicar a emancipação total. Eles agora queriam a todo custo manter sua situação econômica e poder político, sem a participação do povo: índios, negros e mestiços pobres, muitos deles integrantes das tropas que lutaram nas guerras contra a Espanha. Nos momentos finais da luta pela independência, havia diferentes ideias sobre o futuro dos países independentes. Um deles, defendido por Simon Bolívar, projetava uma América espanhola unida por órgãos comuns. Entretanto, o que ocorreu nas décadas seguintes foi uma fragmentação dos antigos vice-reinos em vários países. Isso se deveu, sobretudo, à força das lideranças criollas, que buscavam garantir o controle político sobre suas regiões e populações e viam com receio a existência de um governo mais abrangente. Por outro lado, não havia laços econômicos ou de identidade que unissem regiões mais distantes.

América espanhola na época da emancipação



Fonte: ABELLAN, J.A. Lacomba e outros. *História Contemporânea I*. Madrid: Editorial Alhambra, 1988.

:: Síntese ::

- A emancipação das colônias espanholas foi resultado de diversos fatores internos e externos;
- Entre os fatores internos, insatisfações diversas ao domínio espanhol;
- Entre os fatores externos, podemos identificar a influência do exemplo dado pelos Estados Unidos da América, das ideias iluministas, da política externa inglesa, das guerras napoleônicas e da dificuldade em negociar maior autonomia com o governo espanhol;
- A opção política dos grupos que alcançaram o poder depois das independências foi pela manutenção da estrutura social de caráter excludente.

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Movimentos de contestação à ordem colonial no século XVII - Conflitos entre colonos e metrópole nos séculos XVI a XVIII

Nunca foi simples para os portugueses manter o domínio sobre os habitantes do território brasileiro. Tratava-se de um grande território, com muitas diferenças regionais no meio-ambiente e na população. As distâncias eram muito grandes, assim como a demora em percorrê-las, numa época em que os meios de transporte eram o lombo de animais, barcos a remo e navios à vela. Além disso, havia a resistência da população indígena. A conquista e a ocupação do território geraram reações, por vezes violentas, dos antigos donos da terra.

A expansão da pecuária, a extração de drogas do sertão, o cultivo de algodão no nordeste, o plantio de tabaco na Bahia, além da agromanufatura açucareira, deram origem a uma classe de proprietários com recursos e poder político local. Esse grupo se ressentia do excesso de controle metropolitano, da carga de impostos e também de medidas da Coroa portuguesa que fossem contra seus interesses imediatos. O descontentamento tornou-se ainda maior quando, após a descoberta do ouro em Minas Gerais na última década do século XVII, foram criadas novas leis e novas taxas para os envolvidos na atividade mineradora.

As revoltas de colonos contra a metrópole, portanto, foram frequentes durante

todo o processo colonizador. Seus motivos foram diferentes, mas todas elas revelavam o descontentamento dos colonos com as medidas administrativas e com aquilo que consideravam um excesso de controle por parte do governo português.

:: As conjurações ::

A contestação ao domínio metropolitano

Minas Gerais, 1789

Nas Minas

Na América portuguesa, os primeiros vinte anos do século XVIII seriam marcados por uma sucessão de revoltas e motins que eclodiram quase ao mesmo tempo em várias regiões.

Como vimos no capítulo 6, a região das Minas Gerais foi palco de constantes conflitos nesse período, como a Guerra dos Emboabas (1707-1709), uma série de levantes fiscais entre 1714 e 1720 e a revolta de Felipe dos Santos em 1720. Esses conflitos foram motivados por disputas pelo direito de exploração das minas e por medidas administrativas de controle metropolitano sobre a atividade, especialmente a cobrança de tributos.

O quadro de crítica à administração colonial no Brasil foi agravado quando chegou de Lisboa a ordem para confiscar os bens dos habitantes na região das minas, caso não fossem pagas as dívidas à Coroa portuguesa. Era a ameaça da derrama — imposto que incidia sobre cada indivíduo para completar a quantia mínima a ser paga ao Tesouro real. Essa foi a gota d'água para que um grupo de

intelectuais (incluindo padres), militares, funcionários do governo e proprietários de minas endividados conspirasse para executar uma rebelião.

Fortemente influenciado pelo exemplo norte-americano, o plano envolvia tornar a região independente e estabelecer uma república, mas os conspiradores não entraram em acordo quanto à questão do fim da escravidão. A conspiração foi descoberta através da delação de um de seus integrantes, que trocou a informação pelo perdão de suas dívidas. Os acusados foram julgados e os principais envolvidos condenados à morte, em 1792. Porém suas penas foram reduzidas, sendo algumas delas transformadas em degredo (expulsão do país) para a África. Somente um entre os acusados recebeu a pena de morte: o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi enforcado em praça pública no Rio de Janeiro.

Bahia, 1798

O movimento que ocorreu na Bahia, quase dez anos depois, teve outras características, mas também se propunha a fazer a independência com relação a Portugal. No entanto, era um movimento de bases mais populares e trazia planos de outra natureza: proclamar a república e acabar com a desigualdade entre brancos e negros livres. Dessa conspiração participavam indivíduos de camadas populares: soldados, artesãos, alfaiates e até mesmo escravos. Ficou conhecida como a “rebelião dos alfaiates”, pois havia entre seus líderes dois desses profissionais, sendo um deles um ex-escravo.

A rebelião dos alfaiates pregava suas ideias através de panfletos expostos em diferentes partes da cidade. Num determinado momento, os participantes resolveram reunir-se para planejar uma ação, numa área distante da cidade, mas foram denunciados e presos. As punições foram rigorosas, principalmente pelo fato ter sido uma conspiração com um conteúdo social e contrário ao preconceito racial. Quatro dos integrantes presos foram condenados à morte, sendo todos negros e mestiços. Os participantes brancos e de situação econômica melhor tiveram punições mais brandas.

Durante muito tempo, nos livros de História, as conjurações foram chamadas de inconfidências. E ainda hoje são. Entretanto, “inconfidência” significa “trair a confiança” ou “falta de fidelidade para com alguém”, termo mais adequado se acreditarmos que estes conspiradores devessem lealdade ao governo português. Preferimos, assim, usar o termo conjuração, que quer dizer “conspiração contra o Estado, contra o governante ou contra alguém”.

:: O Brasil deixa de ser uma colônia ::

A vinda da Corte Portuguesa

Como vimos neste mesmo capítulo, ao estudarmos a independência das colônias espanholas na América, Napoleão comandou uma expansão da França sobre a Europa e forçou o estabelecimento de um bloqueio dos países do continente ao comércio com a Inglaterra — o Bloqueio Continental. E, como Portugal, tradicional aliado e devedor da Inglaterra custasse a tomar posição favorável à França, foi ameaçado de invasão.

As ameaças napoleônicas não eram um blefe e a fama dos exércitos franceses era grande naquela época... A Espanha já estava ocupada, tendo um irmão de Napoleão à frente do trono. Tudo isso criava um grande risco para Portugal. Assim, com o apoio e pressão inglesa, os governantes portugueses resolveram fugir para o Brasil, levando consigo parte da nobreza e do tesouro luso — era a Corte

Portuguesa, ou seja, a família real e mais milhares de funcionários públicos e nobres, com suas joias, pratarias e porcelanas.

Em 7 de março de 1808, chegaram ao Rio de Janeiro. O objetivo, segundo uma declaração da época, feita por um alto funcionário português era: “Criar um poderoso império no Brasil, de onde se volte a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa.”

O período joanino (1808–1821)

A primeira medida tomada pelo governo de Dom João no Brasil foi, ainda a caminho do Rio de Janeiro, abrir os portos brasileiros “às nações amigas”. Essas nações eram a própria Inglaterra e outros países que a apoiavam. Este foi, oficialmente, o fim do monopólio comercial. E era a única maneira de Portugal manter contato com o restante de seu império, na África e na Ásia.

Nos anos seguintes, o governo português no Brasil firmou com a Inglaterra, sua principal aliada e protetora na viagem de fuga para o Brasil, uma série de tratados em 1810, nos quais concordou em dar tratamento privilegiado aos navios ingleses nos portos brasileiros e aos súditos ingleses no Brasil, e, entre outros acordos, comprometeu-se a ir acabando pouco a pouco com o tráfico de escravos africanos. Essa parte do acordo não foi cumprida.

Desde a chegada da corte ao Brasil, fora revogado o alvará que proibia as manufaturas. Começaram a se desenvolver atividades econômicas em diferentes regiões e as ligações entre o Rio de Janeiro e outras partes do país se fortaleceram.

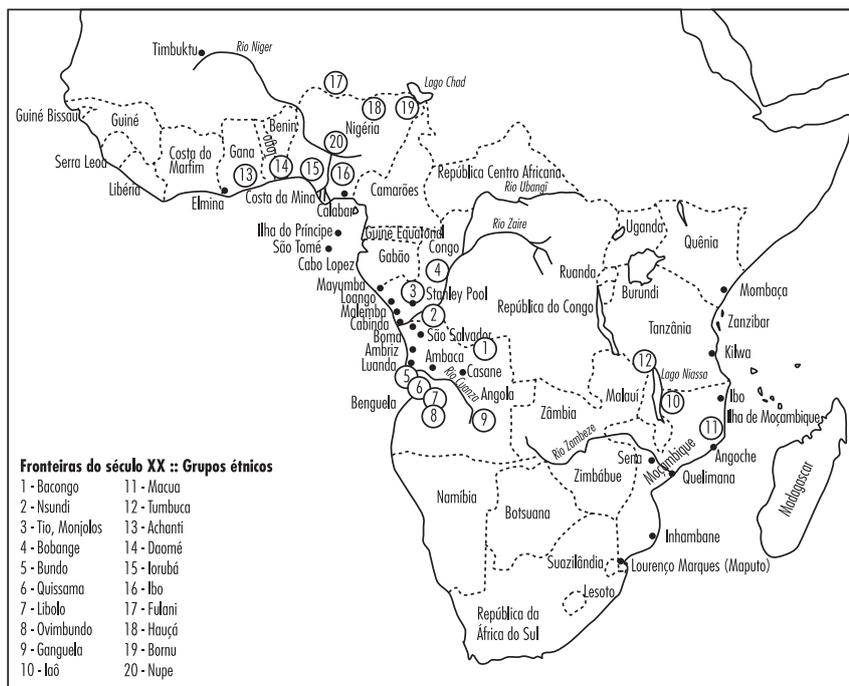
O Brasil tornou-se então a sede do governo português. Dom João, como príncipe regente, teve que criar órgãos administrativos para fazer funcionar seu governo. Nesses novos órgãos, contou com seus funcionários portugueses, mas, também, abriu espaço para representantes das elites coloniais do Brasil, sobretudo aqueles que estudaram na Europa. Dessa maneira, iniciou-se um processo de maior ligação entre elites portuguesas e coloniais, que se desdobrou em alianças matrimoniais e de negócios.

Muitas mudanças ocorreram a partir daí na cidade que se tornou a capital do reino: o Rio de Janeiro. Casas foram cedidas para a família real e a nobreza que chegara. A convivência com novos hábitos e costumes trazidos pelos membros da corte portuguesa transformaram a vida de seus habitantes. A cidade foi sendo reformada, novas moradias foram construídas, bem como prédios públicos.

E, para dar ao Brasil uma vida cultural digna da sede do Império português, fundou também a Biblioteca Nacional, a Imprensa Régia, a Escola de Belas Artes e o Jardim Botânico, entre outras instituições. No seu governo, estimulou a vinda de estudiosos da natureza, de artistas e de viajantes europeus, que desenhariam, pintariam e escreveriam muito sobre o Brasil da primeira metade do século XIX.

Ao mesmo tempo, o início da atividade cafeeira demandava novos braços. O tráfico de escravos cresceu como nunca, alimentado demandas dos comerciantes e proprietários brasileiros. As cidades cresciam e, com elas, a escravidão urbana. O Rio de Janeiro era descrito pelos viajantes da época como uma cidade altamente africanizada, onde era possível encontrar, como em nenhum outro lugar do mundo, indivíduos dos mais diferentes povos da África.

Origem dos escravos africanos trazidos para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX



KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p.53.

No plano da política exterior, Dom João tomou algumas medidas igualmente importantes. Após a derrota de Napoleão na Europa, e com o objetivo de participar dos acordos com as casas reais europeias, resolveu transformar a sede provisória (até então) do seu império em Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. Mas, nem a derrota de Napoleão nem a paz em Portugal fizeram a família real voltar à terra natal. Parecia que haviam se decidido a ficar no Brasil...

Qual seria a razão?

Como vimos anteriormente, no restante da América, as antigas colônias europeias estavam se tornando independentes. No Brasil, desde o século XVIII, movimentos e grupos sociais reivindicavam e lutavam pela autonomia. As atividades econômicas no território brasileiro tinham uma dinâmica e um funcionamento próprio que dispensavam a ligação com Portugal. O tráfico de africanos escravizados, negócio dos mais lucrativos e que sustentava a reposição de mão de obra, era, a essa altura, um ramo dominado por brasileiros ou por residentes no Brasil, com suas representações do outro lado do oceano, na África. A elite brasileira recebia, sim, com gosto os títulos nobiliárquicos que Dom João distribuía — mas seria isso suficiente para manter os laços entre as duas partes do império?

Ficar parecia ser uma alternativa para tentar manter o Brasil ligado a Portugal, com a família real no poder. Dom João demonstrava saber disso e manteve-se aqui. Não sem oposição, vale destacar. Durante seu último ano como regente, em 1817, Dom João comandou a destruição da Insurreição Pernambucana, uma tentativa de independência nascida do descontentamento de capitães do nordeste brasileiro. Essa tentativa revelava o desagrado dos habitantes da região com o aumento de impostos, destinado a sustentar a família real e a corte portuguesa no Rio de Janeiro. Além disso, os favores do príncipe sempre privilegiavam as elites

do sudeste, próximas à sede do poder.

A Insurreição, chamada pelos rebeldes de Revolução Pernambucana, foi derrotada, mas o inconformismo com a política de Dom João permaneceu. E o descontentamento com os privilégios dados aos portugueses também. Em outros momentos eles voltariam a surgir.

O processo de independência do Brasil

Em 1818, depois de dois anos da morte de sua mãe, Dom João é sagrado rei e no Brasil foram realizadas grandes celebrações pela coroação do monarca. Porém, em 1820, estourou em Portugal uma revolução liberal. Os portugueses, desde há muito estavam descontentes com seus governantes e sentiram-se abandonados à própria sorte. Uma vez derrotado Napoleão, a corte não regressara a Portugal. O Brasil fora elevado à categoria de Reino Unido. E o reino de Portugal estava sendo governado por um soberano estabelecido no Brasil. E mais: um soberano que governava segundo as regras de poder de moldes absolutistas, sem nenhum tipo de acordo com seus súditos. Os portugueses se rebelaram, exigiram a volta do rei e da corte e também uma Constituição para Portugal. Dom João VI regressou a Portugal em 1821 com a corte, mas recomendou a seu filho mais velho, Dom Príncipe Pedro, que procurasse se manter no poder. Dom Pedro e seus assessores mais próximos, como José Bonifácio, iniciaram então uma série de articulações com membros da elite colonial.

A retomada das rédeas do poder por Dom João VI em Portugal não foi simples. Foi preciso fazer concessões e uma delas foi criar (e respeitar) um órgão representativo, as Cortes. Essas Cortes, entre outras exigências, aprovaram a obrigatoriedade da volta de Dom Pedro a Portugal e uma

série de medidas que ameaçavam restringir a liberdade econômica e política estabelecida no Brasil a partir de 1808.

Essa ação das Cortes era vista, então, como o retorno a uma situação de colônia. Em toda a América, as independências varriam o continente, em processos de luta e afirmação da autonomia. As ideias liberais alimentavam nas Américas os desejos e as reivindicações por participação política. Era o que viam as elites coloniais do Brasil como exemplo em outros países do continente americano, mas tinham receio das consequências inesperadas do processo de independência...

Os setores urbanos — populares inclusive — viam na independência também uma chance de mudança social. E esse era o grande receio das camadas dominantes. As décadas iniciais do século XIX foram marcadas por uma série de rebeliões de escravos, principalmente na Bahia. O medo do exemplo do Haiti assustava os proprietários de terras e de escravos, os comerciantes das cidades e a população livre que possuía escravos (mesmo não sendo muito rica).

E uma guerra de disputa de poder no pós-independência era outro temor. Havia o perigo de que o território brasileiro se dividisse, como acontecera em algumas partes da América de colonização espanhola.

Qual foi a saída encontrada pelas elites brasileiras para dizer não à recolonização proposta pelas Cortes e fazer uma independência, resguardando as estruturas econômicas, a escravidão e o território? O caminho escolhido foi o de separar-se de Portugal, mantendo o regime monárquico com Dom Pedro à frente. Assim, poderiam negociar o reconhecimento da autonomia com os países europeus com menos dificuldade, e internamente contariam com a lealdade de parte das tropas portuguesas ainda residentes. E mais: a autoridade do herdeiro do trono português era um fator que ainda importava na mentalidade e costumes locais.

Assim, Dom Pedro declarou a independência em 7 de setembro de 1822, a caminho de São Paulo, após receber o ultimato das Cortes para que regressasse a Portugal. O gesto e o grito (“independência ou morte!”) entraram para a História. No entanto, o processo de negociação e conflito para reconhecimento externo e interno do novo governo estava apenas começando...

:: Síntese ::

- O questionamento da submissão dos habitantes do território brasileiro (nativos, escravos e colonos) às ordens da corte portuguesa surgiu desde o começo da colonização, mas se fortaleceu na segunda metade século XVII;
- As disparidades sociais, regionais e econômicas fizeram surgir reivindicações de natureza popular, as quais se somaram ao quadro de desagrado com a ordem estabelecida;
- A transferência da corte portuguesa para o Brasil terminou por criar condições políticas e administrativas que facilitaram o processo de separação de Portugal;
- A opção política para o pós-independência, mantendo a monarquia e as estruturas econômico-sociais, revelou as intenções e o receio dos grupos que conduziram esse processo.

EXERCÍCIOS

1) (Enem/2010) *Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que o presente Alvará virem: que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria, sou servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil.*

Alvará de liberdade para as indústrias (01/04/1808). In: BONAVIDES, P, AMARAL, R. *Textos políticos da História do Brasil*. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 2002. (adaptado)

O projeto industrializante de D. João, conforme expresso no alvará, não se concretizou. Que características desse período explicam esse fato?

- (A) A ocupação de Portugal pelas tropas francesas e o fechamento das manufaturas portuguesas.
- (B) A dependência portuguesa da Inglaterra e o predomínio industrial inglês sobre suas redes de comércio.
- (C) A desconfiança da burguesia industrial colonial diante da chegada da família real portuguesa.
- (D) O confronto entre a França e a Inglaterra e a posição dúbia assumida por Portugal no comércio internacional.
- (E) O atraso industrial da colônia provocado pela perda de mercados para as indústrias portuguesas.

2) (Enem/2010) *Em 2008 foram comemorados os 200 anos da mudança da família real portuguesa para o Brasil, onde foi instalada a sede do reino. Uma sequência de eventos importantes ocorreu no período 1808–1821, durante os 13 anos em que D. João VI e a família real portuguesa permaneceram no Brasil.*

Entre esses eventos, destacam-se os seguintes:

- Bahia, 1808: parada do navio que trazia a família real portuguesa para o Brasil, sob proteção da marinha britânica, fugindo de um possível ataque de Napoleão.
- Rio de Janeiro, 1808: desembarque da família real portuguesa na cidade onde residiriam durante sua permanência no Brasil.
- Salvador, 1810: D. João VI assina a carta régia de abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas, ato antecipadamente negociado com a Inglaterra em troca da escolta dada à esquadra portuguesa.
- Rio de Janeiro, 1816: D. João VI torna-se rei do Brasil e de Portugal, devido à morte de sua mãe, D. Maria I.
- Pernambuco, 1817: as tropas de D. João VI sufocam a revolução republicana.

GOMES, L. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta, 2007. (adaptado)

Uma das consequências desses eventos foi:

- (A) a decadência do império britânico, em razão do contrabando de produtos ingleses através dos portos brasileiros.
- (B) o fim do comércio de escravos no Brasil, porque a Inglaterra decretara, em 1806, a proibição do tráfico de escravos em seus domínios.
- (C) a conquista da região do rio da Prata em represália à aliança entre a Espanha e a França de Napoleão.
- (D) a abertura de estradas, que permitiu o rompimento do isolamento que vigorava entre as províncias do país, o que dificultava a comunicação antes de 1808.
- (E) o grande desenvolvimento econômico de Portugal após a vinda de D. João VI para o Brasil, uma vez que cessaram as despesas de manutenção do rei e de sua família.

3) (Cederj/2009) [...] *do Rio nada, não queremos nada.*

Com essa frase, Frei Caneca encerrou um artigo manifesto no jornal *Tíffis Pernambucano* em 1824, dentro do movimento que ficou conhecido como a “Confederação do Equador”. Nesse texto, expôs suas críticas ao governo do Imperador Pedro I, cuja sede estava na cidade do Rio de Janeiro.

Assinale a afirmativa que apresenta uma das razões para as críticas feitas no artigo-manifesto.

- (A) a elite carioca insistia em ajudar os flagelados do Nordeste;
- (B) havia uma excessiva centralização de poder nas mãos do Imperador;
- (C) o Brasil ainda se encontrava sob o domínio dos reis de Portugal;
- (D) D. Pedro não permitia a realização de cultos não católicos;
- (E) Pernambuco perdera o seu lugar de capital da Corte Imperial.

4) (Enem 2011) *No clima das ideias que se seguiram à revolta de São Domingos, o descobrimento de planos para um levante teve impacto muito especial; esses planos demonstravam aquilo que os brancos conscientes tinham já começado a compreender: as ideias de igualdade social estavam a propagar-se numa sociedade em que só um terço da população era de brancos e iriam inevitavelmente ser interpretados em termos raciais.*

MAXWELL, K. *Condicionalismos da Independência do Brasil*. In: SILVA, M.N. (coord.)

O Império luso-brasileiro, 1750-1822. Lisboa: Estampa, 1986.

O temor do radicalismo da luta negra no Haiti e das propostas das lideranças populares da Conjuração Baiana (1798) levaram setores da elite colonial brasileira a novas posturas diante das reivindicações populares.

No período da Independência, parte da elite participou ativamente do processo, no intuito de

- (A) instalar um partido nacional, sob sua liderança, garantindo participação controlada dos afro-brasileiros e inibindo novas rebeliões de negros.
- (B) atender aos clamores apresentados no movimento baiano, de modo a inviabilizar novas rebeliões, garantindo o controle da situação.
- (C) firmar alianças com as lideranças escravas, permitindo a promoção de mudanças exigidas pelo povo, sem a profundidade proposta inicialmente.
- (D) impedir que o povo conferisse ao movimento teor libertário, o que terminaria por prejudicar seus interesses e seu projeto de nação.
- (E) rebelar-se contra as representações metropolitanas, isolando politicamente o Príncipe Regente, instalando um governo conservador, para controlar o povo.

5) (CEDERJ 2004) *“A liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento; a liberdade é a doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para outros, finalmente a liberdade é o repouso e a bem-aventurança do mundo. A França está cada vez mais exaltada, (...) as nações do mundo todas têm seus olhos fixos na França, a liberdade é agradável para todos; é tempo, povo; povo, o tempo é chegado para vós defenderdes a vossa liberdade; o dia da nossa revolução, da nossa liberdade e de nossa felicidade está para chegar; animai-vos, que sereis felizes para sempre.”*

(Panfleto manuscrito da Conjuração Baiana, 1798)

A partir do documento acima, a opção que melhor representa as ideias que fundamentam a Conjuração Baiana é:

- (A) o modelo absolutista monárquico que preserva os direitos políticos do cidadão;
- (B) a ideia comunista, presente na Revolução Francesa, se tornou o modelo ideal;
- (C) o anarquismo expresso no ideário da liberdade;
- (D) o ideário liberal presente na Revolução Francesa;
- (E) o autoritarismo político que se traduziu na Revolução Francesa.

6) (ENEM 2008)

Torno a ver-vos, ó montes; o destino
Aqui me torna a pôr nestes outeiros,
Onde um tempo os gabões deixei grosseiros
Pelo traje da Corte, rico e fino.
Aqui estou entre Almendro, entre Corino,
Os meus fiéis, meus doces companheiros,
Vendo correr os míseros vaqueiros
Atrás de seu cansado desatino.
Se o bem desta choupana pode tanto,
Que chega a ter mais preço, e mais valia
Que, da Cidade, o lisonjeiro encanto,
Aqui descanse a louca fantasia,
E o que até agora se tornava em pranto
Se converta em afetos de alegria.

Cláudio Manoel da Costa. In: *Domício Proença Filho. A poesia dos inconfidentes.*

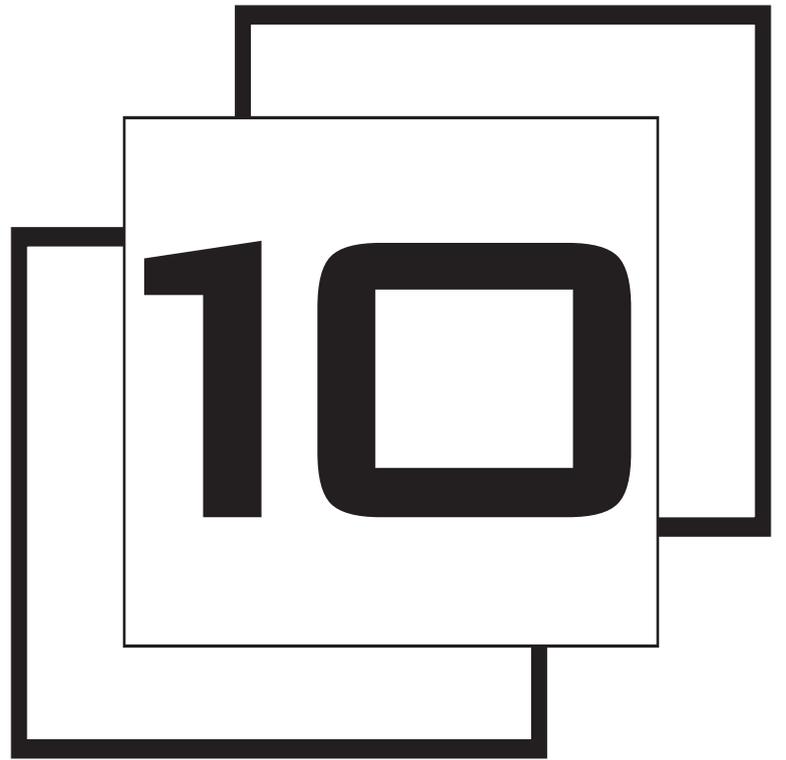
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 78-9.

Considerando o soneto de Cláudio Manoel da Costa e os elementos constitutivos do Arcadismo brasileiro, assinale a opção correta acerca da relação entre o poema e o momento histórico de sua produção.

- (A) Os “montes” e “outeiros”, mencionados na primeira estrofe, são imagens relacionadas à Metrópole, ou seja, ao lugar onde o poeta se vestiu com traje “rico e fino”.
- (B) A oposição entre a Colônia e a Metrópole, como núcleo do poema, revela uma contradição vivenciada pelo poeta, dividido entre a civilidade do mundo urbano da Metrópole e a rusticidade da terra da Colônia.
- (C) O bucolismo presente nas imagens do poema é elemento estético do Arcadismo que evidencia a preocupação do poeta arcadista em realizar uma representação literária realista da vida nacional.
- (D) A relação de vantagem da “choupana” sobre a “Cidade”, na terceira estrofe, é formulação literária que reproduz a condição histórica paradoxalmente vantajosa da Colônia sobre a Metrópole.
- (E) A realidade de atraso social, político e econômico do Brasil Colônia está representada esteticamente no poema pela referência, na última estrofe, à transformação do pranto em alegria.

GABARITO

- 1) B 2) C 3) B 4) D 5) C 6) B



**BRASIL E AMÉRICAS
INDEPENDENTES: SÉCULO XIX**

INTRODUÇÃO

No capítulo 9, vimos como as antigas colônias europeias nas Américas tornaram-se independentes das suas metrópoles. Foram diferentes histórias, mas conectadas entre si e com o mundo atlântico — o qual interligava as Américas, a Europa, a África e a Ásia.

Uma vez independentes, tratava-se, pois, de construir os novos países, fazer surgir nações no continente americano, criar governos, escolher modelos políticos a adotar ou adaptar. Os grupos que conduziram a maior parte dos processos de independência pertenciam às elites locais, vinculados a um longo processo de exploração e exclusão das camadas populares e partidários do escravismo. Dessa forma, sem pretender mudanças que afetassem seu lugar na sociedade e prejudicassem seus interesses, procuraram construir governos que dessem continuidade às estruturas de exploração dos trabalhadores — fossem eles livres ou escravos, africanos, indígenas ou imigrantes pobres. Da mesma forma, a estrutura da propriedade da terra e da distribuição das riquezas também foi mantida.

Porém, nem tudo permaneceu igual.

No Brasil, a contestação à ordem escravista, à centralização do poder e ao pouco espaço para a participação política fez surgir movimentos sociais, partidos políticos e rebeliões. Nos Estados Unidos, a expansão para o oeste trouxe outros modos de se apropriar da terra e ocupá-la, em nome de uma sociedade que buscava atender as necessidades dos brancos pobres à custa dos indígenas, antigos donos do território. Na América de língua espanhola e no Caribe, conflitos internos fragmentaram regiões antes unificadas.

Os jovens países das Américas foram, ao longo do século XIX, construindo seus caminhos, em meio a muitos conflitos e negociações e suas elites foram se fortalecendo e consolidando seu poder, encontrando suas especificidades e alianças. As camadas médias urbanas cresceram, tornaram-se mais complexas e nem sempre totalmente aliadas aos setores economicamente mais poderosos. Já as classes populares, dentro de sua luta, passaram das formas de trabalho escravo e semiescravo a novos modelos de relação de trabalho. Vamos conhecer um pouco mais dessa História...

BRASIL :: PRIMEIRO REINADO (1822–1831)

A afirmação da independência

Vimos no capítulo 9 que, em 1822, o Brasil tornou-se independente, e que a opção política dos grupos que conduziram o processo de independência foi pela continuidade do regime monárquico e a manutenção do poder nas mãos de Dom Pedro, herdeiro do trono português. E essa não foi uma decisão dos portugueses que ainda se encontravam aqui, mas dos brasileiros que temiam perder o controle da situação, frente à ameaça de revoltas sociais e reivindicações de maior participação política.

Nossa independência não foi pacífica, como durante muito tempo se divulgou e, em alguns estados do país, os governantes locais se recusaram a aceitar a separação de Portugal. José Bonifácio, auxiliar direto de Dom Pedro, providenciou

a contratação de mercenários estrangeiros e convocou e fez treinar civis brasileiros para combater os inconformados. Bahia, Pará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Sul foram alguns dos estados onde ocorreram conflitos. Todos foram reprimidos, com violência e mortes.

Uma vez controladas as revoltas internas, Dom Pedro e seus auxiliares passaram a tomar medidas para organizar a política do país e uma das primeiras foi a elaboração de uma Constituição — uma Lei Maior para o novo país. Dom Pedro I, agora imperador do Brasil, prometera respeitar a vontade dos que o haviam apoiado e governar dentro de regras aceitas por ele e pelos representantes dos grupos politicamente mais influentes.

Havia, naquela época, dois grandes grupos políticos: o “partido brasileiro” e o “partido português”. Eles não eram exatamente partidos políticos, como entendemos hoje. Na verdade, eram agrupamentos de homens influentes politicamente que pensavam de forma diferente sobre os rumos a dar ao Brasil. O “partido brasileiro” dividia-se em duas tendências: uma mais conservadora e centralizadora (ligada a José Bonifácio) e outra mais progressista e favorável à descentralização do poder. O “partido português”, como o próprio nome já diz, era formado por aqueles indivíduos que queriam manter alguns direitos para os nativos da antiga metrópole e que sonhavam com uma união com Portugal sob o comando de Pedro I. Nas ruas das principais cidades brasileiras daquela época (Rio, Recife, Salvador) ocorriam muitos conflitos entre brasileiros e portugueses. Isso se agravava durante o período joanino, já que durante o governo de Dom João no Brasil os portugueses ganharam alguns privilégios no pequeno comércio, que passou a ser praticamente monopólio deles.

Vale lembrar que o pequeno comércio é uma atividade que lida mais diretamente com a população e que estabelece o preço e o abastecimento de alimentos e produtos necessários no dia a dia. Portanto, os conflitos não raramente criavam um clima antilusitano, contrário aos portugueses.

A escolha dos homens que iriam redigir a nova Constituição foi pela via eleitoral e votaram os homens livres com uma certa condição econômica e idade. As disputas entre os diferentes grupos (os “partidos”) continuaram durante os debates para a elaboração da Lei no decorrer do ano de 1823. Uma comissão de deputados elaborou um projeto de Constituição que tinha como proposta limitar a participação política do indivíduo, que se daria de acordo com a sua renda. Por esse projeto, as eleições seriam pelo voto censitário e o valor da renda da pessoa (a sua riqueza) seria calculado em alqueires de mandioca. Por isso foi chamada de “Constituição da Mandioca”.

O projeto da “Constituição da Mandioca” desagradou profundamente Dom Pedro I, pois limitava seus poderes, submetendo-o ao grupo de representantes eleitos — os parlamentares —, e isso ele não queria. Além disso, reduzia as possibilidades de os portugueses influírem na vida política. Dom Pedro I era português e tinha nos seus patrícios um grupo de apoio fiel. Por isso, o imperador fechou a Assembleia por meio da força e convocou um outro grupo de políticos para escrever a Constituição.

Em 1824, a A Constituição foi finalizada e imposta (outorgada) por Dom Pedro I: ela dava amplos poderes ao imperador — que passava a deter o Poder Moderador, um quarto poder que lhe dava o direito de interferir nos outros três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. A Constituição de 1824 manteve o voto censitário e estabeleceu o catolicismo como religião oficial do Império.

A Constituição dava direito ao imperador de nomear os governadores dos estados, na época chamados de províncias, e de fechar a Câmara dos Deputados quando considerasse haver uma ameaça à nação, entre outros poderes exclusivos. O imperador concentrava em suas mãos o Poder Executivo e o Poder Moderador, o qual se exercia de maneira superior aos outros poderes.

O conteúdo da Constituição de 1824 e a forma como ela fora imposta desagradaram a muitos setores da sociedade, em especial àqueles que já se sentiam sem força política. A centralização do poder que a Constituição possibilitava dava pouco espaço para quem não estivesse muito próximo ao imperador. E esse era especialmente o caso dos grandes proprietários rurais e dos setores médios das cidades do nordeste brasileiro.

A Confederação do Equador

Imagine o Brasil ser dividido

E o nordeste ficar independente

(canção de Bráulio Tavares e Ivanildo Vilanova)

A letra dessa canção, gravada por Elba Ramalho, tem muito a ver com a História do Brasil no passado. Vamos ver por quê.

O descontentamento no Nordeste brasileiro com a centralização de poderes e de recursos no Sudeste existia de longa data. A Insurreição Pernambucana, de 1817, expressara esta posição de desagrado. A independência não mudou o estado de coisas e a Constituição de 1824 mostrava que poderia agravar-se ainda mais, tendo em vista a concentração de poderes nas mãos do imperador. Começou a crescer a oposição a Dom Pedro. Lideranças como Cipriano Barata (que participara da Conjuração Baiana e da Insurreição de 1817) e Frei Caneca (religioso carmelita que exercia também a função de jornalista político) criticavam veementemente as atitudes do imperador. A imposição da Constituição de 1824 foi a gota d'água.

O Nordeste se articulou para formar uma confederação de Estados independentes, como os Estados Unidos, reunindo os estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará. Inicialmente comandada pela elite descontente dos estados, a revolta contra o governo central foi ganhando a adesão de camadas médias nas cidades e foi assumindo um conteúdo mais social. E algo novo aconteceu: as camadas populares se juntaram à revolta. A população livre e pobre, aderiu ao movimento. Aliás, desde 1821 já havia brigadas populares em Recife, realizando manifestações e alimentando uma disposição para a luta contra o poder central. E esses grupos não apenas colocavam em questão a situação social em que se encontravam os mais pobres, como também combatiam a discriminação racial.

Veja como seus integrantes faziam referência inclusive à independência do Haiti (ver capítulo 9), nos seus cânticos e panfletos:

*Marinheiros e caiados
Todos devem se acabar
Porque só pardos e pretos
O país não de habitar*

*Qual eu imito Cristóvão
Esse imortal haitiano
Eia! Imitai seu povo
Oh meu povo soberano!*

(citado por A. Quintas no livro *História Geral da Civilização Brasileira*, v.1, p.227-235)

No entanto, a participação popular amedrontou as elites, que recuaram. Com isso, as forças militares do imperador puderam reprimir o movimento. Os líderes foram quase todos condenados à morte através do enforcamento. Frei Caneca foi um deles, mas ninguém, nenhum soldado ou civil, quis ser seu carrasco. Foi preciso trazer uma tropa especial e fuzilá-lo.

O crescimento da oposição a D. Pedro I e a abdicação

O estilo de governo do imperador, suas medidas centralizadoras e a intolerância com a oposição foram aumentando o descontentamento das camadas dominantes. Os grandes proprietários brasileiros esperavam poder participar mais do governo. Além disso, ainda havia o medo, sempre presente, de que uma vez morrendo o pai de D. Pedro I em Portugal, este decidisse juntar novamente as duas Coroas.

Nas camadas populares urbanas, esse descontentamento se traduzia muitas vezes na oposição aos portugueses. E, por vezes, percebia-se uma luta ainda maior, quando havia participação da população negra, escrava ou liberta. Uma senhora de engenho na Bahia escrevia a seu marido, no ano de 1823:

*Ainda me acho na cidade e só por todo este mês e [depois] irei para fora.
O que bem me custa, pois a cidade está um verdadeiro asilo para negros. [...] Não sei o que será de nós. Que linguagem raivosa se encontra na boca dos negros! O céu aparte os raios de sua cólera de nós.*

(citada por João José Reis em *Rebelião escrava no Brasil*, p.48)

Todo esse movimento cresceu com a assinatura dos tratados com a Inglaterra em 1826. Esses acordos tiveram origem no reconhecimento da independência do Brasil por Portugal, com mediação inglesa, e o pagamento de uma indenização pelo Brasil. Sim, o Brasil pagou para ter sua independência reconhecida pela antiga metrópole e ainda ficou devendo à Inglaterra por isso!

Assim, em 1826, os ingleses conseguiram que D. Pedro I assinasse um tratado comprometendo-se, entre outras medidas, a combater o tráfico de escravos africanos. Em 1827, um outro tratado foi feito com a Inglaterra, dando vantagens aos comerciantes britânicos no comércio com o Brasil, assim como havia sido feito por Dom João em 1810. O endividamento do Brasil cresceu. O pagamento dos empréstimos à Inglaterra, as perdas da economia açucareira com a produção do açúcar feito de beterraba na Europa e as novas dívidas arruinaram as finanças brasileiras. Ao mesmo tempo, Dom Pedro I enviava exércitos para lutar contra a província Cisplatina, que reivindicava sua independência do Brasil. A guerra acabou com a perda da província e a criação do Uruguai, patrocinado pela Inglaterra, além de mais gastos para o Brasil.

Em 1829, o Banco do Brasil, criado também no período joanino (ver capítulo 9), entrou em falência, intensificando a crise econômica. A alta dos preços deu mais razões para o povo sair às ruas e novas manifestações antiportuguesas se realizarem.

As camadas médias urbanas expressavam seu desacordo não só nas ruas como na imprensa. Jornalistas criticavam Dom Pedro e seus assessores e denunciavam seus desmandos, mas a reação dos auxiliares e partidários do imperador era de repressão, muitas vezes violenta.

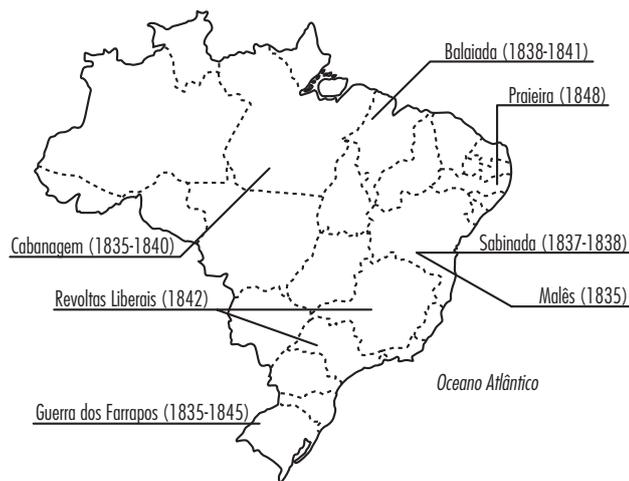
A morte de D. João VI em Portugal e as tentativas frustradas de Dom Pedro I em manter o trono nas mãos de sua filha criaram uma questão que parecia dar ao

imperador a chance de ocupar o trono brasileiro e não perder o trono português. A pressão sobre ele aumentava. A muitos parecia ser inevitável sua deposição aqui. Finalmente, em 7 de abril de 1831, D. Pedro I renunciou ao trono brasileiro em favor de seu filho e voltou para Portugal. Mas o pequeno herdeiro tinha apenas cinco anos... Como ficaria o governo do Brasil?

O PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

Pela Constituição brasileira em vigor na época, caberia à Assembleia Geral (deputados e senadores) eleger três pessoas para governar o país — a Regência Trina. Posteriormente, em 1834, uma mudança na Constituição feita pelos parlamentares estabeleceu a Regência Una — somente uma pessoa chefearia o governo, sendo escolhida através de eleições. Os grupos políticos buscaram entrar em acordo para a escolha desses regentes, mas não era simples fazer acordos políticos. Por todo o Brasil havia descontentamento popular e disputas pelo poder. O período regencial foi um dos mais agitados da nossa História. As expectativas geradas com a saída de Dom Pedro I eram de que o novo governo atendesse às reivindicações dos grupos descontentes. Mas esses grupos eram muitos, de origem social diversa, e com interesses diferentes — e divergentes.

Rebeliões do período regencial



O que se viu pelo Brasil afora foram rebeliões em que diferentes grupos, inclusive setores das elites (como na Rebelião Farroupilha, no Rio Grande do Sul) e camadas médias urbanas (como na Sabinada, em Salvador — Bahia) se revoltaram. Entretanto, os setores populares foram maioria nessas rebeliões, e entre eles se destacavam indígenas, africanos e afrodescendentes — negros escravos e libertos. As rebeliões regenciais tiveram, portanto, um forte tom de rebeldia social e de questionamento da ordem escravista. No caso da Rebelião dos Malês, em 1835, na Bahia, esse conteúdo ficou ainda mais evidenciado. Essa foi uma revolta organizada pela população africana de Salvador, cujos participantes eram escravos e libertos, muitos deles adeptos da religião muçulmana — daí o nome de malês.

O governo dos regentes tomou medidas para atender às reivindicações de alguns setores e dos credores do Brasil — ingleses, sobretudo. Nesse sentido, saiu a lei de 1831, que proibiu o tráfico de escravos para o Brasil — mas que foi uma lei que “não pegou” de fato, pois deixava o julgamento dos casos nas mãos dos poderes locais, que sempre cooperavam com os senhores escravistas.

Poucas apreensões de navios negreiros foram feitas no Brasil. Os africanos traficados ilegalmente eram considerados livres, mas colocados sob a tutela do governo que os cedia a empresas e particulares. Eram livres praticamente só no nome. No entanto, houve também quem conseguisse aprender a usar das armas da lei para provar sua condição de livre.

Vamos pensar: indígenas, mestiços, libertos africanos e de origem africana questionando as desigualdades e a escravidão, rebeliões acontecendo em todo o Brasil, muitas com grande participação popular... as elites brasileiras se apavoraram.

Havia também disputas no interior dessa mesma elite, já que não se constituía numa camada social homogênea, com um mesmo projeto para o Brasil. Houve, no período regencial, muitos conflitos internos mesmo entre os economicamente poderosos. Alguns achavam que era importante um governo central forte, poderoso, centralizador; outros queriam mais poder para os governos das províncias. Eram os grupos que defendiam o centralismo e os que defendiam o federalismo, divididos, disputando o poder.

Porém, frente à possibilidade de rebeldia popular, esses grupos da elite se uniam para reprimir e combater a possibilidade de mudança nas estruturas sociais. E quando essa rebeldia ameaçava a estabilidade da escravidão, uniam-se ainda mais. Foi o que aconteceu em 1840. Uma articulação defendeu e promoveu a antecipação da maioridade de Dom Pedro, na época um jovem de 15 anos. Um dos objetivos principais desse “golpe da maioria” — como foi chamado — era conter movimentos separatistas que ameaçassem a integridade do território e adquirir legitimidade para impor a ordem.

Impor a ordem, construir a nação. Era essa a ideia. O Brasil ainda era um país jovem em termos de vida independente e seus grupos dominantes buscavam tecer um acordo sobre que rumos tomar. Desejavam algo que os mantivesse no poder com os mesmos privilégios e, ao mesmo tempo, lhes desse alguma chance de ter apoio de parte da população. A presença do imperador poderia dar-lhes essa possibilidade.

BRASIL :: SEGUNDO REINADO (1840-1889)

Colocar Dom Pedro II no poder não trouxe de imediato a paz social. Em 1842, ocorreram revoltas liberais em São Paulo e Minas Gerais. Não eram movimentos populares, mas sim do Partido Liberal que desejava partilhar do poder. Além disso, ainda na década de 1840, prolongava-se a Rebelião Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul e tinha início a Revolução Praieira em Pernambuco (1848).

As forças da ordem se impuseram sobre a rebeldia e a discórdia. No final

da década, era o próprio imperador que conduzia o pacto entre as forças políticas representativas dos setores dominantes. E quais eram essas forças políticas?

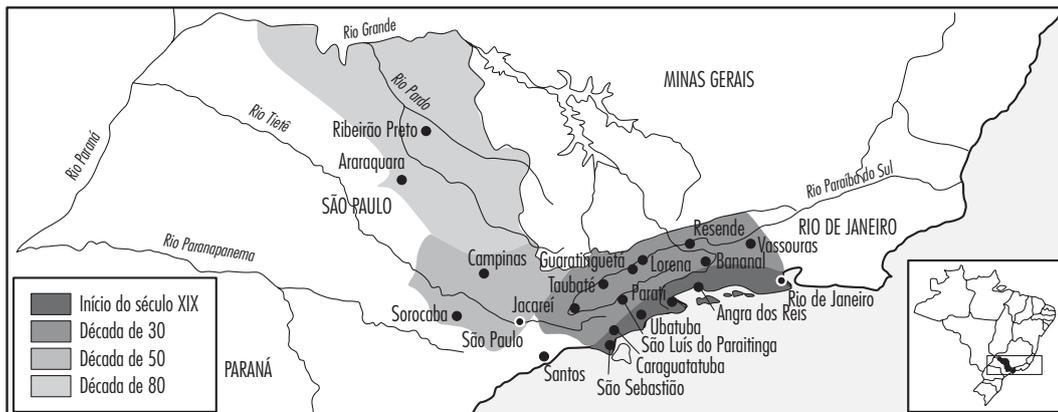
Havia dois grandes partidos, o Partido Liberal e o Partido Conservador, cujas origens se encontravam no período regencial. Ao se formarem esses partidos, os grupos mais radicais dentro deles foram sendo eliminados. Ou seja, do lado dos liberais, foram afastados os mais exaltados, que se apresentavam como defensores de uma maior participação popular na política e muitas vezes propuseram o fim da monarquia e a proclamação da república. E, do lado dos conservadores, foram colocados fora de cena os absolutistas, os quais estavam enfraquecidos desde a morte de D. Pedro I.

Esses grupos tinham como ponto em comum representarem as elites econômicas, ou seja os donos de terras e de escravos, grandes comerciantes, funcionários de alto escalão. Havia também alguns grupos das camadas médias

urbanas ligadas a esses partidos. Os dois partidos divergiam quanto aos limites da concentração de poderes permitida ao imperador e o grau de autonomia dos governos das províncias (estados). Os liberais eram em geral defensores de maior autonomia das províncias.

Mas, muitas vezes, mesmo o Partido Liberal cedia frente às negociações políticas encaminhadas pelo monarca, o mesmo acontecendo com o Partido Conservador. O pacto conseguido por D. Pedro II nada mais era do que o resultado de uma série de acordos estabelecidos com esses grupos influentes politicamente. O que também permitia esse acordo era a prosperidade econômica gerada pelos lucros com a lavoura cafeeira.

Expansão cafeeira no Sudeste brasileiro (século XIX)



A expansão cafeeira

Desde a década de 1830, a lavoura cafeeira se expandia pelo sudeste brasileiro. Iniciando-se na região do Vale do Paraíba, chegou ao oeste de São Paulo, levada por proprietários de terras que viam no cultivo do café uma atividade promissora. E de fato era. Nesse processo, povos indígenas e pequenos agricultores que habitavam nessa região foram duramente atingidos. Observe no mapa a expansão cafeeira no sudeste brasileiro.

A expansão da vida urbana e do trabalho industrial na Europa, naquela época, criou novas necessidades de consumo. O café era uma bebida que se adaptava àqueles tempos, trazia energia e espantava o cansaço. Além disso, degustar café, uma bebida diferente, foi se tornando um hábito de gente de classe média e alta que morava nas cidades. Era como marca de um novo estilo de comportamento. Foram surgindo os “cafés”, locais de vida social onde as pessoas se encontravam para tomar café e fazer pequenas refeições.

O crescimento da lavoura cafeeira foi acompanhado pelo crescimento da escravidão. Os cativos não eram levados apenas para o trabalho no campo, mas para serviços de transporte e diversos tipos de atividade nas cidades brasileiras, em especial as que cresciam com a prosperidade trazida

pelo café. O tráfico de escravos cresceu muito nessa época. Mas, como, se desde 1831 era proibido o tráfico?

Em primeiro lugar, lembremos: essa foi uma lei que não teve resultados para a redução do tráfico. Só dificultou, mas não impediu. Era permitido o tráfico interno e muitas artimanhas foram utilizadas para fazer entrar africanos recém-chegados às regiões produtoras de café: portos clandestinos, registros irregulares, que se somavam à ausência de fiscalização — proposital ou por impossibilidade. Os governos locais em geral faziam que não viam. E, por outro lado — do outro lado do oceano, na África — havia uma série de guerras internas, muitas delas provocadas por agentes externos, que alimentavam o tráfico. Apesar da campanha internacional movida especialmente pelos ingleses, o tráfico era um negócio que envolvia muitos interesses no Brasil e na África.

Assim, conforme cresceram e prosperaram os cafeicultores, chegaram ao Brasil mais de 1 milhão de africanos escravizados, transformando as paisagens das fazendas com suas culturas, hábitos e conhecimentos. Nas áreas urbanas, a escravidão de ganho — na qual o escravo prestava algum tipo de serviço nas ruas e dava a seu senhor uma determinada quantia — tornou-se comum, dando uma nova dinâmica a cidades como Rio de Janeiro e Salvador.

O fim do tráfico atlântico de escravos

Em 1845, surgiu uma nova lei que abalou os interesses de traficantes de escravos e encheu de preocupação os escravistas brasileiros. Essa lei, aprovada na Inglaterra, permitia que os navios da marinha britânica fiscalizassem e combatessem o tráfico de escravos, mesmo em embarcações e águas territoriais de outros países.

O Brasil era o país mais dependente do tráfico de escravos africanos para a sua lavoura. Da soma de todos os africanos trazidos como escravos para as Américas, mais de 40% vieram forçadamente para o nosso país. Imaginem o que significava essa nova determinação dos ingleses.

E, de fato, os diplomatas brasileiros protestaram, alegando ser um abuso dos ingleses prender e confiscar navios brasileiros. Mas não havia muito a fazer: tratava-se da poderosa marinha inglesa e, na verdade, o Brasil já tinha aprovado uma lei contra o tráfico de escravos, em 1831.

E mais: já havia, internamente, uma campanha pelo fim do tráfico. Mas, por que haveria essa campanha, se os escravos eram tão importantes para a lavoura de café?

Desde há algum tempo havia grupos lutando pelo fim da escravidão e, portanto, pelo fim do tráfico. Escravos, libertos e livres nessa época demonstravam essa posição, especialmente neste período: a segunda metade dos anos 1840. Ato de rebeldia isolados, no campo e nas cidades, marcavam um momento de insurgência escrava. Nas cidades, a população negra circulando nas ruas quase nunca era vista com tranquilidade pela chamada “boa sociedade”.

Mas, não eram somente os negros — escravos e libertos — que contribuíam para a campanha antitráfico. Havia outros grupos, inclusive muito influentes politicamente. E o que desejavam com o fim do tráfico?

Desejavam, em primeiro lugar, livrar-se do medo. A chegada de cada vez mais africanos ao Brasil criava um grande medo de que surgisse uma rebelião incontrolável da massa de cativos que, além de tudo, era estrangeira. Eram escravos e estrangeiros — duplamente temidos. Os quilombos que cresciam na zona rural e o clima de tensão nas cidades contribuíam para esse medo. Era, como se dizia na época, a “onda negra”

Junto a isso, cada vez mais, crescia o desejo, por parte das elites brasileiras, de “branquear” a nossa sociedade. Logo, tratava-se de estimular o fim do tráfico e a vinda de imigrantes europeus. Era o que pregavam, em discursos e escritos jornalísticos baseados em ideias racistas que afirmavam a superioridade dos europeus.

Uma forte ação dos ingleses, de fora, e uma campanha que, de dentro, ganhava cada vez mais adeptos, levou a que o governo do Brasil Império assinasse a lei de 1850, também conhecida como lei Eusébio de Queiroz. Essa lei veio a extinguir o tráfico de escravos africanos para o Brasil. Agora sim, e de fato. O contrabando após 1850 ocorreu, mas foi inexpressivo se comparado aos anos anteriores, conforme mostra a tabela.

Brasil: importação de africanos escravizados

Anos	Escravos
1845	19.463
1846	50.324
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.000
1850	23.000
1851	3.287
1852	700

Fonte: DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa: Prelo, 1977, p.107.

O AUGE E O DECLÍNIO DA MONARQUIA NO BRASIL (1850–1889)

D. Pedro II começou a década de 1850 tendo em suas mãos um governo com certa estabilidade política, mantendo sob controle os políticos liberais e conservadores. Era o Poder Moderador funcionando como a “chave” da organização política do Império. A repressão à oposição mais radical fechava este quadro de domínio.

Era uma fase de mudanças no Brasil. Muitos migravam para tentar encontrar melhores oportunidades nas cidades, sobretudo da região Sudeste. Vejamos por quê.

Economia em alta

Na economia, a prosperidade proporcionada pelos lucros com a lavoura de café deu chances ao governo de investir na modernização de alguns setores, sobretudo nas cidades e no transporte ferroviário — que serviria para o escoamento da produção e melhor contato entre diferentes partes do Brasil. E a vida nessas cidades que cresciam fazia surgir novas necessidades de serviços e muito mais comércio. Além disso, instalaram-se as primeiras indústrias no país, voltadas para produção de mercadorias de consumo cotidiano como alimentos, bebidas, velas...

O tráfico interno — ou interprovincial — fazia com que proprietários do Nordeste e de outras áreas vendessem cativos para os fazendeiros de café do Sudeste, que se encontravam em melhor situação econômica. Mas, lembremos: não era simples o mecanismo do tráfico interprovincial, pois não poucas vezes os escravos se rebelavam por serem transferidos para longe das suas famílias, quando se tratavam de cativos que já haviam formado laços de parentesco. Além disso, com o passar dos anos o preço dos cativos atingiu altas cifras. Diante desse cenário, o governo começou a desenvolver externamente uma campanha para trazer imigrantes, sobretudo europeus, atendendo às necessidades e projetos dos produtores agrários.

Durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1860–1865), o Brasil teve a oportunidade de se tornar um grande exportador de algodão. Essa, uma vantagem temporária no mercado internacional deveu-se à instabilidade no maior exportador: os EUA. O algodão, principalmente, de “lavoura de pobre”, como era conhecido, se tornou o “ouro branco do Brasil”. Esse surto de prosperidade trouxe lucros para fazendeiros do Maranhão, principalmente.

Também a borracha, na segunda metade do século XIX, passou a ocupar um lugar de destaque nas exportações brasileiras, alcançando alto preço no mercado internacional, gerando muitos lucros para os donos de seringais na Amazônia. A atividade extrativista do foi favorecida pelo desenvolvimento das indústrias da Europa e dos EUA.

A economia se diversificava, as cidades se desenvolviam e até mesmo um pequeno investimento na indústria se fez nessa época. O Brasil parecia ser um país em pleno desenvolvimento e um dos mais prósperos dentro da América Latina.

Guerra do Paraguai

Em termos de política externa, o Brasil se envolveu, desde 1851, nas chamadas “questões platinas”, que eram divergências com as repúblicas platinas (Argentina, Paraguai e Uruguai) sobre limites de fronteira e sobre direitos de

navegação nos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. A intervenção brasileira na área desaguou na Guerra do Paraguai (1865–1870).

Essa guerra uniu o Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o Paraguai. Foi um conflito sangrento, o mais mortífero das Américas.

“As estatísticas sobre as perdas paraguaias na guerra variam entre 8,7% e 69% da população. [...] Não há dúvidas, porém, de que a maior parte dos mortos não o foi em combate, mas sim devido a doenças, fome e exaustão física. [...]

O Brasil enviou para a guerra cerca de 139 mil homens, dos quais uns 50 mil morreram. Destes, a maior parte não pereceu em combate, mas sim devido a doenças e aos rigores do clima. Entre os aliados, o Uruguai enviou por volta de 5 500 soldados, dos quais, no final da guerra, restavam uns quinhentos; os demais morreram em combate, de doenças ou desertaram. As tropas argentinas sofreram perdas em torno de 18 mil homens, entre mortos e feridos, dos poucos menos de 30 mil soldados que a Argentina enviou ao Paraguai.” DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. Cia das Letras, 2ª. Ed., p. 483

Para o Paraguai, a guerra contra a Tríplice Aliança levou à destruição do Estado existente e à perda de 140 km² para o Brasil e a Argentina..

O Brasil saiu da guerra com grandes problemas e desafios a enfrentar. O país estava com dívidas e, com seu exército fortalecido moralmente, mas reivindicando mais espaço e mais poder. Além disso, muitos ex-escravos que haviam lutado na guerra questionavam duramente a continuidade da escravidão.

A presença do capital inglês cresceu no país, principalmente após a guerra. Era o tempo também que os ingleses se lançavam ao mundo na expansão imperialista e colonialista (ver capítulo 8). Os ingleses investiram nas ferrovias, no setor de serviços das cidades (iluminação, transporte), na exportação de café e em bancos para incrementar o mercado financeiro no Brasil (emprestar dinheiro a juros, financiamentos da agricultura etc).

O fim da escravidão

Internamente, a campanha pelo fim da escravidão aumentou muito nas décadas de 1870 e 1880. Alguns políticos e figuras socialmente influentes aderiram à campanha abolicionista. Grupos como o dos Caifazes, em São Paulo, ajudavam na fuga de cativos e no ataque aos capitães do mato.

Os capitães do mato eram chefes de pequenas tropas que saíam para capturar escravos fugidos. Em geral eram contratados pelos senhores de escravos ou recebiam recompensas pelos seus serviços.

Nas cidades, alguns cidadãos livres, junto com libertos e escravos fugidos, criaram organizações clandestinas conhecidas como “quilombos urbanos” — como foi caso do “quilombo do Leblon”, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse quilombo, os ex-escravos produziam camélias que simbolizavam sua luta pela abolição e recebiam fugitivos de outras áreas identificando-se por essa flor na lapela.

Parlamentares como Joaquim Nabuco, engenheiros como André Rebouças e jornalistas como José do Patrocínio — estes dois cidadãos negros — incendiavam a opinião pública com seus discursos e textos. Contra-argumentando à defesa do direito de propriedade citado pelos escravistas, José do Patrocínio escreveu: “A escravidão é um roubo.” E ainda havia figuras como Luís Gama, filho de uma africana liberta, vendido como escravo pelo próprio pai, na Bahia. Foi levado ao Rio de Janeiro e depois a São Paulo, onde aprendeu a ler e a conhecer a

legislação brasileira. Acabou provando que era livre e logo, com base em seus conhecimentos, tornou-se defensor de muitos escravos, em diversas ações na justiça. Ou seja: também se lutava nos tribunais contra a escravidão.

Os setores escravistas reagiram. Havia grupos que exigiam indenização caso o governo terminasse com a escravidão. A legislação que foi sendo aprovada pelo governo criou ainda mais fontes de conflitos. A lei de 1871, conhecida como a lei do “Ventre Livre”, não apenas tornou livres os filhos de escravas nascidos a partir de então, como determinou que os senhores seriam obrigados a conceder a alforria a seus escravos, caso estes tivessem recursos para comprá-la. A lei de 1885, conhecida como a lei “dos Sexagenários”, pois libertou os cativos com mais de 65 anos, também atribuiu penas mais severas para quem açoitasse os escravos fugidos.

O exército brasileiro recusou-se oficialmente a sair em busca de escravos fugidos a partir de 1887, afirmando que “soldado não é capitão do mato”. No nordeste, os jagadeiros do Ceará, comandados por aquele que ficou conhecido como o “Dragão do Mar”, recusaram-se a transportar cativos e fecharam o porto ao tráfico escravista de qualquer espécie. O porto de Santos, em São Paulo, virou um território livre da luta antiescravista, com violência e morte de capitães do mato e senhores — episódios que, no dizer de Luís Gama, eram “atos de legítima defesa”.

Finalmente, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, regente do Brasil, assinou uma lei que dizia: “É declarada extinta a escravidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário.” Não havia muitos escravos no Brasil, de fato, se comparado com anos anteriores. Mas, a partir daí a escravidão fora colocada na ilegalidade.

Essa medida do governo monárquico tirou o apoio que ele ainda poderia ter dos setores escravistas, mas levou aproximadamente cinco mil pessoas às ruas do Rio de Janeiro, para festejar a liberdade, em frente ao Paço Imperial (na Praça XV, centro do Rio de Janeiro). A celebração faria lembrar a frase de Castro Alves, poeta baiano e um dos mais ardorosos combatentes da escravidão na literatura brasileira: “A praça, a praça é do povo, como o céu é do condor.”

O fim da monarquia

A oposição ao regime monárquico não era algo novo. Podemos lembrar, por exemplo, que na Insurreição Pernambucana (1817), a ideia de um regime republicano para o Brasil estava entre os projetos defendidos. E o exemplo dos países que se tornaram independentes nas Américas era evidente: a opção das jovens nações fora pela República. Não sem razão, dizia o Manifesto Republicano, em 1870: “Somos da América, e queremos ser americanos.” Ser americano, de acordo com esse documento, era ser republicano. Esse manifesto foi publicado em um jornal do Rio de Janeiro chamado *A República* e assinado por 57 homens entre jornalistas, intelectuais e políticos. Nele, o sistema político imperial, baseado no Poder Moderador, era duramente criticado. Para uma parte dos republicanos, o federalismo, no qual as províncias tinham maior autonomia, aparecia como a melhor forma de permitir a participação política dos cidadãos. Muitos cafeicultores paulistas aderiram à defesa de uma república federalista, considerando que possuíam pouca influência nas decisões do Império.

A partir de 1870, as ideias republicanas foram divulgadas com mais frequência, através de jornais, clubes e da criação de partidos políticos. Ainda assim, não era muito popular e os grupos republicanos em geral eram formados por políticos liberais, alguns proprietários de terra e de setores médios urbanos. Mas, além dos republicanos, havia gente influente muito descontente com os rumos do Império: bispos da Igreja Católica, fazendeiros, militares.

Por que haveria essa oposição?

Alguns bispos se desagradavam do fato de, pelas leis brasileiras, a Igreja Católica ter que se submeter à autoridade do imperador — havia o regime de padroado, e as ordens das altas autoridades católicas tinham que ter a aprovação de Dom Pedro II.

Os fazendeiros, sobretudo os do vale do Paraíba, estavam descontentes com a abolição da escravidão sem receberem indenização do governo. Os militares não se sentiam suficientemente recompensados depois da Guerra do Paraguai e reivindicavam maior participação política. No caso dos militares, ainda havia um dado a mais: a influência do positivismo, que era um conjunto de ideias que contribuía para valorizar a figura do militar como sendo um símbolo da defesa da ordem, da ética e da nação. Muitos jovens oficiais concordavam com a ideia de que os políticos da época não tinham um compromisso com o Brasil como eles — os militares — tinham.

O desgaste do regime monárquico era grande. Dom Pedro II ainda tentou fazer reformas para evitar os conflitos, mas as forças republicanas foram mais rápidas. Na manhã de 15 de novembro de 1889, um grupo de militares, com apoio e estímulo de alguns civis, proclamou a República no Campo de Santana — centro do Rio de Janeiro. Daí por diante este lugar teria o nome oficial de praça da República.

:: Síntese ::

- O Brasil começou a se construir como nação independente ainda mantendo a monarquia, a escravidão e as estruturas sociais do tempo da colônia;

- Nos primeiros vinte anos após a independência, ocorreram inúmeros conflitos e guerras civis que evidenciaram uma profunda disputa acerca de qual seria a ordem político-social no Brasil, com a vitória das forças ligadas à escravidão e à grande propriedade;

- O fim do tráfico (1850) e a Lei de Terras (1850) deram força à vinda de trabalhadores imigrantes e limitaram o acesso à terra tanto para os recém-chegados como para os lavradores pobres, fossem eles livres ou libertos;

- O setor econômico registrou crescimento econômico, baseado na exportação de café e, também, na diversificação das atividades produtivas. O café trouxe prosperidade econômica e prestígio para os proprietários do sudeste;

- O processo de abolição da escravidão resultou de uma intensa mobilização social feita da qual participaram políticos, advogados, jornalistas, libertos e escravos;

- O desgaste do governo de Dom Pedro II entre grupos políticos influentes e o desejo de um maior interferência destes no poder central fortaleceu o movimento republicano.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Como vimos no capítulo 9, as Treze Colônias inglesas da América do Norte tornaram-se independentes — por declaração unilateral, em 1776, e reconhecida pela antiga metrópole (Inglaterra) em 1783 — e surgiram os Estados Unidos da América (EUA).

Uma vez independentes, tiveram que estabelecer os rumos da política estadunidense. Conforme o próprio nome do novo país anunciava, este era resultado da união dos estados-membros. Portanto, cada um desses estados teria sua parte no poder de governo. E o fato de que, antes da luta pela independência, muitas regiões do território pouco se comunicavam fazia com que fossem pouco identificadas entre si e quisessem preservar sua soberania.

Os representantes dos estados eram, quase todos, membros das elites coloniais. Para eles era importante uma lei que lhes garantisse os privilégios e estabelecesse normas para todo o território do país, respeitando-se as diferenças locais. Surgiu então a Constituição dos Estados Unidos da América, com um texto curto, o que mostrava como era difícil para os estados entrar em acordo sobre algo mais além do que um mínimo de princípios e aspectos. A Constituição dos EUA foi aprovada por nove dos treze estados, em 1788.

A autonomia dos estados foi garantida, mas também foi reservado um espaço para o poder central. O presidente tinha poder de escolher seus ministros e de se colocar contra uma decisão do Congresso, impedindo que fosse colocada em prática — era o poder de veto. E o Congresso, por sua vez, poderia destituir o presidente em caso de traição e corrupção — era o *impeachment* (impedimento). Os presidentes seriam eleitos pelo voto indireto por um grupo especial de eleitores escolhidos nos estados. Os senadores também seriam indicados pelos representantes eleitos nos estados e não diretamente. Ou seja: buscou-se um equilíbrio entre os poderes, mas a participação política era restrita.

Em 1791, foi incluída na Constituição uma Declaração de Direitos, garantindo a liberdade de palavra, de reunião e de religião, o direito ao porte de armas, a ilegalidade de uma religião oficial e a proteção dos cidadãos contra excessos da justiça e da polícia. Essa Declaração tinha dez emendas e foi uma vitória do grupo conhecido como o dos “republicanos” na política dos EUA.

Pode parecer até contraditório que os escravistas defendessem os direitos e garantias individuais, não é mesmo? Mas devemos lembrar que essa defesa terminava quando começava o debate sobre a escravidão. Para eles, os escravos eram propriedades e não indivíduos.

O outro grupo importante da política dos EUA era liderado fundamentalmente por grandes comerciantes, dos quais os mais importantes eram os da cidade de Nova Iorque. Estes desejavam um poder central mais forte, que controlasse a economia e unificasse o mercado interno, e defendiam uma política econômica protecionista, isto é, que fortalecesse a produção interna, reduzindo as importações. Para isso, o governo central deveria ter o poder de intervir na economia.

A defesa das liberdades por parte dos republicanos, favoráveis a um Estado não interventor, era para defender seu direito a manter a escravidão. Por outro lado, a defesa de um Estado forte era feita por grupos que se opunham aos republicanos. Ambos não colocavam como grande problema os direitos dos escravos nem a participação popular. Mas a expansão para o oeste, a questão da terra e a luta dos próprios escravos e

de seus aliados em favor da abolição contribuíram para fazer surgir novos campos de discordância. Vamos conhecer um pouco melhor esses dois fatores na História dos EUA...

A expansão para Oeste e a questão da terra

Até pouco depois da independência, os limites dos Estados Unidos iam até o rio Mississippi, em direção ao oeste. Mas, no século XIX, o crescimento da população e as novas leis estimularam um movimento de expansão. Essas leis davam o direito de se tornar um estado-membro dos EUA qualquer território com mais de 60 mil habitantes. Até pouco depois da independência, os limites dos Estados Unidos iam até o rio Mississippi, em direção ao oeste. Mas, no século XIX, o crescimento da população e as novas leis estimularam um movimento de expansão. Essas leis davam o direito de se tornar um estado-membro dos EUA qualquer território com mais de 60 mil habitantes que o solicitasse. Isso fez surgir novos estados, a oeste do território original dos EUA, as antigas Treze Colônias (ver capítulo 9).

Esses estados foram sendo ocupados principalmente por pequenos e médios proprietários de terra e em suas constituições constava quase sempre uma maior abertura à participação política. Esse fato foi mudando o perfil da política dos EUA. Seus habitantes admitiam uma participação mais direta na tomada de decisões e em muitos casos adotaram o voto universal masculino. E assim foram reforçando um grupo de oposição aos republicanos que, pouco a pouco, ficou conhecido como “democratas”.

No oeste a terra podia ser adquirida a preço baixo, e muitos norte-americanos e imigrantes partiram para lá, desbravando regiões, criando novos caminhos e cidades. Entretanto, não devemos esquecer que essa expansão se fazia sobre terras indígenas.

Após muitos combates, os indígenas foram expulsos e mortos pelos novos ocupantes, os quais possuíam armas e técnicas de guerra mais poderosas.

Por outro lado, os escravos e os negros libertos continuavam a ser uma questão não resolvida no país. Não se permitia a eles o acesso às terras do oeste, mesmo sendo livres.

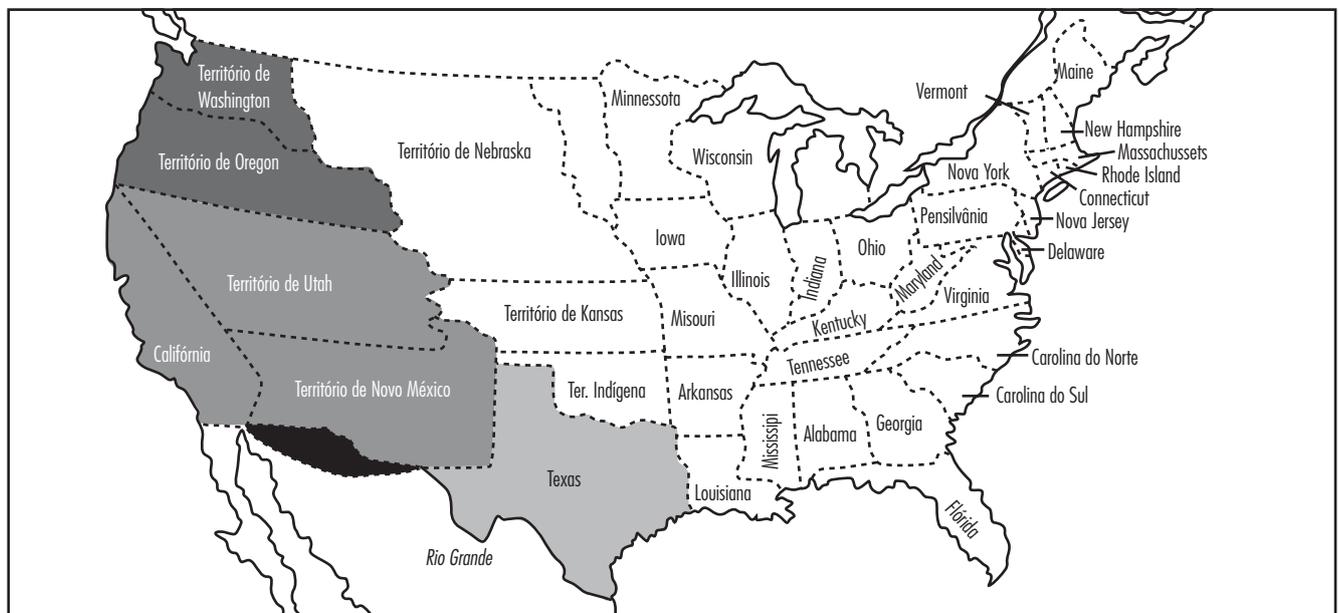
A comunicação com o oeste se fazia inicialmente pelas vias fluviais: os rios cruzando o território transformaram-se em vias de acesso para as mercadorias e pessoas em direção à região. Os interesses dos comerciantes do nordeste do país, sobretudo de Nova Iorque, em relação às possibilidades desse mercado em expansão, se desenvolveram. Novos investimentos foram realizados na direção da região. A partir de 1830, as estradas de ferro foram sendo abertas e o oeste foi sendo cada vez mais povoado.

Essa expansão foi ampliada ao longo do tempo, por meio de compras e guerras. Desde o início do século XIX, o interesse dos estadunidenses em expandir seu território levou à compra da Luisiana da França e da Flórida, que antes pertencia à Espanha. O estado do Texas também foi anexado, apesar de ser parte do México, através de uma manobra dos colonos dos Estados Unidos sobre o governo mexicano, com o apoio dos governantes do EUA.

Intervenções militares na década de 1840 levaram à conquista de novas áreas tomadas ao México, e os tratados realizados sob pressão política e militar afirmaram as conquistas territoriais.

Toda essa expansão para oeste ocorreu entre as décadas de 1820 e 1850. Ao final desse tempo, o mapa estadunidense era outro. E a migração para o oeste se fortaleceu ainda mais depois da descoberta do ouro nas minas da Califórnia, em 1850.

Território norte-americano na segunda metade do século XIX (com as anexações) :: Expansão para oeste Composição territorial dos EUA até 1853



Cedido pela Grã-Bretanha em 1846
 Comprado em 1853 do México pelos EUA

Anexado em 1848 pelos EUA através do Tratado Guadalupe-Hidalgo
 O Texas foi anexado pelos EUA em 1845

Esse grande movimento de ocupação de novas terras e crescimento populacional vinha acompanhado por um tipo de pensamento que o justificava e estimulava: era a ideia do Destino Manifesto, que apresentava a expansão para oeste como um caminho colocado por Deus nas vidas dos habitantes dos Estados Unidos. Essa ideia defendia que eles eram o povo escolhido para tal destino, e por isso eram superiores; entre todos, eram os mais capazes de dominar aquela terra.

Os pastores das igrejas protestantes dos Estados Unidos tiveram um importante papel na defesa dessa ideia, muitas vezes apoiando-se na Bíblia e utilizando exemplos na História do cristianismo para defender até mesmo a guerra. O Destino Manifesto incorporava uma ideia racista de superioridade dos brancos sobre os demais, justificando ao mesmo tempo o massacre dos índios e mexicanos que resistissem à ocupação de suas terras e a escravidão africana. Entretanto, ao mesmo tempo, a resistência à escravidão crescia nos EUA.

A luta contra a escravidão

Até o século XVIII, os escravos nos EUA se localizavam principalmente nas áreas de produção de tabaco nas regiões da Virgínia e Maryland. Em 1790, um quinto da população dessa área era formada por cativos. E mesmo com a proibição do tráfico de escravos africanos em 1808, aproximadamente 250 mil foram introduzidos nos Estados Unidos até 1860. No século XIX, foram sendo levados em grandes quantidades para o sul, na direção da Geórgia, onde se desenvolveram as plantações de algodão estimuladas pelo crescimento da indústria têxtil. Esse algodão sulista, produzido pela mão de obra escravizada, alimentou não apenas as tecelagens europeias, mas as nascentes fábricas do seu país.

No sul dos Estados Unidos, em meados do século XIX, a propriedade escrava era

concentrada em poucas mãos. Apenas um terço das famílias brancas tinha escravos e, entre estas, a maioria possuía somente um ou dois cativos. Cerca de oito mil plantadores tinham cinquenta ou mais escravos e onze tinham quinhentos ou mais.

Assim como em toda a América escravista, era longa a história da luta contra o cativo nos Estados Unidos. Episódios de rebeldia ocorreram durante todo o tempo da escravidão nas Américas e os EUA não foram uma exceção à regra. Quando houve a grande rebelião escrava no Haiti, no século XVIII (ver capítulo 8), os proprietários escravistas do sul se amedrontaram muito, temendo novos levantes inspirados nas vitórias dos negros caribenhos.

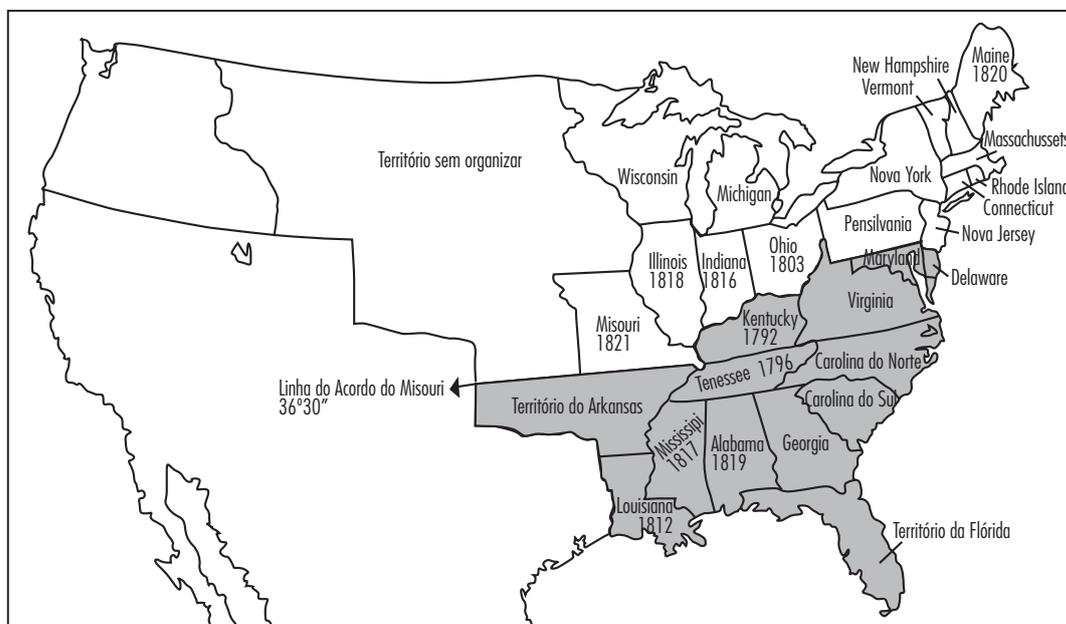
A luta contra a escravidão também teve ex-escravos entre seus participantes. Houve muitos libertos que se arriscaram na perigosa tarefa de apoiar fugas de escravos, sobretudo no século XIX. O Canadá era o lugar preferencial de destino e lá se chegava por uma rede clandestina de apoio aos que escapavam. Eram as chamadas “estradas de ferro subterrâneas”. Uma das mais importantes figuras históricas nessas redes de fuga foi uma mulher, ex-escrava, chamada Harriet Tubman, considerada como um símbolo da luta do povo negro norte-americano.

Norte e sul em conflito: a Guerra de Secessão (1861-1865)

:: Secessão ::

Quer dizer separação, divisão. O nome Guerra de Secessão refere-se à declaração dos estados do sul separando-se do restante do país, logo após a eleição de Abraão Lincoln (1860).

Compromisso do Missouri



A maioria dos grupos mais influentes no norte dos EUA defendia uma política de intervenção na economia através do aumento dos impostos de entrada para mercadorias estrangeiras. Ou seja: desejavam uma política econômica protecionista, para favorecer o mercado interno.

O Partido Republicano, fundado em 1854, procurava criar obstáculos à expansão do escravismo no oeste, não tanto por serem abolicionistas, mas porque desejavam que se desse uma ocupação com base na pequena e média propriedade trabalhada por mão de obra livre branca. Eles acreditavam também que era dever do Congresso proibir a escravidão por todo o país.

Porém, isso não quer dizer que defendessem a igualdade de direitos entre brancos e negros. O que desejavam era a preservação do modo de vida do pequeno e médio proprietário livre, do artesão e do assalariado. Também queriam uma economia que fortalecesse o mercado interno. E tudo isso encontrava um obstáculo nos interesses dos ricos proprietários escravistas do Sul dos EUA.

A expansão para o oeste agravou os conflitos, antes regulados pelo compromisso de Missouri, que, em 1820, estabelecera um limite entre os estados escravistas do Sul e os não escravistas do Norte. Porém, após 1854, ficou estabelecido que cada estado decidiria se permitiria ou não a escravidão em seus territórios. Os nortistas passaram a estimular ainda mais a fuga de escravos, mesmo com a lei que lhes obrigava a devolver os fugitivos que encontrassem.

A eleição de 1860 colocou o republicano Abraão Lincoln no poder. Ele, desde a sua campanha, pronunciara-se contra a continuidade da escravidão. E, mesmo antes da sua posse, os estados do sul haviam se rebelado, declarando-se separados dos Estados Unidos. O novo presidente não aceitou essa separação. Assim começou a guerra civil norte-americana.

Inicialmente, o sul foi vitorioso, mas a partir de 1863 a ofensiva do Norte foi mais eficaz. Uma das estratégias desta fase da guerra foi o estímulo ao alistamento de escravos em troca da defesa de sua liberdade. Os batalhões de negros tiveram um papel fundamental na guerra, vencida pelas forças do Norte em 1865. A escravidão foi logo em seguida abolida em todo o país. Mas os negros livres não se tornaram cidadãos nos EUA.

A derrota gerou um sentimento de inferioridade para os sulistas, além dos prejuízos com a guerra. E da mesma forma lhes desagradou o fim da escravidão e a possibilidade de os negros se tornarem cidadãos como ocorria em alguns estados do Norte. Nessa conjuntura, surgiu a Ku-Klux-Klan, uma organização racista que promovia atos de extrema violência contra negros que reivindicassem seus direitos e contra quem ousasse defendê-los.

No Sul, instalou-se um regime segregacionista, proibindo pessoas negras de frequentar os mesmos lugares que brancas, de sentar lado a lado nos transportes, de utilizar os mesmos toaletes, entre outras muitas restrições. O direito de voto para os negros passou a ser decisão de cada estado e essa medida obteve apoio mesmo dos estados do Norte.

A população negra ficou abandonada frente à discriminação legalizada, ao preconceito e à violência, por muito tempo. Somente na década de 1950 essas leis segregacionistas começaram a ser revistas, assim como o direito de voto a todos os negros dos Estados Unidos. Ao longo de quase um século de segregação, os negros dos EUA enfrentaram muitas batalhas para conquistar seu lugar de cidadãos.

O fim da guerra trouxe ganhos para setores poderosos nos EUA. A recuperação das empresas estadunidenses ocorreu paralelamente a um movimento de

concentração de capitais e ao surgimento de grandes empresas que resultaram da união de várias. Formaram-se os trustes e cartéis, grandes grupos integrados por várias empresas que praticamente monopolizavam uma área da produção ou uma atividade econômica.

Os Estados Unidos ampliaram o mercado interno, as indústrias cresceram, assim como a urbanização e a imigração. Dessa forma, foram criadas condições para um crescimento ainda maior do capitalismo no pós-guerra civil. Isso possibilitou nova expansão, não mais para o Oeste, mas sobre a América Latina e Caribe, que a partir daí foram se tornando cada vez mais dependentes da toda poderosa economia dos EUA.

:: Síntese ::

- Na primeira metade do século XIX, emergiram as contradições entre o Norte e do Sul dos EUA: o primeiro buscando ampliar o mercado interno sob o modelo capitalista de relações assalariadas; o segundo, procurando manter forte o modelo agrário-exportador de base escravista;

- A expansão para o Oeste teve como base a ideia do Destino Manifesto, que justificava o domínio sobre as terras indígenas e mexicanas e a sua incorporação aos Estados Unidos;

- Essa expansão ampliou o impacto das diferenças entre os interesses do Norte e do Sul, trazendo a discussão sobre a extensão ou não das áreas escravistas em direção ao oeste e os direitos sobre a propriedade da terra;

- As divergências levaram à Guerra Civil Americana (1861-1865), cujo saldo foi o enfraquecimento político e econômico do Sul e o fortalecimento do mercado interno e da urbanização;

- A escravidão foi abolida, mas surgiram leis e medidas segregacionistas que impediam a integração da população negra à sociedade, principalmente no sul, onde também surgiu a organização racista Ku-Klux-Klan;

- Ao final da Guerra, grandes indústrias e grupos financeiros se uniram, formando poderosas corporações e o capitalismo estadunidense se expandiu sobre a América Latina e Caribe.

AMÉRICA ESPANHOLA E CARIBE

Vamos rever como ficou o mapa da América espanhola independente no século XIX. Para isso, volte ao capítulo 9 e observe o mapa da página 86.

A criação destes novos países enfrentou muitos problemas: o peso da herança do período colonial, as pressões externas e as graves contradições internas eram questões a serem enfrentadas nesse processo.

A herança colonial

A América espanhola e o Caribe herdaram da sua história de colonização dificuldades em criar uma unidade territorial sob a forma de países com grande

extensão territorial. Uma das razões era que ficava difícil impor uma autoridade central que fosse além dos interesses de mando de seus chefes políticos locais.

Esses poderosos eram muitas vezes os mesmos que comandaram os grupos armados na separação da metrópole e tinham sob seu controle econômico e político muitas pessoas em suas localidades. Depois de obtidas as independências, temiam perder seu poder se este fosse colocado sob uma autoridade mais ampla. Disputavam uns com os outros o comando de regiões menores.

Em alguns países da América Latina independente, surgiram lideranças de caráter local — os *caudilhos*. Os caudilhos tinham em geral uma história de mando militar e político. Além do poder econômico, a base de sua autoridade estava na formação de um clientelismo em que o respeito e o medo eram as duas faces da mesma moeda.

O abandono das populações rurais, a pobreza e o uso contínuo da violência geraram esses personagens, que não poucas vezes gozavam de um prestígio grande e eram vistos como os defensores das suas localidades. O preço por sua proteção era a lealdade e subserviência, e em geral eram admirados e obedecidos cegamente. O que chamamos de *caudilhismo* é o tipo de relação política mantida entre um líder caudilho e seus seguidores.

Houve exceções, como o México e a Argentina, que conseguiram manter boa parte do que antes era o Vice Reino de Nova Espanha e o Vice Reino do Rio da Prata (ver mapa no capítulo 9), graças ao poder de suas classes dominantes e às suas alianças com chefes locais (caudilhos, no caso da Argentina).

Do ponto de vista econômico, as regiões da América Latina e Caribe tinham pouca relação entre si. O mercado interno era insuficiente para sustentar uma produção que não dependesse tanto do mercado externo. As atividades econômicas mais rentáveis eram as voltadas para a exportação, e eram os donos do poder político e econômico os maiores interessados na manutenção desse modelo.

Não houve mudança estrutural ao se realizarem as independências. Portanto, manteve-se a mesma maneira de distribuição da terra: desigual, concentrada nas mãos de poucos. A população indígena ficou em geral com as áreas de mais difícil acesso e menos férteis. Igualmente, continuou o sistema de exploração da mão de obra pela via do trabalho compulsório como meio de obter acesso à terra e ao dinheiro com que se pagavam os impostos. Não houve medidas governamentais de caráter social que pudessem dar aos excluídos um lugar mais digno nas sociedades da América Latina independente.

A Igreja Católica continuou a ter um papel importante na opção religiosa da população. Em alguns lugares, como foi o caso da luta pela independência no México, surgiram lideranças populares entre os padres (ver capítulo 9). Mas, o que predominava era uma aliança da Igreja com os poderosos. Nas áreas que não eram predominantemente católicas (uma minoria), as Igrejas protestantes formavam líderes locais nas suas escolas e seminários — como foi o caso de algumas antigas colônias inglesas no Caribe.

Relações com a Europa e Estados Unidos

Esta fase foi de afirmação da independência com relação às antigas metrópoles europeias, mas as suas classes dominantes seguiam interessadas em manter a mesma estrutura econômica. Isso fez com que a América Latina e o

Caribe fortalecessem suas relações com os Estados Unidos.

Os Estados Unidos, na década de 1820, considerando a política europeia saída do Congresso de Viena e da Santa Aliança (ver capítulo 8) e os seus próprios interesses na América, lançaram a *Doutrina Monroe*. Essa doutrina visava fortalecer a presença estadunidense nas economias e nos governos dos países da América e do Caribe. Ao mesmo tempo, visava evitar que se empreendesse qualquer iniciativa europeia no sentido da recolonização. A frase-símbolo da doutrina, como vimos na introdução deste capítulo, era: “A América para os americanos.”

Entre os países da América espanhola, o México foi o que mais sofreu as ações de uma política externa agressiva por parte dos EUA. Houve guerras, realização de tratados sob pressão e compras de territórios (colocando seus moradores sob novo governo, sem consultá-los). E a realização de ocupações inicialmente pacíficas, mas visando a criação de uma maioria de habitantes interessada em integrar-se aos Estados Unidos, para um posterior pedido de união aos EUA, também foi um meio utilizado na anexação de partes do México. Assim foi caso do Texas.

O México ainda perdeu as regiões do Novo México e da Califórnia, que também se tornaram parte dos Estados Unidos. Até hoje nesses estados, várias cidades têm nomes mexicanos, como Albuquerque (capital do Novo México) ou San Francisco e Los Angeles (as maiores cidades da Califórnia), entre outras. Como disse anos mais tarde, de forma irônica e desiludida, um político mexicano: “Pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos...”

A Inglaterra penetrou nas economias desses jovens países da América pela via dos setores de transportes e serviços urbanos, implantando malhas ferroviárias, sistemas de melhorias de portos e de navegação a vapor, iluminação a gás nas cidades. Tudo isso através de contratos de exclusividade e condições mais do que favoráveis aos ingleses. E ainda exploravam a extração de minérios e implantaram empresas vinculadas à agroexportação de produtos agrícolas e frutas. Como se não bastasse, a elite desses países constituía um mercado consumidor de produtos industrializados da Inglaterra.

Questões internas: desigualdades sociais e construção da imagem das novas nações

A situação externa era acompanhada internamente de problemas que a independência não resolvera. Ao longo do século XIX, o México foi perdendo territórios e submergindo em suas contradições sociais internas. Havia uma elite de origem *criolla* (ver capítulo 9) forte, formada por proprietários de mineradoras, fazendeiros e grandes comerciantes. Havia também uma camada média urbana, em geral muito dependente das classes dominantes, mas desejosa de maior participação política. E havia uma imensa maioria indígena, oprimida sob as mais diversas formas, mas, ao mesmo tempo, sempre a um passo da rebelião.

A discriminação social com relação aos indígenas existia não somente no México como em outros países do continente. Desde a época colonial, os nativos foram expulsos de suas terras e excluídos da sociedade, marginalizados. No caso da Argentina, muitos fugiram para as distantes regiões da Patagônia, no extremo sul. No Peru, para as áreas de floresta amazônica. Muitas vezes foram levados ao trabalho forçado com baixíssima remuneração.

Nas terras que ainda restavam em mãos indígenas, depois da independência, houve tentativas de privatização e de transformá-las em pequenas propriedades

familiares ou pessoais. Mas, a terra para a maioria das comunidades nativas era de propriedade coletiva e não um bem a ser comprado e vendido. Em países em que leis de terras as transformaram em mercadorias, a situação social dos índios fez com que estes vendessem as terras e passassem a trabalhar para grandes proprietários. Ou então iam oferecer seus serviços nas cidades, sob formas precárias de trabalho.

Quando houve miscigenação entre índios e mestiços, os filhos dessas uniões tiveram que optar por aderir ao mundo dos brancos, esquecendo seus antepassados indígenas para serem aceitos, ou então, por manter-se vinculados ao mundo indígena e com isso sofrer por sua origem, sem ter acesso a cargos ou direitos.

As práticas religiosas indígenas também foram combatidas pela Igreja Católica, sendo vistas e classificadas com desprezo e preconceito. Nos novos governos depois da independência, tais práticas continuaram ainda a receber um olhar de censura e descaso, pois eram identificadas com o atraso e a selvageria. As práticas médicas e curativas (conhecimentos sobre propriedades de plantas e chás) vinculadas a essas religiões indígenas podiam até ser aproveitadas, mas de forma separada de seu conteúdo espiritual.

No entanto, em fins do século XIX, a necessidade de construir uma nação nesses países da América Espanhola e Caribe fez com que as elites intelectuais buscassem nos índios símbolos da pátria. Mas, nesses casos, não eram os índios reais que se valorizava — era um “índio idealizado”, branqueado em suas atitudes e conduta, longe dos valores e da cultura nativa.

Os índios algumas vezes se defenderam fugindo, abrigando-se em regiões mais isoladas, onde criaram modos de vida próprios para sobreviver. Desta forma, resistiram não passivamente, mas de uma maneira ativa, afastando-se daquele mundo branco que os rejeitava, mantendo suas línguas e práticas ancestrais. Algumas comunidades optaram por ter com a sociedade branca e mestiça de seus países somente relações de troca distanciadas, levando seus produtos (artesanato, produtos agrícolas) para vender nas cidades.

Finalmente, foi a luta pela terra o que levou os indígenas a atitudes mais violentas nesse período. E nesses casos, sobre eles se deu a duríssima repressão dos governantes. Nada mais distante do “índio símbolo da nação” do que um indígena rebelde, reivindicativo, valorizando a sua cultura e defendendo seus direitos.

E nos países da América espanhola independente, onde houve escravidão africana, como ficou a situação da população afrodescendente no pós-independência?

Em países do Caribe, como Cuba, a escravidão durou quase tanto como no Brasil, sendo que em Cuba a abolição chegou dois anos antes (1886) do que no Brasil (1888). Antes de Cuba, outras ilhas e países do continente americano haviam terminado com esse tipo de relação de trabalho, sob forte pressão inglesa. O fim da escravidão não significou garantir aos negros livres e libertos direitos de cidadão. Como a estrutura econômica não mudou, esses grupos permaneceram majoritariamente pobres. E ainda mais: práticas discriminatórias surgiram e vigoraram por muitas décadas, sustentadas no preconceito racial.

Mas, será que essa discriminação acabou com a presença das culturas negras nas Américas e Caribe? Certamente que não. As culturas afrodescendentes resistiram, assim como as culturas indígenas, encontrando formas de sobreviver e de colocar suas marcas na mesma sociedade que as rejeitava. Na alimentação, na medicina popular, no gosto musical, na maneira de vestir e de manifestar sua

religiosidade permaneceram vivas as culturas e a sabedoria dos chamados “povos de cor”. Nem o racismo como verdade científica, característico de fins do século XIX e começo do século XX, os destruiu.

:: “Racismo científico” ::

Justificativa da desigualdade com base na ideia da existência de raças biologicamente constituídas, característica do pensamento científico dessa época. Esta expressão do racismo explicava a exploração e a situação social dos indígenas e dos afrodescendentes por supostas características físicas. Assim, atribuía aos chamados “povos de cor”, por exemplo, uma predisposição natural para o trabalho pesado ou uma incapacidade de decidir por si próprio, entre outras justificativas para situações historicamente criadas.

Em países como México, Venezuela, Peru e Colômbia, entre outros, permaneciam, no pós-abolição, comunidades afrodescendentes com expressão de identidade própria — revelada em formas de produção, ritmos musicais e festividades típicas. Essas comunidades se localizavam na maioria das vezes em locais distantes dos centros urbanos. Algumas eram originadas de antigos quilombos. Em determinados casos, houve mistura com povos indígenas locais, mas se manteve a característica afrodescendente predominante.

Esses grupos não foram chamados a fazer parte da nova imagem de nação que os países da América espanhola e Caribe independentes queriam mostrar para si e para o mundo em fins do século XIX e início do século XX. Mas, ainda assim se fariam visíveis: na aparência, na insurgência, na rebeldia e nas expressões das culturas populares. O sonho de base racista das classes dominantes latino-americanas e caribenhas no pós-independência não se fez realidade.

:: Síntese ::

- A herança do período colonial, as pressões externas e as graves contradições internas eram questões a serem enfrentadas no processo de construção das nações independentes na América espanhola e Caribe independentes;
- A herança do período colonial se revelava na permanência das estruturas econômicas e na força política das elites e dos chefes políticos locais;
- As pressões externas se revelavam na presença inglesa nas economias, sobretudo no setor de serviços urbanos, e dos Estados Unidos procurando forçar acordos econômicos e subserviência política;
- As contradições sociais eram originadas do histórico tratamento dado às comunidades indígenas e afrodescendentes nestes países — eram, portanto, desigualdades com uma marca também racial e cultural.

EXERCÍCIOS

1) (Enem/2007) *Após a Independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos. O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida “civilizado”, marca que distinguia as classes cultas e “naturalmente” dominantes do povaréu primitivo e miserável. [...] E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações.*

Paul Singer. *Evolução da economia e vinculação internacional*. In: I. Sachs; J. Wilhelm; P. S. Pinheiro (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 80.

Levando-se em consideração as afirmações acima, relativas à estrutura econômica do Brasil por ocasião da independência política (1822), é correto afirmar que o país

(A) se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no período colonial.

(B) extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no trabalho livre.

(C) se tornou dependente da economia europeia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.

(D) se tornou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infraestrutura de serviços urbanos.

(E) teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.

2) (Enem/2007)

Abolição da escravatura	
1850	Lei Eusébio de Queirós (fim do tráfico negreiro)
1871	Lei do Ventre Livre (liberdade para os filhos de escravos nascidos a partir dessa data)
1885	Lei dos Sexagenários (liberdade para os escravos maiores de 60 anos)
1888	Lei Áurea (abolição da escravatura)

Considerando a linha do tempo acima e o processo de abolição da escravatura no Brasil, assinale a opção correta.

(A) O processo abolicionista foi rápido porque recebeu a adesão de todas as correntes políticas do país.

(B) O primeiro passo para a abolição da escravatura foi a proibição do uso dos serviços das crianças nascidas em cativeiro.

(C) Antes que a compra de escravos no exterior fosse proibida, decidiu-se pela libertação dos cativos mais velhos.

(D) Assinada pela princesa Isabel, a Lei Áurea concluiu o processo abolicionista, tornando ilegal a escravidão no Brasil.

(E) Ao abolir o tráfico negreiro, a Lei Eusébio de Queirós bloqueou a formulação de novas leis antiescravidão no Brasil.

3) (Enem/2006) No início do século XIX, o naturalista alemão Carl Von Martius esteve no Brasil em missão científica para fazer observações sobre a flora e a fauna nativas e sobre a sociedade indígena. Referindo-se ao indígena, ele afirmou:

Permanecendo em grau inferior da humanidade, moralmente, ainda na infância, a civilização não o altera, nenhum exemplo o excita e nada o impulsiona para um nobre desenvolvimento progressivo [...]. Esse estranho e inexplicável estado do indígena americano, até o presente, tem feito fracassarem todas as tentativas para conciliá-lo inteiramente com a Europa vencedora e torná-lo um cidadão satisfeito e feliz.

MARTIUS, Carl Von. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*.

Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982.

Com base nessa descrição, conclui-se que o naturalista Von Martius

(A) apoiava a independência do Novo Mundo, acreditando que os índios, diferentemente do que fazia a missão europeia, respeitavam a flora e a fauna do país.

(B) discriminava preconceituosamente as populações originárias da América e advogava o extermínio dos índios.

(C) defendia uma posição progressista para o século XIX: a de tornar o indígena cidadão satisfeito e feliz.

(D) procurava impedir o processo de aculturação, ao descrever cientificamente a cultura das populações originárias da América.

(E) desvalorizava os patrimônios étnicos e culturais das sociedades indígenas e reforçava a missão “civilizadora europeia”, típica do século XIX.

4) (Enem/1999) *Viam-se de cima as casas acavaladas umas pelas outras, formando ruas, contornando praças. As chaminés principiavam a fumar; deslizavam as carrocinhas multicores dos padeiros; as vacas de leite caminhavam com o seu passo vagaroso, parando à porta dos fregueses, tilintando o chocalho; os quiosques vendiam café a homens de jaqueta e chapéu desabado; cruzavam-se na rua os libertinos retardios com os operários que se levantavam para a obrigação; ouvia-se o ruído estalado dos carros de água, o rodar monótono dos bondes.*

AZEVEDO, Aluisio de. *Casa de Pensão*. São Paulo: Martins, 1973.

O trecho, retirado de romance escrito em 1884, descreve o cotidiano de uma cidade, no seguinte contexto:

(A) a convivência entre elementos de uma economia agrária e os de uma economia industrial indicam o início da industrialização no Brasil, no século XIX.

(B) desde o século XVIII, a principal atividade da economia brasileira era industrial, como se observa no cotidiano descrito.

(C) apesar de a industrialização ter-se iniciado no século XIX, ela continuou a ser uma atividade pouco desenvolvida no Brasil.

(D) apesar da industrialização, muitos operários levantavam cedo, porque iam diariamente para o campo desenvolver atividades rurais.

(E) a vida urbana, caracterizada pelo cotidiano apresentado no texto, ignora a industrialização existente na época.

5) (Enem/1998) Você está estudando o abolicionismo no Brasil e ficou perplexo ao ler o seguinte documento:

Texto 1 – Discurso do deputado baiano Jerônimo Sodré Pereira – Brasil 1879

No dia 5 de março de 1879, o deputado baiano Jerônimo Sodré Pereira, discursando na Câmara, afirmou que era preciso que o poder público olhasse para a condição de um milhão de brasileiros, que jazem ainda no cativeiro. Nessa altura do discurso foi apertado por um deputado que disse: “BRASILEIROS, NÃO.”

Em seguida, você tomou conhecimento da existência do Projeto Axé (Bahia), nos seguintes termos:

Texto 2 – Projeto Axé, Lição de cidadania – 1998 – Brasil

Na língua africana lorubá, axé significa força mágica. Em Salvador, Bahia, o Projeto Axé conseguiu fazer, em apenas três anos, o que sucessivos governos não foram capazes: a um custo dez vezes inferior ao de projetos governamentais, ajuda meninos e meninas de rua a construir projetos de vida, transformando-os de pivetes em cidadãos.

A receita do Axé é simples: competência pedagógica, administração eficiente, respeito pelo menino, incentivo, formação e bons salários para os educadores. Criado em 1991 pelo advogado e pedagogo italiano Cesare de Florio La Rocca, o Axé atende hoje a mais de duas mil crianças e adolescentes.

A cultura afro, forte presença na Bahia, dá o tom do Projeto Erê (entidade criança do candomblé), a parte cultural do Axé. Os meninos participam da banda mirim do Olodum, do Ilé Ayê e de outros blocos, jogam capoeira e têm um grupo de teatro.

Todas as atividades são remuneradas. Além da bolsa semanal, as crianças têm alimentação, uniforme e vale-transporte

Com a leitura dos dois textos, você descobriu que a cidadania:

- (A) jamais foi negada aos cativos e seus descendentes.
- (B) foi obtida pelos ex-escravos tão logo a abolição fora decretada.
- (C) não era incompatível com a escravidão.
- (D) ainda hoje continua incompleta para milhões de brasileiros.
- (E) consiste no direito de eleger deputados.

6) (Enem/2009) Na década de 30 do século XIX, Tocqueville escreveu as seguintes linhas a respeito da moralidade nos EUA: *A opinião pública norte-americana é particularmente dura com a falta de moral, pois esta desvia a atenção frente à busca do bem-estar e prejudica a harmonia doméstica, que é tão essencial ao sucesso dos negócios. Nesse sentido, pode-se dizer que ser casto é uma questão de honra.*

TOCQUEVILLE, A. *Democracy in America*. Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., Great Books 44, 1990. (adaptado)

Do trecho, infere-se que, para Tocqueville, os norte-americanos do seu tempo

- (A) buscavam o êxito, descurando as virtudes cívicas.
- (B) tinham na vida moral uma garantia de enriquecimento rápido.
- (C) valorizavam um conceito de honra dissociado do comportamento ético.
- (D) relacionavam a conduta moral dos indivíduos com o progresso econômico.
- (E) acreditavam que o comportamento casto perturbava a harmonia doméstica.

7) (Enem/2009) O suíço Thomas Davatz chegou a São Paulo em 1855 para trabalhar como colono na fazenda de café Ibicaba, em Campinas. A perspectiva de prosperidade que o atraiu para o Brasil deu lugar a insatisfação e revolta, que ele registrou em livro. Sobre o percurso entre o porto de Santos e o planalto paulista, escreveu Davatz: *As estradas do Brasil, salvo em alguns trechos, são péssimas. Em quase toda parte, falta qualquer espécie de calçamento ou mesmo de saibro. Constatam apenas de terra simples, sem nenhum benefício. É fácil prever que nessas estradas não se encontram estalagens e hospedarias como as da Europa. Nas cidades maiores, o viajante pode naturalmente encontrar aposento sofrível; nunca, porém, qualquer coisa de comparável à comodidade que proporciona na Europa qualquer estalagem rural. Tais cidades são, porém, muito poucas na distância que vai de Santos a Ibicaba e que se percorre em cinquenta horas no mínimo.*

Em 1867 foi inaugurada a ferrovia ligando Santos a Jundiá, o que abreviou o tempo de viagem entre o litoral e o planalto para menos de um dia. Nos anos seguintes, foram construídos outros ramais ferroviários que articularam o interior cafeeiro ao porto de exportação, Santos.

DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1941. (adaptado)

O impacto das ferrovias na promoção de projetos de colonização com base em imigrantes europeus foi importante, porque

- (A) o percurso dos imigrantes até o interior, antes das ferrovias, era feito a pé ou em muare; no entanto, o tempo de viagem era aceitável, uma vez que o café era plantado nas proximidades da capital, São Paulo.
- (B) a expansão da malha ferroviária pelo interior de São Paulo permitiu que mão de obra estrangeira fosse contratada para trabalhar em cafezais de regiões cada vez mais distantes do porto de Santos.
- (C) o escoamento da produção de café se viu beneficiado pelos aportes de capital, principalmente de colonos italianos, que desejavam melhorar sua situação econômica.
- (D) os fazendeiros puderam prescindir da mão de obra europeia e contrataram trabalhadores brasileiros provenientes de outras regiões para trabalhar em suas plantações.
- (E) as notícias de terras acessíveis atraíram para São Paulo grande quantidade de imigrantes, que adquiriram vastas propriedades produtivas.

8) (Enem/2010) *Substituiu-se então uma história crítica, profunda, por uma crônica de detalhes onde o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa república que já se viu na América Latina, a do Paraguai.*

CHAVENATTO, J. J. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979. (adaptado)

O imperialismo inglês, “destruindo o Paraguai, mantém o status quo na América Meridional, impedindo a ascensão do seu único Estado economicamente livre”. Essa teoria conspiratória vai contra a realidade dos fatos e não tem provas documentais. Contudo essa teoria tem alguma repercussão.

DORATIOTO, F. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. (adaptado)

Uma leitura dessas narrativas divergentes demonstra que ambas estão refletindo sobre:

- (A) carência de fontes para a pesquisa sobre os reais motivos dessa Guerra.
 (B) o caráter positivista das diferentes versões sobre essa Guerra.
 (C) o resultado das intervenções britânicas nos cenários de batalha.
 (D) a dificuldade de elaborar explicações convincentes sobre os motivos dessa Guerra.
 (E) o nível de crueldade das ações do exército brasileiro e argentino durante o conflito.

9) (Enem/2010) *Negro, filho de escravo e fidalgo português, o baiano Luiz Gama fez da lei e das letras suas armas na luta pela liberdade. Foi vendido ilegalmente como escravo pelo seu pai para cobrir dívidas de jogo. Sabendo ler e escrever, aos 18 anos de idade conseguiu provas de que havia nascido livre. Autodidata, advogado sem diploma, fez do direito o seu ofício e transformou-se, em pouco tempo, em proeminente advogado da causa abolicionista.*

AZEVEDO, E. Orfeu de carapinha. In: *Revista de História*. Ano 1. no. 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, jan. 2004. (adaptado)

A conquista da liberdade pelos afrobrasileiros na segunda metade do século XIX foi resultado de importantes lutas sociais condicionadas historicamente. A biografia de Luiz Gama exemplifica a:

- (A) impossibilidade de ascensão social do negro forro em uma sociedade escravocrata, mesmo sendo alfabetizado.
 (B) extrema dificuldade de projeção dos intelectuais negros nesse contexto e a utilização do Direito como canal de luta pela liberdade.
 (C) rigidez de uma sociedade, assentada na escravidão, que inviabilizava os mecanismos de ascensão social.
 (D) possibilidade de ascensão social, viabilizada pelo apoio das elites dominantes, a um mestiço filho de pai português.
 (E) troca de favores entre um representante negro e a elite agrária escravista que outorgara o direito advocatício ao mesmo.

10) (Cederj/2007-1) *Assim desaparece a única monarquia que existia na América e, fazendo votos para que o novo regime encaminhe a nossa pátria e seus grandes destinos, esperamos que os vencedores saberão legitimar a posse do poder com o selo da moderação, benignidade e justiça, impedindo qualquer violência contra os vencidos e mostrando que a força bem se concilia com a moderação. Viva o Brasil! Viva a Democracia! Viva a Liberdade!* *Gazeta da Tarde*, 15 de novembro de 1889

Os setores sociais que venceram a luta política contra o regime monárquico no Brasil foram:

- (A) segmentos do exército — camadas médias urbanas — fazendeiros do oeste paulista;
 (B) fazendeiros do Vale do Paraíba — camponeses nordestinos — escravos negros;
 (C) segmentos do exército — senhores de engenho nordestinos — segmentos da Igreja Católica;
 (D) camadas médias urbanas — classe operária — fazendeiros do Vale do Paraíba;
 (E) imigrantes portugueses — fazendeiros nordestinos — segmentos do exército.

11) (Cederj/2007-1) *A desorganização dos impérios espanhol e português, na época das guerras napoleônicas, constituiu o ato final de complexo processo histórico que se estende por todo o século XVIII e se liga diretamente às transformações econômicas e políticas ocorridas na Europa.*

FURTADO, C. *A economia latino-americana*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

Os fatos históricos ocorridos na Europa, durante as guerras napoleônicas, e que contribuíram para as independências das colônias ibéricas foram:

- (A) Revolução Industrial inglesa/Revolução Liberal do Porto;
 (B) Bloqueio Continental inglês/transfêrencia da família real espanhola para o México;
 (C) retorno da Dinastia de Bragança a Portugal/Revolução Liberal na Espanha;
 (D) Congresso de Viena/queda da monarquia inglesa;
 (E) transfêrencia da Corte Portuguesa para o Brasil/invasão da Espanha pela França.

12) (Enem/2010) Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos “barões do café”, para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro. O contexto do Período Regencial foi marcado:

- (A) por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.
 (B) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.
 (C) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.
 (D) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos “barões do café”.
 (E) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

13) (Cederj/2010) A base econômica do Império brasileiro estava concentrada nas atividades agrícolas e tinha como principal produto o café e como principais elementos estruturais:

- (A) a grande propriedade e a mão de obra dos colonos;
 (B) o latifúndio e a mão de obra livre de imigrantes italianos;
 (C) a pequena propriedade e o escravismo;
 (D) a urbanização e a mão de obra livre de imigrantes japoneses;
 (E) a grande propriedade e a mão de obra escrava.

GABARITO

- 1) D 2) D 3) E 4) A 5) D 6) D 7) B 8) C 9) B
 10) A 11) E 12) B 13) E**